XIV CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

deBatEs#2

Lisboa, 29 e 30 de novembro de 2025

Índice

Regulamento do processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda..... 4

Proposta de regimento para a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda..... 9

Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda aprovadas pela Mesa Nacional..... 12

Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda..... 26

Contributos para os debates da XIV Convenção..... 65

Moção A: Resistir para virar o jogo..... 144

Propostas de Alteração à Moção A 174

Moção B: Reconstruir para um novo ciclo político..... 182

Moção C: Mais Bloco, menos tendências..... 193

Moção H: Hora de Recomeçar..... 208

Moção S: Novo Rumo 220

Contributos das Moções de Orientação 233

Plataformas Políticas Locais 247

Calendário XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda 262

Regulamento do processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional a 24 de maio de 2025 aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional (MN), a 24 de maio de 2025.

2. A XIV Convenção Nacional é convocada para os dias **29 e 30 de novembro de 2025**, no [Local por fechar, em Lisboa], com a seguinte Ordem de Trabalhos:

   P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório da COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;

   P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;

   P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política (na especialidade e na generalidade);

   P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco e enviados via e-mail a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível no dia útil seguinte ao da sua aprovação. Os documentos seguirão por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: Dina Nunes, Francisco Alves, Helena Figueiredo, Hugo Evangelista, Isabel Pires, Paulo Jorge Vieira e Rodrigo Machado. O endereço eletrónico da COC é coc.2025@bloco.org

5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.

6. Os boletins deBatEs #1 e #2 serão publicados no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviados de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os mesmos apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à Sede Nacional.

7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. As Moções de Orientação apresentadas à Convenção Nacional deverão ser entregues à COC no dia **30 de junho de 2025**, até às **17 horas**, subscritas por um mínimo de 30 aderentes no pleno uso dos seus direitos à data da entrega das Moções à

XIV Convenção, sendo publicadas no deBatEs #1 a 04 de julho. As Moções são entregues em **suporte informático** através do e-mail da COC e não podem ultrapassar os **30 mil caracteres** (incluindo espaços), devem incluir a **lista de subscritores**, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.

9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos/às promotores/ras das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido entre os dias 05 e 14 de setembro de 2025. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

10. Até **14 de julho**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Essas adendas e alterações devem ser enviadas para o endereço eletrónico da COC em formato editável.

11. Os redatores de cada uma das Moções dispõem até dia **24 de julho** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e enviarem à COC o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites, bem como a indicação das alterações que foram rejeitadas.

12. Os redatores podem decidir, até **24 de julho**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.

13. Três ou mais aderentes da mesma Assembleia Eleitoral podem apresentar uma plataforma política local através de texto entre 3 mil e 15 mil caracteres (incluindo espaços) que terá de ser enviado à COC até **25 de julho**, sendo publicado no boletim deBatEs #2.

14. Os textos de debate/contributos a publicar no deBatEs #2 deverão ser enviados para o e-mail da COC **até 17 de julho** em suporte informático editável e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).

15. Cada moção poderá publicar no boletim deBatEs #2 um texto de debate/contributo que deverá ser enviado para o mail da COC **até dia 17 de julho** em suporte informático editável e não ultrapassar os 15 mil caracteres (incluindo espaços).

16. No boletim deBatEs #2, a publicar a **28 de julho**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores pontos 11 e 12.

17. As propostas não incluídas pelas Moções, que serão publicadas nos boletins deBatEs #2 e #3, poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as.

18. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.

19. **Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no deBatEs #3 subscritas por 15 delegados/as**. O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

20. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, até **14 de junho**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do e-mail da COC.

21. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 28 de junho.

22. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia **04 de julho**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

23. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até **14 de julho**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático, em formato editável, para o e-mail da COC e não deverá exceder os dois mil caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.

24. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os**.

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

25. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, **no mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

26. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, tendo de assegurar um resultado final de paridade de género 50/50, nos termos estipulados no artigo 20º dos estatutos.

27. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

28. As/os delegadas/os são eleitas/os pelas/os aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Nos termos dos estatutos, têm capacidade eleitoral ativa os aderentes cujas inscrições ou reinscrições constem dos registos centrais até 6 meses antes convocação da Convenção, ou seja, até às 0h de dia **24 de novembro de 2024**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2025. A quota pode ser regularizada pela/o aderente na Mesa da Assembleia Eleitoral. Na Ata da Assembleia Eleitoral devem constar os nomes e números de aderentes dos eleitores e das eleitoras que procederam ao pagamento presencial da quota e definido um/a responsável pela entrega do dinheiro ao Tesoureiro Distrital.

29. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **14, 15 e 16 de novembro**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.

30. As e os delegadas/os são eleitas/os na **proporção de 1 delegada/o para 16 aderentes**, tendo por base o apuramento das/os inscritas/os até às 0h de dia **24 de novembro de 2024**.

31. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:

    1. Estar associadas a uma Moção de Orientação;

    2. Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada no deBatEs #2.

32. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade das/os candidatas/os elegíveis por cada Assembleia Eleitoral, devendo se garantir a paridade estatutária.

33. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegadas/os é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras

definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;

b) Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes;

c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes.

d) Na Região Autónoma dos Açores, pela sua especificidade geográfica, poderão formar-se assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).

34. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

35. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, até ao dia **18 de julho**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por e-mail (**até 21 de julho**) aos aderentes do respetivo universo eleitoral e publicado no site bloco.org e no site do Bloco Distrital ou Regional correspondente.

36. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:

a) O processo de eleição de delegadas/os à Convenção é autónomo de qualquer outro processo eleitoral para órgãos do Bloco e não coincide com outros atos eleitorais, designadamente para estruturas concelhias, distritais ou regionais.

b) As listas de candidatas/os deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, até dia 16 de setembro, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e pela COC e enviadas aos aderentes por correio até dia 29 de setembro. As listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais serão ainda enviadas pela COC às/aos aderentes via e-mail no dia 23 de setembro. Para esse efeito, as CCD/R deverão preencher o modelo de minuta anexo a este Regulamento e enviá-lo para a COC logo após a validação das listas de candidatas/os.

c) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver dobrado, colocado num envelope fechado sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, na qual consta o nome completo, o código de validação e assinatura do/a aderente conforme o BI/CC. O código de validação é enviado aos/às aderentes pelos serviços centrais da Base de Dados.

d) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até às 20h da véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais.

e) As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um/a representante para cada mesa eleitoral constituída.

f) Compete à COC organizar a/s MAE das/os aderentes emigrantes.

37. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.

38. A MAE deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las à respetiva CCD/R, com conhecimento à COC, imediatamente após o escrutínio, juntamente com os cadernos eleitorais com os

votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.

Proposta de regimento para a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

1. A XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 29 e 30 de novembro de 2025, no Pavilhão do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, em Lisboa, sob o lema **"Orgulho na Liberdade".**

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção representantes credenciados da Comunicação Social, os/as aderentes, simpatizantes e convidados do Bloco de Esquerda.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.

7. Os trabalhos da Convenção são integralmente transmitidos em direto nos meios do Bloco de Esquerda.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

8. A XIV Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 09h30 de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

   a) O período de trabalho no primeiro dia decorre até às 21h00 de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

   b) A Mesa da Convenção pode propor a prorrogação dos trabalhos por mais 60 minutos.

9. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o caráter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

10. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

11. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

12. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.

13. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

14. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

15. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

16. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 75% do tempo global de debate;

c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

17. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.

18. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

19. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

20. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.

21. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

22. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

24. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.

b) a votação final das moções terá início às 12h de domingo.

25. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

26. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no deBatEs#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

27. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

28. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

29. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

30. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h do primeiro dia de trabalhos até às 11h da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

31. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.

32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

36. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

- Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h);
- Eleição da Mesa (11h15);
- Alocução de abertura da Convenção (11h30);
- Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50);
- Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30, sábado, votação final 12h00 domingo);
- Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00 sábado, encerramento às 11h00 domingo);
- Sessão de Encerramento (domingo 12h30).

Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda aprovadas pela Mesa Nacional

PROJETO DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA APROVADO EM REUNIÃO DE MESA NACIONAL DE 28 DE JUNHO DE 2025

NOTA PRÉVIA

O Tribunal Constitucional, através do seu Acórdão n.º 74/2024, de 24 de janeiro, decidiu indeferir o pedido de anotação das alterações aos Estatutos do Bloco de Esquerda com fundamento na ilegalidade de algumas das suas normas, impondo uma retificação estatutária na Convenção seguinte.

A filosofia subjacente à apreciação, por parte do Tribunal Constitucional, de alterações estatutárias comunicadas por partidos políticos está a alterar-se profundamente. Segundo se pode retirar do quanto vem disposto naquele Acórdão, na sua apreciação, o Tribunal pode ir além das normas estatutárias alteradas - o que consubstanciava a prática anterior -, estendendo os seus poderes de cognição a qualquer norma que conste dos Estatutos. Assim, na prática, aprecia a totalidade dos Estatutos uma vez que lhe sejam comunicadas quaisquer alterações que a Convenção entenda deliberar.

Nesse contexto, o Tribunal chamou à atenção para a necessidade de sanar ilegalidades detetadas, tarefa a que o Projeto de Alteração de Estatutos, aqui apresentado, visa dar resposta.

Estatutos do Bloco de Esquerda

ARTIGO 1.º

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãs e cidadãos que assume a forma legal de partido político.

2 - O Bloco de Esquerda dá continuidade às lutas e ao exemplo histórico das pessoas, das forças e dos movimentos comprometidos com a liberdade e com o socialismo.

3 - No tempo da crise climática, o Bloco de Esquerda atua pela superação do capitalismo, condição de futuro para a humanidade. O fim da exploração e das desigualdades sociais é um objetivo inseparável da luta contra todas as opressões, sejam de caráter racista e patriarcal ou dirigidas à orientação sexual, à identidade e expressão de género, às características sexuais, à idade, à religião, à deficiência. O pleno respeito pelas pessoas e pelo bem-estar animal é possível num mundo socialista e ecologicamente sustentável.

4 - Como força política internacionalista, o Bloco de Esquerda assume a defesa universal dos direitos humanos, do direito dos povos à sua autodeterminação e à paz.

~~2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de caráter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de identidade de género, expressão género e características sexuais, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.~~

~~3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.~~

ARTIGO 2.º

SÍMBOLO

1 - O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 - Na atividade regular do ~~Movimento~~ **Partido**, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.

ARTIGO 3.º

ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao **Partido** ~~Movimento~~ e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de trinta 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do **disposto no n.º** 1 consideram-se competentes as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente vincula-se a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiação. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das **R**egiões **A**utónomas dos Açores e da Madeira, ou, para quem reside no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuado o prazo definido no nº 1.

7 - A inscrição como aderente caduca por renúncia pessoal expressa, óbito, ou por ausência de contacto com o Bloco de Esquerda nos últimos cinco anos.

8 - ~~9 -~~A verificação geral da ausência de contactos de aderente decorre de **quatro** em **quatro** anos, de acordo com um regulamento da Mesa Nacional.

9 - ~~8 -~~A ausência de contacto de aderente é certificada pelas **Comissões C**oordenadoras **C**oncelhias ou, na sua falta, pela **Comissão C**oordenadora **Di**strital/**R**egional ou pela Comissão Política, dispondo de 2 meses para o efeito, findos os quais, ~~se não se contabiliza nenhum pagamento de quota~~, é registada a caducidade da adesão.

ARTIGO 4.º

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 - São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

a) Participar democraticamente na definição da política do ~~Movimento~~ **Partido** e nas suas atividades;

b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do ~~Movimento~~ **Partido**, desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do ato eleitoral;

c) Ser informada ou informado sobre a atividade do Movimento;

d) Obter resposta, no máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos;

e) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito ~~Movimento~~ **partidário**;

f) Intervir e participar nas organizações de caráter não partidário com autonomia e independência.

2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.

~~3 - Os direitos de aderente são suspensos, automática e provisoriamente, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo.~~

ARTIGO 5.º

~~RESPONSABILIDADES~~ **DEVERES** DAS E DOS ADERENTES

1 - São ~~responsabilidades~~ **deveres** das e dos aderentes:

~~a) Promover os objetivos políticos do Movimento e atuar civicamente em conformidade;~~

~~b) Cumprir os Estatutos;~~

~~c) Contribuir para o financiamento das atividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.~~

a) Respeitar os presentes Estatutos e respetivos regulamentos, bem como as decisões e deliberações validamente tomadas pelos órgãos do Partido, sem prejuízo da expressão de diferenças de opinião política;

b) Agir com respeito e urbanidade no exercício de atividades de índole político-partidária;

c) Abster-se de conduta que prejudique o interesse público ou viole direitos fundamentais;

d) Desempenhar com zelo os cargos para que tenha sido eleito ou eleita em listas partidárias;

e) Abster-se de participar em listas eleitorais concorrentes com o Partido;

f) Pagar uma quota regular, sem prejuízo do disposto no n.º 2;

g) Não contrair dívidas ou obrigações contratuais em nome do Partido, sem mandato dos órgãos competentes.

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

ARTIGO 6.º

SANÇÕES

1 - Em caso de infração dos seus deveres, as e os aderentes do Bloco de Esquerda podem estar sujeitas e sujeitos às seguintes sanções, por ordem de gravidade: ~~Às e aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:~~

a) Advertência, **em caso de infração leve;**

b) Suspensão de direitos **pelo período máximo de um ano, em caso de infração grave**; ~~até um ano. A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção;~~

c) Exclusão, **em caso de infração muito grave**.

2 - Na aplicação destas sanções, deve atender-se à natureza e consequências da infração, aos antecedentes disciplinares da ou do aderente, ao seu grau de culpabilidade e às relevantes circunstâncias agravantes ou atenuantes.

~~3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.~~

~~a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações da ou do recorrente, enquanto que o recurso final em Convenção Nacional pode ser interposto até 30 dias após a divulgação da data da respetiva Convenção;~~

~~b) O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.~~

~~4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela Mesa Nacional.~~

~~a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional;~~

~~b) É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.~~

3 – São consideradas circunstâncias agravantes a reincidência, a acumulação ou sucessão de infrações, a consciência da ilicitude do ato, e ser o infrator membro de um órgão do Partido ou seu funcionário.

4 – São consideradas circunstâncias atenuantes a antiguidade, a prestação de serviços relevantes ao Partido, a falta de consciência da ilicitude e das suas consequências, bem como o reconhecimento espontâneo da infração.

5 – Não pode ser aplicada mais do que uma sanção por cada infração cometida.

6 - ~~5 –~~As sanções previstas neste artigo não serão aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política do Partido.

[NOVO] ARTIGO 7.º

COMPETÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES

~~Artigo 6º n.º 2 -~~A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou **mediante pedido apresentado pelas** ~~das~~ organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

[NOVO] ARTIGO 8.º

PROCESSO DISCIPLINAR

1 - A aplicação de qualquer sanção é sempre precedida de inquérito, o qual é conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela Mesa Nacional.

2 – Sob pena de prescrição, o inquérito tem de ser instaurado até sessenta dias úteis após a comunicação à reunião da Mesa Nacional da alegada infração, e desde que não tenham transcorrido dois anos desde a prática do facto constitutivo daquela.

3 – A ou o aderente é imediatamente notificada ou notificado, por carta registada, da instauração do inquérito, sendo-lhe transmitida informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

4 – É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo inquérito a consulta integral do processo, a possibilidade de ser ouvida ou ouvido para exercício do contraditório, bem como de requerer a realização de diligência probatórias que considere necessárias para o apuramento da verdade, conquanto não sejam manifestamente impertinentes ou supérfluas.

5 – Sob pena de prescrição, o inquérito deve estar concluído dentro do prazo de trinta dias úteis e a tomada de decisão subsequente pela Mesa Nacional não pode exceder os sessenta dias úteis.

6 – O recurso da decisão de aplicação de uma sanção, o qual tem efeitos suspensivos, terá de ser interposto no prazo máximo de trinta dias úteis após a comunicação daquela à ou ao aderente, devendo conter as alegações da ou do recorrente.

7 – Uma vez admitido o recurso por não verificação da sua extemporaneidade, a Comissão de Direitos toma a sua decisão e notifica o recorrente da mesma no prazo máximo de trinta dias úteis.

8 – A inobservância dos trâmites ou das garantias de defesa mencionadas nos números anteriores implica a nulidade da decisão de aplicação de uma sanção ou daquela que a venha a confirmar.

ARTIGO 9.º ~~7.º~~

ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) A Convenção Nacional;

b) A Comissão de Direitos;

c) A Mesa Nacional;

d) A Comissão Política;

e) As Assembleias Distritais ou Regionais;

f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;

g) As Assembleias Concelhias;

h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;

i) Os Núcleos.

ARTIGO 10.º ~~8.º~~

CONVENÇÃO NACIONAL

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do ~~Movimento~~ **Partido**, é composta pelas e pelos aderentes que para ela foram eleitas e eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 - O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.

3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

4 - A Convenção Nacional vota a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias.

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de **10%** ~~dez por cento~~ das e dos aderentes.

ARTIGO 11.º ~~9.º~~

COMISSÃO DE DIREITOS

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do **Partido** ~~Movimento~~;

b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do **Partido** ~~Movimento~~;

c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;

d) Deliberar sobre recursos de decisões da Mesa Nacional que apliquem sanções nos termos do ~~n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º~~ **disposto no artigo 6.º a 8.º**;

~~e) Sugerir, sempre que possível, os procedimentos internos mais adequados a adotar face à exposição apresentada.~~

ARTIGO 12.º ~~10º~~

MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo do **Bloco de Esquerda** no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir **o Partido** no âmbito nacional, ~~o Movimento.~~

2 - A **Mesa Nacional** será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 60% de membros que não sejam funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo ~~Movimento~~ **Partido**.

3 – A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género **em termos que assegurem a representação mínima de 50% de mulheres,** tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes **listas concorrentes à Mesa Nacional** moções apresentadas à Convenção Nacional.

4 - A Mesa Nacional é convocada por decisão da Comissão Política ou de 25% dos membros da Mesa Nacional.

5 - ~~7 -~~ **A Mesa Nacional adota resoluções políticas e deliberações, por proposta da Comissão Política ou por proposta dos seus membros** Qualquer moção política submetida à Mesa Nacional com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

6 - ~~4 -~~ É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual ~~e o seu eventual pagamento faseado.~~

7 - ~~5 -~~ Compete à Mesa Nacional, sob proposta das **A**ssembleias **D**istritais e **R**egionais e da Comissão Política, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A**ssembleia da República** e às A**ssembleias Legislativas de Região** Autónoma no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. Em caso de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional. ~~As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN~~. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

8 - ~~6 -~~ Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

9 - ~~8 -~~Compete à Mesa Nacional aprovar a lista de candidatas e candidatos ao Parlamento Europeu.

10 - ~~9 -~~Compete à Mesa Nacional a definição das linhas de orientação política das eleitas e dos eleitos **para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.**

ARTIGO 13.º ~~11º~~

COMISSÃO POLÍTICA

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do **Bloco de Esquerda** ~~Movimento~~, nomeadamente a ligação com **as deputadas e os deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu** ~~os grupos parlamentares nacional e europeu~~ e a aplicação das deliberações da Mesa Nacional sobre a orientação política das e dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

ARTIGO 14.º ~~12º~~

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do **Partido** ~~Movimento~~, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até **dois** anos.

3 - ~~a)~~ As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias **são convocadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras ou** obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos ~~nos respetivos cadernos eleitorais,~~ no mínimo de **dez** aderentes.

4 - ~~3 -~~ Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do **Partido** ~~Movimento~~ a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do **Bloco de Esquerda** ~~Movimento~~.

5- ~~4 -~~ Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

6- ~~5 -~~ As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

7 - ~~6 -~~ As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela M**esa Nacional.**

ARTIGO 15.º ~~13º~~

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do **Partido** ~~Movimento~~ no respetivo âmbito e, de acordo com a política **geral definida** ~~do Movimento, a atividade do Bloco de Esquerda.~~

2 - ~~a)~~ As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

3 - ~~2 -~~ As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

4 - ~~3~~ - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição das e dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.

ARTIGO 16.º ~~14º~~

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o **Partido** ~~Movimento~~ dispõe de organizações com Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das **O**rganizações **A**utónomas, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.

3 - As **O**rganizações **A**utónomas são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

ARTIGO 17.º ~~16º~~

NÚCLEOS

1 - As e os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.

2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respetiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3 - Nas atividades do**s** Núcleo**s** podem participar não-aderentes.

ART. 18.º ~~15º~~

DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - Todas e todos os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.

2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.

3 - É obrigatória a publicação dos resultados eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.

4 - As e os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos, que são publicadas no site do Bloco.

ARTIGO 19.º ~~17º~~

REFERENDOS

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a 500 aderentes.

2 - O referendo interno realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.

3 - Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.

4 - A deliberação obtém-se por maioria dos votos expressos.

5 - **Um grupo de, no mínimo**, 150 aderentes **pode** obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6 - O referendo interno organiza-se de acordo com regulamento próprio, aprovado pela Mesa Nacional.

7 - Os referendos locais sobre matérias do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da Mesa Nacional para os referendos.

8 - As decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

ARTIGO 20.º ~~18º~~

GRUPOS DE TRABALHO

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do ~~Movimento~~ **Partido**, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou setoriais aos quais apresentam conclusões.

2 - Nas atividades dos grupos de trabalho podem participar não-aderentes.

ARTIGO 21.º ~~19º~~

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

1 - A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de **caráter geral ou** específico.

2 - As Conferências Nacionais são abertas a todas e todos os aderentes do Movimento.

ARTIGO 22.º ~~20º~~

SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - As deliberações ~~no Movimento~~ são tomadas por maioria simples de votos das e dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos ~~do Movimento~~, a eleição será sempre por voto secreto.

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos. ~~A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspetiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.~~

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade ~~entre sexos~~.

a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género ~~de~~ **em termos que assegurem a representação mínima de 50% de mulheres.**

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais ~~e Concelhias~~ observam o critério de paridade de género ~~de~~ **em termos que assegurem a representação mínima de 50% de mulheres**.

c) As listas para as Comissões Coordenadoras Concelhias observam o critério de paridade de género em termos que assegurem a representação mínima de 40% de mulheres.

d) ~~c)~~ Na elaboração das listas, como em toda a atividade do Bloco, é respeitada a autodeterminação ~~e~~ **da** identidade de género de cada aderente.

6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 12º.

ARTIGO 23.º ~~21º~~

FINANÇAS

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições das suas e dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Partido Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 - As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas atividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objeto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável à Tesoureira ou Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação da Tesoureira ou Tesoureiro, sujeita ou sujeito a ratificação pela Mesa Nacional.

b) As Tesoureiras e os Tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

ARTIGO 24.º ~~22º~~

CASOS OMISSOS

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos. ~~que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.~~

Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda

DEFINIÇÃO E OBJECTIVOS

ARTIGO 1.º

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 – [Igual Estatutos 2023].

2 – O Bloco de Esquerda, **como Partido**, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que, ao longo dos anos, se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se em favor de um mundo ecologicamente sustentável e respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, resultantes em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial **ou patriarcal, ou dirigidas à orientação sexual, à identidade ou expressão de género, às características sexuais, idade, religião** ou ainda de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios.

3 - Como força política internacionalista, assume **a defesa do ecossocialismo como alternativa global à catástrofe climática** a defesa dos Direitos Humanos sem exceções e pela Paz no mundo.

FUNDAMENTAÇÃO: As alterações propostas pela atual maioria aos princípios orientadores da ação política transformadora do nosso partido constituem um recuo político inaceitável que redundam numa espécie de amaciamento político de uma estratégia de luta fundamental contra o sistema capitalista, predador do ecossistema do planeta. Por isso, mantém-se grande parte do enunciado dos Estatutos de 2023.

SUBCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ADERENTES

ARTIGO 3.º

ADERENTES

1 - (…)

8 – [Igual Estatutos 2023].

9. **(NOVO)** Na sequência da verificação dos contactos com o Partido, conforme ponto anterior, a Mesa Nacional deverá proceder à atualização do registo nacional dos aderentes ativos.

10. **(anterior 9 da MN)** A ausência de contacto de aderente é certificada pelas Comissões Coordenadoras Concelhias ou, na sua falta, pela Comissão Coordenadora Distrital/Regional ou pela Mesa Nacional, dispondo, após essa certificação, de dois meses para o efeito, findos os quais fica registada a caducidade da adesão.

FUNDAMENTAÇÃO: Considerando os últimos meses de grande agitação interna, por ausência de uma norma estatutária que obrigue à atualização do registo nacional dos aderentes ativos do partido, impõe-se uma norma clara que evite discussões inúteis, que apenas contribuem para socavar as bases de confiança e respeito mútuo dentro do Partido. Também a inclusão de uma norma que obrigue à atualização regular do registo nacional do Partido é algo que evitará discussões e suspeitas de falta de transparência no exercício da democracia interna. Estabelece-se que todos os assuntos relacionados com o registo de aderentes tenham a decisão final tomada pela Mesa Nacional.

SUBCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 3.º

ADERENTES

[PROPOSTA DE REDACÇÃO]

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas as pessoas individuais inscritas enquanto tal, que estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos e cuja adesão haja cumprido os termos definidos nos Estatutos do Partido, à data de iniciação do processo de adesão.

2 - A gestão dos processos de adesão e de integração no Partido de pessoas cuja adesão seja ratificada é competência de um grupo de trabalho, adiante designado por Grupo de Trabalho para a Integração de Aderentes, constituído por iniciativa da Comissão Política, que funciona na dependência desta e é composto pela pessoa, membros da equipa ou representantes do órgão responsável pela gestão da base de dados de aderentes e por um representante de cada Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3 - A adesão ao Partido inicia-se com a manifestação, por parte da pessoa, de desejo de aderir, através da entrega ou submissão de formulário de adesão em formato físico ou digital, disponibilizado para o efeito nos espaços físicos e nos canais digitais de divulgação do Partido.

4 - Na ausência de quaisquer dados relevantes ao processamento da adesão, compete à pessoa, equipa ou órgão responsável pela gestão da base de dados de aderentes, adiante designada por gestão de aderentes, diligenciar no sentido de obter esses dados junto da pessoa que manifesta desejo de aderir.

5 - No formulário de adesão, é indicado, pela pessoa, o concelho e distrito ou região de filiação a que pretende estar vinculada, a constar no seu cartão aderente. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro.

6 - Para concretização do número anterior, considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para quem reside fora do país, os círculos da Europa e Fora da Europa.

7 - Na sequência da iniciação referida no número 3, a adesão é ratificada, no prazo de 30 dias após receção do formulário de adesão, pela Comissão Coordenadora Concelhia do concelho de filiação ou, quando esta não exista, pela Comissão Coordenadora Distrital ou Regional do distrito ou região de filiação. Quando não exista qualquer um destes órgãos, considera-se competente, para o efeito, a Comissão Política.

8 - Excetua-se do número anterior a nova adesão de pessoa que já tenha sido aderente, adiante designada por ex-aderente, em cujo caso a adesão é ratificada pela Mesa Nacional, no prazo de 90 dias após receção do formulário de adesão, ouvida a Comissão Coordenadora Concelhia do concelho de filiação ou, quando esta não exista, a Comissão Coordenadora Distrital ou Regional do distrito ou região de filiação.

9 - Caso seja excedido o prazo aplicável nos termos dos números 7 e 8, a adesão considera-se tacitamente ratificada, devendo, em todo o caso, ser confirmada pelo órgão competente, assim que possível.

10 - Na sequência da ratificação, o órgão competente para a mesma, em articulação com o Grupo de Trabalho para a Integração de Aderentes, toma diligências no sentido de contactar e acompanhar o processo de integração da pessoa aderente.

11 - A inscrição como aderente caduca por óbito, renúncia pessoal expressa ou ausência de contacto com o Bloco de Esquerda por um período ininterrupto de, pelo menos, quatro anos à data de verificação e certificação desta condição.

12 - A renúncia pessoal expressa referida no número anterior é determinada pela comunicação dessa intenção à gestão de aderentes, via correio eletrónico, ou pelo envio, para a sede nacional do Partido, de carta registada a expor essa intenção.

13 - Na sequência da comunicação ou envio efetuado nos termos do número anterior, a gestão de aderentes remove a pessoa da base de dados de aderentes, comunicando a caducidade de adesão à Comissão Política e, quando existam, à Comissão Coordenadora Distrital ou Regional do distrito ou região de filiação e à Comissão Coordenadora Concelhia do concelho de filiação, devendo todos os órgãos proceder em conformidade.

14 - A ausência de contacto de aderente com o Partido é determinada pela verificação e certificação desta condição por parte da Comissão Coordenadora Concelhia do concelho de filiação ou, quando esta não exista, pela Comissão Coordenadora Distrital ou Regional do distrito ou região de filiação. Quando não exista qualquer um destes órgãos, considera-se competente, para o efeito, a Comissão Política.

15 - Na sequência da determinação referida no número anterior, o órgão competente comunica a mesma à gestão de aderentes, que notifica a pessoa aderente para, num prazo de 60 dias, indicar se pretende manter a inscrição como aderente. A falta de resposta ou a rejeição de manutenção

da inscrição implica a confirmação de caducidade da adesão, e, consequentemente, remoção da base de dados de aderentes, nos termos do número 13 do presente artigo.

16 - Sem prejuízo do exercício corrente da competência descrita nos números 14 e 15, realiza-se, a cada quatro anos, uma verificação geral da ausência de contactos de aderentes, nos termos de regulamento aprovado pela Mesa Nacional.

17 - A caducidade de adesão implica a cessação de envio à pessoa de toda e qualquer comunicação formal destinada a aderentes, assim como a conservação em arquivo ou eliminação de dados relativos a essa pessoa.

FUNDAMENTAÇÃO: A definição da qualidade de aderente, os processos de adesão e integração de novos aderentes e as condições pelas quais se determina o fim do vínculo de aderente são aspetos centrais à construção estatutária do Bloco. Exige-se, portanto, que sejam expostos de forma ordenada, articulada e direta.

Atualmente, o artigo 3º está redigido de modo desestruturado, na generalidade, sendo a leitura, compreensão e interpretação desnecessariamente dificultadas em consequência disso.

Propõe-se, assim, uma reorganização que imprima, neste artigo, uma sequência lógica de normas e distribuição racional de informação:

- estabelece-se a qualidade de aderente independentemente dos termos do processo de adesão, para melhor definição conceptual.
- prevê-se a existência de um grupo de trabalho associado à Comissão Política, que garanta o bom funcionamento dos processos de adesão, assim como a integração de novos aderentes;
- apresenta-se o processo de adesão de forma sequencial, reforçando a evidenciação de competências e de prazos;
- corrige-se algumas inadequações de expressão linguística, para que esta seja correta e coerente.

Mais se propõe melhorias de conteúdo destinadas a colmatar vazios normativos ou refletir estatutariamente a expressão prática de normas estatutárias já consolidada ao longo de largos anos:

- introduz-se um prazo para a Mesa Nacional decidir sobre a nova adesão de ex-aderentes, atualmente indefinido;
- exprime-se a forma prática do lançamento do processo de adesão, sob a forma de preenchimento de formulário;
- estabelece-se que, em caso de adesão tácita, deve o órgão competente proceder à confirmação da adesão, em todo o caso, garantindo que se aplica à generalidade das adesões o mesmo mecanismo de verificação;
- define-se a forma material da caducidade por via de renúncia pessoal expressa;
- garante-se a existência de notificação prévia a aderente em risco de caducidade de adesão por ausência de contacto.

SUBSCREVEM: *Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, João Dias, João Graça, Laurinda Pinto, Luís Alves, Mariana Falcato Simões, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Pedro Fernandes, Rodrigo Marques.*

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

ARTIGO 4.º

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 – São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

a) [Igual à MN2025];

b) Eleger e ser eleita ou eleito (…) estrutura do Partido desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do ato eleitoral e independentemente das opiniões políticas que assumem dentro do partido;

c) Ser informada ou informado sobre a atividade do Partido;

d) Obter resposta, no prazo máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos estatutários;

e) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Partido;

f) [Igual à MN2025];

g) **(NOVO)** Exercer livremente o direito de opinião, debate de ideias e crítica, dentro do Partido.

2 – O exercício dos direitos das e dos aderentes do Partido depende do pagamento de quota regular anual, qualquer que seja a forma dessa prestação (mensal, trimestral, semestral ou anual), com exceção da sua dispensa nos termos do número 2 do artigo 5º.

FUNDAMENTAÇÃO: A referência explícita a um qualquer aderente poder eleger ou ser eleito independentemente das suas opiniões políticas professadas dentro do partido visa tão só combater práticas enviesadas de favorecimento de certas correntes dentro do Bloco na escolha dos putativos candidatos ou candidatas a serem eleitos ou eleitas para os órgãos do Partido, mesmo que não tenham reunidos as condições para apresentação de listas próprias. Por fim, não se ignora a multiplicação de pedidos de dispensa de pagamentos de quotas que se arrisca a deixar de ser uma exceção, para passar a ser regra. Por isso, defende-se que as comissões coordenadoras concelhias e / ou distritais reavaliem anualmente cada situação.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel*

António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

ARTIGO 5.º

DEVERES DAS E DOS ADERENTES

1 – São deveres das e dos aderentes:

a) Respeitar e cumprir os presentes Estatutos, bem como as decisões e deliberações dos órgãos do Partido, sem prejuízo da expressão de diferenças de opinião ou de atuação políticas;

b) Promover os objetivos políticos do Partido e atuar civicamente em conformidade; [estatutos de 2023]

c) Pagar uma quota regular... [igual à alínea e) da MN2025]

d) Não contrair dívidas .... [igual à g) da MN);

e) (**NOVO)** No caso de eleição para lugares de representação política do Partido em listas partidárias ou de coligação, deve ser instituída, entre os órgãos do partido e as ou os eleitos uma relação profícua de interação, apoio e complementaridade com base em relatórios regulares de atividade por parte das e dos eleitos, tendo em vista alavancar a ação política partidária a nível local, regional ou nacional;

f) **(NOVO)** Desempenhar com correção os cargos para que tenha sido eleito ou eleita em listas partidárias, exercendo as funções com assiduidade, de acordo com os seus objetivos e utilizando as competências adequadas.

g) - As e os militantes que sejam eleitas e eleitos para cargos públicos estão sujeitos/as ao cumprimento de um código de ética aprovado em Mesa Nacional.

h) Abster-se de participar em listas eleitorais concorrentes com o Partido. [Igual à e) da MN/Junho 2025]

2 – No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista (igual à MN exceto). A dispensa do pagamento da quota regular termina no fim do ano civil. Pode ser reavaliada, no ano seguinte, por solicitação da própria ou do próprio, junto dos órgãos locais, distritais ou regionais, desde que se verifiquem as condições anteriores de "impossibilidade económica".

FUNDAMENTAÇÃO: As alíneas deste artigo são, em grande medida, iguais às dos Estatutos aprovados em 2023. Opomo-nos frontalmente a qualificativos de ação das e dos aderentes que

são claramente atentatórias do bom nome do Partido como sendo aquele que, em Portugal, defende um normativo estatutário mais extenso que salvaguarda a livre expressão de opiniões e tendências. Por isso, em todos os processos de escolha de representantes partidários no exterior (os eleitos) o Partido rege-se por normas que respeitam as escolhas das organizações locais, distritais ou regionais, para as listas do partido sem estigmatizar as posições contrárias às das maiorias, sejam elas quais forem, nos diversos órgãos do Partido. Por outro lado, reforça-se a obrigação dos órgãos locais, distritais ou regionais de avaliarem anualmente os pedidos de isenção de pagamento de quota, os quais devem corresponder ao motivo expresso de "impossibilidade económica" de pagar a quota mínima anual de 25€ (2025), qualquer que seja a modalidade escolhida pelo próprio ou própria.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 5.º

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

1 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser **reduzido a valor simbólico** ~~dispensado~~ por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A **redução** ~~dispensa~~ de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

3 – (…)

FUNDAMENTAÇÃO: O pagamento da quota constitui um vínculo ao partido. No caso de impossibilidade de pagamento do valor definido pela Mesa Nacional, um pagamento simbólico servirá para estabelecer a vontade do aderente de pertencer à organização.

Esta alteração implica a adequação do n.º 2 do artigo 4º destes estatutos.

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos*

ARTIGO 5.º

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

1 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

2 – (…)

3 (NOVO) – Qualquer aderente que assuma cargos eletivos na estrutura do movimento, no PE, AR, nas ARL ou nas Autarquias, não exerce mais do que três mandatos consecutivos no mesmo órgão.

a) A contagem de mandatos para efeitos da limitação de mandatos, só se aplicará a partir da XIV Convenção Nacional.

FUNDAMENTAÇÃO: A permanência prolongada de camaradas em cargos eletivos desresponsabiliza o partido da necessidade de formar novos quadros, fomenta a profissionalização do que deve ser um cargo de representatividade de um coletivo

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos*

.....

ARTIGO 5.º

RESPONSABILIDADES DAS E DOS **MILITANTES**

1 – (…)

2 – (…)

3 - **(NOVO) As e os militantes que sejam eleitas e eleitos para cargos públicos assumem estes cargos enquanto mandatos coletivos sujeitos à decisão democrática dos respetivos órgãos do movimento e estão sujeitos/as ao cumprimento de um código de ética, da responsabilidade da Comissão Política e aprovado em Mesa Nacional.**

FUNDAMENTAÇÃO: Por um lado, é necessário estatuir a natureza coletiva dos cargos de eleição pública de forma a não deixar margem para que interpretações individualistas se sobreponham ao trabalho em comum. Por outro lado, é necessário que os deveres das eleitas e dos eleitos do

Bloco de Esquerda sejam públicos e debatidos abertamente no movimento.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião*

SANÇÕES

ARTIGO 6.º

SANÇÕES

1- [Igual MN2025/Junho]

a) (Igual MN)

b) (igual MN)

c) (Igual MN)

2 - [Igual MN2025/Junho]

3 - [Igual MN2025/Junho]

4 - [Igual MN2025/Junho]

5 - [Igual MN2025/Junho]

6 - **(NOVO)** As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis, **em nenhum caso,** por motivo de diferenças de opinião políticas.

FUNDAMENTAÇÃO: No novo normativo proposto para este artigo pela NOVA PROPOSTA DA MN de 28/06, foi eliminada a única proposta que os subscritores da Moção S tinham apresentado relativa à inexistência do efeito suspensivo em caso de recurso sobre a sanção. Essa proposta foi integrada na redação do NOVO Art.8º. Assim, a única ressalva situa-se no ponto 6, em que se acrescenta a expressão "em nenhum caso a aplicação de sanções poderá decorrer de diferenças de opinião políticas".

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 6.º

SANÇÕES

1 – (...)

2 – A competência de aplicação destas medidas é da **Comissão de Jurisdição**, por iniciativa **da Mesa Nacional** ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

a) (...)

3 – (...)

4 – Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três militantes indicadas ou indicados pela **Comissão de Jurisdição**.

a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até 60 dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da **Comissão de Jurisdição**;

b) (...)

5 – (...)

FUNDAMENTAÇÃO: O Bloco não tem um órgão de jurisdição autónomo, estando essas competências nas mãos da Mesa Nacional. A criação deste órgão pela Convenção assegura uma separação de atribuições e previne possíveis conflitos de interesses.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião,*

.....

ARTIGO 7.º [NOVO - MN2025/JUNHO]

COMPETÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES

1 - [Igual MN2025/Junho]

2 - **(NOVO) A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional, este recurso terá efeito suspensivo em relação à sanção.**

FUNDAMENTAÇÃO: No novo normativo proposto para este artigo pela NOVA PROPOSTA DA MN de 28/06 foi suprimido, sem qualquer explicação, a possibilidade de recurso para a Convenção Nacional perante a situação de exclusão. Tal como é dito na nova redação do Art. 6º classifica-se a sanção de exclusão como sendo "muito grave". Ora, precisamente porque se trata de

uma situação muito grave é que deve haver possibilidade de recurso para a Convenção Nacional seguinte à data das decisões da MN, desde que os/as diretamente envolvidas ou envolvidos o manifestem expressamente.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 8.º [NOVO DA MN2025/JUNHO]

PROCESSO DISCIPLINAR

1 - [Igual MN2025/Junho]

2 - [Igual MN2025/Junho]

3 - [Igual MN2025/Junho]

4 – É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo inquérito a consulta integral do processo, a possibilidade de ser ouvida ou ouvido para exercício do contraditório, bem como de requerer a realização de diligência probatórias que considere necessárias para o apuramento da verdade~~, conquanto não sejam manifestamente impertinentes ou supérfluas~~.

5 - [Igual MN2025/Junho]

6 - Igual MN2025/Junho

7 – Uma vez admitido o recurso ~~por não verificação da sua extemporaneidade~~, a Comissão de Direitos toma a sua decisão e notifica o recorrente da mesma no prazo máximo de trinta dias úteis.

8 – **(NOVA REDAÇÃO da MN2025/Junho)** A inobservância dos trâmites ou das garantias de defesa mencionadas nos números anteriores implica a nulidade da decisão de aplicação de uma **qualquer sanção** ~~sanção ou daquela que a venha a confirmar~~.

FUNDAMENTAÇÃO: No novo normativo proposto para este artigo pela NOVA PROPOSTA DA MN de 28/06 foram introduzidas nos pontos 4 e 7 classificações manifestamente subjetivas relativas à Comissão de Inquérito, nomeada nos termos do ponto 1 do NOVO ARTIGO 7º, quer quanto às diligências suscitadas pelos recorrentes (alegadamente classificadas de "Impertinentes" ou "supérfluas"), quer quanto à verificação da sua "extemporaneidade". Por isso se defende a sua eliminação. No ponto 8, bastaria escrever "…implica a nulidade de decisão de aplicação de uma sanção."

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernan-*

do José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.

ORGÃOS

ARTIGO 9.º (ANTIGO 7º)

ÓRGÃOS

1 – (…)

2 – **(NOVO)** O Bloco de Esquerda é um projeto coletivo que recusa no seu âmbito organizativo a existência de órgãos unipessoais de direção política. Assim, não tem coordenador ou coordenadora a qualquer nível da sua organização.

FUNDAMENTAÇÃO: Apesar de todos os órgãos estatutários serem de natureza colegial, a prática dos últimos anos tem imposto a existência de um órgão supra-estatutário que é o lugar de coordenação e que assume competências e poderes próprios. Esta alteração estatutária pretende clarificar a não existência de qualquer órgão unipessoal vincando o princípio do trabalho coletivo a todos os níveis do Bloco.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 7º

ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) (…)

b) (…)

c) A Comissão de Contas

(…)

FUNDAMENTAÇÃO: Não há um órgão específico para analisar as contas do partido. Quem o faz neste momento é a Comissão de Direitos. Esta acumula a função com outra absolutamente distinta que é a de analisar recursos disciplinares e disputas de matéria estatutária em última instância. A criação de um novo órgão com estas atribuições permite distinguir dois tipos de competências que não estão relacionadas introduzindo clareza.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião,*

.....

ARTIGO 7º

ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) (...)

b) (...)

c) Comissão de Jurisdição

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: O Bloco não tem um órgão de jurisdição autónomo, estando essas competências nas mãos da Mesa Nacional. A criação deste órgão pela Convenção assegura uma separação de atribuições e previne possíveis conflitos de interesses.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião,*

.....

ARTIGO 7.º

ÓRGÃOS

[PROPOSTA DE REDACÇÃO]

1 - São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) A Convenção Nacional;

b) A Comissão de Direitos;

c) A Mesa Nacional;

d) A Comissão Política;

e) As Assembleias Distritais ou Regionais;

f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;

g) As Assembleias Concelhias;

h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;

i) Os Núcleos.

2 - O sítio de internet do Partido deve conter um registo atualizado dos órgãos existentes, incluindo a composição da Comissão de Direitos, da Mesa Nacional, da Comissão Política e das Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias.

3 - Compete a cada órgão comunicar à pessoa, equipa ou órgão responsável pela gestão do sítio de internet do Partido as respetivas alterações em composição, estado ou âmbito.

FUNDAMENTAÇÃO: Para quem pretende aderir ao partido, pode ser difícil determinar se existe uma estrutura local ou distrital do Bloco nas áreas geográficas às quais alguém pretenda estabelecer o vínculo de aderente.

Mesmo para aderentes, a falta de um espaço com informação centralizada das estruturas subnacionais do Bloco dificulta o exercício de uma militância plena, dependente do acesso a informação sobre a sua dinâmica interna.

Por isso, seria importante que se disponibilizasse, no website do Bloco, uma lista global de Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias e a sua composição, o que já é feito para os órgãos nacionais (Comissão de Direitos, Mesa Nacional e Comissão Política). Indissociável disto é a necessidade de manter esse registo actualizado, devendo cada órgão contribuir para o registo das respectivas actualizações.

SUBSCREVEM: *Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Franco, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, Joana Pina, João Dias, João Graça, João Patrocínio, Laurinda Pinto, Luís Alves, Mariana Falcato Simões, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Pedro Fernandes, Rodrigo Marques*

.....

ARTIGO 7.º

ÓRGÃOS

1 – (...)

2 – **(NOVO) O Bloco de Esquerda é um projeto coletivo que recusa no seu âmbito organi-**

zativo a existência de órgãos unipessoais de direção política. Assim, não tem coordenador ou coordenadora a qualquer nível da sua organização.

FUNDAMENTAÇÃO: Apesar de todos os órgãos estatutários serem de natureza colegial, a prática dos últimos anos tem imposto a existência de um órgão supra-estatutário que é o lugar de coordenação e que assume competências e poderes próprios. Esta alteração estatutária pretende clarificar a não existência de qualquer órgão unipessoal vincando o princípio do trabalho coletivo a todos os níveis do Bloco.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião.*

CONVENÇÃO NACIONAL

ARTIGO 10º (ANTIGO 8º) – [NOVO DA MN2025/JUNHO]

CONVENÇÃO NACIONAL

1 - [Igual MN2025/Junho]

2 - [Igual MN2025/Junho]

3 - [Igual MN2025/Junho]

4 - **(NOVO)** A Convenção Nacional tem competência exclusiva de decidir sobre a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias, bem como sobre os termos dessa adesão ou desvinculação.

5 - **(NOVO)** Caso existam processos de adesão ou de desvinculação, que ocorram no intervalo entre Convenções, qualquer decisão adotada pela Mesa Nacional será sempre de carácter provisório, com o estatuto de observador, até à sua confirmação em sede de Convenção Nacional, não sendo possível que qualquer representante do Bloco assuma responsabilidades nessas organizações sem mandato expresso da Convenção Nacional.

6 - (anterior 5) [Igual MN2025/Junho].

7 - **(NOVO)** A Convenção Nacional que reúne ordinariamente de dois em dois anos, pode ser adiada **apenas por uma vez**, por razões excecionais, mesmo quando o processo de realização da CN já estiver em curso. Para ser efetivo tal adiamento, será necessário a realização de uma reunião extraordinária da Mesa Nacional e a sua aprovação por uma maioria de 2/3 dos seus membros efetivos. Nesse caso, tal implica sempre um NOVO Regulamento da CN.

FUNDAMENTAÇÃO: O arbítrio e a confusão reinaram no âmbito da convocação da presente XIVª Convenção Nacional. Aliás devia-se chamar de extraordinária, tal a profusão de atropelos aos Estatutos que se registaram. A maioria da Direção começou por exigir, do alto da sua arrogância, a apresentação de moções por, pelo menos, 1% dos aderentes efetivos (o que exigiria cerca de 104 de subscritores), rejeitando números mais baixos de aderentes, invocando a necessidade de "representatividade" das Moções, depois, já em cima do primeiro prazo final para apresentação de moções - 3 de Fevereiro de 2025 -, percebendo que a Moção S anunciara que tinha alcançado (e até ultrapassou) o objetivo dos 104, corrigiu à ultima da hora para 60 aderentes na MN de Janeiro. Depois, com as eleições antecipadas para Março de 2025, a maioria adiou a CN para o início de Novembro, mas manteve o Regulamento da CN inalterado. Por fim, com o desastre eleitoral do Bloco em Março, decidiu ANULAR a convocatória anterior e aprovar uma nova data para a CN para o fim de Novembro (2º adiamento), e aprovar um NOVO Regulamento da CN, reduzindo o número mínimo de subscritores de moções válidas para 20 aderentes. Tudo, decidido na sua bolha de compadres e comadres em que se transformou a Comissão Política e a maioria da Mesa Nacional, tomando decisões completamente à revelia das normas estatutárias em vigor. As propostas que os subscritores da Moção S apresentam para este ponto visam acabar com o arbítrio da maioria da MN (qualquer que ela seja), e condicionar a realização da Convenção Nacional ao respeito de normas mais transparentes, mais equitativas e mais democráticas.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 8.º

CONVENÇÃO NACIONAL

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelas e pelos aderentes **do partido**. ~~que para ela foram eleitas e eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.~~

2 - (…)

3 - (...)

4 - (...)

5 - (...)

FUNDAMENTAÇÃO: A participação dos aderentes no processo convencional é pequena e burocraticamente desproporcional à representatividade efetiva do universo eleitoral. O esforço de organização do processo de eleição dos delegados, regulamentos, listas, debates, votações, presenciais e por correspondência, atas e sucessivas verificações, seria mais útil na ampliação da

discussão durante o processo convencional, com assembleias de debate geral e preparação da inscrição numa convenção aberta à participação de todos os aderentes.

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria* Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos

ARTIGO 8.º

CONVENÇÃO NACIONAL

1 – (...)

2 – O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional e sujeito a discussão, alteração e aprovação na Convenção Nacional anterior. Este regulamento pode ser atualizado por proposta da Comissão Organizadora da Convenção ratificada na Mesa Nacional.

3 – (...)

4 – (...)

5 – A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de vinte e quatro meses, sendo convocada pela Comissão Organizadora da Convenção e podendo ser adiada por esta em situações excecionais, e convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento das e dos militantes.

6 **(NOVO)**– A Convenção Nacional elege a composição inicial da Comissão Organizadora da Convenção seguinte através de listas propostas por delegados e delegadas, não estando diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica. A esta composição, é adicionado um membro por cada moção aceite que se apresente à Convenção seguinte.

FUNDAMENTAÇÃO: Atualmente, a Mesa Nacional, e nela a maioria política cessante, concentra o poder de decisão sobre muitos aspetos da Convenção seguinte em que é parte interessada. Ao contrário da designação da Comissão Organizadora da Convenção pela Mesa Nacional, a sua eleição na Convenção anterior institui uma outra legitimidade, independente, a partir do órgão máximo do movimento.

Este novo enquadramento permite que a ponderação de eventuais situações excecionais que justifique o adiamento da Convenção seja feita não pela direção nacional do partido, mas por uma Comissão autónoma e mais imparcial.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel*

Cardoso, Sandrina Espiridião,

COMISSÃO DE DIREITOS

ARTIGO 11.º [NOVO DA MN2025/JUNHO]

COMISSÃO DE DIREITOS

(...)

(NOVO) A eleição da Comissão de Direitos em Convenção Nacional é realizada através de listas propostas por delegados, não estando diretamente vinculada às moções de orientação política.

FUNDAMENTAÇÃO: A eleição direta da Comissão de Direitos em Convenção Nacional procura garantir a independência deste órgão.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 9.º

COMISSÃO DE DIREITOS

1 - (...)

2 - **(NOVO)** A eleição da Comissão de Direitos em Convenção Nacional é realizada através de listas propostas por delegados, não estando diretamente vinculada às moções de orientação política.

FUNDAMENTAÇÃO: A Comissão de Direitos é eleita na Convenção, mas a apresentação de listas pode estar, não estatutariamente mas nos termos do seu regimento, condicionada às moções. Para além disto limitar a possibilidade de apresentação de listas a um órgão que não deveria estar estritamente sujeito a uma determinada orientação política que não faz parte da sua natureza e competências, faz com que este, que à partida deveria ser independente, de forma a analisar e fiscalizar o trabalho dos órgãos e militantes, seja eleito de acordo sobretudo com o peso das moções nessa Convenção.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida*

Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião,

ARTIGO 9.º

COMISSÃO DE DIREITOS

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;

~~b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento;~~

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Não há um órgão específico para analisar as contas do partido. Quem o faz neste momento é a Comissão de Direitos. Esta acumula a função com outra absolutamente distinta que é a de analisar recursos disciplinares e disputas de matéria estatutária em última instância. A criação de um novo órgão com estas atribuições permite distinguir dois tipos de competências que não estão relacionadas introduzindo clareza.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião,*

MESA NACIONAL

ARTIGO 12.º [NOVO DA MN2025/JUNHO]

MESA NACIONAL

1 – [Igual MN2025/Junho]

2 – [Igual MN2025/Junho]

3 – [Igual MN2025/Junho]

4 – [Igual MN2025/Junho]

5 – (NOVO) A Mesa Nacional adota resoluções políticas e deliberações (…) por proposta dos seus membros. Qualquer moção política submetida à Mesa Nacional, subscrita por um mínimo de 30 aderentes é obrigatoriamente discutida e votada.

6 - [Igual MN2025/Junho]

7 – (NOVO) Compete à Mesa Nacional, sob proposta das Assembleias Distritais e Regionais e da Comissão Política decidir sobre a primeira candidata ou primeiro candidato das listas à Assembleia da República, às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e ao Parlamento Europeu. Os procedimentos de decisão sobre as listas regem-se pelo disposto nas alíneas seguintes:

a) Para a Assembleia da República as listas de cada círculo são previamente sufragadas pela respetiva Assembleia do Círculo Eleitoral e, se a maioria da Mesa Nacional recusar a indicação da ou do primeiro candidato, poderá votar essa alteração por maioria de entre os membros presentes na sua reunião, sendo que toda a restante lista é obrigatoriamente aceite pela Mesa Nacional;

b) Para as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas adota-se um procedimento semelhante ao da alínea anterior, incluindo a possibilidade de recusa da primeira candidata ou do primeiro candidato, caso em que a Mesa Nacional decidirá em última análise, sendo que toda a restante lista é obrigatoriamente aceite pela Mesa Nacional;

c) Para o caso das eleições autárquicas locais compete às Assembleias Locais ou Distritais do Partido decidir sobre o programa e sobre todas as candidaturas próprias que se pretende apresentar em cada região/distrito, com exceção das situações de coligações ou de participação em listas de cidadãos independentes, casos em que, os termos dessa participação, deve ser ratificado previamente pela Mesa Nacional;

d) Para o Parlamento Europeu, a escolha da lista é inteiramente da responsabilidade da Mesa Nacional, sob proposta da Comissão Política.

8 – (NOVO) Compete à Mesa Nacional a nomeação de uma Tesouraria Nacional, composta por uma Tesoureira ou Tesoureiro e por um/a Adjunto/a.

FUNDAMENTAÇÃO: Sendo a Mesa Nacional o órgão máximo do Partido entre Convenções não pode deixar de ser a Mesa Nacional a assumir a escolha final das listas de candidatas ou candidatos do Partido para os processos eleitorais nacionais com que o partido se confronta. Porém, os subscritores desta proposta, ao contrário do que a atual maioria da MN defende, considera que a Mesa Nacional apenas poderá alterar o nome do nome da/do primeiro candidato. Também se salvaguarda a responsabilidade da Mesa Nacional ser extensiva às decisões relativas a coligações ou à integração em movimentos de cidadãos. Por fim, acrescenta-se à MN a competência de escolha da Tesouraria Nacional, retirando-a da Comissão Política.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 10.º

MESA NACIONAL

1- (...)

2- (...)

3- (...)

4- (...)

5- (...)

6- (...)

7- (...)

8- (...)

9- (...)

10 - (NOVO) Compete à Mesa Nacional a aprovação de um código de ética, a ser aplicável a cargos públicos assumidos pelas e pelos militantes durante o seu mandato

FUNDAMENTAÇÃO: Por um lado, é necessário estatuir a natureza coletiva dos cargos de eleição pública de forma a não deixar margem para que interpretações individualistas se sobreponham ao trabalho em comum. Por outro lado, é necessário que os deveres das eleitas e dos eleitos do Bloco de Esquerda sejam públicos e debatidos abertamente no movimento.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião.*

ARTIGO 10.º

MESA NACIONAL

[PROPOSTA DE REDACÇÃO]

(...)

7 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das Assembleias Distritais e Regionais e da Comissão Política, decidir sobre o primeiro elemento efectivo das listas à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas de Região Autónoma, no caso de círculos com até sete mandatos atri-

buídos, e sobre o primeiro quinto, arredondado à unidade, de elementos efectivos, nos restantes círculos. Em caso de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

(...)

9 - Compete à Mesa Nacional decidir sobre a composição da lista candidata ao Parlamento Europeu, ouvidas as Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Em relação ao número 7, a alteração proposta é meramente de ordem formal, dado que o resultado prático da redacção proposta é o mesmo que o da actual formulação.

A motivação que sustenta esta proposta é a simplificação e optimização da aplicação das normas em causa. Na versão estatutária em vigor, a competência da Mesa Nacional de decidir sobre composição de listas às Assembleias da República e Legislativas Regionais incide sobre:

- o primeiro elemento da lista, no caso de círculos eleitorais que atribuem até 3 mandatos;
- o primeiro quinto de elemento da lista, nos restantes casos, isto é, para círculos eleitorais que atribuem um número de mandatos superior a 3.

Ora, algum desenvolvimento algébrico básico permite concluir que um quinto de qualquer número inteiro entre 4 e 7, inclusive, arredondando à unidade, é 1, pelo que também neste intervalo a competência em causa da Mesa Nacional incide apenas sobre o primeiro elemento da lista.

Assim, considera-se que o número invocado como fronteira de incidência deve ser o que se verifica, na prática, como sendo o limite após o qual a incidência realmente se altera.

Inclui-se, também, algumas alterações cirúrgicas, nomeadamente a introdução de referência explícita ao método de arredondamento à unidade do cálculo de um quinto do número de mandatos de um círculo eleitoral, assim como a substituição de referência a deputadas e deputados por mandatos, o que é mais conceptualmente adequado e torna a formulação mais inclusiva.

Sobre o número 9, julgamos que, ainda que a eleição para o Parlamento Europeu seja, essencialmente, de âmbito nacional, a representação geográfica será sempre relevante, pelo que a recolha de perspetivas das estruturas intermédias - Distritais e Regionais - sobre o processo pode reforçar as condições de exercício da competência em causa por parte da Mesa Nacional.

SUBSCREVEM: *Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, João Dias, João Graça, João Patrocínio, Laurinda Pinto, Luís Alves, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Pedro Fernandes, Rodrigo Marques*

ARTIGO 10.º

MESA NACIONAL

1 - (...)

2 - (...)

3 – (...)

4 - (...)

5 – Compete à Mesa Nacional, ~~por indicação~~ **sob proposta** das assembleias distritais e regionais, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. e às A.L.R., no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. ~~As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN~~." A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 – (…)

7 - (...)

8 - (...)

9 - (...)

FUNDAMENTAÇÃO: O poder de decidir sobre a composição das listas candidatas deve ser inequivocamente dos militantes, reunidos democraticamente em plenário. Por isso os aderentes indicam, não propõem, e dessa forma não requerem votação em alternativa porque não há outra proposta.

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos*

COMISSÃO POLÍTICA

ARTIGO 13.º (NOVO DA MN2025/JUNHO)

COMISSÃO POLÍTICA

1 - A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Partido, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da Mesa Nacional.

2 - **(NOVO)** A Comissão Política tem uma composição proporcional à representação das listas que elegeram membros para a Mesa Nacional. Na Comissão Política, mesmo que as minorias não tenham alcançado um limiar mínimo de 10% dos eleitos na MN, deverão ser convidadas a indicar um representante para a Comissão Política.

3 - A CP elege, de entre os seus membros, um Secretariado Nacional onde têm assento, pelo menos, um representante por cada minoria que tenha alcançado, pelo menos, 10% dos eleitos para a MN.

FUNDAMENTAÇÃO: A proposta pretende clarificar as atribuições de direção quotidiana do Partido e garantir que o Secretariado exerce funções executivas que resultam de deliberações da Comissão Política. Por sua vez, defende-se que o Secretariado seja composto apenas por membros eleitos para a CP e que se assegure a integração no Secretariado das minorias existentes na MN com um limiar mínimo de representação (acima dos 10%).

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 11.º

COMISSÃO POLÍTICA

[PROPOSTA DE REDACÇÃO]

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Bloco de Esquerda Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da Mesa Nacional sobre a orientação política das e dos eleitos, é constituída, quanto possível, com base num princípio de pluralidade de percursos de militância, académicos e profissionais, e elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva. A eleição é realizada atendendo a um princípio de representação proporcional, nos termos do nº 3 do artigo 10º.

FUNDAMENTAÇÃO: O Secretariado Nacional tem como responsabilidade o tratamento de tarefas de "coordenação executiva" no âmbito das competências da Comissão Política.

Verifica-se que não se encontra definido o seu método de eleição nos Estatutos em vigor. Isto significa que a sua definição fica ao critério da lista maioritária (ou de um conjunto de listas que corresponda à maioria no órgão) na Comissão Política, levando a que, frequentemente, a composição do Secretariado Nacional seja inteiramente decidida pela maioria que o venha a eleger.

Ora considerando que a discricionariedade característica da prossecução do fim do Secretariado Nacional está sempre vinculada à(s) perspectiva (s) que serviu(ram) de base à eleição dos seus membros, julga-se exigível que a pluralidade de perspectivas e sensibilidades representadas na Comissão Política tenha expressão no Secretariado Nacional, que, não sendo um órgão estatutário, existe sempre circunscrito às competências e à vontade da Comissão Política.

Conclui-se, então, que deve ser definido o método de eleição do Secretariado Nacional e que este deve seguir o mesmo princípio de representação proporcional que o que está previsto para a eleição do próprio órgão do qual emana, a Comissão Política, a bem da coerência.

Coloca-se ênfase, também, na necessidade de a composição da Comissão Política reflectir percursos diversos em vários domínios de actividade e intervenção, garantindo que opera assente num vasto leque de experiências e conhecimento.

SUBSCREVEM: *Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Franco, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, Joana Pina, João Dias, João Graça, João Patrocínio, Laurinda Pinto, Luís Alves, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Pedro Fernandes, Rodrigo Marques*

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

ARTIGO 14.º (NOVO DA MN2025/JUNHO)

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 – (...)

2 – **(NOVO)** As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos, salvo o disposto no artigo seguinte.

3 - **(NOVO)** As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora, assegurando de forma coletiva a direção quotidiana do Partido no seu âmbito.

4 – **(NOVO)** Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor e decidir sobre a composição das listas de candidaturas do Partido a cargos públicos eleitos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Partido. No caso da participação do Partido em coligações regionais ou a participação de aderentes em listas de cidadãos independentes, a decisão final deve ser remetida para a Mesa Nacional.

5 –**(NOVO)** Compete às Assembleias Concelhias propor e decidir sobre as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais, com base num programa de acordo com a orientação geral do Partido para as autarquias, com exceção da participação em coligações locais ou participação em listas de cidadãos independentes deverá ser remetida para a Mesa Nacional para decisão final.

6 – (antigo 5 - Igual MN)

7 – (antigo 6 - Igual MN)

8 – (antigo 7 – Igual MN)

FUNDAMENTAÇÃO: A criação de Comissões Coordenadoras Concelhias é apenas uma das formas possíveis de organização do trabalho ao nível concelhio. O funcionamento em Assembleia é uma outra forma. Na prática, já vários concelhos trabalham ou trabalharam sem Comissão Coordenadora por várias razões. Trata-se aqui, apenas, de possibilitar estatutariamente que aconteça uma situação que, de facto, já acontece.

Por outro lado, é o tempo e o lugar de descentralizar as decisões políticas que têm a maior relevância para a emergência, afirmação e a vida das organizações e das direções locais, sem que tenham de ter a "bênção" dos órgãos de direção nacional do Partido. O essencial dessas disputas será sempre o programa político da proposta e da alternativa que as organizações se propõem defender a nível local e regional.

SUBSCREVEM*: Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

.....

ARTIGO 12.º

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 – (...)

2 - (...)

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais ~~propor~~ **deliberar** a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 – (...)

FUNDAMENTAÇÃO: Respeito pela autonomia dos órgãos locais (Distritais) e das decisões das e dos aderentes na sua área de intervenção.

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos*

.....

ARTIGO 12.º

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 – (...)

2 – (…)

3 – (…)

4 - Compete às Assembleias Concelhias **deliberar a composição das listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais, ratificadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.**

5 – (…)

FUNDAMENTAÇÃO: Respeito pela autonomia dos órgãos locais (Concelhias) e das decisões das e dos aderentes na sua área de intervenção.

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos*

ARTIGO 12.º

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 – (…)

2 – As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos, salvo o disposto no artigo seguinte.

3 – [NOVO] As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora, assegurando de forma coletiva a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.

(…)

FUNDAMENTAÇÃO: A criação de Comissões Coordenadoras Concelhias é apenas uma das formas possíveis de organização do trabalho ao nível concelhio. O funcionamento em Assembleia é uma outra forma. Na prática, já vários concelhos trabalham ou trabalharam sem Comissão Coordenadora por várias razões. Trata-se aqui, apenas, de possibilitar estatutariamente que aconteça uma situação que, de facto, já acontece.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Filipe Rosas, Frederico Mira George, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Falcão, José Guerra, José Luís Carvalho, Lou Loução, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Patrícia Barreira, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião, Teresa Fernandes*

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

ARTIGO 13.º

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

[PROPOSTA DE REDACÇÃO]

(...)

2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações. A eleição é realizada tendo em conta a proporcionalidade da representação das listas com membros eleitos no órgão.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Os secretariados de CCCs, CCDs e CCRs não são de natureza deliberativa, tendo como missão representar, executar e aplicar as deliberações da Comissão Coordenadora Concelhia, Distrital ou Regional a que respeitam.

A versão dos Estatutos em vigor prevê, para esses órgãos, a possibilidade de eleição de um secretariado, não definindo, porém, o método da mesma. Isto significa que a sua definição fica ao critério de cada órgão, levando a que, frequentemente, a composição dos secretariados seja reduzida à lista maioritária (ou a um conjunto de listas que corresponda à maioria no respectivo órgão).

Ora considerando que a discricionariedade característica da prossecução da sua missão está sempre vinculada à(s) perspectiva (s) que serviu(ram) de base à eleição dos seus membros, julga-se exigível que a pluralidade de perspectivas e sensibilidades representadas nos órgão eleitos tenha expressão nos secretariados que executam as decisões suas.

Conclui-se, então, que deve ser definido o método de eleição dos secretariados e que este deve ser o mesmo que o que está previsto para a eleição dos próprios órgãos dos quais emanam, a bem da coerência.

SUBSCREVEM: *Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, João Dias, João Graça, João Patrocínio, Laurinda Pinto, Luís Alves, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Pedro Fernandes, Rodrigo Marques*

[NOVO] COMISSÃO DE JURISDIÇÃO

[NOVO] ARTIGO 10.º

COMISSÃO DE JURISDIÇÃO

1 - A Comissão de Jurisdição é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

a) Designar as Comissões de Inquérito;

b) Decidir sobre as medidas disciplinares aplicadas às e aos aderentes que violem os Estatutos.

2 - A Comissão de Jurisdição é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados, não estando diretamente vinculadas às moções de orientação política.

3- Os membros da Comissão de Jurisdição não poderão ser simultaneamente membros da Mesa Nacional, das Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

FUNDAMENTAÇÃO: O Bloco não tem um órgão de jurisdição autónomo, estando essas competências nas mãos da Mesa Nacional. A criação deste órgão pela Convenção assegura uma separação de atribuições e previne possíveis conflitos de interesses.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião,*

[NOVO] COMISSÃO DE CONTAS

[NOVO] ARTIGO 11.º

COMISSÃO DE CONTAS

1 - A Comissão de Contas é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

a) Analisar e pedir esclarecimentos sobre as contas do Movimento;

b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento.

2 - A Comissão de Contas é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados, não estando diretamente vinculadas às moções de orientação política.

3- Os membros da Comissão de Contas não poderão ser simultaneamente membros da Mesa Nacional, das Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

FUNDAMENTAÇÃO: Não há um órgão específico para analisar as contas do partido. Quem o faz neste momento é a Comissão de Direitos. Esta acumula a função com outra absolutamente distinta que é a de analisar recursos disciplinares e disputas de matéria estatutária em última instância. A criação de um novo órgão com estas atribuições permite distinguir dois tipos de competências que não estão relacionadas introduzindo clareza.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião,*

[NOVO] LIMITAÇÃO DE MANDATOS

[NOVO] ARTIGO 15.º (A)

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

1 – O Partido adota como regra a aplicar em todos os órgãos para os quais é necessária uma escolha para cargos de representação política ou de funcionamento interno, a limitação temporal de mandatos pelo mesmo membro, nos seguintes termos:

a) Qualquer cargo em que a escolha da candidata ou do candidato resulte de atos eleitorais é exercido em exclusividade, não podendo ser acumulado com qualquer outro cargo de representação partidária, qualquer que seja a sua natureza e o seu âmbito geográfico; no caso em que se registe acumulação de representações, será necessário respeitar a precedência da candidata ou candidato imediatamente a seguir;

b) Qualquer cargo em que a escolha da candidata ou do candidato resulte de atos eleitorais de alcance nacional (Assembleia da República ou Parlamento Europeu) a limitação temporal de exercício do mandato será de dois mandatos consecutivos ou, se forem interpolados, pelo tempo equivalente a dois mandatos;

c) Para os cargos de órgãos internos do Partido, e considerando que, em regra, o mandato de cada eleição é, em condições de normalidade, de dois anos, a limitação da pertença aos órgãos internos será de 4 mandatos consecutivos ou, se for interpolado, pelo tempo equivalente à situação anterior.

2 – A aplicação destas regras de limitação de mandatos, qualquer que seja a sua natureza, entra em vigor a partir da presente Convenção Nacional.

FUNDAMENTAÇÃO: Exercer cargos de representação política é uma tarefa da maior responsabilidade política, especialmente para um partido que tem pouca representatividade eleitoral como é atualmente o Bloco de Esquerda. Por isso, tem de haver dedicação exclusiva no exercício de cada mandato e essa atividade tem de ser compartilhada pelas organizações locais, regionais ou nacionais em perfeita sintonia, complementaridade e partilha para que todos e todas, sem quaisquer exclusões de orientação política interna, aprendam na escola da luta política os caminhos da construção duma alternativa socialista para o nosso futuro comum. Esta estratégia pode ajudar à formação de novos quadros.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

[NOVO] ARTIGO 15.º

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

1- O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

2 – O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

3– O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 militantes.

4 – As contagens do tempo de exercício dos cargos eletivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da XIVª Convenção do Bloco.

FUNDAMENTAÇÃO: O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeiros deputados na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direção política.

Exemplo 1: o tempo equivalente de um mandato completo à Assembleia da República é 4 anos, pelo que o máximo de tempo que uma deputada ou deputado poderia estar em funções passaria a ser limitada pelos Estatutos ao fim de 8 anos.

Exemplo 2: o tempo equivalente de um mandato completo na Mesa Nacional é 2 anos, pelo que o máximo de tempo que uma ou um militante poderia estar em funções nesse órgão passaria a ser limitada pelos Estatutos ao fim de 8 anos.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião*,

---

DIREITO À INFORMAÇÃO

ARTIGO 18.º [MN2025/JUNHO]

DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 – As e os aderentes têm acesso às actas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos, que são publicadas no site do Bloco e enviadas por email a todas e todos os militantes, no correio da Mesa Nacional

5 – **(NOVO)** As e os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política. Este é enviado por e-mail a todas e todos os militantes do Bloco.

FUNDAMENTAÇÃO: O envio por email assegura que mais aderentes e militantes irão tomar conhecimento das propostas discutidas e das decisões tomadas, reforçando a partilha de informação interna e incentivando que os diferentes espaços de militância discutam e participem na definição da política do Bloco. Da mesma forma é necessário garantir o direito à participação e fomentar o debate político, para o que um boletim interno pode contribuir.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

ARTIGO 15.º

DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - (...)

2 - Todos os Órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões, **que incluem propostas apresentadas, declarações de voto e lista de presenças.**

3 – (...)

4 – (...)

FUNDAMENTAÇÃO: As minutas devem informar de forma documentada os aderentes, a simples identificação da decisão não permite compreender as decisões e as alternativas do que acontece nas reuniões dos órgãos, nem as propostas que foram aprovadas e as que foram recusadas. A aproximação dos aderentes aos órgãos que os representam também depende da documentação a que têm acesso.

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos*

.....

ARTIGO 15.º

DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - As e os militantes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos, que são publicadas no site do Bloco **e enviadas por email a todas e todos os militantes**.

FUNDAMENTAÇÃO: O envio por email assegura que mais militantes irão tomar conhecimento das propostas discutidas e das decisões tomadas, reforçando a partilha de informação interna e incentivando que os diferentes espaços de militância discutam e participem na definição da política do Bloco.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião,*

ARTIGO 15.º

DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 – (NOVO) As e os militantes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política. Este é enviado por e-mail a todas e todos os militantes do Bloco.

FUNDAMENTAÇÃO: O boletim interno seria um meio para as e os militantes poderem expressar as suas ideias, propostas e informações para todo o Bloco. O direito à informação não pode ser pensado apenas enquanto o direito passivo a receber informação sobre decisões tomadas na direção – deve ser alargado à partilha ativa de informação relevante entre militantes. Ao mesmo tempo, sendo a matriz política do Bloco de Esquerda a pluralidade, um instrumento de debate interno continuado é fundamental para consolidar a democracia interna.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Duarte Graça, Frederico Mira George, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandrina Espiridião*

SISTEMA DE VOTAÇÃO

ARTIGO 20.º

SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 – (...)

2 – (...)

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido ~~por correspondência~~ **de forma antecipada**, nos termos dos respetivos regulamentos. **O voto por correspondência deve ser requerido pelo próprio evocando as condições que impossibilitam a sua deslocação à mesa de voto**. A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma

comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspetiva de garantira eficácia e transparência do voto por correspondência.

FUNDAMENTAÇÃO: O voto por correspondência tem sido polémico pela logística que envolve, uma vez que se estabeleceu a sua universalidade, pela dificuldade de garantir a sua integridade. A vontade expressa de votar e participar em atos eleitorais deve ser garantida.

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos*

ARTIGO 20.º

SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

5 – (...)

6 – (...)

7 (NOVO) – A decisão sobre a composição de listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos é realizada por votação em lista aberta e voto preferencial.

FUNDAMENTAÇÃO: Este artigo tem como objetivo o reforço da democracia interna, no que concerne à organização/hierarquização de listas a cargos públicos, Assembleias Municipais, Assembleia da República, etc.

O método comummente utilizado é o de votação de lista fechada e votação em alternativa, é um método que exclui os que participam na lista perdedora e reduz a capacidade dos aderentes de participar nas listas. O método de lista aberta permite organizar as listas na hierarquia exigida por lei, em que cada aderente pode por vontade própria constar do boletim de voto. Sendo a votação universal e preferencial, o resultado final ditará a composição final da lista por ordem de preferência dos votantes, não obstante os ajustes finais regulamentados em função da paridade ou outros critérios determinados coletivamente.

SUBSCREVEM: *Ana Penas, Ana Sofia Ligeiro, António Tavares, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, David Roque, Diogo Borges, João Madeira, Joaquim Sarmento, José Santos, José Manuel do Carmo, Leonor Esteban, Luis Pessoa, Maria Jorgete Teixeira, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Teodósio Alcobia, Tiago Grosso, Victor Santos*

FINANÇAS

ARTIGO 23.º

FINANÇAS

1 - [Igual MN2025/Junho]

2 - [Igual MN2025/Junho]

3 - [Igual MN2025/Junho]

4 – **(NOVO)** Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável à Tesouraria Nacional a responsabilidade pelas contas.

5 - **(NOVO)** Compete à Mesa Nacional a nomeação da **Tesouraria Nacional**, formada pela/o Tesoureira/o Nacional e Adjunta/o.

6 - [Igual MN2025/Junho]

7 - [Igual MN2025/Junho]

FUNDAMENTAÇÃO: A competência da nomeação da Tesouraria Nacional passa a ser da Mesa Nacional deixando de ser um cargo unipessoal – Tesoureira/o - para passar a ser exercido por duas pessoas – Tesoureira/o + Adjunta/o.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Fernando José L. O. Queiroz, Filipe Manuel Mendes Rosas, Francisco Monteiro da Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Jorge Pereira, José Manuel Boavida, José Manuel Peixoto Figueira Henriques, Manuel António Azenha Santos Pereira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Maria José Samora, Maria Marreiros, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira, Patrícia Kok Marinho da Silva.*

[NOVO] IMPEDIMENTOS

[NOVO] IMPEDIMENTOS

[PROPOSTA DE REDACÇÃO]

1 - O exercício de funções na Mesa Nacional ou no Secretariado Nacional é incompatível com o exercício simultâneo de funções na Comissão de Direitos.

2 - O exercício de funções no Secretariado Nacional é incompatível com o exercício simultâneo de funções em Secretariado de Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3 - A existência de vínculo laboral com o Partido ou com órgão de soberania em funções associadas à atividade do Partido é incompatível com o exercício simultâneo de funções na Comissão de Direitos, na Mesa Nacional, na Comissão Política ou no Secretariado Nacional.

4 - Em caso de exercício de funções adstrito a uma área geográfica particular, a existência de vínculo laboral, conforme definido no número anterior, é ainda incompatível com o exercício de funções em Comissão Coordenadora Distrital, Regional ou Concelhia cujo âmbito tenha correspondência, em parte ou no todo, com a referida área geográfica.

5 - As listas candidatas à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, aprovadas nos termos dos Estatutos do Partido, não podem incluir quem haja exercido mandatos num período cumulativo superior a 12 anos no órgão a que respeita a lista candidata.

FUNDAMENTAÇÃO: Há dois factores que contribuem para uma boa dinâmica organizacional e servem de base para os pontos 1 a 4 desta proposta:

- a distribuição equilibrada de responsabilidades, no sentido de permitir o envolvimento de tanta gente quanto possível, e impedir uma acumulação de funções altamente prejudicial à dedicação a e exercício competente de cada função, e evitar o risco de burnout - uma sobrecarga de tarefas com impacto negativo na saúde mental;

- a separação de esferas de responsabilidade, com vista a garantir que, para lá do evitar de acumulação de funções, se evita a existência de quaisquer conflitos de interesses que comprometam as decisões de ordem interna de qualquer natureza - isto é especialmente importante na separação entre participação na Mesa Nacional ou Secretariado Nacional e na Comissão de Direitos, que deve ser isenta e imparcial no exercício das suas funções, e na separação entre participação nos órgãos e exercício de funções laborais associadas ao partido.

Nota-se que, a ser aprovado este artigo, o número 2 do artigo 10º necessitará de alteração, tendo em conta que se torna redundante a exigência de um mínimo de peso na Mesa Nacional de camaradas que não sejam funcionários face aos impedimentos aqui propostos.

Ademais, o permanente reforço da intervenção no plano externo exige que o exercício de mandatos em órgãos de soberania, confiados ao Bloco por vontade popular, seja limitado no tempo para cada pessoa em particular.

Dar forma estatutária a essa exigência seria saudável para o Bloco, evitando a excessiva dependência da estrutura colectiva para com alguém em particular, e para cada camarada cujo contributo assume a forma de exercício de mandato em órgão de soberania, a quem nunca se deverá exigir um compromisso para lá de um período de tempo razoável.

Enquanto organização de Esquerda, de natureza necessariamente colectivista, devemos procurar que a força do Bloco não dependa em demasia da sua associação à imagem de quem representa o partido a cada momento.

SUBSCREVEM: *Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, João Dias, João Graça, João Patrocínio, Laurinda Pinto, Luís Alves, Mariana Falcato Simões, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Pedro Fernandes, Rodrigo Marques, Rui Pedro Moreira*

[NOVO] PROPOSTA GLOBAL SOBRE ADERENTES

Proposta de alteração aos estatutos nos Artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 10º, 12º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º - Aderentes

Alterar a referência a "aderente" e "aderentes" para "militante" e "militantes". Esta alteração deve igualmente ser vertida nos demais documentos em que a referência é feita a "aderentes".

FUNDAMENTAÇÃO: A ideia de "aderente" remete para uma postura mais passiva na construção do Bloco. A ideia de "militante", por outro lado, enfatiza o papel essencial do empenho de cada uma de nós neste esforço de construção coletiva de um projeto político emancipador.

SUBSCREVEM: *Alda Grelo, Alexandre Cunha, Alice Nunes, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Margarida Roberto, António Eduardo Pereira, António Santos, Artur Gouveia, Bruno Martins, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, David Norte, Frederico Mira George, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Eliseu Pinto, José Guerra, José Luís Carvalho, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Miguel Madeira, Nuno Calça, Orlanda Silva, Paulo Pica, Pedro Taveira, Raul Rasga, Samuel Cardoso, Sandra Dias, Sandrina Espiridião*

Contributos para os debates da XIV Convenção

Enfrentar o racismo estrutural - combater o ódio e a xenofobia

Ackssana Silva, Aliyah Bhikha, Ana Durães, Anabela Rodrigues , Cyntia de Paula, Edna Tavares, Erica Acosta, José Falcão, Júlia Mendes Pereira, Lou Loução, Santiago Mbanda Lima, Pedro Varela, Raul Noetzold, Ricardo Paes

A falta de uma linha programática consistente de combate ao racismo e xenofobia tornou-se evidente a cada eleição. Os avanços conseguidos, nomeadamente em 2019, demonstraram que a sociedade se revia no caminho que se construía para fortalecer as reivindicações antirracistas. Contudo, todos os progressos alcançados foram secundarizados.

É histórica a desvalorização de temas como o reconhecimento do racismo estrutural e as suas lutas. As vitórias obtidas na Década Internacional de Afrodescendentes e nos planos nacionais e Europeus de combate ao racismo e à discriminação não se refletiram em medidas concretas do partido, nem mesmo numa práxis interna de trabalho.

Há alguns anos que o cenário político se vem reconfigurando a favor do crescimento dos partidos de extrema-direita. As transformações ocorridas na sociedade nos últimos anos, em especial o crescimento das ideias fascizantes e o rápido incremento da extrema-direita no Parlamento, obrigaram o partido a posicionar-se perante os vários ataques contra pessoas racializadas e migrantes. No entanto, essas posições contra o racismo e xenofobia não foram devidamente acompanhadas de propostas políticas nos órgãos onde temos representação.

Existe, ainda, uma insistência da atual direção em não consultar os militantes com maior conhecimento e aprofundamento sobre os assuntos, o que levou a discursos desarticulados com as várias realidades, explorando apenas os momentos mediáticos com os mesmos protagonistas para todos os assuntos. A perda de quadros políticos é uma realidade, o que resultou na centralização de atividades num reduzido número de militantes. Num partido maioritariamente branco tal escolha prejudicou, inclusive, a formação de quadros que poderiam melhor representar a diversidade da população que vive em Portugal e principalmente das classes populares e jovens.

Foram repetidos erros que há muito a militância tem vindo a apontar. As melhorias sugeridas foram ignoradas, nas campanhas as propostas sobre as migrações e o antirracismo foram deixadas apenas no papel. O resultado nas urnas obriga o partido a se posicionar numa prática de trabalho contínuo para manter e multiplicar os votos, e, principalmente, integrar novos militantes.

Embora tenha sido reconhecida a necessidade de organizar a militância através de um grupo de trabalho antirracista, foram poucas as vezes em que o grupo foi encarado com seriedade e que as contribuições foram consideradas e incorporadas na estratégia do partido. Os atropelos e a descoordenação face às recomendações e iniciativas provenientes do grupo foram constantes e ruidosas.

Na verdade, tal revela um problema mais amplo de democracia interna que terá de melhorar nos próximos anos, nomeadamente num momento de ascensão da extrema-direita, de maiores ataques racistas e de fragilidade da esquerda. Assim, a luta antirracista tem de ser cada vez mais central na acção política do Bloco e para isso é imperativo melhorar as estruturas internas da nos-

sa organização que terão um papel fundamental para pensar, discutir e agir na luta antirracista e pelos direitos das pessoas migrantes.

A realização de um Encontro Nacional Antirracista foi um momento importante e com grande participação, no entanto, é fundamental não olhar para este como parte de uma check list com itens concretizados. É necessário compreender o encontro como um processo em construção para o enraizamento do pensamento e de práticas internas antirracistas. É cada vez mais urgente o partido inserir-se nas várias lutas e trazer para o seu interior quadros políticos.

O BE é muito mais branco do que as nossas ruas, os nossos locais de trabalho ou a juventude que frequenta as nossas escolas. É preciso avaliar como o partido perdeu muita da sua influência no movimento antirracista e pelos os direitos das pessoas migrantes nos últimos anos. Efetivamente, tal perda de influência aconteceu em diversos setores por falta de ativismo de base e enfraquecimento do apoio aos movimentos sociais, pois o Bloco tem-se configurado como um partido de gabinete, centrado quase exclusivamente no parlamento e nas eleições. Por isso é fundamental virar o nosso centro para as ruas, escolas, locais de trabalho e, fundamentalmente, para os movimentos sociais.

Apesar de tudo, o Bloco continua a ser o partido com o melhor programa relativamente à luta antirracista e aos direitos das pessoas migrantes, fruto de anos de trabalho da militância antirracista. Mas tal não tem sido de forma contínua, o que revela a preferência pelos momentos mediáticos e não pela formação de quadros com diversidade étnico-racial. Só mudando este paradigma é que será possível recuperar o espaço e influência perdidos na esfera do movimento social.

É crucial aprofundar o reconhecimento - especialmente na esquerda ocidental - dos desafios e das especificidades presentes na luta antirracista e na defesa dos direitos das pessoas migrantes. O Bloco de Esquerda pode liderar essa mudança, especialmente num momento em que a classe trabalhadora é atacada pela direita. Entre os mais afetados estão as pessoas racializadas e migrantes, cujas lutas têm o potencial de impulsionar movimentos importantes e transformadores.

A representatividade deve ser efetiva e não apenas performativa.

Que fazer?

Adelino Fortunato

Diferentes observadores colocam hoje de novo a pergunta clássica "Que Fazer?", formulada num célebre panfleto de 1901 a propósito da social-democracia russa. Nessa altura tratava-se de justificar a construção de um tipo de partido inspirado na social-democracia alemã (SPD) para enfrentar os rigores da repressão czarista e, ao mesmo tempo, dar corpo a um projeto de unificação nacional e de organização do proletariado russo na luta pelo socialismo. Este, em breve, daria mostras de atividade revolucionária (1905). Mais de um século passado, recheado de acontecimentos contraditórios e de muitas derrotas, de grandes mudanças no próprio capitalismo e na estratificação das classes sociais, de crise da esquerda e da própria ideia de revolução e de socialismo, aquela pergunta volta a ter atualidade.

Já em 2010, no Fórum Social Mundial, David Harvey afirmava que "a questão de Lenine exige uma resposta" (Que Fazer?) e, uma década mais tarde, o mesmo autor retoma o tema tendo em conta as profundas transformações do capitalismo contemporâneo, em particular da própria classe trabalhadora. Concentrando-se na evolução do panorama económico dos Estados Unidos e da Inglaterra desde os anos 70, Harvey constata o óbvio, é tentador afirmar que a classe trabalhadora "desapareceu", mas se pararmos para pensar com mais cuidado concluímos que ela simplesmente mudou de configuração. Uma parte transferiu-se para países como a China ou o México onde a remuneração do trabalho é mais baixa (offshoring), a restante não está fabricando apenas as mesmas coisas, nem está envolvida nas mesmas atividades de antigamente.

Uma parte da "nova classe trabalhadora" deve ser encontrada nas vastas cadeias de fast food, na logística ou nos terminais dos aeroportos, setores de atividade que ganharam uma importância estratégica enorme. Desde logo porque esses trabalhadores podem paralisar a atividade económica de um país quando mobilizados para greves e outras ações de resistência prolongada. Por outro lado, estas atividades estão associadas a mudanças nos estilos e nas modalidades de vida contemporâneos que não serão revertidos. A entrada das mulheres no mercado de trabalho retirou a produção de alimentos dos lares da população trabalhadora e transferiu-a para o mercado em muitas partes do mundo, da mesma forma que o turismo e outros modelos de vida "modernos" instalaram-se decisivamente.

Por outro lado, ainda, muitos destes trabalhadores, mesmo sem ocuparem postos de trabalho em fábricas ou outros locais convencionais, são essenciais para a criação de valor e para a realização da mais-valia, fazem parte de uma espécie de trabalhador coletivo que mantém o capitalismo em funcionamento. A luta anticapitalista deve partir da abordagem do sistema como uma totalidade, travada na esfera da produção, da realização no mercado e noutras atividades no domínio da circulação e na esfera da reprodução social. O/a trabalhador de uma cadeia de fast-food, um(a) caixa de supermercado, um(a) professor(a) ou um(a) trabalhador(a) da banca integram essa mesma massa de assalariados cuja ação conjugada será decisiva para qualquer projeto de derrube do capitalismo.

Para além de tudo isto, a "renovação" da classe trabalhadora envolve também uma alteração mais profunda da sua composição em termos de género (mulheres), de raça (minorias racializadas) e étnica (africanos, hispânicos, imigrantes da Europa Oriental e de outros lugares) com consequências táticas importantes para a luta anticapitalista. Trata-se de uma classe trabalhadora dominada, em certas áreas, por mulheres, por afro-americanos e outros grupos étnico-raciais marginalizados e por imigrantes. As identidades destes grupos sociais da população trabalhadora permanecem vivas (daí a emergência de novos movimentos sociais) mesmo quando eles se integram no quadro das lutas contra o capital, mas um forte movimento dos trabalhadores é condição indispensável para as superar em algo mais vasto e que as transcende.

As implicações de todos estes fenómenos para a resposta à questão "Que Fazer?" são enormes. Assim como Lenine procurou formular uma pergunta e respostas adaptadas à resolução dos problemas da sua época, hoje precisamos de evitar as pressões para a fragmentação que resultam da diversidade da composição da classe trabalhadora nos mais diversos domínios, criando um poderoso instrumento de unificação que é o partido de massas dos trabalhadores. A grande questão é, como acomodar na mesma organização autonomia estratégica e implantação social indispensáveis para um processo de derrube do capitalismo e de tomada do poder pelo proletariado, com a descentralização e a variedade de pontos de vista que hoje predominam no plano social. Só um programa anticapitalista consistente e abrangente, que combine lutas com a educação revolucionária, isto é, que as articule com a natureza capitalista da sociedade e a necessidade de transformação social, o pode assegurar.

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer - Parte 1

Adriana Garcez Martins, Ana Rita Durães, Ana Patrícia Alves, André Azinheira, Andreia Galvão, António Soares, Bárbara Góis, Beatriz Pinto, Beatriz Pontes, Carolina Monteiro, Catarina Medeiros, Catarina Santos, Clara Sandra Borges, Daniela Vespeira, Daniel Carapau, Daniel Martins, David Santos, Diogo Machado, Domingos Monteiro, Eduardo Couto, Esmeralda Susana, Fábio Martins, Francisco Faustino, Francisco Pumacayo, Gil Ribeiro, Gonçalo Filipe, Guilherme Góis, Henrique Bregieira, Helena Martins, Hugo Andrade, Igor Constantino, Inês Bom, Inês Sena, Irina Pampim Silva, Íris Sá, Isabel Silva Martins, Joana Pina, João Moreira da Silva, José Dias, José Manuel Bernardo Abrantes, José Pedras, Laura Dias, Leonor Rosas, Luís Caroça, Luís Santos, Manuel Afonso, Manuel Dias Afonso, Manuel Duarte, Manuela Lomba, Barcelos, Marco Aboim,Maria Cristina Oliveira, Maria Valente, Maria Veríssimo, Marlene Pontes,Miguel Martins, Nádia Leal, Nelson Peralta, Patrícia Felício, Paula Serralha, Paula Teixeira, Paulo Aguiar, Paulo Oliveira, Pedro Celestino, Pedro Fernandes, Pedro Varela, Raquel Vitorino, Rafaela Vasconcelos, Rebeca Moore, Rebeca Paiva,Rita Nóbrega Gomes, Rodrigo Machado, Rui Borges, Rui Tavares,Sadiq S. Habib, Sara Azul, Sofia Estriga, Sofia Rajado, Sónia Miceli, Tiago Castelhano, Tiago Sequeira, Tomás Marques, Vasco Diogo

O momento é de crise: sem mudanças profundas, os riscos para o Bloco são existenciais. Partindo de diferentes referências ideológicas, somos militantes com preocupações e propostas comuns. Apesar das críticas aqui expostas, a maioria de nós subscreve a Moção A, por considerar a sua orientação a mais indicada para o debate urgente sobre o futuro. Outros, entre nós, não a subscreveram devido a essas mesmas críticas. Tudo isso é natural: o debate interno é um processo vivo em construção permanente. Junta-nos a convicção de que a XIV Convenção não deve ser um momento de simples continuidade, mas de transformação. Necessitamos de uma (auto) crítica radical e plural, de uma visão séria das dificuldades, mas também das possibilidades de avanço e de uma orientação estratégica clara. Este é um contributo para aprofundar esses debates urgentes sobre o futuro do Bloco.

A realidade é difícil, mas existem possibilidades. É importante o reconhecimento da viragem à extrema-direita que arrasta uma parte substancial das classes populares, centra o debate político em temas reacionários, abre espaço à ofensiva capitalista (nos direitos dos migrantes, no trabalho, na saúde, na habitação, no militarismo) e que, em larga medida, tem conseguido vencer a Esquerda na luta pela hegemonia. Porém, a realidade mostra que se podem abrir dinâmicas de mobilização e aceleração políticas a ser aproveitadas pela Esquerda. O avanço da extrema-direita não tem de significar o recuo da Esquerda Radical. Vemo-lo em países como França (LFI), Alemanha (Die Linke), Brasil (Boulos), EUA (Zohran Mamdani). Não descuramos as particularidades da situação portuguesa, mas não somos fatalistas. Não acreditamos na inevitabilidade de uma Esquerda que apenas resiste e recua. As tendências avassaladoras de direitização levam a recuos, mas também a conflitos e, por isso, há momentos que permitem avançar, se estivermos

preparados. Sem ultrapassar o derrotismo e a ideia de que as dificuldades impostas pelo contexto são incontornáveis, não seremos protagonistas destes avanços.

Corrigir erros para aproveitar oportunidades. Devemos evitar um círculo vicioso em que o fatalismo explica o recuo, evitando a assunção de erros, impedindo-nos de aproveitar estas oportunidades. A ascensão da extrema-direita tem, em vários países, levado a uma reconfiguração da Esquerda. Em Portugal, essa polarização, ainda incipiente, não está a ser aproveitada pelo Bloco, mas não há motivos para crer que seria impossível fazermos parte dessa dinâmica. Não a estamos a aproveitar por erros políticos, alguns recentes (resposta à questão dos despedimentos, p.ex.), mas sobretudo de médio-longo prazo: modelo de partido pouco militante, indefinição programática, ambiguidade estratégica (face ao PS, face à UE, p.ex.), pouca ligação a setores populares, desinvestimento na juventude. É preciso assumir e discutir estes problemas para superar o impasse. A atitude defensiva face às críticas e a ausência de verdadeiras decisões coletivas estão a impedir o Bloco de se reconfigurar para ocupar o espaço à esquerda, que, assim, é ocupado por outros.

Enraizamento social e popular. A Moção A constata que os canais tradicionais de comunicação – órgãos de comunicação social e redes sociais – «são-nos alheios ou mesmo hostis», ou seja, têm um caráter de classe. É reconhecido também que «ao longo dos anos, opções da direção não potenciaram o nosso enraizamento». A consequência lógica é que temos que construir um plano concreto de contacto direto e de enraizamento social que priorize as classes trabalhadoras, no seu sentido mais amplo, os setores mais precários e a juventude. Não descurando as restantes arenas, nomeadamente nas redes sociais, a implantação social e territorial são centrais para evitar a marginalização do Bloco. É essencial assumi-lo como prioridade e discutir caminhos de concretização.

Os partidos de Esquerda que resistem a estes tempos são partidos organizados, com pessoas enraizadas nos espaços associativos e organizativos das suas comunidades. Isto ajudará o Bloco a ter, nos seus espaços de decisão, mais militantes que acompanham as mudanças da sociedade e as suas novas ideias, rompendo com a "bolha" em que a Esquerda tem sido acantonada. Por isso, numa visão de organização popular com diálogo entre partido e sociedade, não devemos só olhar para o que os militantes fazem dentro do Bloco, mas também projetar o que podem fazer fora.

É certo que todo o Bloco estará de acordo com isto. A questão é o que vamos fazer (e do que vamos abdicar) para ter um partido que, na sua organização, linguagem, agenda, porta-vozes, e, sobretudo, política, fale para largas camadas empobrecidas – muitas das quais têm sido seduzidas pela extrema-direita. Esse é o debate que está em falta.

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer - Parte 2

Adriana Garcez Martins, Ana Rita Durães, Ana Patrícia Alves, André Azinheira, Andreia Galvão, António Soares, Bárbara Góis, Beatriz Pinto, Beatriz Pontes, Carolina Monteiro, Catarina Medeiros, Catarina Santos, Clara Sandra Borges, Daniela Vespeira, Daniel Carapau, Daniel Martins, David Santos, Diogo Machado, Domingos Monteiro, Eduardo Couto, Esmeralda Susana, Fábio Martins, Francisco Faustino, Francisco Pumacayo, Gil Ribeiro, Gonçalo Filipe, Guilherme Góis, Henrique Bregieira, Helena Martins, Hugo Andrade, Igor Constantino, Inês Bom, Inês Sena, Irina Pampim Silva, Íris Sá, Isabel Silva Martins, Joana Pina, João Moreira da Silva, José Dias, José Manuel Bernardo Abrantes, José Pedras, Laura Dias, Leonor Rosas, Luís Caroça, Luís Santos, Manuel Afonso, Manuel Dias Afonso, Manuel Duarte, Manuela Lomba, Barcelos, Marco Aboim, Maria Cristina Oliveira, Maria Valente, Maria Veríssimo, Marlene Pontes,Miguel Martins, Nádia Leal, Nelson Peralta, Patrícia Felício, Paula Serralha, Paula Teixeira, Paulo Aguiar, Paulo Oliveira, Pedro Celestino, Pedro Fernandes, Pedro Varela, Raquel Vitorino, Rafaela Vasconcelos, Rebeca Moore, Rebeca Paiva,Rita Nóbrega Gomes, Rodrigo Machado, Rui Borges, Rui Tavares,Sadiq S. Habib, Sara Azul, Sofia Estriga, Sofia Rajado, Sónia Miceli, Tiago Castelhano, Tiago Sequeira, Tomás Marques, Vasco Diogo

Renovação da orientação estratégica. A Moção A dá passos importantes, nomeadamente reconhecendo alguns erros (ainda que de modo pouco profundo) e apontando caminhos de organização interna. Todavia, apresenta poucas pistas sobre a estratégia para lidar com este momento de refluxo e evita discutir a renovação necessária da linha política, numa espécie de compromisso implícito de continuidade. Esta discussão é central, pois a fórmula atual está esgotada – não o constatamos apenas devido ao desaire eleitoral, mas sobretudo à perda de influência social e à incapacidade de pensar uma resposta eficaz na disputa de ideias e valores.

O momento atual de instabilidade, embora adverso, abre brechas que devemos aproveitar para apresentar uma narrativa alternativa às do neoliberalismo e do neofascismo, dando expressão à raiva das classes populares, eleitorado natural da esquerda anticapitalista que temos de reconquistar. Num contexto de desigualdades profundas, isto implica recuperar o confronto como eixo do nosso discurso, mobilizando a classe trabalhadora, na sua diversidade, contra um inimigo comum, num confronto entre povo e elites. Assim, a nossa política não se deve cingir a compromissos para defender o atual regime e a sua democracia esvaziada. É essencial, claro, bloquear os ataques antidemocráticos das direitas, mas temos de ir além desta postura que nos acantona na posição de defensores de uma democracia que falha à maioria do povo. Temos de disputar a agenda e o senso comum para uma visão de sociedade própria, transformadora, assente no controlo democrático da riqueza e do poder pelas classes populares, contra a ditadura do mercado.

Mais do que "reencontrar" o espaço que "só ele ocupa", o Bloco deve ajudar a reconstruir o espaço de uma esquerda radical, plural e popular, pois não há espaços estáticos à nossa espera. Não

temos receituários, apenas contributos iniciais e a convicção de que este é um debate que só se resolve com discussão aprofundada. Sem clareza de para onde vamos, apenas podemos recuar.

Pôr fim ao centralismo excessivo. A atitude defensiva face à mudança é, em grande medida, causada pela grande falha do funcionamento interno do Bloco: o centralismo excessivo. A Mesa Nacional (MN) e a Comissão Política (CP) foram secundarizadas, quando não esvaziadas; as decisões são tomadas em circuito fechado pelo Secretariado. A falta de debate e de pluralidade leva a mais erros políticos; a concentração de tarefas de diferentes níveis (nacional, distrital e concelhio) num número muito reduzido de dirigentes resulta em objetivos não cumpridos, impossibilidade de ouvir, cuidar e organizar com tempo. Militantes que não são chamados a participar num debate político, franco e aprofundado e com consequências reais não se formam, não assumem responsabilidades e frustram-se – muitos afastam-se. Às críticas feitas de boa-fé e de forma fraterna a reação é, muitas vezes, a desvalorização, a caricatura e a desconfiança. Acabar de vez com esta dinâmica é necessário para desbloquear soluções para o futuro. Isso implica explicar este problema ao partido e discutir como resolvê-lo. Não pode haver decisões inquestionáveis, impostas de cima, inclusive através da comunicação social, nem temas tabus e dirigentes acima da crítica.

Democracia interna efetiva. O reverso do centralismo excessivo, que hostiliza ou desconsidera opiniões diferentes, é o enfraquecimento da democracia interna, a despolitização e até o fracionamento.. Acabar com o centralismo excessivo é revigorar a democracia interna, garantindo uma "democracia vivida". Essa deve ser uma tarefa central da direção, a todos os níveis. As mudanças não nascerão espontaneamente, exigem decisões concretas. Isso significa uma mudança radical face aos últimos anos e a Convenção deve assumi-lo como uma campanha interna para mudar o Bloco. Espaços de decisão, votação, delegação e autonomia têm de percorrer o Bloco de cima a baixo. As reuniões de base devem ser mais frequentes e politizadas, quebrando códigos e rituais que dificultam a participação. A apresentação e votação de propostas diferentes sobre campanhas, prioridades, candidaturas, etc. devem ser normalizadas. Ademais, é necessário garantir que as reuniões com os militantes se tornam em reais espaços de decisão política e não apenas câmaras de eco de decisões já tomadas. As reuniões devem ter consequências práticas, resultando em ações e atividades concretas, enunciadas de forma explícita no seu final e comunicadas aos militantes, garantindo-se que é dado seguimento às ações decididas, responsabilizando órgãos dirigentes e militantes. Há que criar uma lógica de funcionamento que dê autonomia e ferramentas aos militantes de base para organizarem encontros, debates, ações públicas. É preciso confiar na capacidade de muitas e muitos militantes serem agentes das mensagens do partido – como foi experimentado com o porta-a-porta – e promover o funcionamento de núcleos sem necessidade de controlar o que lá é discutido.

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer - Parte 3

Adriana Garcez Martins, Ana Rita Durães, Ana Patrícia Alves, André Azinheira, Andreia Galvão, António Soares, Bárbara Góis, Beatriz Pinto, Beatriz Pontes, Carolina Monteiro, Catarina Medeiros, Catarina Santos, Clara Sandra Borges, Daniela Vespeira, Daniel Carapau, Daniel Martins, David Santos, Diogo Machado, Domingos Monteiro, Eduardo Couto, Esmeralda Susana, Fábio Martins, Francisco Faustino, Francisco Pumacayo, Gil Ribeiro, Gonçalo Filipe, Guilherme Góis, Henrique Bregieira, Helena Martins, Hugo Andrade, Igor Constantino, Inês Bom, Inês Sena, Irina Pampim Silva, Íris Sá, Isabel Silva Martins, Joana Pina, João Moreira da Silva, José Dias, José Manuel Bernardo Abrantes, José Pedras, Laura Dias, Leonor Rosas, Luís Caroça, Luís Santos, Manuel Afonso, Manuel Dias Afonso, Manuel Duarte, Manuela Lomba, Barcelos, Marco Aboim, Maria Cristina Oliveira, Maria Valente, Maria Veríssimo, Marlene Pontes,Miguel Martins, Nádia Leal, Nelson Peralta, Patrícia Felício, Paula Serralha, Paula Teixeira, Paulo Aguiar, Paulo Oliveira, Pedro Celestino, Pedro Fernandes, Pedro Varela, Raquel Vitorino, Rafaela Vasconcelos, Rebeca Moore, Rebeca Paiva,Rita Nóbrega Gomes, Rodrigo Machado, Rui Borges, Rui Tavares,Sadiq S. Habib, Sara Azul, Sofia Estriga, Sofia Rajado, Sónia Miceli, Tiago Castelhano, Tiago Sequeira, Tomás Marques, Vasco Diogo

Renovar a direção. O excessivo centralismo atrasa a formação de quadros e de espaços intermédios de organização e decisão. O Bloco é um partido rico em militantes com diferentes experiências, origens e sensibilidades políticas. Mas a direção, concentrada no Secretariado, tende a não expressar essa riqueza, tornou-se opaca, presa a rotinas e vícios, desligada de experiências reais da luta social e política, dos anseios das bases jovens e populares e, inclusive, defensiva face a essas influências. É impossível, por muito preparados e intelectualmente capazes que sejam, que um grupo reduzido de pessoas em que cada uma acumula variadas funções consiga implementar orientações em consonância com o que partido quer e que a luta de classes exige – até pela falta de tempo para interagir com quem não está na "bolha" da direção e dos funcionários.

A homogeneidade política do núcleo dirigente pode explicar-se pelo padrão de apostas de novos quadros para os espaços de decisão nos últimos anos. A diversidade de origens e experiências foi afunilada, demasiado concentrada em percursos de trabalho parlamentar ou autárquico e com pouca presença de perfis de atividade associativa, sindical, nos movimentos sociais ou na sociedade civil. Isto limita a diversidade de opiniões e a capacidade de análise, de visão estratégica e de proposta política. Todos os perfis são valiosos, mas o peso desequilibrado que a política mediática trouxe ao Bloco nos últimos anos criou um viés e empobreceu a nossa política. O mesmo é válido, em parte, na seleção de candidatos em eleições, em particular para lugares elegíveis. Mais diversidade política e social nos espaços de decisão diminuem os erros, sintoniza mais o partido com as classes populares e as dinâmicas da sociedade, ajudando-nos a sair da "bolha".

A capacidade política da atual direção e o seu nível de dedicação não estão em causa. Contudo, para responder aos desafios da complexa situação do partido e do país, é preciso refrescar e reequilibrar a direção. Nomeadamente, a MN e a CP, que devem passar a ser os centros decisórios, como consagram os estatutos. Não se trata de mudar toda a composição da direção, mas de garantir um refrescamento substancial. Não se podem repetir anúncios públicos de candidaturas, tanto a órgãos internos, como em contexto eleitoral, sem que os militantes e os órgãos respetivos tenham feito, previamente, um debate democrático e inclusivo. Sobretudo, trata-se de assumir que este tema é central, pelo que deve ser abertamente discutido: uma direção para que tarefas? Composta com que critérios? Que reflete que experiências, setores e sensibilidades? Que presta contas a quem, de que maneira e com que regularidade? Todo o militante deve poder opinar e participar no processo de construção da direção futura para a reforçar e diversificar.

Devem assim ser prioridades do debate da XIV Convenção e da MN nela eleita:

- Voltar a dotar a Comissão Política e a Mesa Nacional do exercício da sua função de definição da linha política e de decisão dos assuntos fundamentais como consagrado nos estatutos.
- Dar força a um verdadeiro processo de atualização programática, com grupos de trabalho alargados, que não se limite a pensar o programa eleitoral do Bloco, mas, antes de mais, priorize o debate e a elaboração de uma visão de sociedade e de transformação do país que definam ideologicamente o Bloco e permitam disputar o senso comum e fortalecer os militantes nessa disputa nas mais diversas áreas.
- Priorizar organização eficiente dos militantes nos seus bairros, escolas, universidades, locais de trabalho, núcleos e concelhos, criando mecanismos de organização próprios de cada espaço que garantam a implantação social do Bloco nos espaços onde está a sua militância. A prioridade deve ser a implementação em setores populares precarizados e na juventude.
- Adotar um modelo de funcionamento assente na democracia de base com reuniões frequentes e politizadas, votações regulares e referendos internos sobre os posicionamentos políticos e na autonomia militante.
- Discutir aberta e democraticamente os critérios e a composição da direção do Bloco: MN, CP e Coordenação.
- Garantir a representação da pluralidade do partido e das suas correntes críticas na Convenção, de forma a assegurar um debate robusto, alargado e construtivo.

Feminismo e armadilhas liberais: não há mudança sem organização coletiva

Adriana Lopera, Alda Sousa, Ana Vasquez, Andrea Peniche, Beatriz Realinho,Carmo Marques, Ana Carolina Gomes, Catarina Valente Ramalho, Dina Nunes,Helga Calçada, Inês Antunes, Joana Pires Teixeira, Mafalda Brilhante, Maria Leonor Figueiredo, Maria Manuel Rola,Paula Sequeiros, Sofia Roque, Susana Constante Pereira, Tainara Machado

Dentro do Bloco de Esquerda, já houve muitas reflexões e críticas sobre o feminismo liberal e posições nas quais não nos revemos. Mas, para crescermos e contarmos para o debate, temos de refletir também sobre como os nossos ativismos têm sido, em muitos momentos, permeáveis às armadilhas do pensamento liberal.

As redes sociais transformaram profundamente a forma como nos organizamos. Se é positivo que tenham amplificado várias causas feministas e LGBTQIA+, é preciso perguntar se esse progresso é real, já que grande parte das vezes não assenta, na nossa opinião, em formas reais de organização coletiva. Estamos cada vez mais reféns das redes sociais e parece-nos seguro dizer que, sopesadas vantagens e desvantagens, elas empobreceram e enfraqueceram, em muitos casos, os debates e a capacidade de resistência e progresso. Isto não tem apenas que ver com o facto de as redes sociais serem um espaço onde todos os discursos se equivalem e em que pouco importa a fronteira entre a mentira e a verdade. Tem que ver, também, com as ilusões que este espaço digital cria e alimenta. Há quem ache que a presença nas redes sociais é uma forma de ativismo, mas essa é uma ilusão liberal, porque não há organização coletiva sem relação com outras pessoas.

Uma parte dos movimentos feminista e LGBTQIA+ tem reproduzido o discurso liberal, com consequências nocivas para o movimento e para a sua intervenção. Demasiadas vezes, o sujeito coletivo cede lugar a casos individuais, erodindo a ideia de que a opressão é estrutural e só pode ser vencida se a resposta transformadora for também ela estrutural. A resposta que precisamos de criar ou é coletiva ou é desabafo. Demasiadas vezes tem tido voz o feminismo centrado nos tetos de vidro, no empoderamento, na capacitação individual como panaceia para a superação das desigualdades, mas ele é um logro classista e individualista. O individualismo é antifeminista, é a receita liberal para o imobilismo social e assenta, simultaneamente, na autodepreciação e no autoelogio, em vez de assentar em proposta política.

Como consequência, a velha e justa reivindicação dos espaços seguros, livres de assédio, foi distorcida para dar lugar a um pensamento perigoso, segundo o qual o outro é, por princípio, uma ameaça. Esta obsessão persecutória, aliada ao enfraquecimento e/ou desistência de formas de organização e participação coletivas, tem favorecido a emergência da gritaria, da delação, da vingança, da vaidade e, sobretudo, da ausência de horizonte político. Vários ativismos têm não só sido permeáveis a esta tendência, como a têm abraçado, tantas vezes, de forma acrítica. E, pior, acreditando que aí reside um compromisso com a justiça social. Puro engano.

Não nos serve um feminismo-polícia, que vigia e olha os outros sempre como ameaça, nem um feminismo-securitário, para o qual a emancipação passa por proteger cada mulher da própria sociedade, isolando-a numa espécie de redoma e remetendo-a para o papel de vítima sem agência. Nós não queremos ser vitimizadas, queremos ser livres.

Não nos serve um feminismo-eucalipto, que desiste da organização coletiva e não discute um projeto concreto de transformação e de combate às opressões . Que, centrado em casos particulares e em indignações incendiárias (mas fátuas), pouco ou nada contribui para a crítica, a reflexão e a construção de uma resposta. Pelo contrário, não só seca possibilidades de articulação, como, totalitariamente, ousa tentar impor a sua casuística à agenda do movimento social organizado, reproduzindo, muitas vezes com violência, aquilo que critica: autoritarismo e intimidação. Não se trata, pois, de debate ou proposta política, mas de chantagem. O resultado de um feminismo-eucalipto é a despolitização, a fragmentação do movimento e a ausência de horizonte político.

Enfrentamos tempos difíceis. O desespero não será útil, mas também não nos serve a ilusão. O feminismo anticapitalista e interseccional não se pode deixar capturar pelas armadilhas liberais, pelo punitivismo e pelos usos oportunistas das suas causas. Não nos resignamos aos sinais dos tempos e sabemos que o confronto que importa disputar não se trava dentro de bolhas protegidas. Em vez de nos fecharmos em espaços autorreferenciais e de nos iludirmos com fantasias liberais, devemos empenhar-nos na organização coletiva, na solidariedade política e na construção de alternativas que rompam com a lógica neoliberal do eu contra o outro.

Quem tem medo da democracia na Escola?

Alexandra Vieira, Jorge Humberto, Cátia Domingues, Maria José Vitorino, Nuno Pinheiro, Raúl Rasga, Maria Deolinda Martin, Catarina Vieira e Castro, Duarte Graça, Helena Amaral, Maria Veríssimo Vieira, Fabíola Cardoso, Miguel Correia, Sandra Costa, André Julião, Manuela Antunes, Paula Teixeira, Alexandre Mano, João Martins, Renato Silva, Almerinda Bento, Cristina Guedes, João Vasconcelos, Lúcia Cunha, Carlos Costa, Maria de Fátima Francisco, Gina Alice Mateus

Passadas quase duas décadas de aplicação do Decreto-Lei 75 de 2008, que implementou a gestão unipessoal e, mais tarde, de formação de megagrupamentos, verificaram-se transformações profundas na vida das escolas que, a par da alteração do Estatuto da Carreira Docente (ECD), em 2005, não são merecedoras de avaliação, apesar da atual "cultura da avaliatite aguda".

Existem mudanças no quotidiano das escolas, na complexificação dos processos e na proletarização e burocratização do trabalho dos docentes. É facilmente verificável que a plataformização do trabalho com monitorização remota tomou conta do tempo de todas as pessoas que trabalham nas escolas.

Paralelamente, e ao arrepio da Pedagogia e da Didática, a "cultura da avaliatite aguda" continua com novas provas integralmente em formato digital e em qualquer nível de ensino. Os custos elevados da implementação destes procedimentos não são acompanhados por objetivos claros e pedagógicos e muitas questões se levantam. Uma delas, a da gadgetização das aprendizagens que visa monitorizar apenas o que se ensina e não tanto o que se aprende, obriga a demora na preparação e retira tempo às aprendizagens.

Decorrente da alteração do modelo de gestão, constata-se a confusão perigosa entre o que é a participação dos Pais e Encarregados de Educação (PEE) e a fiscalização perniciosa, intrusiva e ameaçadora do trabalho docente, combinado com a perda de autoridade e a proletarização do trabalho. Supostamente, de aliado, o PEE passa a considerar o professor um inimigo, supostamente, mesmo quando o próprio é docente, passando a considerar o professor não um aliado mas um inimigo, sugerindo até como as aulas devem ser lecionadas. Este é mais um sinal evidente do crescimento de uma cultura nociva, da perda de identidade docente, da usurpação de papéis e da perda de autoridade do docente decorrente da alteração do ECD.

A (in)governabilidade dos megagrupamentos e a perda de identidade dos agrupamentos parece não levantar questões de maior e serve os requisitos da descentralização de competências e da municipalização, acarretando uma tutela entre ministério da educação e município, numa relação a três, na qual a escola é o elo mais fraco, como nos diz Licínio Lima.

Uma vivência democrática das escolas inclui uma proposta transformadora dos próprios alunos e alunas enquanto cidadãos e cidadãs e valoriza o papel de toda a comunidade educativa. Para além da ausência de uma eleição entre pares, a gestão unipessoal afasta-se de modelos de liderança partilhada e representativa. As lideranças intermédias deixaram de ter intervenção vinculativa ou influência nas soluções e os processos de tomada de decisão não são participados. Isso

promove um clima de isolamento e falta de apoio ao corpo docente, que não se sente envolvido nem faz parte das decisões para a resolução dos dilemas do quotidiano escolar.

A Escola não pode propor valores democráticos de liberdade e participação cívica se é gerida de cima para baixo e de fora para dentro, se não confia, se não partilha responsabilidades em equipas educativas, nem dá voz à comunidade educativa. Como se pode viver a democracia sem o sentimento de pertença e de participação, nomeadamente, considerando a voz dos professores, funcionários, técnicos e alunos, envolvendo-os nas decisões?

Assim, sem um processo democrático de auscultação, participação e decisão junto das escolas criaram-se dezenas as versões de agrupamentos desde o tempo de Maria de Lourdes Rodrigues, agravadas pela austeridade de Passos Coelho. Esta reorganização nunca foi avaliada nem colocada a possibilidade da sua reestruturação ou reversão.

Outra faceta desta aparente autonomia hetero governada é visível nas inócuas ações de formação promovidas pelo Ministério da Educação (MECI), quase sempre de caráter obrigatório e que nunca resultam da necessidade de atualização dos professores.

O que falta à escola é não só dar voz aos professores e a todos os que nela trabalham, como também aos especialistas em Ciências da Educação. Afinal, valorizam-se as opiniões "criativas" de pessoas distantes da escola e não aqueles que nela vivem e que a estudam.

Há quase duas décadas que se vive nas escolas em esforço permanente para cumprir as demandas ao ritmo do ministro da pasta. O desgaste docente é enorme, o sentido de impotência é desarmante. Os reflexos na saúde dos professores e demais trabalhadores são também evidentes.

Não se pode defender a Escola Pública sem defender que ela seja intrinsecamente uma organização democrática e com autonomia. No entanto, este assunto tornou-se numa espécie de tabu. Quem tem medo da escola democrática em Portugal?...

Numa altura em que se anuncia para breve o início do processo de análise do atual regime de gestão pelo MECI, o Bloco de Esquerda deve garantir que não será um processo de maquilhagem que perpetua o atual modelo e que as alterações propostas irão ao encontro da defesa da democracia e da autonomia nas escolas.

O futuro que pulsa na juventude

Aliyah Bhikha, Ana Durães, António Soares, Beatriz Realinho, Camilla Meireles, Catarina Santos, Diogo Barros, Diogo Duarte Silva, Diogo Gomes, Diogo Teixeira, Gonçalo Filipe, Iara Sobral, Inês Antunes, Joana Tiago, João Carvalho, Jorge Tabuada, Leonor Costa, Lou Loução, Marc Aboim, Martim Lourenço, Matilde Porto, Paulo Aguiar, Raul Noetzold, Rodrigo Machado, Santiago Carrilho, Sofia Lopes, Tiago Teixeira, Vasco Ruela

> «Há outro mundo na barriga deste, esperando. Que é um mundo diferente. Diferente e de parto difícil. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos.» - Eduardo Galeano

As eleições legislativas de 18 de maio de 2025 foram o culminar de um processo que decorre há décadas e que existe além das fronteiras nacionais. A erosão das referências culturais, políticas e ideológicas da luta de classes é um processo seguido há muito tempo. O ataque aos direitos conquistados pela luta que fundou a democracia em 74, enquadrado no contexto do avanço da hegemonia cultural do neoliberalismo e da atomização que enfraqueceram e anularam o conflito de classes. O recuo generalizado da esquerda e a derrota do Bloco devem servir de combustível à imaginação que caracteriza a juventude e levá-la a construir partido. Reimaginar horizontes da nossa atividade deve ser a tarefa desta geração, e a tarefa da Coordenadora Nacional de Jovens deve ser a de organizar esta base que renovará as fileiras do Bloco, bem como continuará a sua atividade.

Há outro mundo na barriga deste, esperando. O recuo da esquerda e a derrota do Bloco nas últimas legislativas não devem afastar ninguém da militância, muito menos do partido. Os jovens e a sua capacidade de imaginar um mundo novo são hoje, mais que nunca, necessários ao Bloco. A capacidade transformadora da sociedade portuguesa que o Bloco possui exige a amplitude e correção do conteúdo da sua estratégia para a juventude. A precariedade generalizada na condição juvenil deve ser apontada pelo Bloco, e inserida no centro da sua atividade. As respostas aos problemas dos jovens estudantes, trabalhadores-estudantes e trabalhadores não devem apenas cá morar, devem ser reconhecidas por quem delas beneficiará. Para isto, é necessário que os militantes jovens bloquistas existam de forma ativa nos meios onde desempenham as suas vidas, nas escolas, nas instituições de Ensino Superior, nos locais de trabalho, onde moram, entre outros. Enquanto jovens estudantes devem intervir nas estruturas associativas estudantis, criando sempre que possível núcleos de esquerda progressista, abertos a não aderentes, bem como listas a Associações de Estudantes e órgãos de governo. O aprofundamento da presença da nossa esquerda nas escolas e instituições superiores é hoje imperativa na resistência e oposição à penetração dos ideais da (extrema) direita nestes pólos de educação e formação cívica.

EDUCAÇÃO

A educação constitui para as direitas um mecanismo de reprodução daquilo que são as desigualdades sociais que marcam as nossas vidas, bem como as relações sociais vigentes. As e os bloquistas veem a educação como uma importante ferramenta de emancipação, pelo que a CNJ deve aprofundar o seu contributo para a construção programática do partido no sentido de rever os moldes tradicionais de ensinar e aprender. O Ensino Profissional continua a constituir uma ramificação do ensino português que carece de abordagem pedagógica e que dignifica os estudantes - em detrimento destas, esta via, serve apenas de triagem social canalizada bem como formação de obra barata para o mercado de trabalho.

Além desse papel interno, as e os militantes jovens devem encontrar na CNJ, bem como nos seus grupos de Ensino (Superior e Secundário) a formação e ferramentas necessárias à constituição de listas e núcleos. Romper com a mercantilização do Ensino bem como com a perpetuação ideológica liberal. A educação, além de gratuita e universal, deve ser, essencialmente, emancipadora e formadora de cidadãos.

JOVENS E O MUNDO DO TRABALHO

As condições materiais da classe trabalhadora portuguesa deterioram-se a velocidades estonteantes, os jovens que dela fazem parte não são exceção - são aliás a representação mais evidente do capitalismo exacerbado das plataformas, fraturado e da gig economy, divorciados de qualquer concepção de carreira que era expectável nas gerações anteriores. A precariedade, os baixos salários e falta de perspectivas futuras assolam os jovens trabalhadores portugueses. O salário não chega para o mês todo. A casa própria é um sonho inalcançável. Confinados nos seus quartos pagos com uma grande percentagem do seu salário, os poucos que saem de casa dos pais, veem uma vida adulta como outrora imaginaram adiada. É necessário reconhecer a dificuldade de articulação dos Jovens do Bloco junto da militância jovem trabalhadora, que representa a maioria da juventude em Portugal. O Bloco deve ser também o espaço destes jovens, que para a sua integração é necessária a criação e reforço (onde já existe) de estruturas locais/distritais/regionais dos Jovens do Bloco. Numa articulação com a Coordenadora Nacional de Trabalho, devem ser desenvolvidas ações e propostas que almejam melhorar a vida dos jovens trabalhadores. Estes jovens devem ser ainda incentivados a sindicalizarem-se e serem ativos no seu local de trabalho. Cabe aos Jovens do Bloco disputar a luta pela recuperação da identidade de classe numa geração que nasceu na hegemonia do individualismo e da competição permanente, embelezada pelo isolamento afeto ao modelo de trabalho contemporâneo, tão distinto da organização tradicional do operariado.

CONTRA TODAS AS DISCRIMINAÇÕES

Com o crescimento da extrema-direita e o incremento dos ideais reacionários, toda a classe trabalhadora se vê esmagada pelo peso do tempo que vive, porém existem setores desta que se encontram em situações vulneráveis. A militância LGBT, anti-racista e feminista deve ter elos

fortes de ligação à atividade do partido, seja em futuras ações que sejam pensadas em conjuntos com a CNJ e os respectivos grupos de trabalho bloquistas, seja na realização de painéis e formações nos habituais espaços dos Jovens do Bloco. A construção de um mundo mais inclusivo e igualitário é a tarefa de qualquer jovem bloquista.

Um mundo diferente deste está por nascer, na verdade, por construir. A juventude bloquista terá a seu cargo a tarefa de assentar a primeira pedra. Devem ser criadas as condições necessárias para que a tarefa seja cumprida. Os Jovens do Bloco devem ter acesso aos instrumentos necessários para aprofundar a sua participação na vida do partido e responder aos desafios que afetam a juventude.

ALGUMAS PROPOSTAS:

- Criação de um regulamento dos Jovens do Bloco, incluindo as funções da Coordenadora Nacional de Jovens, da sua organização, espaço interno e relações externas/internacionais.
- Audição da CNJ no processo de atualização programática do Bloco de Esquerda.
- Reforço da relação dos Jovens do Bloco com os grupos de trabalho setoriais do partido (ex. GT Anti-Racista; GT Feminista, Coordenadora Nacional de Trabalho).

Compromisso autarca

Almerinda Bento, Ana Carolina Gomes, Ana Durães, Anabela Mangas, António Soares, Beatriz Realinho, Carolina Serrão, Catarina Santos,Cipriano Pisco, Daniel Bernardino,Daniela Vespeira, David Ferreira, Diogo Gomes,Diogo Mira,Diogo Teixeira,Eduardo Couto,Elisabete Carvalho,Francisco Alves,Inês Antunes, Isabel Pires,Jaime Mestre, Joana Pires Teixeira, João Carvalho, Joaquim Raminhos,Jorge Pinto, José António Rocha, Júlia Mendes Pereira, Leonor Costa, Luís Filipe Pereira, Marc Aboim, Maria Helena Nunes,Maria Manuel Rola, Miguel Martins, Paulo Aguiar, Pedro Celestino, Pedro Filipe Soares, Ricardo Moreira, Rodrigo Machado, Sandra Cunha, Santiago Carrilho, Santiago Mbanda Lima, Sofia Marques, Susana Constante Pereira, Tânia Russo, Vasco Ruela, Vitor Cavalinhos

A 12 de dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas. A revolução de Abril permitiu que, pela primeira vez, os autarcas fossem eleitos pelo povo e não nomeados pelo regime fascista. Em liberdade, celebramos 49 anos de poder local e de lutas pela construção dos nossos lugares.

Livremo-nos do mito de que o Bloco de Esquerda não é um partido autárquico. Primeiro, porque não fazemos política com base em resultados eleitorais. Segundo, porque temos um longo legado de autarcas apaixonados pelas suas terras e cuja militância está embrenhada na história, nas praças e nos valores das suas freguesias e concelhos. Tantas vozes das nossas esquerdas que se dedicaram à defesa dos serviços públicos, fizeram frente aos lóbis instalados nos paços das presidências e que ajudaram a desenhar identidades locais. Somos herdeiros de milhares de ativistas autárquicos que foram e são partes vivas das suas comunidades. Honremos esse compromisso.

As autarquias locais não são uma mera administração descentralizada do Estado. Se a democracia ganha com a proximidade, têm de ser o espaço renovado da participação cidadã e do debate. São as estruturas do nosso quotidiano, que gerem o território, dinamizam o tecido cultural e são as primeiras linhas da adaptação às alterações climáticas e no combate às desigualdades sociais.

A política autárquica parece afogada na gestão de mínimos, apesar das competências reforçadas em áreas fundamentais, sem qualquer pretensão de conceber um projeto para o país a partir do local. A decadência do sistema político, corrompido pelos interesses económicos e pela falência social e democrática do neoliberalismo, tem proporções perversas nas autarquias. As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia são capturadas pelo presidencialismo que verga ao clientelismo, abandonando o seu desígnio de resposta às populações. A maioria das máquinas locais entretêm-se com a distribuição de cargos, entregando os rumos dos municípios aos interesses especulativos, à destruição ambiental e a promessas dormentes. É desta inércia e compadrio que o PS e o PSD ocuparam autarquias e mesmo os Executivos da CDU pecam pela gestão viciada e sem iniciativa.

Rendidos às rotundas dos supermercados e às adjudicações oportunistas, a submissão da política municipal aos privados, à monocultura do turismo e ao conformismo sobre a crise da habitação resultou em concelhos mais desiguais, descaracterizados e hostis.

Os sucessivos Governos alimentaram a degradação do poder local, sufocando as autarquias de meios materiais e financeiros reais para responderem aos desafios dos territórios. Ao mesmo tempo, vemos em muitos casos da descentralização de competências uma autoestrada para o desmantelamento dos serviços públicos, reforçando o caráter autocrático dos presidentes, a desresponsabilização e a asfixia de setores essenciais, como os direitos sociais, a educação e a saúde.

Perante o sentimento de estagnação, cabe-nos a tarefa de questionar: qual é o papel do autarca do Bloco de Esquerda?

O Bloco afirma-se como alternativa aos modelos cansados que tomaram as autarquias. Está na hora de renovar o nosso compromisso, orientado pelo extenso histórico de propostas e de lutas locais. Discutimos mais do que o buraco no passeio ou o prédio: concebemos uma ideia de cidade para as pessoas. Nos concelhos onde os jovens são impedidos de viver onde cresceram, onde trabalham, onde constroem laços, o Bloco tem de ser um agente do confronto com a especulação imobiliária, a desertificação e o turismo desenfreado que nos retira o direito a uma casa para viver e os nossos espaços comuns.

Escolhemos transportes públicos em vez do alcatrão. Escolhemos a casa em vez do alojamento local. Escolhemos o teatro em vez da Web Summit. Escolhemos proteger a mercearia local em vez de monopólios. Escolhemos valorizar os trabalhadores da higiene urbana em vez das colunas de lixo. Escolhemos justiça social em vez da criminalização da pobreza. Escolhemos a proteção ambiental em vez das urbanizações megalómanas. Escolhemos não sacrificar a memória aos cafés da moda.

Um projeto de defesa dos trabalhadores, aliado à luta progressista, radical e de autodeterminação contra a escalada do reacionarismo e individualismo.

O Bloco não se propõe a eleições apenas para a implementação do seu programa. A diferença do nosso movimento e o nosso objetivo também é dar voz a quem é permanentemente excluído do debate público e das escolhas políticas. Dignificar as populações dos bairros precários. Exaltar as reivindicações cívicas. Abrigar a diversidade. Unir os subalternos. É este o princípio que guia o autarca do Bloco de Esquerda, dar voz ao povo.

Para enfrentar candidaturas de marasmo e movimentos fascizantes, assumimos o dever de somar forças e abrir diálogos para alargar o espaço político progressista. Temos um papel avançado na disputa de ideias e na construção da candidatura de esquerda reivindicativa e transformadora, contando com a participação de quem ambiciona o direito à comunidade acima do negócio.

Contra uma política autárquica monolítica, o Bloco de Esquerda tem de ser a força da unidade popular, da esperança e do progresso. Em cada lugar.

Definir um rumo estratégico claro

Américo Campos, Fernando Monteiro, Mónica Ferreira, Paulo Santos

Quando propusemos a criação da Geringonça, em 2015, fizemos bem, mas cometemos um erro de palmatória: não definimos um rumo estratégico que nos preparasse para o fim inevitável dessa aliança tática com o PS.

O nosso eleitorado acreditou que essa aliança seria ad aeternum e nós não nos preocupámos em esclarecê-los que essa era uma aliança conjuntural e que, mais tarde ou mais cedo, o PS desejaria voltar a cair nas boas graças da grande burguesia. Ainda por cima, nós estávamos cansados de saber da falta de carácter de António Costa, que já tinha sido evidenciada na disputa com António José Seguro.

António Costa aceitou o repto de Catarina Martins para criar a Geringonça, porque a sede de poder dos boys do PS era demasiada para poder recusar, mas estava escrito nos astros que Costa estava ansioso por romper com a Esquerda, logo que possível, e voltar a agradar ao grande patronato.

Em 2019, deveríamos ter dito, com clareza, que votaríamos contra todos os orçamentos, se não fosse feito, a exemplo de 2015, um acordo escrito, que contivesse avanços nas condições de vida do povo.

O PS recusou assinar esse acordo e nós cometemos o erro crasso de encetar negociações de «faz- de-conta», em que ambas as partes fingiam ser possível chegar a um acordo não escrito.

Essas negociações criaram, em grande parte do nosso eleitorado, a ilusão de que a unidade com o PS era possível e desejável.

A essa ilusão seguiu-se a grande desilusão, nesse eleitorado, por termos votado contra todos os orçamentos do PS, a seguir a 2019, e isso dissociou-nos de uma parte significativa da nossa base eleitoral, porque não fomos capazes de lhes explicar, com clareza, os motivos por que o fizemos.

Por outro lado, se o PS pode ser nosso aliado na luta antifascista, pela Democracia e pela Liberdade, nunca poderá ser nosso aliado na prossecução do nosso principal objetivo estratégico, o Socialismo.

Entretanto, o PS obteve a maioria absoluta, em 2022, e António Costa aproveitou para pôr em prática a sua agenda antipopular, de uma forma arrogante e prepotente. Isso deu fôlego à Direita e à Extrema-direita.

Em 2023, não resistiu ao apelo por um «tacho» europeu e demitiu-se, quando não era obrigado a fazê-lo.

A sua saída oportunista deu mais força a Montenegro e aos fascistas do Chega e eis-nos chegados à situação atual, em que a soma dos deputados da Direita e da Extrema-direita ultrapassa uns inimagináveis 2/3.

Que fazer?

Temos de definir um rumo estratégico claro.

Para proteger a Democracia e a Liberdade, temos de nos aliar a todos os partidos antifascistas, desde o PS até ao PCP, embora não possamos confiar demasiado neste último, que apoia regimes que espezinham estes valores, muito importantes para nós.

Para rumar ao socialismo, devemos esquecer o PS, porque essa já não é a sua vocação e, também, o PCP, por várias razões, mas em primeiro lugar, porque o PCP é demasiado sectário para fazer alianças com outros partidos que não sejam sósias deles mesmos. Resta-nos fazer uma aliança preferencial com o Livre, pese embora as diferenças, porque devemos evitar o sectarismo.

Todas as táticas que usarmos, devem ter em conta o nosso rumo estratégico. Se fizermos isso, elas serão etapas do nosso caminho. Se perdermos o rumo estratégico, as nossas táticas, seguramente, irão conduzir-nos à derrota.

O local é nacional.

Ana Carolina Gomes, Bárbara Xavier, Beatriz Realinho, Carlos Couto, Cristina Guedes, Inês Antunes, Manuela Antunes, Maria Helena Figueiredo, Marco Mendonça, Nuno Lourenço

O Interior é o território fraco – menos povoado, mais silencioso e paisagístico. Estas são observações habituais de um olhar, quase paternalista, que divide o território nacional. Os problemas do interior não são os problemas de uns quantos distritos muito extensos e pouco povoados, são os problemas de sustentabilidade de um país, do seu desequilíbrio e das condições desiguais das comunidades que lhe dão vida.

A reposição das SCUT este ano foi uma vitória, mas há ainda muito para fazer. Os pórticos têm que sair, a iluminação tem que voltar aos vários nós deixados na penumbra e o país tem que se livrar das PPP rodoviárias, que continuam a ser um sorvedouro de recursos. Continuam também a subsistir situações de grande desigualdade, como é o caso da auto-estrada do Alentejo Central, ainda portajada.

A ligação do interior através da ferrovia não pode ser um objetivo atirado para o longínquo ano de 2050. É importante que o Alentejo não fique a ver passar os comboios de mercadorias na nova ligação Sines-Caia, que a linha sirva também para o transporte de passageiros e avance a construção das plataformas logísticas. É importante que Viseu não continue a ser a maior cidade da europa sem comboio e que a ligação Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca não fique na gaveta. É importante que a modernização e eletrificação de linhas se cumpra e que o interior não continue a ficar fora dos desenhos da mobilidade do futuro.

O serviço ferroviário precisa de ser flexível, interligado, multimodal e ajustado à vida da população. Complementarmente, é necessário implementar sistemas de transporte coletivo rodoviário e gratuito que permitam ligações entre as estações ferroviárias, as freguesias e os concelhos. Uma rede que pode começar já a ser criada pelos municípios e pelas CIM.

O acesso à saúde de qualidade é um direito fundamental e deve ser garantido, independentemente da localização geográfica. No interior, a escassez de serviços de saúde pública é o resultado da preponderância da narrativa de que não há procura. No entanto, grandes clínicas e hospitais privados continuam a brotar nestes territórios, lucrando com o abandono promovido por um Estado gerido à medida dos interesses privados.

O acesso ao ensino, pretensa e idealmente universal, é colocado em causa quando existem concelhos sem escolas secundárias, mesmo quando o ensino obrigatório vai até ao 12.º ano. Ou ainda, quando, antes do início do dia de aulas, existem crianças e jovens estudantes que viajam mais de uma hora de autocarro até à escola, desde os primeiros níveis de ensino; viagem que se repete ao final do dia.

A presença do Estado em proximidade, seja através de tribunais, escolas ou conservatórias, mas também de serviços que foram sendo privatizados, como os CTT, ou com gestão sem o interesse público, como a CGD, é essencial para uma cidadania não discriminatória em qualquer ponto do

país. Ainda assim, a lógica tem sido sempre a mesma: encerrar serviços porque não há gente. O que também vai funcionando em sentido contrário: porque não há serviços, não haverá gente. O critério para a presença de serviços públicos no território não pode ser unicamente economicista.

Outro grande desafio é o extrativismo. Um modelo de exploração económica focado na extração massiva de recursos naturais, que tem como consequência tornar o território cada vez mais suscetível a incêndios, que deterioram o solo através da perda de flora autóctone. Ao mesmo tempo, ganha terreno a ocupação desregrada dos solos, com agricultura superintensiva, que contamina e esgota água, ou com a instalação de hectares de painéis solares.

As populações, esquecidas em processos que dificultam a vivência quotidiana, ao mesmo tempo que facilitam a instalação de estruturas turísticas com impacto negativo na paisagem, são quem lida diretamente com as consequências nefastas do extrativismo, como a degradação ambiental, os riscos para a saúde e a perda de biodiversidade. É crucial ouvir quem poderá ficar na sombra das grandes explorações e promover um modelo de desenvolvimento que respeite os limites naturais e a sustentabilidade a longo prazo do território.

O foco deve estar em práticas que preservem e fortaleçam o ecossistema e as populações que dele dependem, através de investimento que tenha como garantia o emprego não precário e o mínimo de impacto possível na fauna, flora e saúde das populações.

Reconhecer que as desigualdades territoriais são mais um dos fossos cavados por um sistema moldado aos interesses da elite do 1% é uma obrigação da esquerda anticapitalista. Reconhecer que as lutas locais e os anseios do interior são, de facto, lutas e anseios nacionais, é o primeiro passo para a luta pela construção coletiva ambientalmente responsável e por serviços públicos universais e justos para todas as pessoas que neste país vivem.

Semear Militância

Ana Carolina Gomes, Carlos Couto, Célia Rodrigues, Luis Diogo Figueiredo, Eduardo Marques, Manuela Antunes, Miguel R. Cardoso, Patrícia Cardoso, Pedro Cardoso, Tiago Resende

E se vos disséssemos que há um lugar de militância que se cumpre, sem intervalos, há treze anos? Que se cumpre como lugar de aprendizagem de militância e construção de coletivo. Que se cumpre como lugar de abertura a novas vozes e perspectivas, de aproximação e desafio. Que se cumpre como lugar de experimentação artística. Que se cumpre como ritual de renovação da esperança num outro mundo possível.

Nunca ouviste falar da Sementeira? Então lê.

Esta iniciativa nasce e renasce todos os anos, reinventando-se em resposta às especificidades e exigências de cada momento. Normalmente é em julho, mas já foi em setembro. Normalmente é concentrada no tempo, mas já foi dividida em sessões ao longo do ano. Normalmente é na sede, mas já ocupou o Ícaro, centro comercial com um cinema desativado e entregue a um fundo imobiliário.

Nasceu em 2013, na sede do Bloco de Esquerda em Viseu, situada em pleno centro histórico, possibilitando condições para a exposição de artistas locais sem espaço nos Jardins Efémeros, evento cultural experimental e multidisciplinar cuja última edição foi em 2022. A Sementeira não abandonou desde então a sua missão democratizadora, crescendo e afirmando-se para além da sua existência como resposta de emergência a uma situação específica e circunstancial.

Continua hoje a garantir espaços, divulgação e condições técnicas e logísticas para acolher propostas recebidas através de uma chamada aberta a artistas, de qualquer local, que queiram apresentar os seus trabalhos, ideias e reflexões sobre o mundo que nos rodeia. A iniciativa tem tido expressão através de exposições de artes visuais e plásticas, concertos, recitais, teatro, dança, tertúlias, debates, oficinas, projeção de filmes, apresentações de livros…

O quando e a forma mudam, mas a cada edição mantém-se um certo sentido de identidade comum da Sementeira, atravessada por quatro características basilares.

Coletiva: só é possível porque pessoas diversas, aderentes e não aderentes, se encontram e discutem, constróem o programa, respondem à chamada para artistas, inventam novas formas de divulgação, montam a exposição, carregam material técnico, cozinham tachadas para partilhar ao jantar. Um coletivo fluído que vai crescendo durante os dias da iniciativa.

Artística: a arte, de todas as formas e feitios, é o fator de coesão. Como meio para a inclusão e aproximação de pessoas. Como processo de reflexão sobre o mundo social, como trabalho de desconstrução do real e imaginação de outros possíveis, como campo de construção de contra-narrativas, de narrativas alternativas às do poder dominante.

Ativista: assumindo todas as pessoas como seres artísticos e políticos e, por isso, com potencial de ação e transformação sobre o mundo social, a Sementeira age sobre o espaço e as pessoas que a rodeiam e que nela participam.

Livre: é um momento para a experimentação e para a intersecção da arte e da política, sem limites pré-determinados ou curadoria. Não é um fim e sim um processo que se desenvolve em contínuo desde 2013, resistindo à visão capitalista da arte como produto. O desafio é "o que fazer diferente?" a cada ano e começar a fazer, arriscando, terminando ou não…

Para o Bloco de Esquerda, a Sementeira é um momento de construção de partido, exemplo de consolidação e formação de militância, bem como de participação ativa e interessada.

Estamos em 2025, o desafio é, continua a ser: "o que fazer diferente?". A resposta é: lançar sementes mais longe. Queres fazer parte? Faz.

A luta LGBTQI+ como um projeto anticapitalista com perspectiva de classe

Beatriz Realinho, Duarte Santos, Catarina Vitorino, Afonso Caniço, Ana Carolina Gomes, Ana Rita Durães, Beatriz Pedroso, Catarina Costa, Daniel Carapau, Duarte Graça, Lana Pereira, Lou Loução, Eduardo Figueiredo, Fabíola Cardoso, Gabriel Coelho, Gustavo Mourinho, Inês Antunes, Jéssica Vassalo, João Carvalho, Jo Rodrigues, Júlia Mendes Pereira, Matilde de Vilhena, Noah Jesus, Paulo Aguiar, Paulo Jorge Vieira, Ricardo Barros, Ricardo Paes, Santiago Mbanda Lima, Sónia Arcângelo, Teresa Amorim Tiago Resende

No final dos anos 90, com o crescimento do movimento LGBTQI+ em Portugal, começou-se a arrancar do poder político um vasto leque de mudanças legislativas e de políticas públicas que testemunhamos nos últimos vinte anos. O nascimento do Bloco de Esquerda, em 1999, veio acelerar estas conquistas, sendo uma força determinante no parlamento e nas lutas. A participação do Bloco nos movimentos não está desligada de propósitos transformadores da sociedade, porque ele nasce desses mesmos movimentos.

Contudo, temos de enfrentar os desafios que temos pela frente, que se encontram dentro da própria esquerda. Eles passam por constatarmos o facto de que a luta LGBTQI+ não é a luta de uma minoria, nem uma luta identitária, mas sim a luta pela libertação sexual e de género da classe trabalhadora.

O individualismo neoliberal, que a par do crescimento da direita, procura ir ao encontro de um projeto político que, dissimuladamente, se diz libertador e emancipador, tem de ser rejeitado. A emancipação dos grupos oprimidos não pode ser apenas uma luta pela identidade das pessoas que os compõem, tem de passar por uma luta coletiva e interseccional, capaz de ambicionar horizontes políticos que sejam verdadeiramente emancipadores para toda a classe trabalhadora. Não aceitamos que o nosso projeto político seja confundido com o capitalismo arco-íris e cor-de-rosa, não aceitamos menos que uma verdadeira luta pelo fim do cisheteropatriarcado e do sistema capitalista que o suporta e dele se alimenta.

Temos de discutir, politicamente, o facto de, no capitalismo, nenhum aspeto da vida, incluindo a sexualidade, existir alienado do modo de produção. A sexualidade está imersa no trabalho da produção e reprodução de todos os aspetos da realidade social. O género é um princípio básico que estrutura o trabalho reprodutivo não remunerado, pois ele – tal como o conhecemos – está vinculado à reprodução da heterossexualidade. A família heterossexual surge como lugar de reprodução de pessoas genderizadas que estejam aptas para dar continuidade ao sistema.

Enquanto ativistas queer, sentimos os mais diretos efeitos das diversas formas da opressão cisheteropatriarcal das nossas experiências pessoais. Ainda assim, as amarras que denunciamos são comuns a toda a classe trabalhadora. Por essa razão, a esquerda tem que ser capaz de identificar que não existe uma verdadeira libertação do capitalismo enquanto não existir uma libertação do binarismo e do cisheteropatriarcado; não existe uma verdadeira emancipação das mulheres e da classe trabalhadora sem a libertação sexual; não existe uma verdadeira libertação da violência de género sem a emancipação do género.

A luta queer tem de ser anti-capacitista. A vivência da sexualidade e da identidade das pessoas com deficiência é profundamente estigmatizada e instrumentalizada por uma sociedade que não acredita na vida independente e na liberdade de ser e amar desta comunidade, principalmente quando interseccionada com outras pertenças. Não só as pessoas com deficiência podem integrar a população LGBTQI+, como a própria medicalização de corpos não normativos é comum a todos os grupos marginalizados. A invisibilização das violências múltiplas contra pessoas com deficiência perpetua a lógica opressora.

O cisheteropatriarcado e o capacitismo vivem em constante simbiose com o sistema capitalista. A produtividade, a capacidade e a imposição de um corpo perfeito e normativo deixam-nos reféns de um sistema que vive à custa da nossa exploração, felicidade e bem-estar físico e mental. Se entendemos que a nossa luta pode dividir a classe trabalhadora, então temos de saber formulá-la de uma forma interseccional. O conservadorismo não pode ser a alternativa. O Bloco de Esquerda tem que ser a força agregadora, crítica da homofobia e da transfobia, da misoginia e de uma extrema-direita que instrumentaliza e diaboliza parte da população como arma política.

É importante que, enquanto ativistas LGBTQI+ do Bloco de Esquerda, estejamos organizadas, em coletivo, nas marchas que enchem as ruas em dezenas de cidades. Mas é ainda preciso que, enquanto esquerda, exista um debate aberto e democrático em torno destas questões. As nossas lutas, com uma perspectiva de classe, são comuns a toda a classe trabalhadora: educação, saúde, cuidados, habitação, trabalho… As mudanças que reivindicamos são estruturais e implicam uma visão crítica ao capitalismo, ao capacitismo e ao cisheteropatriarcado, que exploram a classe trabalhadora, mulheres, pessoas racializadas, migrantes, com deficiência e LGBTQI+ de formas desiguais.

A aspiração marxista que nos move faz com que sejam possíveis alianças com lutas quotidianas, por meio da solidariedade, reconhecendo politicamente que os nossos futuros estão vinculados àquilo que a nossa luta sempre foi: um processo que aspira a uma revolução que põe fim a todas as formas de opressão, de modo a sermos totalmente livres.

Que respostas à idade outonal, invisibilidade e participação ativa...

Berta Alves, Deolinda Martin, Rui Távora, Jaime Mestre, Carlos Costa, Helena Amaral, Luís Filipe Castro

Os estudos divulgados apontam que Portugal é um dos países mais envelhecidos do mundo e da União Europeia (UE27), só sendo ultrapassado pela Itália, e onde se tem acelerado o índice do envelhecimento, apesar do crescimento da população residente, muito graças à imigração.

Segundo dados do INE entre 1970 e 2024 "a população dos 0 aos 14 anos de idade diminuiu de 28,5% para 12,6% da população residente total; enquanto as pessoas com 65 ou mais anos aumentaram de 9,7% para 24,3%."

Embora, muitas vezes, a narrativa sobre o envelhecimento da população portuguesa sirva uma agenda neoliberal de contrarreforma para provocar o medo e a disputa entre gerações, para pôr em causa o sistema público de pensões de reforma e a Segurança Social no seu todo e o próprio direito à reforma, pretendendo-se obrigar ao prolongamento da vida ativa até idades avançadas sem o acordo das próprias pessoas e reduzindo o valor das pensões, não podemos deixar de olhar para este fenómeno e ter propostas de políticas públicas que respondam às necessidades da população mais velha. Como está assumido no Manifesto Autárquico 2025, "as políticas públicas devem implementar estratégias capazes de enfrentar o isolamento e a solidão das e dos mais idosos" e serem respostas "para diminuir a taxa de risco de pobreza dos seniores e reformados" (pp. 18 e 19).

O Bloco tem de falar, também, para este setor da população e não alienar o seu apoio com justificações eleitorais ou outras.

Reafirmamos as bandeiras do Bloco direcionadas para os e as mais velhas e que devem continuar a ser aprofundadas e defendidas, nos programas autárquicos e nacionais, como:

- o aumento extraordinário das pensões para compensar a perda do poder compra,
- o fim da taxa de sustentabilidade nos casos em que subsistiu,
- a reforma sem penalização aos 60 anos de idade e 40 anos de descontos,
- a defesa do aumento da dedução específica do IRS que após estar congelada mais de uma década teve um aumento tímido,
- a simplificação dos processos de instrução dos requerimentos do Complemento Solidário para Idosos (CSI) através de articulação entre serviços de administração pública,
- a gratuitidade dos transportes públicos para idosos em todo o país,

- os apoios domiciliários na área social e da saúde sem estarem dependentes dos relatórios dos médicos de família, sendo que a não atribuição dos mesmos impede além da falta de acompanhamento regular na saúde, o acesso a apoios existentes,
- os serviços de proximidade,
- os programas de reabilitação urbana obedecerem a cuidados de adaptação das casas à fase envelhecimento e com eficiência energética,
- o incentivo à habitação colaborativa de iniciativa cooperativa ou municipal com financiamento público,
- o dotar o Serviço Nacional de Saúde de pessoal médico e de enfermagem em número suficiente para as necessidades da população,
- a defesa de um modelo de Segurança Social Pública,
- a criação do Serviço Nacional de Cuidados.

Não consideramos os e as idosas uma classe social, não vemos o ativismo na área dos direitos dos mais idosos como uma forma de segregação de grupos de níveis etários diferentes, pelo contrário consideramos que todas estas questões devem ter um olhar transversal e integrado no Bloco e mobilizar todos e todas, mas para que as questões ganhem consistência política e força reivindicativa, pensamos que as pessoas interessadas nestes temas devem, em conjunto, organizar-se.

Temos tido como prática a defesa do diálogo com investigadores, especialistas e ativistas sociais nestas áreas, que enriqueçam o conhecimento do Bloco e o dotem de uma capacidade discursiva e propositiva compreensível e útil para quem se destina, mas simultaneamente privilegiamos a autoorganização dos mais velhos com interesses nesta área como forma de mobilização, formação e militância interna no Bloco e como forma de intervenção social/ associativa.

Por um Bloco mais forte, mais participado e mais enraizado na sociedade!

Permanência

Bruno Maia

Este texto parte de uma reflexão individual e, sobretudo, da experiência de quem participa na vida interna do bloco. É uma partilha a partir desse ponto de vista e não pretende ser mais nada.

A monotonia e a rotina são características pouco desejadas num partido de esquerda como o Bloco. Elas são, aliás, de cariz conservador, o que explica a aversão. A esquerda (a do Bloco) prefere fazer diferente, virar a política ao contrário. E por todos os bons motivos – a imobilidade é um instrumento do status quo, e a esquerda é o oposto disso. Só que por vezes fetichizamos essa necessidade constante de mudar, descurando a necessidade imperativa de qualquer partido ter monotonia nas suas estruturas. Porque as palavras também contam, em vez de monotonia, chamemos-lhe permanência.

Ao longo destes 25 anos experimentamos diferentes formas de organização, diferentes modos de encarar e participar no movimento social, diferentes propostas para quem chega de novo ao Bloco. Mudamos, algumas vezes, a estratégia para os jovens; tivemos surtos de criação de grupos de trabalho; fomos adaptando as estruturas de base conforme as oscilações eleitorais. Permanecemos pouco, ou muito pouco, em cada uma delas.

O Bloco teve, depois de 2019, um grupo de trabalho de saúde muito activo. Isso decorreu, obviamente, da existência de uma pandemia, mas também porque este era o tema que disputávamos com o PS de António Costa e que levou à queda auto-inflingida do seu 2º governo. Estivemos sempre perto do grupo parlamentar, organizamos encontros nacionais e até lançamos uma manifestação e um movimento. Mas a partir de 2023 o grupo começou-se a desestruturar, porque os seus dinamizadores entraram numa sucessão de campanhas eleitorais, dentro e fora do bloco. Na nossa tradição do poliativismo, não fomos capazes de manter o funcionamento do grupo.

Esta é uma experiência comum no partido. Desistimos demasiado cedo e abandonamos espaços quando estes se fragilizam ou perdem mediatismo. E ficamos sem estruturas para enfrentar períodos difíceis, de refluxo, tal e qual como o que estamos a viver agora. Temos de apostar mais em permanência.

Apostar em permanência significa modificar a nossa cultura militante mais reactiva do que proactiva, mais voltada ao imediatismo do que aos resultados a longo prazo. Implica grupos de trabalho constituídos, que se autoavaliam e militantes que se identificam facilmente e respondem pelo grupo. E implica também grupos que sejam dinâmicos, capazes de atrair e fixar novos militantes, que discutam política, que tenham proposta e que sintam que o seu trabalho e a sua militância têm impacto real na política do Bloco. Não serão sempre o assunto do momento mas podem ser a casa que alberga quem chega de novo, sempre com interesses também eles permanentes, desde a Palestina ao LGBTI+, passando pela saúde, pelo trabalho, pela educação, pelo feminismo, pelas alterações climáticas, pelas redes sociais, entre muitos outros que podem surgir!

Esta permanência serve para a organização da vida do Bloco na base, no dia-a-dia. E deve ser uma aprendizagem que fazemos. E não, não vamos deixar de ser um partido de esquerda, sempre em constante movimento, sempre em busca da mudança, só porque a permanência conquistou um lugar nas nossas vidas.

Contributo

Carlos Alberto Guerreiro Costa

1. O Bloco deve defender a construção de Habitação pública com rendas acessíveis calculadas pelo rendimento anual bruto (RAB), da declaração do IRS. A construção de Habitação pública deve ser através do programa do IRU, em articulação das autarquias, recorrendo aos subsídios existentes atribuídos para a sua construção e execução, segundo o panarimeiro direito da Habitação, como consta na constituição da república portuguesa.

2. SNS, conforme da lei de bases de António Arnaud e João Semedo, e mais autonomia dos Hospitais, centros de saúde, ULS, para apresentar candidaturas para Gestão e Direção dos serviços, nesses locais de profissionais de saúde exerção a sua atividade laborar, e que seja feito por concurso público, cumprido a Constituição da República.

3. Educação inclusiva e democrática; As escolas sejam mais autónoma na nomeação de gestores e diretores escolares que possam concorrer através de concurso público aos cargos profissionais para dirigir as escolas em articulação com as autarquias assim cumprir a lei atual.

4. Trabalho com salários dignos que possam as famílias pagar as suas despesas de casa, educação dos filhos, despesas de saúde. O cálculo para salário digno sobre a inflação anual e o custo de vida dos bens essenciais anual.

5. Reforma digna para os os pensionistas que recebem reformas abaixo do limiar da pobreza, o aumento deve ser igual ao salário mínimo nacional, e atualização anual, igual à inflação. Todos que escrevi devem ser a bandeira na luta do Bloco, está na nossa constituição estes direitos, que falta ser cumprido pelos governos, e dos representantes dos portugueses no parlamento, Assembleia da República Portuguesa.

O direito à autodeterminação dos povos da Ucrânia e a unidade da esquerda...a começar por dentro do Bloco.

Carlos Vieira e Castro

1. O direito à autodeterminação dos povos é um princípio fundamental do Direito Internacional que salvaguarda o direito dos povos a organizarem-se de acordo com a sua própria vontade, quer seja integrados em um Estado-Nação ou escolhendo o seu próprio sistema de governo, organização económica e sociocultural, independente de tutelas, direito consagrado na Carta das Nações Unidas, nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos e reconhecido também na Constituição da República Portuguesa. O Bloco de Esquerda sempre defendeu este princípio.

Não podemos ignorar que a seguir à "revolução" do Euromaidan na Ucrânia (que os povos do Donbass e alguns dos partidos de esquerda ucraniana ilegalizados - e nem todos eram pró-Putin - definiram como "Golpe de Estado"), onde as interferências dos EUA e da UE foram por demais evidentes, com o recurso a grupos de extrema-direita e neonazis (os mesmos que órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros, como o Público, a Times e a France Plus, em diferentes reportagens mostravam que tinham transformado a Ucrânia num "campo de treinos de neonazis"), se verificou um surto de nacionalismo e chauvinismo anti-russo com discriminações da língua russa e dos povos russófonos, que viria a culminar na Lei nr. 1616-IX, de 1 de Julho de 2021, "Lei dos Povos Indígenas", que colocou restrições de cidadania aos povos russófonos do Donbass. Estes reivindicaram referendos de auto-determinação que foram negados por Kiev, que, ao invés, lançou uma operação militar dita "anti-terrorista" contra os separatistas das mais tarde auto-denominadas repúblicas populares de Donetsk e Lugansk, dando início à guerra civil que de 2014 a 2022 provocou 14.000 mortos de ambos os lados (números confirmados pelo próprio Volodymyr Zelensky na entrevista à revista Politique Internationale nº 172 - 2021).

Merkel e Hollande confessaram que a Alemanha e a França ao apadrinharem os acordos de Minsk apenas pretenderam "ganhar tempo". Não houve, portanto, nenhum esforço da União Europeia para uma resolução do conflito por via negocial e diplomática. E o Reino Unido (o melhor aliado europeu do Imperialismo dos EUA), por seu lado, através de Boris Johnson, foi determinante para que a Ucrânia abandonasse as negociações de Istambul, pouco depois da invasão russa, prometendo a Zelensky todo o armamento necessário para derrotar as forças armadas de Putin, detentoras de armas nucleares.

Ao Bloco de Esquerda não cabe, naturalmente, interferir na política interna da Ucrânia, mas, como partido internacionalista, não podemos deixar de denunciar o papel do Imperialismo hegemónico dos EUA e dos sub-impérios europeus nostálgicos dos impérios coloniais e do império czarista, nesta guerra inter-imperialista por procuração, e apoiar sem reservas todos os povos da Ucrânia que anseiam viver em paz, cansados de uma guerra que já matou centenas de milhares

de soldados e inocentes (um jornal de referência dos EUA estimava, já há muitos meses, 500.000 mortos), e que, a escalar corre o risco de um confronto com armas nucleares (tácticas e estratégicas), que poderá representar o fim do princípio da evolução de uma espécie humana ainda pouco "humanizada". Cabe-nos defender por todos os meios e antes que seja tarde a aplicação de negociações de paz e de referendos de autodeterminação, sob a égide da ONU, de acordo com o estipulado na Lei Internacional, na Carta das Nações Unidas e na Constituição da República Portuguesa.

2. A actual política pan-europeia de investimentos massivos em Armamento, sacrificando as políticas sociais e de coesão, conforme preconizado pelo secretário geral da NATO, Mark Rutte (serventuário "lambe-botas" de Trump) e as adiadas medidas de combate à anunciada catástrofe climática, com o objectivo de formar um exército europeu unificado, será o estaleiro para a construção de um império europeu de potências nostálgicas dos impérios coloniais, concorrente do imperialismo norte-americano no saque neocolonialista, cliente das armas fabricadas pelos EUA, Reino Unido, França e Alemanha, e cada vez mais subserviente dos interesses do capitalismo internacional, selvagem por natureza.

3. Nestas circunstâncias, com a extrema-direita a agrupar-se e a arrastar para a valeta da fascização a direita que a pariu, e mesmo o "extremo-centro", com as políticas desumanas contra os imigrantes, contra minorias étnicas e racializadas, bodes expiatórios das crises económicas que assolam o ocidente, percebe-se mal as divisões na esquerda europeia, ainda por cima, com base em apreciações geopoliticas dicotómicas, como se víssemos o filme da guerra na Europa a preto e branco, e também ignorando alguma evolução por parte de quem começou por contemporizar com a invasão.

4. Podemos e devemos não concordar com todos os considerandos da extrema-direita na Moção de censura a Ursula von der Leyen, mas o centralismo com que a presidente dirige a Comissão tem sido denunciado até por Josep Borrell, por se sentir ultrapassado por ela ao ir prestar solidariedade e prometer apoio a Netanyahu, sem para isso estar mandatada. Não seria justificação suficiente para votar a favor da moção de censura?... Se não, então, a esquerda já devia ter tentado tudo para afastar a principal responsável política pela cumplicidade europeia com o genocídio em Gaza.

5. Se o BE faz tudo para derrotar a direita, até alinhar numa coligação em Lisboa com outros partidos de esquerda e do centro, por maioria de razão devíamos ultrapassar dissidências internas. E note-se que eu não esqueço atitudes e posições divisionistas que me surpreenderam, já há alguns anos, por virem de camaradas por quem tinha muita consideração e longa amizade. Mas a hora é de unir fileiras contra o fascismo que está a alastrar em Portugal e na Europa.

O capacitismo como opressão universal

Catarina Vitorino, Diana Santos, Sandra Cunha, Paulo Jorge Vieira, Tiago Rolino, Duarte Graça, Bárbara Ranito, Miguel Cardina, Beatriz Realinho, Duarte Santos, Inês Antunes, Ana Carolina Gomes, Liliana Graciete Fonseca Rodrigues, Mariana Garrido, Bruno Góis, Rebeca Moore, Tiago Resende, Eduardo Figueiredo, Júlia Mendes Pereira, Santiago Mbanda Lima, Joana Sales, Almerinda Bento, Marisa Matias, Andrea Peniche, Maria Manuel Rola, Ana Alves, Teresa Amorim, Cecília Honório, Dina Nunes, Isabel Pires, João Arnaldo Costeira, Maria Leonor Figueiredo, Carmo Marques, Joana Pires Teixeira, Sofia Lopes, Alda Sousa, Ana Vasquez, José Manuel Pureza, Paula Sequeiros, Susana Constante Pereira, Catarina Martins, Mariana Rodrigues, Catarina Valente Ramalho

As pessoas com deficiência enfrentam obstáculos à participação na vida pública e ao exercício da sua autodeterminação relativamente à sua identidade, ao seu dia a dia, ao seu futuro e ao futuro da comunidade a que pertencem. Continuamos a ser das comunidades mais esquecidas e excluídas pela sociedade, pelos movimentos sociais e pela classe política. Enquanto partido que se identifica como defensor de todas as lutas, o Bloco de Esquerda tem de assumir a luta anticapacitista como uma prioridade.

O capacitismo, como força opressora, baseia-se num conjunto de crenças e práticas sociais que impõem um padrão de capacidade, produtividade e normatividade. Faz-nos acreditar que corpos não normativos podem ser controlados, violentados, eliminados da esfera pública e impedidos de se reproduzir. De entre as comunidades socialmente marginalizadas, as pessoas com deficiência são das mais vulnerabilizadas, com as suas vidas suspensas pela falta de políticas para a vida independente, principalmente quando a deficiência é interseccionada com outros marcadores de exclusão (classe social, identidade de género, orientação sexual, nacionalidade, etnia). Como sujeitos não normativos, a medicalização dos nossos corpos, a constante patologização das nossas identidades e a tentativa de silenciamento das nossas vozes são práticas capacitistas constantes, que levam à desumanização das nossas experiências.

Apesar de continuamente silenciada, a violência contra pessoas com deficiência manifesta-se de múltiplas formas: pode ir desde atitudes subtis de condescendência e paternalismo até situações de violência extrema e explícita física, psicológica, sexual, quer seja em casa, no trabalho, ou nas instituições. A esterilização forçada ainda é uma prática não criminalizada em Portugal, mesmo em menores com deficiência. Sabe-se que as pessoas com deficiência têm mais desemprego, abandono escolar precoce, maior risco de pobreza, sentem mais dificuldade no acesso à educação, habitação, sendo empurradas para situações de dependência familiar ou institucionalização forçada. Em contextos de guerra, as pessoas com deficiência são das que mais morrem, por falta de ajuda humanitária e produtos de apoio adequados. As políticas anti-migratórias impõem desafios acrescidos, como o acesso a serviços e apoios públicos.

O capitalismo e a narrativa neoliberal reforçam os efeitos do capacitismo, perpetuando lógicas meritocratas e competitivas, que reduzem a existência da maioria da humanidade à sua capacidade, para servir como força de trabalho (re)produtivo ao serviço do lucro do capital. O mito

da independência sufoca a vida das pessoas com deficiência, disseminando que a solução para o sucesso e o progresso está no individualismo e na autossuficiência. Vistas como incapazes, frágeis e doentes, as pessoas com deficiência são quem mais sente os efeitos patológicos do capitalismo, mas as amarras que as submetem são comuns a toda a classe trabalhadora: salários baixos, precariedade, controlo da vida pessoal, exploração do corpo, captura da alegria e do bem-estar físico e emocional. Rejeitamos todos estes pressupostos e afirmamos a necessidade de reconhecer a luta anticapitalista como anticapacitista e verdadeiramente interseccional.

Historicamente, o cuidado tem sido associado a pessoas com deficiência, que são, constantemente, obrigadas a assumir uma postura passiva numa relação assimétrica de poder. Esta postura assistencialista reduz-nos às necessidades básicas e tem como intuito garantir apenas a nossa sobrevivência. Esta é, mais uma vez, uma opressão partilhada com outros grupos sociais, sendo que as principais responsáveis pelas tarefas de cuidados são as mulheres, principalmente, com condições de vida precárias, imigrantes, racializadas. Não aceitamos que a nossa vida aconteça à custa da opressão. Além de sermos recetoras de cuidados, somos também capazes de prestá-los, mas precisamos dos devidos apoios. É urgente repensar a política de cuidados e assumir uma perspetiva ética e emancipatória, colocando as pessoas com deficiência no centro e dando-lhes o poder de decidir sobre a própria vida e o próprio corpo. A assistência pessoal tem de ser uma realidade para todas as pessoas, assegurando o salário digno e a estabilidade para quem presta o serviço.

Devido às múltiplas discriminações de que somos alvo, sempre tivemos outras pessoas a falar, a decidir e a fazer por nós. A deficiência tem de sair da esfera privada e passar a ser uma questão pública e política! Queremos estar presentes na criação de todas as políticas que nos digam respeito, mas também temos uma palavra a dizer sobre todas as áreas da vida. Falar de deficiência é falar de habitação, educação, saúde, emprego… O Bloco de Esquerda tem de ser a força política que defende, representa e visibiliza os nossos corpos, as nossas vozes e as nossas vidas. A luta anticapacitista é uma luta emancipatória universal, que liberta pessoas com e sem deficiência!

Militância e Formação Política

Cláudia Fernandes

Este texto surge, em certa parte, no seguimento de outros sobre o mesmo tema, que parecem não ter tido grande atenção por partes das Direcções do Bloco até agora. Esperamos que este (mais um) consiga uma mudança real na forma como os novos militantes (e não só) são acolhidos no seio do Bloco de Esquerda e que desta forma fiquem, construam connosco um Bloco mais forte, unido e com real espírito revolucionário.

Não são todas as pessoas que decidem envolver-se com um partido trazendo em si uma vasta bagagem de conhecimento histórico e político. Alguns nasceram e cresceram numa sociedade fortemente despolitizada e ausente de consciência de classe, em que o mundo se aproxima, uma vez mais, dos ideais da extrema-direita. O jogo mudou e ser de esquerda, actualmente, traduz-se num campo de dificuldades, a vários níveis, como bem nos mostram os últimos resultados do Bloco. É, por isso, de louvar todos aqueles que chegaram nos últimos anos ao Bloco, com a coragem e vontade de fazer diferente. É muito importante acolher e formar estes militantes recentes, de forma a que o seu potencial seja elevado ao máximo dentro de uma militância activa e forte - que é que se pretende dentro de um partido que aspira ir além da sociedade capitalista, destruí-la e criar um mundo novo: justo, igualitário e verdadeiramente livre.

Vários destes militantes (de diferentes faixas etárias) manifestam alguma desilusão após a adesão, pois sentem-se apenas um número numa convocatória para uma manifestação ou um email com convite para um plenário. Não desvalorizando este tipo de iniciativas (são mais que válidas e importantes), não é só para isto que aqui estamos, certo?

Propomos a criação de uma escola informal ideológica, em que partilharíamos conhecimento amplo e diversificado, sobre os mais variados temas - abertos sempre à sugestão de todos os participantes - abraçando a diversidade de ideias e opiniões que serviu de berço à criação do Bloco, passando inclusive pela explicação da história do partido e funcionamento do mesmo e promoção de militância participativa.

Apesar de ter sido aprovada, em 2022, a criação da Escola do Bloco, tal não ocorreu. Pressionamos para que se proceda à alteração aos Estatutos para que esta necessidade seja suprida.

Oferecer uma formação contínua aos militantes é essencial para a fundação e/ou consolidação da sua base ideológica, além de servir para uma maior instrução política, fornecendo as ferramentas necessárias ao diálogo esclarecedor com não-militantes e assim difundir os princípios e ideias do partido. Chegar a mais pessoas aumentará a presença do Bloco em todas as frentes e é urgente que o façamos. Com pessoas e para as pessoas.

A escola seria descentralizada e flexível com uma estrutura que chegasse às várias concelhias e desta forma facilitasse a integração e instrução política a todos os militantes. De forma a fomentar a proximidade entre camaradas seria positivo se as formações fossem feitas presencialmente.

Convidar camaradas com experiência ou profissionalização nas áreas a explorar, como história ou ciência política, para formadores, garantindo qualidade das sessões mas não nos limitarmos

ao conceito de "sala de aula" e incentivar a rotatividade de convidados para diversificar conhecimentos. Todos os contributos são importantes. As formações devem ser abertas ao público interessado sempre que a temática o justificar e contar com formadores externos. Estabelecer uma rede de parcerias com movimentos sociais não será apenas benéfico para o Partido como criará mais uma ponte com núcleos não-partidários. Em cada concelhia, um grupo de 2-3 militantes ficará responsável pela calendarização e divulgação atempada, sendo as sessões de introdução e acolhimento a repetir sempre que novas adesões aconteçam. A organização da escola passará por sessões a nível concelhia, distrital e regional, havendo margem de manobra para adaptação às diferentes realidades do país.

Com as facilidades do universo tecnológico para melhorar o acesso e partilha das sessões, e para evitar uma sobrecarga dos formadores, sugerimos a criação de uma Biblioteca Digital com material de apoio (textos, vídeos, podcasts) para complementar as sessões presenciais.

Pretendemos que a Escola chegue a todos os camaradas, sejam numa sala para 50 pessoas ou para 5. Valerá sempre o esforço de uns em prol da educação de outros. Juntos faremos a diferença. Dentro e fora do Bloco.

Os desafios que enfrentamos e dois debates para o futuro

Daniel Borges

A política nacional e internacional não vai ficar mais fácil, e estamos num ponto de partida mais difícil. As cartas estão na mesa e a atual realidade exige honestidade e transparência incontornáveis sobre erros cometidos, problemas estruturais e limites objetivos. Os desafios que temos pela frente obrigam também a que a flexibilidade seja maior e a humildade seja princípio irrevogável.

Se partirmos das consequências das eleições de 18 de maio, o principal debate político a fazer é sobre as mudanças que se impõem. Esse debate tem dois eixos: um organizativo e um sobre linha política.

No primeiro, o paradigma com o qual operávamos até agora já não tem sustentabilidade. Isso significa que muitas estruturas do partido, cuja existência dependerá exclusivamente do trabalho militante, precisam de se adaptar para conseguir resistir a nova realidade. Isso não acontece expontâneamente.

A redução de funcionários distritais significa que temos de construir em conjunto uma estratégia para manter distritais e concelhias ativas e mobilizadas por todo o país, com dinâmicas próprias e capacidade de iniciativa para serem espaços de discussão e integração de militantes. Se isso não acontecer, o risco que corremos é de desativação de núcleos e abandono a uma escala que tornará difícil voltar a ganhar pé em vários concelhos e regiões.

O percurso do Bloco marca as suas fragilidades. Ondas sucessivas de alto sucesso e retrocesso na representação institucional funcionaram numa necessidade de reorientar a organização do partido por várias vezes. Quando elegia muitos deputados, o Bloco era obrigado a orientar a sua estrutura para um trabalho parlamentar exigente, quando os perdia, a focar-se no trabalho interno. Essa situação deixou o partido com estruturas orgânicas fragilizadas, particularmente num momento de absoluta resistência. A erosão de quadros e militantes é disso uma consequência natural em tempos de refluxo.

Ultrapassar as fragilidades orgânicas da nossa estrutura e a atrofia organizativa é uma necessidade evidente para os militantes. Para isso, precisamos de debater nesta Convenção o que correu mal e o que podemos melhorar. Trabalho de base, formação de quadros, enraizamento social. São palavras que repetidas num texto destes não têm significado se não forem acompanhadas da experiência real de 26 anos de história e 25 antes de tradição política.

Os processos de construção programática e formação de militantes que estava em curso – e que foram interrompidos pelas eleições – precisam de um novo impulso e de uma outra lógica de funcionamento. Estes dois vértices de atividade podem ser mobilizadores e servir para a integração de militantes (não dispensando outras estratégias próprias para esse efeito), mas contribuir também para uma transformação da política do Bloco.

Há ainda processos externos de participação em movimentos e dinâmicas de luta social, que têm sentido uma degradação continuada com falta de quadros. Com todas as outras exigências que este novo cíclo político nos traz, esta situação não pode, no entanto, ser ignorada. Até porque o movimento social é o primeiro plano de convergências à esquerda em várias frentes.

Essas convergências estão no centro do segundo eixo deste debate, a linha política. O resultado das eleições levantou várias vezes questões sobre se o espaço político do Bloco ainda existe ou se foi ocupado pelo Livre. Ora, o Livre ganhou apenas um terço do número de votos que o Bloco perdeu nas eleições, e isso prova que o espaço não só ainda existe, como não nos foi roubado – perdemo-lo.

Voltar a ganhar esse espaço pode ser difícil. Ele não é um nicho, traduz-se antes numa política socialista abrangente e ambiciosa, que terá no processo de construção programática um ponto de partida valioso. É também uma política dialogante, configurando as alianças como uma oportunidade de polarizar com o centro e puxá-lo à esquerda contra a barbárie da extrema-direita. Ou, taticamente, encontrar alianças institucionais para defender direitos conquistados, sem sectarismo mas também sem ilusões sobre a natureza dos partidos do centro. Um pé em falso é um prego no caixão.

Destes dois eixos de debate para a transformação do partido, podem surgir duas tendências positivas para inverter a trajetória do Bloco – e da esquerda – e construir uma alternativa. Por um lado, uma densificação estrutural, com espaços de militância de base, novas estruturas e mais quadros. Por outro, uma abertura e a criação de uma dinâmica política própria, em diálogo com a esquerda para virar o jogo.

Temos que falar de política industrial

Diogo Duarte Silva, Diogo Machado

Neste momento de reflexão interna e reformulação programática, parece-nos que temos que falar de Política Industrial. Genericamente, pode definir-se como um conjunto de políticas adotadas de forma seletiva para alterar a estrutura de produção a fim de acelerar o desenvolvimento económico. Está amplamente documentado que os países mais ricos recorreram durante a sua história a uma panóplia de instrumentos de política industrial para promover determinados setores que consideravam essenciais para o seu desenvolvimento nacional. Não é, portanto, surpreendente que vários atores na UE e noutras economias avançadas estejam a reconsiderar o potencial da intervenção do Estado para lidar com a estagnação económica de que sofrem.

Em Portugal, a realidade é preocupante. Décadas de neoliberalismo, liberalização financeira, integração nos mercados globais e moeda única desestruturaram fortemente a economia portuguesa e viciaram-na em atividades de baixa produtividade e baixos salários. Os problemas do país, nomeadamente os baixos salários e o custo da habitação, são o resultado direto da frágil estrutura produtiva da economia portuguesa, com um padrão de especialização assente em setores de baixo valor acrescentado – turismo, restauração, construção e imobiliário – com fraca incorporação de tecnologia e inovação e baixa intensidade em capital.

Aquando da apresentação do relatório da primeira fase da Avaliação Estratégica de Política Industrial em Portugal, um estudo pedido pelo último governo PS, em que foram apresentadas críticas aos sistemas de incentivos existentes, nomeadamente a necessidade de introduzir seletividade em torno de objetivos estratégicos, a resposta do Governo da AD, insistindo nos instrumentos horizontais, roçou não só o contrassenso, como o negacionismo da política industrial. Isto vê-se também nas suas escolhas políticas, nomeadamente no foco exaustivo no turismo e na redução do IRC, cujo efeito e ganhos se farão maioritariamente sentir nos setores financeiro, imobiliário e do comércio.

Só a reorientação em direção a um tecido produtivo com maior peso de atividades inovadoras e produtivas poderá proporcionar uma economia que gere melhores empregos e salários. A transformação estrutural da economia portuguesa tem, por isso, que ser uma prioridade do Bloco. Isto não será novo para muitas. É verdade que temos denunciado fortemente as privatizações e as perversidades do modelo económico baseado no complexo turístico-imobiliário, assim como temos defendido mais investimento público para lidar com a policrise que atravessamos. No entanto, é preciso ir mais além.

No último programa, que tem sido reaproveitado em eleições sucessivas, é notável a ausência de uma proposta forte e coerente de política económica. Focamo-nos em questões de redistribuição, de justiça fiscal e de melhoria dos serviços públicos, mas, sendo estas medidas importantes para reequilibrar a repartição capital-trabalho, elas são de natureza ex-post, não sendo capazes de provocar alterações de fundo ao modelo económico. Quebrar o dogma neoliberal contra a intervenção do Estado exige ser capaz de apresentar uma proposta de política económica verdadeiramente alternativa, ambiciosa e holística. O Bloco deve recuperar este debate e construir

uma proposta de modelo de desenvolvimento alternativo para o país. Acreditamos que a noção de política industrial é fundamental para esse efeito.

Numa altura em que a direita portuguesa permanece negacionista da política industrial e a esquerda lhe presta pouca atenção, acreditamos que esta é uma oportunidade singular e estratégica para o Bloco assumir liderança e protagonismo no pensamento do desenvolvimento do país. A política industrial pode ser o alicerce de um programa político transformador, fundamentado e de fácil comunicação, que articule as várias propostas setoriais numa proposta coerente de transformação estrutural da economia portuguesa orientada por objetivos sociais e ecológicos.

Um programa que promova o planeamento público e a participação do Estado em setores estratégicos, que pense nas empresas públicas como vetores de desenvolvimento económico, que reformule o sistema de incentivos e de apoios públicos com base em objetivos estratégicos e com condicionalidades sociais. Um programa que promova a descarbonização da economia, de forma interligada com a política urbana, de mobilidade e energética. Um programa que promova empregos estáveis e bem pagos, não só em setores intensivos em tecnologia e inovação, mas também nos setores essenciais para a nossa vida coletiva como a saúde, a educação, a formação profissional e o serviço social. Um programa que subordine a economia a objetivos sociais democraticamente definidos – no fundo, um programa essencialmente novo e ambicioso que permita transformar a economia e resgatar o futuro do país.

Ativar a libido à esquerda

Diogo Machado

«Cumprir e fazer cumprir a Constituição», anuncia António Filipe, do PCP, como mote da candidatura às presidenciais de 2026. «Resistir» para «defender a democracia e os direitos humanos», enuncia a Moção A como objetivo do Bloco para os próximos 2 anos. São dois exemplos, escolhidos avulso, mas que representam bem a resignação da esquerda radical a uma posição defensiva e a desistência de disputar o senso comum.

O fim da Guerra Fria trouxe um longo inverno de dormência política em torno do consenso neoliberal-globalista. Este período da 'pós-política' foi marcado por uma grande desmobilização política das massas, que se retiram para a vida privada e deixam a política entregue aos grandes partidos do centro, governando em alternância, mas aplicando sempre as mesmas políticas daquele consenso ideológico.

A política institucional tornou-se, assim, um assunto de mera gestão tecnocrática e de construção de carreiras, em que a soberania popular, a disputa ideológica e a noção de alternativa são removidas, enquanto a maioria empobrecia e as desigualdades se exacerbavam. É isto que explica a crise de confiança nas democracias liberais que é visível, hoje, aos olhos de toda a gente.

Sentimos, agora, que a apatia política terminou. As pessoas estão cognitivamente mobilizadas para a política como já não se via há muitas décadas. Este é um fenómeno novo, a que Anton Jäger chama 'hiper-política.' Ele descreve-o como um renovar da participação política, que não ocorre nos moldes tradicionais (dentro de organizações, com atividade militante e compromissos duradouros), mas sim de forma individual, atomizada, imediata, imagética, de elevada carga emocional, e flexível, o que é em parte resultado da nova arena dominante do engajamento político: o digital.

A repolitização em curso é ambivalente. Por um lado, abre brechas, sendo claramente um sintoma do esgotamento do consenso neoliberal e de um forte descontentamento popular que busca um veículo político. Por outro lado, ela é de fraca densidade ideológica, mediada por imagens e algoritmos, veloz e fugaz, descomprometida, e avessa à ação coletiva.

Tendemos à esquerda a achar que, esvaídas as manipulações ideológicas dos media e classes dominantes, as pessoas convergiriam naturalmente para o nosso campo porque somos nós quem melhor responde aos seus interesses materiais. Temos é que «responder aos problemas concretos das pessoas», dizem. Este pressuposto de um materialismo bacoco e mecânico está impregnado nas nossas cabeças e enfraquece-nos, porque nos leva a descurar a disputa ideológica, cultural e estética, colocando-nos em dessintonia com os tempos.

A extrema-direita é, neste sentido, campeã da hiper-política. A ativação libidinal é um fator chave para o seu sucesso. É notável a sua baixa densidade ideológica, que é a contrapartida da sua intensidade estética. Dizia Benjamin que o fascismo é a estetização da política – a extrema-direita contemporânea é muito mais uma formação libidinal do que uma formação política. A sua arena são as redes sociais e a avalanche comunicacional que permitem; o seu modus operandi é o cho-

que, a polémica e a teatralidade permanentes, mais do que um programa político. A sua estética é a da rebeldia (o desafio incessante das normas sociais e políticas) e da crueldade (o insulto aos adversários e os ataques aos mais vulneráveis). Depois da longa dormência da 'pós-politica', a extrema-direita acorda, capta atenção, entusiasma, canaliza a raiva, e ativa a energia libidinal até então reprimida – fá-lo em total sintonia com o momento cultural dominante.

Não quer isto dizer que devamos replicar a fórmula – não abdicamos de princípios (como o respeito pela verdade), e temos um programa político sério que não se consegue resumir num tik tok. Convém é perceber que no momento histórico atual não vamos vencer apenas tentando convencer as pessoas da validade dos nossos argumentos numa discussão racional. Precisamos de investir na criação de um apelo libidinal, por definição inconsciente e pré-teórico, que é fundamental para gerar um apelo psicológico de massas hoje. Isso implica largar referentes antigos e gastos, quer do passado comunista defunto ou do sistema democrático-burguês em crise, e construir um projeto novo, com uma estética e uma gramática novas, radicalmente alternativas, provocadoras e galvanizadoras. Implica também capitalizar nas ferramentas disponíveis – discurso político, mas também cultura, a arte, os memes e demais conteúdos digitais – para operar uma revolução da consciência, que dispute de valores e formas de ver o mundo.

Estamos presos a um passado que poderia ter sido e a um presente esgotado, mas que se eterniza. A esquerda precisa de deixar de ser aborrecida, de nos voltar a entusiasmar e de nos dar esperança de que um futuro radicalmente diferente é possível. Ativemos a nossa criatividade radical – é esse o repto do comunismo ácido, projeto inacabado que Mark Fisher nos legou.

A urgência de melhorar o sistema eleitoral

Duarte Graça

Tenho testemunhado discussões tidas no rescaldo de Eleições Legislativas, em que o método d'Hondt é apontado como principal culpado pelo excesso de representação dos partidos com maiores votações e sub-representação de partidos com votações mais reduzidas, assim como alguns fenómenos bizarros produzidos pelo sistema eleitoral da Assembleia da República (AR).

Vejamos exemplos:

- nas Legislativas de 2024, o PS obteve uma proporção em mandatos em relação ao PAN de 78 para 1, apesar de a proporção em votos ter sido de cerca de 14 para 1;
- nas Legislativas de 2025, a coligação PSD/CDS/PPM nos Açores conseguiu 3 mandatos nesse círculo eleitoral com cerca de 37 mil votos, enquanto que cerca de 126 mil votos para o Bloco valeram apenas 1 mandato;
- nas Legislativas de 2022, o CDS perdeu a representação parlamentar, apesar de ter tido mais votos que PAN e Livre, que conseguiram 1 mandato cada.

Na verdade, comete-se uma profunda injustiça quando se coloca o ónus da desproporcionalidade sobre o método d'Hondt, que é, por definição, um método de distribuição proporcional de mandatos. Vejamos.

O MÉTODO

O método d'Hondt é um método de representação proporcional, pelo qual a distribuição de mandatos é feita com base nas proporções relativas entre as votações das candidaturas que se apresentam a uma eleição. Atentemos num exemplo prático.

A tabela abaixo apresenta um cenário hipotético de 4 candidaturas numa eleição na qual disputam 7 mandatos. Para aplicar o método, divide-se a votação de cada uma por sucessivos números inteiros. Conforme se vê na tabela, os mandatos são atribuídos aos valores mais elevados entre os que resultam destas divisões, por ordem decrescente. Como o número de mandatos a atribuir se esgotou antes de algum valor da divisão por 4 contar para atribuição de um mandato, não é necessário dividir para lá disso.

	A	B	C	D	Total
N° Votos	12074	17816	18420	6037	54347
% Votos	22,2%	32,8%	33,9%	11,1%	100,0%
1	12074	17816	18420	6037	-
2	6037	8908	9210	3019	-
3	4025	5939	6140	2012	-
4	3019	4454	4605	1509	-
N° Mandatos atribuídos	1	2	3	1	7
% Mandatos atribuídos	14,3%	28,6%	42,9%	14,3%	100%
Rácio % Mandatos atribuídos e % Votos	0,64	0,87	1,26	1,29	1

Note-se que, pelo sistema eleitoral para a AR, em caso de empate, o mandato é atribuído à candidatura com menor número de mandatos. Isto produz um exemplo interessante, pelo qual se verifica que até há condições em que a candidatura menos votada pode ter maior peso em mandatos que em votos, ainda que seja improvável que esse cenário se verifique.

Se fizermos o exercício equivalente para 70 e 700 mandatos, resulta o seguinte:

Para 70 mandatos					
	A	B	C	D	Total
N° Mandatos atribuídos	15	23	24	8	70
% Mandatos atribuídos	21,4%	32,9%	34,3%	11,4%	100%
Rácio % Mandatos atribuídos e % Votos	0,96	1,00	1,04	1,03	1

Para 700 mandatos					
	A	**B**	**C**	**D**	**Total**
N° Mandatos atribuídos	155	230	237	78	700
% Mandatos atribuídos	22,1%	32,9%	33,9%	11,1%	100%
Rácio % Mandatos atribuídos e % Votos	1,00	1,00	1,00	1,00	1

Observa-se uma tendência: quanto maior o número de mandatos a atribuir, mais tenderá a representação para a proporcionalidade directa. Então, o que explica a distorção de representação ao longo dos cerca de 50 anos de uma AR democraticamente eleita?

DIVISÃO DO TERRITÓRIO: O VERDADEIRO CULPADO

Ora, por mais proporcional que seja o método de distribuição de mandatos, a sua aplicação a um número reduzido de mandatos resultará sempre numa distorção significativa, como o exercício acima mostra. Assim podemos deduzir uma outra causa para a distorção da representação parlamentar: a multiplicidade de círculos eleitorais.

Isto é, as Eleições Legislativas não são uma eleição nacional: são 22 eleições, uma para cada círculo eleitoral, integradas num ato eleitoral para o mesmo órgão. Destes círculos, 12 têm menos mandatos que os 7 do exercício anteriormente apresentado. A divisão do território em círculos eleitorais é o maior obstáculo a uma constituição parlamentar mais próxima dos resultados eleitorais globais.

No ano passado, o Grupo Parlamentar do Bloco apresentou um projecto para a introdução de um círculo nacional de compensação. Foi um primeiro passado tímido, porém devemos ir mais longe. É fundamental que o Bloco, enquanto força política defensora de um aprofundamento democrático da sociedade em vários domínios, defenda a introdução de um círculo nacional único para a eleição da Assembleia da República, com 226 mandatos - mantendo-se a atribuição autónoma de 2 mandatos para cada círculo da emigração - e a composição das listas e distribuição de mandatos definidas com base na representação territorial proporcional, simultaneamente:

- maximizando a expressão de representação democrática do órgão, pela distribuição de mandatos por aplicação do método d'Hondt ao conjunto de 226 mandatos em território nacional;
- mantendo o princípio de representatividade territorial, pela exigência de constituição de listas com base na proporção populacional de cada território.

A máxima de que a qualidade da democracia é proporcional à proporcionalidade da representação deve ser uma bandeira do Bloco na intervenção pela defesa e aprofundamento da democracia no país.

Colectivo e unidade: sectarismo não rima com revolução

Duarte Graça

Paira um espectro sobre o Bloco: é o espectro do sectarismo.

Importa invocar antecedentes históricos antes de desenrolar a análise que julgo suportar esta afirmação, com a qual sei que muites aderentes (e ainda mais ex-aderentes) se identificam.

Comecemos pela singularidade no espaço-tempo que nos trouxe a liberdade, a democracia, o pluralismo na expressão política e a diversidade partidária: o 25 de Abril.

Nessa altura, acumulavam-se, já, organizações várias de Esquerda, marxistas, socialistas, comunistas, algumas resultado de dissidências, outras de geração espontânea. Com a conquista de direitos políticos, a multiplicidade organizativa à Esquerda tornou-se particularmente visível: quase duas dezenas de partidos foram formalizados nos 7 anos após a Revolução.

Interessante seria se esse vasto leque institucional correspondesse a uma expressão popular de relevo, em eleições e no terreno. Mas os resultados eleitorais e a breve vida de muitos desses partidos indicam o contrário: a atomização partidária era mais divisionismo do que expressão plural de uma Esquerda socialmente dominante.

A proporção da divisão à Esquerda contribuiu para que o centrão (PS/PSD/CDS) se implantasse, colocando a Esquerda na defensiva. Sem sentido político-estratégico de unidade institucional integrada num projecto plural, a Esquerda ficou dependente da força e implantação territorial e sectorial do PCP.

Em 1995, o centrão atingiu cerca de 87% da votação. À Esquerda, a força eleitoral rondou 10%, com a CDU a representar mais de 80% disso.

Eis que, em 1999, é formalizado um projecto nascido da consciência da necessidade de orientar a organização politico-partidária à Esquerda pela óptica da unidade institucional e da pluralidade politico-organizativa: o Bloco de Esquerda.

Mas a solidez dessa filosofia de organização revelou-se, em geral, temporária. Para quem não testemunhou tudo, difícil será identificar os momentos que desgastaram a identidade do Bloco enquanto partido em que se constrói base programática e estratégia de intervenção com os contributos de todas as pessoas e perspectivas que partilham o seu espaço.

Podemos, ainda assim, apontar para indícios dos últimos 8 a 12 anos, reveladores do sectarismo mencionado na leve, e bem-intencionada, provocação com que inicio este texto:

- a constituição dos órgãos nacionais, e de muitos órgãos distritais e concelhios, tem sido esmagadoramente associada à pertença a uma das duas principais tendências - esse é, aliás, critério determinante na estruturação de listas candidatas a órgãos internos, não havendo reais esforços unitários;

- a constituição de grupos de trabalho tende a reproduzir a reduzida pluralidade de órgãos internos, pela lógica já referida;
- a integração de aderentes (quando existe) frequentemente degenera em integração numa tendência, através da qual se filtra a participação no Bloco;
- a lógica de intervenção territorial e sectorial raramente inclui contributos externos ao espaço de acordo entre as duas principais tendências, com o previsível resultado de uma crescente erosão de estruturas locais dependentes do apoio dos órgãos coordenadores, estruturas que, não sendo espaço ideal para a afirmação de tendências, ficam em segundo plano;
- a insistência num excessivo informalismo no funcionamento do partido reforça a tendência para o isolamento de aderentes sem ligação às principais tendências.

De referir que o facto de vários dos indícios referidos terem a eles associadas decisões referendadas na militância não anula o seu carácter nocivo. Nem sempre uma decisão votada é, necessariamente, democrática.

Tarda-se em compreender que não abona a favor deste belo projecto a cristalização de tendências ou facções internas, assentes na disputa, com o próprio Bloco, da atenção e dedicação militantes. A saudável manifestação de perspectivas distintas pode ser feita por via de debate livre e crítico e candidaturas a órgãos internos, não criando sub-identidades que corroem a unidade organizativa do Bloco.

Urge repensar o significado e a forma da pluralidade no Bloco: se é um colectivo que cultiva a unidade pela soma dos contributos das diferentes perspectivas que nele se manifestam, motivadas pelo mesmo objectivo transformador da sociedade, garantindo que as pessoas se sentem representadas pela organização para a qual contribuem; se é uma mera simbiose circunstancial entre espaços organizados (tendências), tão entrincheirados em e absorvidos pela lógica de uma disputa interna constante, permanente e omnipresente, que já é tida como natural e inevitável, aprisionando, até, as vontades de militantes que discordam da sua existência.

O corolário desta mensagem é evidente: quanto mais difícil se tornar imaginar a dinâmica interna do Bloco sem a influência da lógica de disputa entre tendências, mais difícil se tornará o Bloco ser maior, mais agregador, mais plural do que a soma das partes que o constituíram ou dos seus herdeiros, hoje sob a forma de tendências.

Bloco há só um. Vale a pena preservá-lo.

Democratizar a Economia: a chave para o poder popular

Duarte Graça

Vivemos uma época de ciclos recorrentes de encerramentos múltiplos de unidades industriais, em que se agudiza e, consequentemente, mais se evidencia o contraste de classe entre os proprietários - que concentram o poder de decisão e acautelam, prioritariamente, a sua segurança económica - e as pessoas trabalhadoras deixadas sem amparo, frequentemente num limbo entre emprego e despedimento que lhes impede o acesso à proteção social, sua por direito.

Ora, é quando os contrastes são mais pronunciados que os contornos da imagem pela qual se apresenta a realidade se tornam mais carregados. É precisamente no momento de maior urgência que devemos afirmar com particular ênfase a nossa vontade de virar a página à exploração.

Apesar de, frequentemente, as nossas iniciativas e o discurso de representantes do Bloco irem ao encontro da substância ideológica que nos move, o programa político com que vamos a eleições costuma ficar muito aquém disso. Ainda nas Eleições Legislativas de 2024 e 2025, propusemos um conjunto de nacionalizações, de facto necessárias. No entanto, não associamos a isso uma transformação, em paralelo, do sector económico não-estatal, afastando-o de uma perspectiva capitalista em favor de uma construcção socialista. Houve algumas referências retóricas, porém insuficientes.

Portanto, programaticamente, devemos propor a progressiva transferência da propriedade no sector privado de um grupo reduzido de proprietários para o conjunto de pessoas trabalhadoras que garantem a viabilidade e o funcionamento dos projectos económicos. Isto deverá estar associado à eleição democrática da gestão desses projectos.

Ademais, e num contexto em que temos particular dificuldade em garantir aprovação de propostas do Bloco na Assembleia da República, devemos assumir, na intervenção no terreno, um reforçado papel pedagógico e de apoio à dinamização de projectos económicos de natureza colectivista, assentes na propriedade comum e na gestão democrática, a par de uma mais significativa promoção do sindicalismo e das várias outras formas de organização colectiva de pessoas trabalhadoras.

Esse caminho deve ser traçado, também, no plano local/autárquico. É fundamental que o poder político local sirva para aprofundar laços comunitários e uma coesão social baseada na solidariedade e na partilha.

Fundamentalmente, as nossas propostas e a nossa intervenção têm que estar à altura do nosso discurso.

É o sal que não salga ou a terra que se não deixa salgar?

Duarte Graça

Em meados do século XVIII, António Vieira pregou um sermão marcante, tanto que a sua mensagem ainda ressoa no pensamento de quem o estudou em Português, no Ensino Secundário.

No *Sermão de Santo António aos Peixes*, serviu-se de um conjunto de metáforas para descrever comportamentos sociais através de características de algumas espécies de peixes.

Dois séculos antes dos trabalhos de Marx, que servem de referência às perspectivas de transformação social e económica à Esquerda, já Padre António Vieira denunciava a exploração dos "grandes" sobre os "pequenos", e a manipulação como arma de controlo social que leva tanta gente a abdicar da sua liberdade e valores.

Não são esses, porém, os aspetos que importa focar para reflexão interna no Bloco. Neste sermão, António Vieira decidiu complementar essas observações gerais com referências particulares. Falou dos "roncadores", que, do alto da sua arrogância, fazem da projeção de saber e poder desculpa para pouco de concreto fazer ("muito roncar antes da ocasião é dormir nela"). Disparou, retoricamente, sobre os "pegadores", que fazem modo de vida de orbitar a esfera do poder com a esperança de avançar os seus objetivos, abdicando de autonomia e identidade ("os que se deixam estar pegados à mercê e fortuna dos maiores, vem-lhes a suceder no fim o que aos pegadores do mar").

Se essas posturas são ferramentas do kit de estratégia política para o Triângulo das Bermudas da política portuguesa (PSD, PS e Chaga), onde desaparece a noção de acção política baseada em princípios, valores e convicções, um partido como o Bloco, cuja identidade e horizonte político são incompatíveis com os vícios comportamentais que o Padre observou nalguns peixes, não está imune à sua influência e capacidade intrusiva.

Vejamos dois exemplos indicativos dos vícios comportamentais referidos.

Da arrogância e dos seus riscos. A estratégia do Bloco nas Legislativas de 2025 passou, nalguns círculos eleitorais, por apelos ao voto útil - Braga e Faro, por exemplo -, em particular à concentração do voto à Esquerda do PS no Bloco, com base no argumento de que foi o partido deste espaço mais próximo de conseguir um mandato parlamentar nesses círculos em 2024.

Ora, surgem duas interrogações relevantes.

Não será isto contraditório relativamente ao combate permanente que o Bloco tem de fazer à lógica de concentração de voto de que o PS constantemente se serve para esvaziar o espaço à sua Esquerda?

Como a mudança de circunstâncias nos pode obrigar a confrontar más opções, o que se dirá numa futura eleição perante um eventual apelo à concentração de voto por parte do Livre, semelhante ao que fez o Bloco este ano, nos mesmos círculos eleitorais, já que é, agora, o partido que se pode servir desse argumento nos mesmos moldes?

Do orbitar de um espaço que não nos representa. A estratégia eleitoral do Bloco em 2024 assentou no lançar de um desafio ao PS - na altura com maioria absoluta parlamentar - para um novo acordo político pós-eleitoral que permitisse avanços reais nas vidas das pessoas.

Se é verdade que a 'Geringonça' (acordos parlamentares entre partidos da Esquerda parlamentar e PS - 2015 a 2019) permitiu avanços importantes, ainda que insuficientes, é, também, evidente a estranheza que provoca focar uma campanha no apelo a um entendimento dirigido, principalmente, ao mesmo partido que rejeitou a continuidade desse caminho e se serviu da mentira e da manipulação como estratégia para se livrar da necessidade de entendimentos.

Com esse apelo, e na sua insistência, o Bloco ficou amarrado à impopularidade, ineficácia e negligência política do PS. Como as opções de uma campanha prolongada como a de 2024 podem catalisar efeitos estruturais, essas amarras mantiveram-nos cativos para lá da campanha. Nas eleições deste ano, não conseguimos libertar-nos disso, continuando a fazer referências ao frentismo "à Esquerda", ainda que menos centradas no PS, já que não era o partido no poder a quem o desafio fosse directamente dirigido.

Numa altura em que muita gente precisa de sentir que o seu voto tem efeito palpável, material, visível no sistema político, independentemente de resolver mesmo os problemas na sua vida, a abdicação quase total da aura de partido de contestação polarizadora que caracterizou o Bloco até ao início do período da 'Geringonça' deu espaço à retórica insidiosa do partido Chaga, e às suas propostas socialmente violentas, que instigam o ódio e a divisão em modos que colocam a Esquerda na defensiva.

Serve-nos mal a contradição e a timidez na estratégia, na organização, nas propostas e na retórica. Serve-nos mal a ideia de que ter uma postura institucionalmente responsável, aberta à diplomacia e ao diálogo inter-partidários, significa diluir a nossa identidade.

Recuperando a referência ao Sermão (sem intenção de este texto o ser), o Bloco pode ser o sal da terra, que combate a corrupção capitalista que aprisiona corpo, mente e espírito. Tem de ser sal para a sua própria terra, e não pode abdicar de salgar qualquer outra. colectivista, assentes na propriedade comum e na gestão democrática, a par de uma mais significativa promoção do sindicalismo e das várias outras formas de organização colectiva de pessoas trabalhadoras.

Esse caminho deve ser traçado, também, no plano local/autárquico. É fundamental que o poder político local sirva para aprofundar laços comunitários e uma coesão social baseada na solidariedade e na partilha.

Fundamentalmente, as nossas propostas e a nossa intervenção têm que estar à altura do nosso discurso.

A nossa vida não é mercadoria!

Elisabete Carvalho, Abílio Braga Cerqueira, Agostinho Armando Rodrigues Pereira Pateca, Alberto Matos, Alberto Pestana,Almerinda Bento, Amândio Pateca, Ana Castro, Ana Durães, Ana Silva, Anabela Mangas, António Emílio de Sousa e Costa, António Soares, Bruno Góis, Carla Quintas, Carlos Alberto Faria, Carlos Francisco Alves Durães, Carlos Júlio Lindade Rodrigues, Carlos Luís Ramalhão,-Carlos Silva Oliveira, Catarina Oliveira, Catarina Soraia da Silva Ferreira, Cátia Nóvoa,Cecília Macau, Dina Letra, Edite Alexandra Sousa Costa, Esmeralda Susana, Francisco Alves, Gil Ribeiro, Gorete Pestana, Graça Lucena, Higino Vasconcelos, Isabel Pires, Joana Mortágua, João Carvalho, Joaquim Espírito Santo, Jorge Magalhães,José António Sousa Figueira, José Castro, Leonor Rosas, Manuel Perfeito, Margarida Costa de Melo, Maria Alexandra Rodrigues Fonseca, Maria Francisca Rodrigues Fonseca Batista Verde, Maria Ganança Gomes Garanito, Maria Gorete Franco Caldeira Francisco, Funchal, Maria Gorete Gomes da Silva Bento, Mariana Aiveca, Mónica Pestana, Miguel Martins, Nuno Miguel Silva, Paulo Nogueira Ramos, Pedro Marques de Figueiredo, Pedro Miguel Faria, Pedro Filipe Soares, Roberto Almada, Rodrigo Machado, Rui Nóvoa, Sandra Cunha, Sérgio Pestana, Silvestre Pereira, Susana Barros, Vítor Cavalinhos, Vítor Pires

Num momento em que as desigualdades se acentuam e a concentração de riqueza é cada vez mais evidente é necessário arregaçar mangas e afinar a voz para que não nos calemos perante esta maré populista que só traz preconceito, desinformação, e se prepara para nos retirar os direitos conquistados após o 25 de Abril de 1974 e parece querer mergulhar-nos novamente na noite longa de uma ditadura repressora e redutora dos direitos civis.

O direito à habitação inscrito na CRP nunca foi cumprido de facto e cada vez mais o Estado se afasta desse desígnio para se submeter a um mercado opressor e especulativo cujo objetivo é o lucro e que deixa de fora da equação as pessoas.

A falta de vontade política de avançar com soluções públicas de habitação permitiu que esta crise se fosse agravando e alastrando pelo território ao longo dos anos, que quer governo central quer autarquias se demitem do seu papel e surgem com soluções que não regulam o mercado, não fiscalizam nem aplicam os devidos agravamentos fiscais a quem opta por deixar imóveis vazios e a degradarem-se em vez de os disponibilizarem para o bem comum e que garanta o direito à habitação digna de quem vive em Portugal.

Soluções apresentadas optam pela subsidiação e pelo conceito de renda acessível, devidamente tabelado e regido por regras do mercado, ou seja, com valores inflacionados e inalcançáveis por uma grande parte da classe trabalhadora que recebe o salário mínimo ou pouco mais.

O conceito de regular rendas não é uma utopia, não é desfasado da realidade, é aplicado em vários países com sucesso e em que a qualidade de vida faz parte dos objetivos a atingir.

A proposta para que seja criado um novo conceito de rendas controladas deve ser uma bandeira que devemos abraçar, rendas controladas não são obrigatoriamente rendas "sociais" ou que

dependam da condições de insuficiência económica, rendas controladas devem ser adaptadas aos rendimentos de cada agregado familiar e também ajustadas à condição dos imóveis, e só um substancial parque público de habitação pode garantir que uma política habitacional ajustada a toda a população seja efetiva, sem que para isso o Estado, seja central ou local, fique refém do investimento privado e ao mesmo tempo injete capital através da subsidiação de rendas.

Os edifícios públicos devolutos devem ser direcionados para disponibilização de habitação, o IHRU deve ser capacitado para fazer esse levantamento e garantir numa fase inicial que os fogos desocupados que lhes pertencem estão aptos a ser habitados e são colocados ao dispor das populações com o auxílio das autarquias que têm um melhor conhecimento de proximidade das carências habitacionais locais.

O modelo sustentado apenas por turismo não é um modelo de sustentabilidade sério, promove precariedade, baixos salários, exploração laboral e ao mesmo tempo também retirou do mercado habitações que tão necessárias são. A teoria que nos é vendida sobre os centros das cidades é um enviesamento da história, moravam muitas pessoas nos centros históricos, em casas muitas vezes indignas, mas boa parte delas foi expulsa após a entrada em vigor da chamada Lei Cristas que abriu as portas aos despejos e à especulação selvagem e virou as costas à população.

Temos de lutar contra os discursos populistas, com mentiras constantes sobre ocupações e sobre ilegalidade. Ninguém é ilegal, todas temos direito a uma vida digna, trabalho com direitos e a um teto.

Exigir que investimentos prioritários do OE sejam em prol de serviços públicos e da população que vive, ou sobrevive do seu trabalho, e não para baixar impostos a quem tem mais rendimentos ou encetar corridas armamentistas que apenas mantêm um clima de guerra no mundo e a indiferença pelas vítimas das guerras em curso.

A luta contra o capitalismo deve ser feita todos os dias porque a nossa vida não pode ser menorizada nem olhada como mercadoria ao serviço do mercado selvagem que nos oprime!

Passar das palavras aos atos

Francisco Alves, Pedro Faria, Abílio Cerqueira, Agostinho Armando Rodrigues Pereira Pateca, Alberto Matos, Alberto Pestana, Alexandrina Carneiro, Almerinda Bento, Amândio Pateca, Ana Castro, Ana Durães, André Azinheira, Anabela Mangas, Anabela Rodrigues, António Emílio de Sousa e Costa, António Freitas, António Lima, António Soares, António Teixeira, Beatriz Moura Pontes, Berta Soares, Bruno Góis, Carla Pais Quintas, Carlos Alberto Faria, Carlos Francisco Alves Durães, Carlos Guinote, Carlos Júlio Lindade Rodrigues, Carlos Ramalhão, Carlos Silva Oliveira, Catarina Oliveira, Catarina Santos,Catarina Soraia da Silva Ferreira, Cátia Domingues, Cecília Macau, Cipriano Pisco, Daniel Bernardino, Daniel Carapau, Daniela Vespeira, Deolinda Martin, Dina Letra, Diogo Mira, Edite Alexandra Sousa Costa, Eduardo Couto, Elisabete Carvalho, Esmeralda Susana, Fabíola Neto Cardoso, Filipe Gonçalves, Florentino Silva, Gorete Pestana, Gonçalo Filipe, Higino Vasconcelos, Isabel Pires, Jaime Mestre, Jefferson Eduardo de Oliveira, Joana Leite, João Carvalho, João Pedro Silva, João Vasconcelos, Joaquim Espírito Santo, Joaquim Lima, Jorge Magalhães, José Abrantes, José António Rocha, José António Sousa Figueira, José Castro, José Manuel Jesus, José Pedro Montalvão, Júlia Mendes Pereira,Luis Filipe Pereira, Luís Henrique Santos, Manuel Afonso, Margarida Costa de Melo, Maria Alexandra Rodrigues Fonseca, Maria Francisca Rodrigues Fonseca Batista Verde, Maria Ganança Gomes Garanito, Maria Gorete Gomes da Silva Bento, Maria Gorete Franco Caldeira Francisco, Mariana Aiveca, Mariana Curado Malta, Miguel Correia, Moisés Ferreira, Mónica Pestana, Norberta Grilo, Nuno Sanches, Om Bahadur Gharti, Paula Soares, Paulo Aguiar, Paulo Nogueira Ramos, Pedro Amaral, Pedro Filipe Soares, Pedro Ramos, Raquel Vitorino, Ricardo Cerqueira, Roberto Almada,Rodrigo Machado, Romana Sousa, Sandra Cunha, Sérgio Pestana, Sofia Figueiredo, Susana Barros, Tânia Russo, Tiago Castelhano, Vasco de Morais Gusmão, Vitor Cavalinhos, Vitor Pires, Virgílio Manuel Morais de Matos

O Bloco de Esquerda, enquanto partido que defende o fim da exploração e das desigualdades sociais, assumiu o Trabalho como uma área vital de combate.

Desde há largos anos que a Coordenadora Nacional do Trabalho (CNT) tem como orientação fazer o acompanhamento da intervenção social do Bloco no campo laboral, promover a formação dos ativistas sindicais e laborais do partido, apoiar a organização de encontros sectoriais, acompanhar a atuação dos Conselheiros Nacionais indicados pelo Bloco na CGTP e fazer a articulação com os grupos distritais existentes.

A Moção A refere na pág.63 – "No trabalho, é urgente encontrar propostas mobilizadoras que unam as exigências de sempre com novas realidades que formam as aspirações e expectativas dos trabalhadores…"

Estamos certos de que todas e todos estamos de acordo com estas ideias e princípios.

Então o que nos faltou/falta para termos mais influência no mundo do trabalho e no sindicalismo?

- Incentivar a participação dos militantes nas organizações representativas dos trabalhadores (ORT`s).
- Prepararmo-nos para ir à disputa no seio dos Sindicatos por políticas e atuações democráticas que respondam à vontade dos trabalhadores sem controlos e sectarismos.
- Estarmos disponíveis e procurarmos ser eleitos delegados sindicais; dirigentes sindicais; membros de Comissões de Trabalhadores e de Segurança e Saúde no Trabalho.

Temos a consciência da debilidade do movimento sindical e social, e sabendo nós da atrofia sectária no seio da CGTP (sendo apesar de tudo esta a central sindical que melhor defende os interesses da classe trabalhadora), isso obriga-nos a ocupar estes espaços levando as nossas ideias e formas de diálogo plural.

Os sindicatos não podem esquecer todas as formas de discriminação e opressão, têm de se abrir a todas e todos, num espaço anticapacitista, feminista, antirracista, em que os trabalhadores independentemente do seu género, orientação sexual ou credo religioso se sintam representados, e têm de verdadeiramente incluir os trabalhadores imigrantes que hoje estão em elevado número nos mais variados sectores de atividade.

O Programa do Governo tem escrito um forte ataque aos direitos e liberdades dos que vivem do seu trabalho, que vai da Lei da Greve à Segurança Social, ou até da retirada de direitos aos trabalhadores imigrantes.

É fundamental estabelecer frentes de combate para resistir e contra-atacar, trazer o movimento para as Ruas, e contrariar os avanços das ideias de extrema-direita junto da classe trabalhadora.

Esta é uma tarefa para o conjunto do partido, não podemos deixar de nos empenhar e dar os nossos contributos.

Por isso, aqui estamos os Bloquistas para ajudar a organizar e fazer toda a luta pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Duas armadilhas liberais

Francisco Louçã

Foi pesado o preço de subestimarmos a hegemonia liberal imposta nas últimas quatro décadas em Portugal. Convém por isso olhar para essa transmutação das ideias dominantes, tanto mais que o liberalismo ser armou entretanto com a extrema-direita, para garantir a inexpugnabilidade do capitalismo rentista. O seu modelo de acumulação exige que os donos do capital sejam esmagadores na sociedade: para baixar os impostos sobre os bilionários e lhes entregrar as rendas, é preciso apontar o dedo aos imigrantes e condicionar a vida democrática à lei de exceção.

RICOS E POBRES

Esta hegemonia cultural é o que explica que a proposta de "taxar os ricos", mobilizadora noutros países, pudesse ser escarnecida no país como um ataque à maioria do povo. Os militantes do Bloco encontraram no porta-a-porta quem lhes dissesse que pensava que a taxa era contra si. Mesmo quem ganha 1000 euros se sentiu em causa. E o problema não era ser "rico" ou "milionário": foi uma má escolha, mas é escusado ignorar o problema de fundo, a hegemonia cultural liberal que banalizou a ideia de que o pobre poderá ser rico, a ilusão que protege os culpados da desigualdade. Remar contra a maré demonstra coragem, mas não encontrámos caminho para apresentar uma ideia de futuro em que a desigualdade seja combatida.

O mesmo aconteceu com o controlo das rendas. Se nos perguntamos porque é que há uma opinião pública que obriga governos europeus de direita a controlarem rendas e, em contrapartida, os liberais conseguem aqui triunfar – no primeiro trimestre deste ano o preço da habitação subiu 18,7% em relação ao período homólogo –, a resposta é que a lei do mercado é aceite por uma parte importante da população. Esta forma de acumulação de capital cria uma base social (100 mil proprietários de AL) e enriquece alguns, pelo que é defendida empenhadamente pela direita e pelo PS (e pelo silêncio de grande parte da esquerda). É onde se faz dinheiro. É também como se empobrece a maioria da população e se condena os jovens. A particularidade portuguesa é que este consenso liberal – faz por ti, tudo o que puderes sempre que puderes – impede essa outra ideia de futuro em que a casa é um direito.

Quando um dos facilitadores do regime, José Luís Arnaut, agora o homem da Vinci em Portugal, declarou no DN a sua satisfação por terem sido afastadas as ideias de taxar os ricos e controlar as rendas, pesadelos que assustariam os investidores estrangeiros, não estava a dar demasiada importância a um partido derrotado nas urnas. Estava a apontar quem enfrenta a hegemonia. Fomos à luta contra esta armadilha liberal e perdemos. Voltaremos.

LIBERALISMO CONTRA LUTA COLETIVA

Há uma segunda expressão da armadilha liberal que quero discutir, que é o seu poder de condicionamento da vida partidária. Não me refiro só à ideia de que fazer política é aspirar a uma

carreira, como de deputado, mas sim à alternativa entre a individualidade e o coletivo. Na nossa cultura, a luta social depende da sua expressão coletiva, que cria força e ideias. É no coletivo que se exprime o valor individual do contributo de cada militante. Ora, a hegemonia liberal destrói a capacidade individual e persegue a vontade coletiva, criando a alienação como forma de comunicação. E está presente em hábitos da vida partidária.

Primeiro exemplo: falamos muito sem falar nada nos grupos whatsapp. Parecem substituir formas de organização tradicional, como a discussão e deliberação presencial, e são apresentados como facilitando fluxos de informação e uma praça pública democrática. No entanto, são um veneno político: facilitam a teatralização, radicalizam diferenças pela instantaneidade da escrita, proibem a aproximação de posições, promovem cascatas (já abriste o telemóvel e viste num grupo 50 mensagens que não vais ler?). O individualismo liberal é rei nos grupos whatsapp, que são uma forma de fingir e de destruir organização.

Segundo exemplo: as redes sociais são um simulacro de vida social e tomar posição nelas é uma ilusão de política. É um teatro de fantoches, que satisfaz o narcisismo de quem imagina que a sua palavra tem algum efeito e que pode sobressair num mar de bots e de perfis falsos. Uma e outra, o grupo whatsapp e a rede social, são fetiches que criam uma aparência de militância, reforçando a conceção individualista e liberal sobre o nosso lugar no mundo.

A ideia de métodos de funcionamento assente nessas aparências (ou noutras, como primárias, referendos, etc.) é destruidora da única característica que cria a necessidade de um partido: o trabalho organizado e coletivo de quem se junta para elaborar e aplicar em conjunto ideias transformadoras. Quando temos que nos perguntar se a uma pessoa basta estar num grupo whatsapp ou se deve estar num coletivo para fazer o trabalho político que a entusiasma, é porque a ideia liberal nos contaminou – e essa podemos e devemos vencer desde já, com os núcleos de base onde se cria a democracia da discussão e ação do Bloco.

Despejar o capital da habitação

João Carvalho, Rodrigo Machado

No tempo do capitalismo absoluto o desafio não é só salvar a democracia de um algoritmo totalitário controlado por oligarcas. Não é só a extração de mais-valia que se digitalizou e que potencia novas formas de precariedade disfarçadas de empreendorismo auto-realizável. A promessa já não é a da distribuição popular do capital, mas a da acumulação selvagem ao alcance de um bom investidor.

A financeirização da habitação foi lançada nesse sistema de mercado como um ativo disponível para a especulação. Essa história está contada: é a falácia repetida pela direita sobre a lei da procura e oferta - nem a procura é por habitação, nem a oferta é para responder à maioria. A procura é potenciada por um segmento que procura no imobiliário somente um investimento financeiro. E a oferta está desenhada para responder às necessidades das elites endinheiradas ou de uma classe média mais remediada do que a maioria.

É neste paradigma que setores que procuram altas taxas de rentabilidade, como o turismo, encontraram terreno fértil. Uma fertilidade que tem tido o apoio de sucessivos governos, ao permitir que seja o mercado a impor um modelo de desenvolvimento que assenta na monocultura do turismo e na especulação imobiliária. Um modelo perverso que empobrece o país e que só consegue oferecer baixos salários ao exército de trabalhadores precários que o sustenta ao mesmo tempo que é ultra rentável para os especuladores.

Sobram então poucas casas para a função social que a habitação deve ter. Tão pouco que, para fingir que resolvem o problema, a solução foi arrasar o ordenamento do território e propor uma nova lei de gestão dos solos, como se fosse esse o problema. A expansão ilimitada da malha urbana é um desastre anunciado que vai unicamente facilitar a turistificação, a corrupção e a destruição do meio ambiente. É colocar a terra ao serviço do capital.

Podemos prever o resultado: fortunas imobiliárias com a conivência dos mesmos que fizeram a Herdade da Comporta, com empreendimentos demasiado caros para os salários portugueses e a habitação como um bem completamente submetido ao livre mercado, sobreaquecido. Este sistema com gula do capital estrangeiro, atraído por benefícios fiscais, vistos gold e sol o ano todo, permite que o negócio engula as nossas cidades enquanto para os trabalhadores sobram apenas os restos.

O mercado oferece-nos rendas absurdas face aos nossos salários e o Governo e as autarquias abandonam qualquer intenção de fazer frente a este flagelo. O reforço da habitação pública tarda em chegar e os bairros municipais estão entregues à degradação e à segregação, reproduzindo a narrativa da guetização e do falhanço das respostas sociais. Milhões do erário público queimados em regimes de privilégio fiscal que animam o frenesim da especulação enquanto as infraestruturas e os serviços públicos estão em decadência. Empurrada para cada vez mais longe da cidade, a classe trabalhadora acrescenta horas de transportes ao roubo diário do salário.

A habitação é central na luta pelo salário. Sabemos que num país de pequenos proprietários não basta (mas é preciso) desafiar a sacrossanta propriedade privada quando ela pertence a fundos imobiliários que não cumprem a função de uma casa: para lá morar gente. É preciso recorrer a todos os mecanismos públicos e o primeiro, além da construção, é o controle de rendas. É isso que a esquerda está a discutir em toda a Europa. Essa proposta que até há uns anos era uma monstruosidade ultrajante é hoje, face ao absurdo da realidade, uma reivindicação largamente apoiada pela classe trabalhadora. Fizémos dos tectos às rendas o marco da nossa campanha e marcámos o debate público quando todos queriam discutir apenas imigração. É do confronto com o sistema da ganância que abrimos espaço para a mobilização à esquerda e para disputar maiorias.

O desafio para um partido popular é apresentar bandeiras que respondam às necessidades dos trabalhadores e que estes se identifiquem com elas. Quando perguntarem "mas o que defende o Bloco de Esquerda?" que imediatamente nos role da língua o direito a casa para viver. Salários justos. Uma vida boa. Quando o país todo souber de cor as nossas propostas, ganhamos esse desafio.

A avaliação dos transportes públicos

João Lima Gonçalves Baeta Neves

Este texto tem por base a minha experiência de utente diário dos transportes públicos a partir da vila de Oeiras. Mas sabemos que são apenas um exemplo do muito que se sabe existir nas diversas vilas e aldeias do nosso país.

Os transportes públicos mais utilizados, prestando serviço público indispensável, são os comboios e os autocarros. São indispensáveis, mas apresentam muitas falhas.

Por um lado as estações não estão bem conservadas, estando algumas muito degradadas, e os painéis informativos não funcionam como deviam. Ou nem existem ou por vezes estão apagados e não atualizam as informações.

Em relação aos comboios verifica-se quase sempre existir uma sobrelotação, não havendo suficientes lugares sentados para a população que neles quer viajar. Tornam-se, portanto, desconfortáveis por obrigar os passageiros a ir em pé e a começar o seu dia de trabalho já cansados, ou ao regressar a casa terminá-lo mais cansados ainda. Acresce, demasiadas vezes, a falta de pontualidade, e a falta de informação o que prejudica os seus utentes.

Quanto aos autocarros, que lamentavelmente não abrangem todas as partes do concelho, alguns deles tem horários que terminam muito cedo, além de não se tornar claro, por não estar escrito, quais os locais onde eles param.

Acontece por isso que, muitas vezes, os habitantes de Oeiras terem necessidade de usar mais as plataformas –TVDE's – ou até de utilizar o seu carro, quando o têm, o que se torna incomportável face aos rendimentos das famílias. Ou seja este modelo da concessão da Carris Metropolitana não serve bem os habitantes de Oeiras porque não responde às suas necessidades.

Noutras realidades que não a de Oeiras a situação é bem pior. Muitas delas só têm camioneta uma ou duas vezes por dia e quem lá vive ou tem transporte próprio, ou quem tem menos capacidade económica tem de organizar a sua vida com dificuldade.

O transporte público é muito necessário porque sem isso tem de se ter uma viatura que nem todos têm possibilidade, a bicicleta extremamente cansativa apesar de útil e a moto também é cara e além disso também muito perigosa. O transporte público fica mais ecológico, e melhora a qualidade urbana e de vida em geral.

As minhas propostas passam pela criação de mais paragens nos locais onde a Carris Metropolitana não chega e a instalação de mais painéis informativos a funcionar e assim como na C.P. Será necessário a criação de um guia com a explicação das paragens por onde passam os autocarros e melhor funcionamento destes também durante a noite. Torná-los progressivamente gratuitos para todos. É também importante vigiar o estado de limpeza e conservação das próprias estações dos autocarros e comboios, e viaturas, não as deixando degradar.

Uma Escola emancipadora quebra fatalismos e constrói a liberdade e o futuro

Jorge Humberto Nogueira, Alexandra Vieira, Cátia Domingues, Maria José Vitorino, Nuno Pinheiro, Raúl Rasga, Maria Deolinda Martin, Catarina Vieira e Castro, Duarte Graça, Helena Amaral, Maria Veríssimo Vieira, Fabíola Cardoso, Miguel Correia, Sandra Costa, André Julião, Manuela Antunes, Paula Teixeira, Alexandre Mano, João Martins, Renato Silva, Almerinda Bento, Cristina Guedes, João Vasconcelos, Lúcia Cunha, Carlos Costa, Tiago Rolino

A aprendizagem formal desenvolve as capacidades de aquisição, compreensão e aplicação de conhecimentos. Numa perspetiva emancipadora, a educação de qualidade vai mais longe e expande o raciocínio lógico e a capacidade de resolver problemas, bem como o pensamento crítico e científico, a autonomia, o juízo baseado em valores e na criatividade, em todas as dimensões da vida.

Para cumprir esta missão, a escola tem de proporcionar conhecimento, desafios, experiências e vivências que permitam aos jovens desenvolver também as capacidades cognitivas superiores já referidas. Existe esta dimensão de construção biológica do ser humano, nomeadamente do sistema nervoso central, cujo crescimento define a preparação de cada um e de cada uma para a aprendizagem e para a vida e que não termina nos 12 anos de escolaridade.

Está hoje bem estabelecida a relação entre habilitações académicas e condições socioeconómicas das famílias e o sucesso escolar e o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens. A desigualdade existente reflete precisamente o acesso a experiências, vivências e relações de qualidade desde os primeiros anos de vida, infância e juventude.

Quando não se cumpre o direito a uma educação de qualidade, perpetua-se uma desvantagem, que se torna intrínseca, contrária à igualdade de oportunidades e falseadora do tão propagado mérito.

A escolaridade, desde a creche, tem aqui um papel central como promotora do crescimento do próprio indivíduo em todas as suas dimensões, recusando o fatalismo da sua condição: ser uma escola transformadora e inconformada, que muda cada aluno e aluna e, consequentemente, melhora a sociedade futura.

Por isso, a Escola Pública não é apenas um serviço público, emerge como grande motor de transformação pessoal e social, pelo que representa de construção de cada criança e jovem. Este projeto de sociedade é um combate necessário, como afirma Marina Garcés ("Novo Iluminismo Radical". Orfeu Negro. Lisboa, 2023), e requer a afirmação da liberdade e da dignidade da experiência humana na sua capacidade de aprender sobre si mesma.

O objetivo do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória é guiar a escola no desenvolvimento integral do ser humano em diversas áreas, nos princípios e também nos valores, como a liberdade, a inclusão, a cidadania e a participação cívica, entre outros. Estas são as ferramentas para um futuro cada vez mais incerto e no qual parece em risco a liberdade e até a própria democracia.

Há retrocessos civilizacionais em curso, como no caso do guia sobre identidade de género "O Direito a Ser nas Escolas", que PSD e CDS-PP querem que seja retirado dos estabelecimentos de ensino. Este manual contém orientações para a prevenção e combate à discriminação e à violência, para promover a inclusão e a segurança nas escolas.

E o que dizer da recente reviravolta do PSD que acabou de se juntar ao CDS para rever a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, nomeadamente os chamados "conteúdos ideológicos", pressionando a intenção do MECI já anunciada de rever aspetos que considera "não consensuais", leia-se, as questões LGBT, Igualdade de Género e Educação Sexual? Uma direita obscurantista e timorata que se junta ao partido da extrema direita para privar as crianças e jovens de informação e de ferramentas essenciais à sua liberdade e à segurança do próprio corpo, omitindo que se trata de uma questão de Direitos Humanos que o Estado tem obrigação de defender.

Ora, os valores e princípios não se adquirem sem vivências e experiências só possíveis numa escola democrática e inclusiva que promova a participação, o ser escutado e o sentir-se como parte de um coletivo solidário.

A construção cognitiva não se faz sem uma aprendizagem ativa num ambiente pedagógico rico no qual, mais importantes que os resultados anotados e a transmissão do conhecimento são o debate, o livre arbítrio, o percurso, o desafio e o sabor da conquista.

A Educação e Escola Pública e o Ensino Superior afiguram-se como últimos baluartes contra os avanços da necropolítica, comprometedora do futuro e que eterniza o presente.

Na senda do pensamento crítico, para a autonomia do pensamento contribuem as "ferramentas conceptuais, históricas, poéticas e estéticas que nos devolvam a capacidade pessoal e coletiva de combater os dogmas [do progresso infinito, da hiperinformação, da inevitabilidade tecnológica, da meritocracia] e os seus efeitos políticos" (idem, ibidem, p. 38).

O acesso de todos à Educação é um dos pilares de qualquer programa político "emancipador", orientado pelos conceitos de igualdade, liberdade e justiça.

A Escola tem de cumprir os ideais democráticos. Os ataques recentes e os que se adivinham obrigam à defesa intransigente da Educação e da Escola Pública. Este tem de ser um desiderato primordial do Bloco de Esquerda.

Luta pela habitação no Porto: o papel decisivo do Bloco de Esquerda

José Castro, Alda Macedo, Rui Nóvoa e Vitor Pires

Quando o Bloco de Esquerda nasceu há pouco mais de 25 anos enfrentamos no Porto um dos mais expressivos processos de violência social desencadeado por uma Câmara municipal. Sob o falso pretexto da execução dum Plano de Requalificação Urbana do bairro e usando normas legais do regime fascista como o Decreto nº 35106 de 1945 que previa no seu artigo 12º que "podem ser desalojados os moradores que se tornem indignos do direito de ocupação que lhes foi concedido", muitas dezenas de famílias foram despejadas das habitações em que residiam no Bº S. João de Deus, casas construídas muitas delas com trabalho dos próprios moradores no âmbito dum projeto de luta contra a pobreza de 1998. Para tentar quebrar a intervenção do BE o então vereador da Habitação e Ação Social chegou até a apresentar queixa-crime contra Alda Macedo a deputada municipal do BE.

No Bloco de Esquerda do Porto tínhamos bem presente a luta persistente dos moradores nas "ilhas" por habitação digna e dos residentes nos bairros camarários pela sua organização em Comissões de Moradores. Tínhamos vivido a partir de agosto de 1974 esse fantástico projeto habitacional que foi o SAAL, em que o direito ao local e a participação dos moradores no desenho das suas habitações foi sempre respeitado. Muitos de nós acompanhamos o início da construção de mais de 1.500 casas em tantas freguesias da cidade, até ao despacho de extinção do SAAL em 28 de outubro de 1976. Demos contributos para a apresentação do Projeto de Lei nº 621/X/4ª de 4 de dezembro de 2008 para melhorar o regime de arrendamento na habitação social e forçar as câmaras municipais a procederem ao inventário do património habitacional do Estado na sua área territorial. Empenhamo-nos nos trabalhos do grupo parlamentar do BE que culminaram com a revogação em 2009 do tal Decreto 35106 assinado por Salazar 64 anos antes. Apoiamos a petição ao Provedor de Justiça em março de 2010 de centenas de moradores dos bairros municipais contra aumentos injustos das rendas camarárias. Nunca nos afastamos do combate ainda tão atual por habitação digna para todos. Em 12 de novembro de 2018 o grupo municipal do Porto do BE até conseguiu aprovar uma Recomendação à Câmara do Porto para que fosse editado o "Estudo de Renovação Urbana do Barredo" por ocasião dos 50 anos da sua elaboração pelo Arqº Fernando Távora. E assim foi, possibilitando desde então o acesso aos urbanistas, arquitetos, aos residentes nas cidades e a todos os interessados duma visão da reabilitação urbana que tem em conta a dimensão humana e a participação das populações na política habitacional dos municípios.

Sabemos da importância da resposta pública às necessidades de realojamento de quem não tem habitação digna. Apesar do municipio do Porto ter a maior proporção de habitação social do país (quase 10% dos 133.644 fogos existentes na cidade) nunca desistimos de lutar pelo aumento dos fogos públicos. Fomos até a única força política da cidade a votar contra a Estratégia Local

de Habitação, porque apenas prevê a aquisição de 120 casas e a construção de 200 novos fogos, escolha política do Executivo municipal que não responde às mais de 1.000 famílias que há anos esperam a atribuição duma casa digna, única forma de escapar às garras dos promotores imobiliários privados que atuando em regime de quase monopólio determinam o preço e a quantidade dos fogos colocados no mercado.

Quando há tanta confusão sobre que políticas habitacionais devem ser implementadas, deixamos a nossa visão, alicerçada na ação política e no saudável confronto politico que sempre mantivemos com associações e coletivos que têm intervenção na habitação: a habitação social (isto é, a que é disponibilizada com rendas que não são determinadas pelo mercado e com critérios de atribuição também fora do mercado) é, continua a ser, a única medida política que está fora da lógica da habitação-mercadoria, que evita a discriminação no alojamento, que assegura a justiça social e, a final, o direito à cidade.

Transformar o quotidiano cá dentro e lá fora

Luís Monteiro, Ana Durães, Beatriz Pinto, Catarina Rodrigues, Catarina Santos, Daniela Vespeira, David Ferreira, Diogo Gomes, Diogo Mira, Eduardo Couto, Esmeralda Susana, Iara Sobral, Joana Tiago, João Carvalho, Leonor Costa, Luís Monteiro, Marc Aboim, Matilde Porto, Nuno Miguel Silva, Paulo Aguiar, Pedro Celestino, Rafael Medeiros, Raul Noetzold, Santiago Carrilho, Vasco Ruela

A pesada derrota que sofremos nas últimas eleições legislativas fez tocar (e bem) sinos junto de simpatizantes e eleitores do Bloco, da sua militância e direção. Apesar de ser razoável enquadrar o nosso refluxo eleitoral num quadro internacional mais amplo marcado pelo avanço dos novos fascismos, é possível e desejável não fecharmos a análise da nossa atual situação apenas com justificações externas. Este contributo junta subscritores maioritariamente da Moção A, mas não só, e tem como objetivo procurar soluções para uma nova era do Bloco - onde as críticas necessárias a um certo funcionamento gasto do secretariado nacional não nos impedem de refletir sobre dinâmicas de militância, trabalho quotidiano e ativismo político que não dependem exclusivamente de decisões dos órgãos nacionais. As tarefas do presente e futuro obrigam a novas culturas de organização política.

1. Algum cansaço que precisa de ser ultrapassado

Um dos pontos mais sensíveis deste debate prende-se com o funcionamento do secretariado nacional. A crítica enquadra-se a partir de dois prismas. O primeiro, formal e estatutário, pela necessidade de devolver à Comissão Política e à Mesa Nacional poder de debate, proposta, decisão e direção do partido, evitando este se concentre num núcleo restrito, mesmo quando se trata de decisões de gestão quotidiana. Em momentos de maior crise como este, é essencial reforçar o diálogo. O segundo, não de caráter formal, mas justamente no que entendemos como mais prejudicial: a progressiva informalidade na decisão e comunicação do secretariado com a militância degradou a eficácia organizativa e o clima interno em que o próprio secretariado se desvaloriza. As principais vítimas da cristalização de vícios de funcionamento são a própria militância e, também, a equipa do secretariado. Se queremos um partido com maior foco no trabalho ativista, na militância jovem e novas formas de organização e prioridades políticas, também a composição da direção deve refletir estas escolhas. É preciso que cada pessoa que compõe os órgãos e cada um de nós esteja aberto a ensaiar novos quotidianos que evitem erros do passado e contribuam para um ambiente político mais saudável com base numa efetiva confiança. Esse movimento consciente obriga a descentralizar competências — também a nível territorial. A forma deturpada como se tem dado o debate entre secretariado, comissão política e militância resulta dessa centralização.

2. Por um partido em movimento

Está errada a ideia de que o Bloco abandonou o ativismo pelo trabalho parlamentar. Tal como, de forma pouco crítica, também se foi respondendo a essa crítica argumentando que o problema residia em características da sociedade portuguesa atual, como o individualismo ou o atual "estádio da luta de classes". No debate interno, esta ideia foi proferida várias vezes, quase em jeito de vaticínio. Entendemos que, não toda, mas parte substancial da nossa militância continuou organizada no movimento social dos trabalhadores, dos estudantes, na frente feminista, antirracista e LGBTQIA+, no combate do clima e no trabalho autárquico. O problema é que estas experiências deixaram de ter eco nos órgãos nacionais, afastando-as das decisões políticas que fazem o dia a dia do Bloco, empobrecendo a nossa ligação às lutas concretas, o conhecimento da vida real e fragilizando estratégias.

3. Por um partido que prepara o futuro

Apesar da enorme quebra de confiança no projeto do Bloco nas últimas eleições, os estudos indicam que continuamos a ser mais fortes entre jovens e mulheres. O debate sobre o resgate de um trabalho de base não pode esquecer estes dois fatores, que são exigências para um partido que se quer com futuro. O Bloco deve recentrar o seu trabalho político junto da classe trabalhadora explorada e subalternizada, da juventude que estuda/trabalha de forma precária e sem acesso à habitação. Ou seja, os setores excluídos e explorados que representam a base social de um projeto de esquerda com raízes populares. É aí que podemos fortalecer focos de resistência à política da Direita, ao avanço do ultraconservadorismo, do machismo e do fascismo.

É preciso coragem coletiva para transformar o quotidiano militante do Bloco e atualizar as suas formas organizativas. Essa transformação faz-se com escuta ativa, debate aberto e generoso e vontade para construir um partido mais plural, enraizado e combativo. A Convenção é a oportunidade para recomeçar com um novo impulso: assumir erros, abrir caminhos e recuperar a confiança num partido que, mais do que reagir, quer transformar.

Façamos do Bloco um instrumento político à altura dos desafios do presente e do futuro — capaz de resistir, propor e vencer onde realmente conta, na vida das pessoas. Isso implica um Bloco de Esquerda orientado pelas lutas concretas, apostar num funcionamento descentralizado, transparente e mais democrático, e com a coragem de reconfigurar prioridades e métodos. O futuro do Bloco joga-se na sua capacidade de enraizamento real, articulando o ativismo de base com propostas políticas consequentes e com conflitos reais — é esse o desafio e a responsabilidade coletiva que esta Convenção (e toda a militância) deve assumir.

A chave do Futuro

Maria Veríssimo

Enfrentamos tempos perigosos e incertos. A conjuntura geopolítica é motora de profundas mudanças que demorarão a mostrar os seus desfechos e a relativa estabilidade dos últimos anos enfrenta um evento de extinção massivo. A escalada da extrema direita no mundo ocidental implica uma mudança de rumo a nível global, constituindo-se como perigosamente alarmante a sua implementação nas mentes dos mais jovens, que não têm um espaço acessível e fidedigno onde expor as suas dúvidas e obter respostas verídicas e factuais.

É nas escolas que os jovens estão, onde, em Portugal, a degradação das condições de trabalho e dos recursos materiais e humanos está praticamente a chegar ao ponto de rutura que observamos na Habitação e na Saúde. Embora ainda não seja tão saliente, o desgaste já é sentido há anos, e o descarrilar do comboio já o levou a passar o precipício, encontrando-se este agora em queda livre. Não se sabe quão grande é o penhasco, mas mais cedo ou mais tarde irá estatelar-se no seu fundo.

Os inúmeros avisos e pedidos de ajuda levados a cabo por parte dos docentes, outros funcionários da escola pública e até de importantes membros da comunidade educativa, como alunos e famílias, não têm sido correspondidos com a urgência que lhes devia ser reconhecida. Consequentemente, perde-se cada vez mais a confiança da mais importante classe em qualquer sociedade: a comunidade educativa não é apenas a primeira linha de combate à direitização, é toda a estrutura de suporte do exército que a vai derrotar.

A Educação é a chave do Futuro, pois é neste setor que se encontra um avantajado segmento da sociedade, desde os seus trabalhadores à sua comunidade ativa (os jovens e as suas famílias próximas) e envolvente (família alargada, amigos e conhecidos). São eles a vanguarda da luta pelo Futuro. Os jovens, presos entre as gerações que os antecedem e as mudanças que vivenciam, são as testemunhas dos erros da sociedade e o motor da transformação que procura contrariar as injustiças que os seus antecessores não reconhecem, recaindo, assim, sobre toda a comunidade que suporta a escola um papel de importantíssima orientação destes jovens, que têm a tarefa de construir o seu futuro, individual e coletivo, no plano do combate às narrativas derrotistas e de aceitação perpetuadas pelos seus anteriores, que propagam e cristalizam as ideias da classe dominante, mesmo que não se apercebam que o fazem.

É através da construção concreta de um plano de melhoria e potencialização da Escola Pública, que privilegie mecanismos democráticos e fomente o desenvolvimento máximo de cada ser humano que a frequente, que garantiremos que os avanços e progressos da esquerda se consolidem no cerne das sociedades, objetivando-se uma verdadeira transição socialista duradoura e irreversível. Até ao momento de implementação desse projeto, cabe aos militantes de esquerda

a construção das pontes que favorecerão a elaboração desse plano com a cooperação da própria comunidade educativa, bem como a concretização de iniciativas em escolas e em variados outros setores onde seja possível o fornecimento de informação valiosa para a educação da população (como a elaboração de panfletos sobre as mentiras que circulam face à imigração ou à falácia das "ameaças de extrema-esquerda").

Mais ainda, é pela escola que todos nós passamos, sendo esta o único elo que verdadeiramente toca e une toda uma população. A tentativa de universalizar um discurso político não é a eleição de apenas um tópico que fale a todos; devem encontrar-se os vários temas que permitam estabelecer essas pontes de diálogo. Mas é na escola que se encontram, se conhecem e se misturam os descendentes de pobres e de ricos, de misóginos e de feministas, de racistas e de racializados, de homofóbicos e da comunidade LGBTQIA+, da esquerda e da direita. Ignorar esta realidade é uma grave bandeira vermelha, um ato que conduzirá ao declínio de toda a esquerda, incapaz de se ver livre das mãos dos capitalistas, que já se apoderaram de quase todas as ramificações da sociedade.

Em certa medida, os jovens estão fora deste ciclo vicioso que nos rouba a alma, a sanidade e a dignidade. Qualquer um que se identifique esquerdista deve reconhecer a luta pela Educação como parte essencial da luta anticapitalista, talvez até mesmo como a principal. Agarrar os jovens antes que eles se tornem trabalhadores precários, sem tempo nem capacidade de se informar e consciencializar, antes que percam a capacidade de sonhar e planearem a sua vida para alcançarem os seus objetivos, recusando aquilo que reconhecem e sabem serem injustiças, antes que aceitem que os donos disto tudo têm demasiado poder e são intocáveis é da mais elementar e urgente necessidade. É a chave que quebra o paradigma histórico e abre as portas à implementação da verdadeira sociedade socialista, cansada de uma longa caminhada de discussão ideológica e tentativas falhadas e desejosa de ver os benefícios que sabe que pode trazer à humanidade.

Constrangimentos ideológicos do Estado

Mónica Ferreira, José Carita Monteiro e Américo Campos

Em Portugal não existe uma maioria política que possa traduzir as aspirações da esmagadora maioria da população, porque muitos trabalhadores preferem votar nos partidos apoiados pela classe dominante.

Isto acontece, porque o Estado, além do seu aparelho repressivo, possui instrumentos que condicionam a mente dos trabalhadores, levando-os a pensar que as desigualdades sociais são aceitáveis e que nos devemos conformar com esta situação.

A Igreja, a escola, a imprensa, partidos, as redes sociais, a família, o sistema jurídico, cinema, teatros, podem todos contribuir para formatar as mentes dos trabalhadores, fazendo-os crer que a desigualdade social é inevitável, quiçá aprazível.

Se a construção do socialismo é o nosso objetivo estratégico, para o alcançarmos teremos de ultrapassar os enormes escolhos que se colocam entre nós e o socialismo, colocados pela classe dominante através dos constrangimentos ideológicos de estado.

E o que podemos fazer?

Contribuir para a criação de sistemas ideológicos alternativos que favoreçam a libertação dos trabalhadores dos constrangimentos ideológicos engendrados pela classe dominante. Teatro e cinema independentes, imprensa livre, apoio aos jornalistas de esquerda que trabalham em meios de comunicação burgueses, aproveitamento das potencialidades das redes sociais, luta por uma escola pública de qualidade, são algumas das medidas que devemos assumir, para nos libertarmos das condicionantes impostas pelos constrangimentos ideológicos.

Mas atenção: não devemos imitar o comportamento do PCP nesta matéria.

É sabido que o PCP, durante a sua longa história, se especializou no trabalho de sapa: infiltrou-se nos sindicatos, nos jornais, nas forças armadas, nas coletividades, nas associações socioprofissionais, em todo o espaço público considerado importante para a estratégia ardilosa deste partido estalinista.

E quando é necessário, em momentos cruciais, esses agentes «adormecidos» saem da toca e fazem o frete ao seu partido.

Foi assim que passaram a controlar completamente os sindicatos, logo a seguir ao 25 de Abril; foi assim que tentaram controlar as forças armadas, no mesmo período; foi assim que se apossaram e instrumentalizaram os arquivos mais sensíveis da ex-PIDE/DGS, cuja comissão de extinção era controlada por eles; foi assim que puseram os seus agentes militares e jornalistas a debitarem teses putinistas no espaço público, na recente invasão da Ucrânia pelas forças fascistas/imperialistas russas.

Nesta, como noutras questões, a nossa postura deve ser oposta à do PCP. Sem transparência não há democracia.

Pela abolição das touradas - pelos direitos humanos e laborais

Noah Jesus, Emília Santos, Hugo Evangelista, João Carvalho, Duarte Graça, Júlia Mendes Pereira, Santiago Mbanda Lima, Diogo Gomes, Ana Alves, Jorge Manuel da Silva Duarte Gonçalves, Marina Teodoro Romana, Fabíola Neto Cardoso, Ana Costa, Paulo Pinto

O Bloco de Esquerda, organicamente, juntou às suas causas a causa animal, mas será que lhe tem dado o mesmo destaque que às restantes causas?

Não apenas defende a proibição de espetáculos que envolvam sofrimento animal, como também já propôs a eliminação de todos os subsídios públicos bem como a interdição da presença de menores nestes espetáculos violentos. Tudo isto, repetidas vezes, ao longo dos últimos anos.

No entanto, esta posição política ainda não teve expressão proporcional no discurso público do partido, nem na sua centralidade programática. Urge corrigir isso.

Precisamos de fazer mais, temos que ser mais ambiciosos: é preciso propor, especialmente em sede da Assembleia da República, a abolição imediata, total e definitiva das touradas, que são prejudiciais não só para os animais, mas também para as pessoas.

A tourada é um espetáculo que normaliza a violência sobre animais e pessoas em nome de uma dita tradição. Note-se que a escravatura também era tradição. Esta atividade não pode continuar a ser exceção à lei dos maus-tratos animais. A sua abolição representa um passo necessário no caminho de um país mais ético, moderno, progressista e que respeita os animais.

Os dados mostram que a repercussão socioeconómica é reduzida:

- O relatório "As crianças e a tourada: o dever de proteção social", da psicóloga Constança Carvalho, cita diversos estudos que mostram que a exposição à violência física, especialmente com animais como é o caso das touradas, aumenta sentimentos como ansiedade, medo e pode promover comportamentos agressivos, dessensibilização à violência, maior hostilidade e redução da empatia para com os animais e consequentemente para com as pessoas. No que toca às pessoas em idade adulta, o mesmo se sucede pois a exposição repetida a atos violentos nomeadamente com animais reduz também em adultos a sensibilidade emocional com o tempo, tornando as pessoas mais propensas a aceitar, normalizar ou até reproduzir a violência tal como demonstra o estudo abaixo citado ("Empathic Correlates of Witnessing the Inhumane Killing of an Animal: An Investigation of Single and Multiple Exposures", 2008)
- A tauromaquia é também uma normalização cultural enorme da violência na nossa sociedade como demonstra o médico Mário Cordeiro no artigo intitulado "A banalização da violência: o caso das touradas" onde se argumenta que quem participa ou assiste ativamente a atos violentos (pai, comunidade, sociedade) corre o risco de internalizar essas práticas como "normais e aceitáveis".
- Muitos dos trabalhadores da indústria tauromáquica trabalham a contratos diários, sem condições laborais, vivem na precariedade sem salário fixo nem regulação. O que configura as-

sim, uma ausência de carreira contributiva sólida e dificuldades em acesso a apoios em caso de doença ou desemprego. (Basta.pt)

- Segundo o relatório do IGAC sobre Atividade Tauromáquica em 2024, apenas se realizaram 143 espetáculos tauromáquicos, número que não tem parado de descer desde 2014.

Estes dados mostram que é possível promover a transição e uma reconversão justa desta atividade sem qualquer tipo de impacto social negativo, só trazendo benefícios sociais, humanos, laborais e claro, de defesa básica do bem estar animal. Tal como ja aconteceu com as praças de touros de Viana do Castelo e Póvoa de Varzim.

Para isto, o Bloco de Esquerda deve:

1. Dar à abolição das touradas um maior destaque na sua agenda política, com reforço do discurso político sobre a relação entre impactos sociais, ética animal e direitos laborais, deixando claro que abolir as touradas é uma medida de progresso e de justiça basilares.

2. Apoiar um processo legislativo de proibição explícita, com prazos, salvaguardas sociais e plano de transição profissional;

Exigir a abolição imediata e total das touradas é nada mais nada menos que uma questão de pura justiça social.

Pela educação e defesa destas crianças que vêem a sua infância e consequente idade adulta claramente perturbada.

Pelo combate a todas as hierárquicas sistémicas, desigualdades sociais, oligarcas, elites, que com fundos públicos se enaltecem e todas as estruturas de poder desigual. Como tal torna-se cada vez mais imperativo para a esquerda acabar com o lobby da tauromaquia em Portugal.

Pela justiça económica: contra o desvio de dinheiros públicos, não só a nível autárquico, como benefícios fiscais e milhões em fundos europeus. Este dinheiro poderia estar a ser canalizado para dar melhores condições de vida às pessoas.

Pela manutenção e recuperação do respeito da comunidade internacional em relação a Portugal dadas as críticas sistemáticas a países que continuam com estas práticas.

A empatia e a compaixão pelos animais molda mentes, molda a sociedade Portuguesa, e é um reflexo da nossa nação. A tauromaquia não se trata apenas de exploração animal, trata-se também da exploração de pessoas e da total subversão dos valores da sociedade e prioridades do estado.

Dado isto, queremos que o Bloco de Esquerda grite cada vez mais: Touradas não, abolição!

Que fazer (revisitado) Parte 1

Nuno Pinheiro

Que fazer, a pergunta lançada por Lenine no início do século XX, continua sem uma resposta, mesmo se esta tenha existido brevemente na Rússia revolucionária. Não temos hoje, em nenhum país uma situação que possamos considerar revolucionária e, as que resultam de revoluções estão tão pervertidas que a palavra revolução é apenas folclore.

Num texto incluído neste boletim, o camarada Adelino Fortunato demonstra que a ideia do "fim da classe operária", ou mesmo do proletariado faz tanto sentido com a de "Fim da História" de Francis Fukuyama nos anos 80 do século XX. Nos mais de 150 anos que nos separam do "Manifesto Comunista" a classe operária mudou e muito, mas quando esse texto fundador foi escrito estava longe de ser maioritária no mundo, nem sequer na Europa, ou mesmo em Inglaterra.

No "Que Fazer" de 1902 e adotada no Quarto Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo em 1906. Lenine defende uma organização centralizada, com um funcionamento de cima para baixo e com pouco contacto entre as células (palavra importada da biologia) que respondia às condições de clandestinidade, de grande dispersão geográfica e com uma população maioritariamente analfabeta (o que, provavelmente não se aplicava aos militantes do POSDR). Esta era uma das principais divergências entre bolcheviques e mencheviques, aliás nem na Rússia pré-revolucionária, nem nos primeiros anos da revolução, o centralismo democrático não foi obstáculo a debates e divergências. Em 1920 o Comintern exigia dos seus partidos a organização segundo este modelo e assim foi.

A aplicação do modelo a partidos que iam perdendo qualquer vestígio de democracia e a estados antidemocráticos e repressivos levou ao descrédito do modelo. Pode-se perguntar, porém, se este modelo não tinha em si os germes da sua perversão e se era inevitável o ter criado aquele tipo de sociedade.

As condições atuais são muito diferentes, atuamos (por enquanto) em sociedades democráticas. A atividade partidária é fortemente escrutinada quer pela comunicação social, quer por redes sociais. Não somos um pequeno grupo de intelectuais a dirigir-se a uma massa inculta, sobretudo camponesa. A sociedade mudou, os "camponeses" que eram a maioria da população da Rússia de 1917 e ainda seriam quase um terço da população portuguesa de 1974, são hoje um grupo residual. Ao contrário do que geralmente se pensa, o operariado industrial é hoje tão numeroso em Portugal como nos anos 70, embora existam menos grandes unidades industriais. À escala mundial é maior do que alguma vez foi.

A empresa que emprega o maior número de pessoas é a Wallmart (distribuição USA) com mais de 2 milhões de funcionários, mas a terceira, BYD (automóveis, China), com quase um milhão terá uma esmagadora maioria de operários industriais. Nos Estados Unidos há quase 150 milhões de assalariados, em Portugal são mais de 5 milhões, crescendo dos pouco mais de 4 milhões em 2013 (Troika). Na Europa os trabalhadores da indústria transformadora são 31 milhões, mais do que qualquer outro sector, em Portugal são cerca de 1,5 milhões.

A conflitualidade social desceu a mínimos durante o período da Troika e início da geringonça (619 pré-avisos de greve em 2014, 488 em 2016), para ficar em 1495 em 2014 e 1099 em 2025, o que compara com 1895 de 2012. São, de qualquer forma, números bem superiores aos de 2005-2011 com um máximo pouco acima dos 100 e um mínimo (2009) de 376. Portugal está bastante baixo na média de dias perdidos por greve por mil trabalhadores, com números que são um décimo dos da França e dos mais baixos da Europa. Isto ajudará a explicar os baixos níveis salariais e uma distribuição de rendimentos favorável ao capital.

"Além disso, nós sabemos que todas aquelas liberdades igualdades e fraternidades, são só para quem tiver juízo, e nós somos uns malucos incorrigíveis" Emídio Costa in "Que se deve fazer", A Sementeira, nº8. 1908

Que fazer (revisitado) parte 2

Nuno Pinheiro

Voltamos à questão inicial "Que fazer?". Modelos de partido centralizados e autoritários mostraram a sua falência, modelos baseados em "primárias" e na atomização de redes sociais são portas abertas a caudilhismos e diletantismos. Quem pretende uma sociedade mais livre justa e democrática terá de começar por uma organização interna radicalmente democrática. A democracia, por definição, só se constrói da base para o topo, e será esse o princípio.

Um partido que pretende construir uma alternativa de sociedade não pode ser como a Dublin de Joyce, onde não há nada para fazer, não pode ter tendências mais ou menos ocultas a decidir tudo o que é importante em conluio, deixando para as "bases" apenas o onde colar os cartazes ou distribuir comunicados. As decisões políticas competem e devem ser tomadas nos organismos do partido em completa transparência e liberdade. Sem discussão política os militantes são mera mão-de-obra de decisões "superiores" e muito dificilmente terão uma intervenção fora do partido.

Numa altura em que o discurso do liberalismo económico se tornou dominante e até um discurso anti direitos humanos se torna legitimo, a formação dos ativistas é cada vez mais fundamental. Esta faz-se, sobretudo, na discussão política interna, mas uma ação especificamente dirigida à formação é indispensável. Deve ser uma formação alargada e de qualidade, cuja iniciativa seja mais dos núcleos locais ou temáticos, que permita alargar as bases quer por se tornar atrativa para ativistas fora do partido, quer por permitir o diálogo com outras pessoas e correntes. A formação deve ser "A Sementeira", para citar um periódico anarcossindicalista português do início do século XX.

A luta laboral e sindical é fundamental, não só por esta estar na nossa origem, mas sobretudo porque esta é a que pode colocar em causa os fundamentos do capitalismo, a exploração do homem pelo homem. Atualmente a conflitualidade laboral em Portugal é baixa. É ainda o resultado do 25 de novembro, golpe feito contra as formas de autonomia e organização popular, mas também do divisionismo e manipulação dos sindicatos pelo PCP, PS e PSD. É preciso lutar contra esse domínio, restaurar a independência e confiança nos sindicatos. Outra prioridade é organizar sectores que têm estado afastados de lutas e sindicatos: precários, imigrantes, trabalhadores de plataformas. As forças podem parecer escassas, mas o estabelecer uma corrente sindical, autónoma da burocracia estalinista e social-democrata será um passo decisivo. É um nó górdio cuja quebra é essencial para as novas lutas.

O capitalismo predador dos recursos naturais coloca sérios riscos à sobrevivência da humanidade. A questão de futuro não é saber se temos automóveis com motores de combustão que poluem e gastam recursos, ou automóveis elétricos de duas toneladas que ainda gastam mais recursos. O capitalismo verde não resolve nenhum problema. A solução está no organizar a produção de forma racional, sem desperdício de forma a evitar o esgotamento de recursos e a catástrofe climática, o que exige um novo modelo social e económico. Esta é hoje, e será amanhã, uma luta essencial. É uma luta em que estão muitas organizações, algumas muito longe de nós

em estratégias e posições políticas, mas devemos ser agregadores e orientadores de todo este movimento.

Não esquecer todas as outras lutas. Algumas, como a luta feminista, duram há mais de um século e têm mudado de objetivos, mantendo-se atuais, outras, como a habitação tiveram um pico no pós 25 de abril e estão agora particularmente agudas. Também há as que como LGBTQI+, seriam impensáveis há poucas décadas, mas têm hoje um real impacto. Os "direitos dos animais" seriam impensáveis com causa e são o resultado de uma sociedade mais individualista em que os animais de estimação servem como substitutos para a família (ao mesmo tempo cresce a indústria de produtos para animais). Outras causas e lutas virão. É importante entender o que tem potencial revolucionário e saber coordenar e orientá-las nesse sentido.

Um partido que está em lutas diversas deve excluir o sectarismo externo e interno, a autossuficiência de direções, o funcionamento em bolha. O diálogo externo não se faz se diálogo interno, a intervenção não se faz sem capacidade política dos militantes.

As tarefas que temos pela frente são muitas. Disputar ideologicamente o terreno à direita e extrema-direita. Conquistar a juventude. Reconstruir a utopia. Mas, no fim, o que queremos mesmo é mudar o mundo.

"Resta, pois, a Revolução, robusta filha das circunstâncias e da vontade dos homens, a revolução que marca o parto doloroso, mas necessário e bem-vindo, de todas as sociedades." Neno Vasco

Feminismo e luta anticapitalista: um só combate

Sandra Cunha, Adriana Lopera, Alda Sousa, Almerinda Bento, Ana Alves, Ana Campos, Ana Durães, Ana Margarida Roberto, Ana Vasquez, Andrea Peniche, Beatriz Pinto, Beatriz Realinho, Bruno Góis, Carlos Oliveira, Carmo Marques, Catarina Martins, Catarina Oliveira, Catarina Vitorino, Cecília Honório, Cecília Macau, Cipriano Pisco, Daniela Vespeira, Diana Santos, Dina Nunes, Diogo Mira, Eduardo Couto, Elisabete Carvalho, Fabíola Cardoso Neto, Fátima Barata, Francisco Alves, Helga Calçada, Isabel Pires, Jaime Mestre, Joana Mortágua, Joana Pires Teixeira, João Carvalho, Júlia Mendes Pereira, Maria Leonor Figueiredo, Maria Manuel Rola, Matilde Porto, Pedro Faria, Rebeca Moore, Santiago Carilho, Santiago Mbanda Lima, Sofia Lopes, Sofia Roque, Susana Constante Pereira, Susana Constante Pereira, Vítor Cavalinhos

O capitalismo não se resume a um sistema de exploração económica. É um regime sustentado na opressão, na desigualdade e na naturalização de hierarquias sociais. Para o superar, precisamos reconhecer que boa parte da classe trabalhadora é composta por mulheres, que enfrentam uma dupla exploração: enquanto força produtiva (no sentido da produtividade capitalista), sujeitas a salários mais baixos, precariedade, assédio e discriminação; e enquanto força reprodutiva, encarregues do trabalho doméstico e dos cuidados, sem remuneração nem reconhecimento.

Da mesma forma, a divisão sexual do trabalho não é acidental — é um pilar estrutural do capitalismo. O sistema mantém-se graças ao trabalho invisível e gratuito das mulheres que garantem a reprodução da força de trabalho e permitem a acumulação de lucros ao mais baixo custo. São as tarefas de cuidado, domésticas e emocionais, realizadas todos os dias, que sustentam a continuidade do modelo económico dominante.

A lógica de exploração capitalista extravasa largamente os muros da fábrica e de outros locais de trabalho remunerado. A desigualdade de género, a violência contra as mulheres, o racismo, a xenofobia, a homofobia, a transfobia, o capacitismo e a segregação das comunidades migrantes são expressões concretas de um sistema que necessita de hierarquias sociais para sobreviver. Não são falhas — são instrumentos ativos de dominação. Por isso, não existe verdadeira luta anticapitalista que não seja simultaneamente feminista, antirracista, anticolonial e anticapacitista. Tal como um feminismo consequente tem de ser anticapitalista.

O Bloco de Esquerda sempre se afirmou como um partido feminista, e acumulou um histórico de intervenção política pela igualdade de género: na luta pelo direito ao aborto, contra a violência doméstica e sexual, pela paridade política, pela igualdade salarial e pelo reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto direitos fundamentais. Mas é tempo de dar um passo em frente.

A construção de um partido feminista exige abandonar a compartimentação dos chamados "assuntos de mulheres". A luta contra a desigualdade salarial, contra a precariedade no trabalho, contra a discriminação no acesso ao emprego ou à progressão na carreira não pode ser separada da luta geral pelos direitos laborais. Quando discutimos trabalho, economia, mobilidade, ambiente

ou organização do território, temos de ter presente que as mulheres são particularmente afetadas em todas estas áreas da vida.

Não podemos falar de justiça fiscal sem reconhecer que são as mulheres que mais sofrem com salários baixos e vínculos precários que reforçam a desigualdade salarial na vida ativa e na reforma ou com o peso de constituírem a maioria das famílias monoparentais e de serem as mais expostas à pobreza e exclusão social. Não podemos falar de mobilidade sem considerar que são as mulheres que realizam mais percursos diários, muitas vezes articulando deslocações múltiplas relacionadas com o cuidado de filhos, familiares ou outras tarefas sociais.

Também não podemos restringir os debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos ou o combate à violência de género a um "universo feminino". Estes são temas estruturantes da organização da sociedade e, como tal, exigem o envolvimento ativo de toda a população, incluindo dos homens, na denúncia e transformação destas realidades.

Por isso, os nossos programas políticos não podem continuar a isolar a igualdade de género em capítulos autónomos e periféricos. O feminismo, numa visão socialista que une interseccionalidade e luta de classes, tem de ser incorporado transversalmente em todas as propostas e estratégias políticas. Conferências, sessões e debates sobre direitos das mulheres têm de não só incluir a diversidade das mulheres, como têm de deixar de ser espaços quase exclusivamente femininos — é essencial romper com a perceção de que estes são "temas menores" ou "assuntos de mulheres", como se a luta pela igualdade não dissesse respeito a toda a organização e ao projeto político coletivo. Nenhum assunto político dispensa o olhar de género. Reclamamos a centralidade e participação para e nas atividades sobre direitos das mulheres, mas também a presença da lente de género em todas as propostas do Bloco de Esquerda.

O combate à exploração capitalista, à opressão patriarcal e à dominação colonial são lutas indissociáveis. Um Bloco de Esquerda enraizado nas lutas sociais do presente tem de assumir o feminismo como eixo estruturante do seu programa político, das suas prioridades e da sua prática organizativa. Não basta afirmar-se feminista — é preciso que essa afirmação se reflita nas escolhas estratégicas, no discurso político e na ação concreta. Só assim poderemos construir uma alternativa socialista transformadora e capaz de responder às crises que marcam o nosso tempo.

Internacionalismo no movimento anti-militarista europeu

Sofia Lopes e Paulo Pinto

A corrida às armas é hoje o lema das instituições e dos governos europeus. O enfraquecimento da NATO e a alteração da política dos EUA surgem como pretextos para o aumento da despesa militar na Europa. Face a esta realidade, os jovens do Bloco de Esquerda estão a ajudar a construir uma rede de alianças internacionais, com o objetivo de criar uma frente comum contra a lógica belicista. Estas alianças, que incluem organizações como a Rebeldía (Estado Espanhol), o Potere al Popolo (Itália), La France Insoumisse (França) e o ROOD (Países Baixos), dão-nos pistas sobre o ensaio de movimento europeu pela paz, com raízes na juventude e na solidariedade internacionalista.

A adesão dos Jovens do Bloco à plataforma *Youth Against War* é um exemplo desse esforço. Esta plataforma, cuja primeira atividade foi a organização de uma manifestação em Roma a 21 de junho, denuncia a escalada armamentista da União Europeia através da crítica ao plano *Readiness* 2030: um projeto de rearmamento europeu liderado por Ursula von der Leyen, que pretende mobilizar 800 mil milhões de euros em quatro anos. É um saque descarado ao povo trabalhador, com o desvio de verbas públicas para a indústria da guerra. É por isso que a aposta no rearmamento da Europa é, para além de uma ameaça à paz, uma sentença de austeridade: implica cortes em serviços essenciais, como a saúde, a habitação e a educação; impede o aumento de orçamento em setores como a cultura e o combate à crise climática; e terá como consequência o aprofundamento das desigualdades sociais e económicas.

O manifesto da plataforma *Youth Against War* é muito claro na sua análise: a guerra, quer na Ucrânia, no Irão, na Palestina ou em qualquer outra parte do mundo, não é inevitável. É, sim, o fruto de decisões políticas alinhadas com os interesses imperialistas. Nesta plataforma, os Jovens do Bloco uniram-se à Rebeldía, ao Potere al Popolo e à International Peoples' Asssembly na rejeição da cultura da violência e do sacrifício dos serviços públicos em nome do armamento.

Os Jovens do Bloco estiveram também na contra-cimeira da NATO, em Haia, nos dias 24 e 25 de junho, lado a lado com dezenas de organizações pela paz, movimentos sociais, partidos de esquerda e coletivos juvenis. Num contexto de crescente repressão às vozes dissidentes, a contra-cimeira afirmou-se como um espaço de resistência e de construção de uma alternativa. A proposta é clara e uniu todas as organizações presentes: romper com a dependência da NATO e construir uma Europa mais solidária, centrada na diplomacia, na cooperação internacional e no respeito pela autodeterminação dos povos.

O papel do Bloco de Esquerda, dada a sua luta histórica pela paz e pela saída de Portugal da NATO, é colaborar com quem se levanta para dar força a estas lutas, contribuindo com a nossa energia e experiência militante. Levamos connosco as bandeiras anti-guerra e anti-imperialista – seja em Pequim, em Moscovo ou em Washington – e um discurso centrado nas necessidades atuais da classe trabalhadora. Opomo-nos ao investimento massivo em armamento porque já vivemos sob uma doutrina militar que não nos causa conforto: a de destruição mútua assegurada.

Não existe motivo legítimo para investir em mais equipamento militar, senão para reinventar a indústria na Alemanha, França, EUA, que coxeia com a lógica neoliberal.

As mesmas táticas que foram aplicadas para lançar a invasão do Iraque na Cimeira das Lajes, servem hoje para justificar ofensivas militares no Irão, que deixaram o mundo a temer a escalada dum conflito. O maior beneficio é para o estado de Israel, que ensaia uma distração do brutal genocídio do povo palestiniano. Como militantes anticapitalistas, não nos pode falhar a voz na mobilização pela paz, para que a narrativa vigente não seja a da inevitabilidade da guerra.

Precisamos de um internacionalismo que dê resposta à cultura da guerra promovida pelas elites europeias. Estas alianças não são circunstanciais: nascem de uma leitura comum da realidade e da urgência de travar o avanço da barbárie. São alianças políticas e práticas, que se deverão concretizar nas ruas e em mobilizações unitárias. São igualmente um sinal de que recusamos uma Europa que desistiu da democracia e da justiça social. Face à propaganda do medo, à corrida ao armamento e à retórica securitária, afirmamos a participação do Bloco de Esquerda na construção de uma alternativa real. Contra a ideologia da violência e do medo, respondemos com uma Europa antimilitarista, solidária e que respeite o direito internacional. Numa altura em que afirmar a defesa da paz é apresentada como ingenuidade ou fraqueza, defendê-la é mesmo um ato de coragem política.

Moção

A

Resistir para virar o jogo

Em duas décadas e meia, o Bloco de Esquerda tem contribuído para transformações sociais importantes e para a expressão militante de um socialismo de futuro. Este caminho exige mudanças que temos de construir coletivamente.

Os resultados do Bloco nas legislativas confirmam os efeitos da viragem à direita. Mas evidenciam também que a relação entre o partido e a sua base de apoio é demasiado dependente de canais que, devendo ser disputados, são-nos alheios ou mesmo hostis. Ao longo dos anos, opções da direção não potenciaram o nosso enraizamento e o desenvolvimento de canais próprios de comunicação. O diálogo direto com as comunidades, dificultado pela escassez de conflitualidade social organizada, exige novas respostas.

O Bloco deve ser um lugar de acolhimento e um convite à participação. Deve ser motor de convergências e também reencontrar-se no espaço que só ele ocupa e de onde pode crescer. Partimos do que somos: fidelidade ao povo explorado e estratégia de ampliação dos seus movimentos; vontade de pluralismo e convergência como base da construção partidária socialista; internacionalismo contra todos os impérios e oligarcas.

1. A VIRAGEM À DIREITA NÃO EXPLICA SOZINHA O CONFINAMENTO ELEITORAL À ESQUERDA DO PS A PARTIR DE 2022. HÁ UMA CRISE DE CONFIANÇA COM DIVERSAS CAUSAS.

Entre 2015 e 2022, o Bloco foi o maior partido de uma área política (Bloco+PCP+Livre+PAN) que somou 20% dos votos. Na sua pluralidade, apoiou propostas e projetou alternativas de progresso social e de justiça climática, tendo o potencial para se afirmar como um campo político autónomo. Quatro anos depois dos acordos da "geringonça", estes partidos mantinham-se nos 20%, beneficiando de terem garantido, até 2019, uma estabilidade política assente numa (modesta mas real) redistribuição de riqueza: reversão de cortes e impostos, aumento do salário mínimo, passes, manuais, fim de taxas moderadoras. Nesse período, o PS manteve impasses graves nos serviços públicos, mas o plano liberal de Passos Coelho (a começar na privatização da Segurança Social) foi travado pela força da esquerda. Uma vingança política e de classe ficou então por fazer.

Nos anos 2015-2019, o Bloco de Esquerda cumpriu o seu mandato: afastou Passos Coelho e contribuiu para melhorar as condições de vida do povo. Mas o balanço político deste período acabou por ser fixado pelo PS quando o contexto internacional (covid, inflação, guerra) agravou a pressão sobre os salários, a habitação e os serviços públicos (em particular a saúde). Apesar de certo alívio da pressão da UE e de uma direita em minoria, o PS recusou qualquer acordo e qualquer reforma, preferindo provocar eleições para livrar-se dos "empecilhos" (sic), os partidos à sua esquerda. Estes, sem atuação articulada na rejeição dos orçamentos de estagnação, ficaram mais vulneráveis à tática hostil de António Costa - que lhes imputou a culpa da instabilidade política - e também depois, perante a breve maioria absoluta. Quando esta implodiu, a esquerda não foi vista como alternativa ao descrédito que se abateu sobre o PS.

O epitáfio da geringonça continuou a ser escrito pelo PS, que se dedicou à pedagogia sistemática da impossibilidade de políticas de esquerda. A descredibilização da proposta de tetos às rendas é o exemplo mais recente dessa atuação. A redução do horizonte das alternativas condena o PS mas prejudica também o conjunto das forças à sua esquerda, tanto mais quando se apresentaram desarticuladas e sem diálogo. Entre 2019 e 2022, o somatório eleitoral Bloco+PCP+Livre+PAN caiu 40% e, desde 2022, outros 20%. O Bloco sofre a maior queda eleitoral nos últimops três anos, perdendo metade dos votos obtidos em 2022. Em contrapartida, emergiu um novo contingente eleitoral na extrema-direita (com muito peso de ex-abstencionistas) consolidando uma vasta maioria de direita no parlamento.

Em 2025, a derrota do Bloco foi a pior de entre os partidos à esquerda. O Bloco perdeu a confiança de parte da sua base eleitoral, o que deve ser explicado pelo efeito da viragem à direita mas também por erros próprios. A resposta da direção à ofensiva sistemática contra o Bloco, limitada a respostas isoladas e sem uma resposta de conjunto, alimentou uma comunicação equívoca que agravou o desgaste público do partido.

2. COM O CHEGA NA DISPUTA DO GOVERNO, ABRE-SE UMA NOVA FASE HISTÓRICA EM PORTUGAL MARCADA PELA AGRESSIVIDADE CONTRA A MAIORIA SOCIAL.

Portugal tardou, mas acertou o passo com a Europa. Em todo o continente, o neoliberalismo destruiu a velha alternância entre direita tradicional e social-democracia, elevando a extrema-direita ao (limiar do) poder em numerosos países.

O neoliberalismo atravessa uma crise existencial desde o crash de 2008. Depois de anos de uma austeridade que enfraqueceu os serviços públicos e o trabalho, as políticas monetárias expansionistas alimentaram a finança especulativa e os gigantes tecnológicos. A inflação gerada após a pandemia e pela invasão da Ucrânia teve como resposta um aumento dos juros que castigou os salários, agravando as condições da crise.

Para estruturar novas formas de acumulação, o capitalismo requer novas formas políticas que consagrem a apropriação privada de bens comuns e serviços públicos (cujo desmantelamento consta dos programas de Milei e de Trump) e o aumento da exploração - pelo ataque às horas extraordinárias e pela desproteção legal do trabalho, da organização sindical e do direito à greve. O encargo da direita radicalizada e do neofascismo é o de acelerar a instalação deste novo

quadro. A mudança, acelerada com a reeleição de Donald Trump, já estava iniciada em diversas partes do mundo, incluindo na Europa: regimes de subcidadania para imigrantes, restrições às liberdades de expressão e de protesto, concentração de competências legislativas no poder executivo, instrumentalização política dos aparelhos judicial, policial e militar ao serviço de agendas autoritárias, presença direta de oligarcas na estrutura dos governos.

Essa transição é patente: o elogio neoliberal da desregulação e das privatizações foi elevado à exaltação da desigualdade social; além da culpabilização dos trabalhadores empobrecidos pela sua própria pobreza (acusados de iliteracia, falta de produtividade, formação, etc), passa a ser mobilizado também o racismo e até a criminalização dos segmentos marginalizados da própria classe trabalhadora; a proclamação neoliberal do "fim da história" é substituída pela pura paranóia "anti-marxista", dirigida contra a esquerda e mesmo contra setores moderados; o culto dos "empreendedores", doutrina escolar do neoliberalismo, é suplantado pela glorificação dos tecnoligarcas.

A radicalização da direita vai assim muito além do negacionismo climático e da perseguição conservadora. O seu programa é o capitalismo absoluto: regressão social e confinamento da esquerda.

O neoliberalismo desemboca no autoritarismo. As elites apostam na extrema-direita para acelerar a mutação do regime social e de acumulação. Onde ainda governa, o centro liberal está em decomposição. Apresentando-se como barreiras ao acesso da extrema-direita ao governo, Macron, Merz ou Montenegro procuram o voto do centro, mas é com os neofascistas que aprovam muitas das medidas económicas e de transformação social regressiva.

Em Portugal, Montenegro operou no seu primeiro ano de governo uma radicalização à direita, discursando e legislando em disputa com o Chega pelo senso comum xenófobo. Ao invés de travar o crescimento da extrema-direita, a cedência a elementos centrais da sua narrativa reforçou-a. Em maio de 2025, o Chega tornou-se o segundo partido. O novo governo AD mantém a fórmula e guina ainda mais à direita, no discurso, na estrutura governativa, na composição do governo, no programa (em grande parte escondido durante a campanha da AD) - revisão das leis laborais e do direito à greve, antecipação da meta dos gastos em defesa, e da legislação sobre imigração, nacionalidade e reagrupamento familiar.

Neste enredo típico, o PS cumpre o seu papel: cunhada por António José Seguro para os orçamentos da troika, a "abstenção violenta" é hoje reeditada sob o argumento da contenção do Chega. Agora que os partidos à direita do PS atingem os dois terços de deputados, o adiamento de alterações à Constituição é o argumento de José Luís Carneiro para viabilizar os ataques orçamentais da AD ao Estado social. Esta orientação do PS não deve, no entanto, inibir os esforços unitários para uma resistência alargada a qualquer revisão regressiva da Constituição, agora e no futuro.

Este ciclo é acompanhado por uma onda conservadora contra conquistas feministas, anti-racistas e LGBTQI+. O motor do ataque a estes avanços não é uma oposição socialmente maioritária - que nunca tiveram -, mas sim a ação de grupos que promovem a opressão patriarcal e colonial como componente disciplinar da radicalização capitalista em curso. Em paralelo, decorre um ajuste de contas com as mobilizações que na última década fizeram os avanços progressistas em

direitos e liberdades e atrasaram o projeto neoliberal e uma revisão da história recente europeia, da troika, da geringonça e mesmo da resposta à pandemia. A aceleração da ofensiva capitalista inclui um processo de desmemória.

O centro político português segue o modelo europeu na sua decomposição: agravamento das desigualdades e do ressentimento social, adesão ao senso comum xenófobo e securitário que confirma as teses da extrema-direita. Nesta situação adversa, os partidos à esquerda do PS devem reconhecer a mudança histórica e impedir que a política se reduza à dialética entre o neofascismo ascendente e o centrão liberal em crise.

3. A NOVA FASE HISTÓRICA, A CONVERGÊNCIA À ESQUERDA É UMA CONDIÇÃO DA VITÓRIA DE UMA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA À DIREITA RADICALIZADA..

Em Portugal, a extrema-direita torna-se hegemónica em amplos setores sociais, disputando o operariado industrial e fornecendo uma grelha de leitura universal - assente na manipulação dos temas da imigração, da comunidade cigana e da agitação securitária - que arrasta o conjunto do espectro político. Para travar e reverter a sua dinâmica, o Bloco assume a necessidade de convergência no espaço à esquerda do PS. De forma isolada, nenhuma das forças de esquerda será suficiente para enfrentar a ascensão das direitas. Todas as forças políticas, ativistas sociais e sindicais desta área, são assim chamados à constituição de um campo que seja referência transformadora, em choque com a governação de direita apoiada ao centro.

Esse caminho de aproximação e convergência é difícil, mas é o nosso. Ele deve ter expressão eleitoral, como nas autárquicas e nas presidenciais, e deve construir espaços e experiência social comuns, sem abandonar nenhuma bandeira - das lutas laborais ao movimento estudantil, do feminismo aos direitos LGBTQI+, da fraternidade com os imigrantes ao antimilitarismo.

É certo que o movimento sindical está em recuo, sob a pressão da direitização da sociedade e da atrofia sectária interna, mas devem ser apreciados os esforços existentes de combate sindical em contracorrente. O Bloco lutará para travar a destruição da contratação coletiva e promover o diálogo plural sem sectarismos que eleve a consciência dos trabalhadores enquanto classe. Há experiências recentes de mobilizações efetivamente unitárias e que apontam caminhos - nas periferias da capital, na habitação, no antirracismo e na resposta à violência dos bandos fascistas. No calor dessas lutas e na abertura desses espaços deverão forjar-se solidariedades que revelem o contorno de uma alternativa transformadora que enfrente e possa vencer as expressões do ódio que se mobilizam.

4. PARA ALÉM DE RESISTIR, A ESQUERDA TEM DE CONSTRUIR AS BASES PROGRAMÁTICAS DA ALTERNATIVA.

A redução do horizonte das alternativas à organização neoliberal da sociedade prejudica a capacidade da esquerda para mobilizar maiorias sociais. Para romper esse bloqueio, é necessário

promover mobilizações unitárias que possam aproveitar os conflitos sociais abertos pela radicalização à direita, mas também promover as bases de um programa alternativo para a transformação do país. "Adicionalmente, devemos inspirar-nos nos exemplos de campanhas e partidos de esquerda que, noutros países, mostram que o avanço da extrema-direita não tem de significar o recuo da esquerda radical: desde França (LFI) à Alemanha (Die Linke), do Brasil (PSOL) aos EUA (DSA).

No Estado Social, é necessário superar a armadilha que limita a esquerda a defender o que existe sem disputar novos modelos de organização dos serviços públicos de qualidade, descentralizados e de fácil acesso, que façam o melhor uso dos avanços tecnológicos disponíveis. Na habitação, devemos continuar a marcar o debate público com propostas consequentes, como os tetos às rendas, que podem e devem ser desenvolvidas e multiplicadas, nomeadamente para lidar com o problema das casas devolutas. Nas políticas fiscais e de rendimentos, é preciso declarar guerra às desigualdades, com a tributação das fortunas milionárias, que preserva a capacidade financeira do Estado para investir em melhores políticas públicas. Na política ambiental e económica, devem ser explicitados os conteúdos da planificação ecológica que ambicionamos. No trabalho, é urgente encontrar propostas mobilizadoras, que unam as exigências de sempre com novas realidades que formam as aspirações e expectativas dos trabalhadores, no fim da precariedade e na criação de tempo para viver. Nas políticas de imigração e segurança, campo fértil para a extrema-direita, é essencial construir contra-narrativas potentes, que não neguem os desafios do tempo presente e que insistam no reconhecimento dos imigrantes como parte da classe trabalhadora do país e na promoção da sua participação nas organizações de classe.

No combate ao abandono das populações nos territórios de baixa densidade, pugnaremos por políticas de verdadeira coesão social e territorial, valorizando o património natural e de combate aos extrativismos, na garantia do direito à mobilidade e pela criação de oportunidades idênticas às do litoral.

Em todas estas áreas, o Bloco deve empenhar-se na apresentação de propostas e formulações inovadoras, que marquem o debate público e disputem o lugar e a credibilidade da alternativa. O processo de revisão programática que iniciamos, e que foi interrompido por duas eleições legislativas, deve ser retomado a partir do balanço destes meses de trabalho. Este processo deve ser aberto à participação de todas e todos os aderentes, incluindo os grupos temáticos em funcionamento. Deve ser priorizado o debate de uma visão de sociedade e de transformação do país que permitam disputar o senso comum nas mais diversas áreas.

5. UM PARTIDO MILITANTE EM RECONFIGURAÇÃO.

Após a derrota eleitoral das legislativas, o Bloco continuou a ser procurado como partido de lutas e de resistência. Tendo havido saídas, houve também muitas novas adesões e regressos. Esses gestos devem ser lidos como uma exigência da intensificação da participação no Bloco e com a consciência de que se avizinham tempos diferentes, difíceis e incertos, que exigem muita preparação e mudança.

O novo contexto político em que atuamos exige uma atividade militante em que a) a democracia interna seja vivida; b) as várias organizações correspondem a campos de atuação definidos e cumprem objetivos de longo prazo. A organização que queremos construir para enfrentar a direita radicalizada exige participação, alegria, persistência, autonomia e objetivos práticos em cada estrutura. Os nossos espaços devem ser acolhedores e lugares não só de organização e debate, mas também de convívio.

Além da promoção da atividade militante, o Bloco deve promover reuniões mais politizadas, mais delegação de funções e de responsabilidades de representação do partido nos diferentes níveis territoriais e setoriais, além de promover o surgimento de novos quadros. Devem ser pensados plenários com novos formatos, que promovam a participação efetiva do maior número de aderentes, desde logo os que entraram mais recentemente no partido.

O momento atual exige um compromisso real com a tarefa do enraizamento local e social, no combate à marginalização da esquerda. Para isso, deve ser preparada uma estratégia nacional, auscultando as estruturas locais e partindo do balanço de experiências de intervenção como o porta-a-porta e outras.

Debate e decisão

O debate militante é organizado em plenários regulares de base territorial, realizados com apoio da Comissão Política e entre Mesas Nacionais. Além das decisões que lhes cabem estatutariamente, os plenários concelhios e distritais devem pronunciar-se e decidir quotidianamente no seu âmbito.

Formação

O programa de formação política do Bloco tem como prioridade a circulação de informação e a promoção de uma cultura de estudo, acompanhado e autónomo, entre os militantes, sendo gerido em articulação com as comissões concelhias e distritais. Favorece, de igual forma, o acolhimento e a integração de novos aderentes.

Comunicação interna

Os canais internos de comunicação entre estruturas, direção nacional e militantes devem formalizar instrumentos já existentes e criar novos canais, sob o formato de boletins, newsletters e outros meios digitais para facilitar convocatórias, contactos e circulação de informação. Todos os aderentes devem poder aceder facilmente a um inventário dos grupos temáticos existentes, sejam de nível nacional ou regional/distrital/concelhio.

Contudo, nenhuma forma de comunicação substitui a organização, antes pode promovê-la e complementá-la. O recurso a meios digitais e de comunicação interna não substitui a presença física nos locais de debate e de ação política, onde as decisões são partilhadas, a aprendizagem é feita em comum, em camaradagem. Por isso, a organização do Bloco deve encontrar novas formas de fomentar a militância de base e a participação política. Quem escolhe militar no Bloco deve ter uma estrutura de base para fazê-lo, seja ela a concelhia, um outro grupo local ou temático. As coordenadoras distritais e concelhias devem estimular o funcionamento contínuo de núcleos, tanto de base territorial e/ou setorial. Aqui, diferentes realidades territoriais produzem diferentes formas de intervenção partidária e a criação de comissões e grupos de trabalho deve ser flexível e diversificada.

Grupos locais, temáticos e setoriais

A experiência de grupos temáticos, sobre campanhas concretas ou questões fundamentais da luta social (feminismo, justiça climática, antirracismo, LGBTQI+, deficiência e vida independente), provou ser necessária, embora alguns deles tenham tido existências efémeras. Os grupos setoriais para desenvolver atividade profissional, sindical ou em diversas outras estruturas da sociedade são uma forma de integração, formação e intervenção política a partir do Bloco. Esta forma descentralizada de organização é difícil e exige novos hábitos de militância e novos rumos, de modo a promoverem-se organismos de base que se reúnam regularmente, escolham as suas formas de trabalho, discutam temas políticos nacionais e internacionais e deliberem sobre a atividade no seu campo. Esse trabalho deverá incluir a formulação de críticas e recomendações sobre posições tomadas ou a tomar pelos órgãos dirigentes do partido.

Intervenção de jovens

A principal tarefa dos Jovens do Bloco é a organização de base. A nível estudantil, o objetivo deve ser a criação de Núcleos de Jovens do Bloco abertos a não aderentes, nas escolas secundárias e nas instituições de ensino superior. O estudantes organizados nestes coletivos deverão ser incentivados e apoiados na participação em movimentos amplamente unitários, que confrontam os avanços da extrema-direita e da direita radicalizada, intervindo em espaços de representação estudantil. Os Jovens do Bloco devem ainda manter à escala concelhia/distrital espaços de militância que reúnam todos os jovens, estudantes trabalhadores-estudantes e trabalhadores, com o objetivo de aprofundar a intervenção juvenil do partido. A Coordenadora Nacional de Jovens tem a tarefa de apoiar a construção destes espaços de base e promover, em articulação com as organizações de base, momentos de formação e de ação política, bem como contactos com os demais grupos de trabalho setoriais.

Novos aderentes

"O apoio no acolhimento de novos aderentes deve ser regular, com cada concelhia/distrital a organizar reuniões de "boas-vindas", e uniformizado, com disponibilização de informações sobre a história do partido, funcionamento e eleição dos órgãos internos, atividade interna de âmbito territorial e nacional.

Registo de aderentes

Durante o primeiro semestre de 2026 serão atualizados a lista de aderentes e os cadernos eleitorais internos, a partir de um contacto pessoal com todos os inscritos.

Autofinanciamento

O Bloco será essencialmente auto-financiado, o que constituirá um dos objetivos fundamentais

do modo de nos organizarmos. O pagamento de quotas, o esforço militante, o trabalho voluntário em funções técnicas e dirigentes serão parte da nossa atividade permanente.

À direção do Bloco compete apoiar, estimular e se necessário dar os primeiros passos para a criação de estruturas de base que permitam que os militantes tenham a sua atividade organizada, informar o partido acerca dessas atividades e dos seus resultados, para ajudar a criar uma cultura ativista e transformadora.

A coordenação da Comissão Política ficará a cargo de quem encabece a lista mais votada para a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda.

6. TRUMP, PUTIN E NETANYAHU, CRIMINOSOS DE GUERRA AO LEME DO MUNDO.

Os primeiros meses do governo Trump são uma nova fase da decadência da hegemonia imperial norte-americana marcada por grandes vulnerabilidades e perigos.

Putin e Netanyahu, com o cadastro da invasão da Ucrânia em 2022 e da escalada genocida em Gaza, respetivamente, celebraram a chegada de Trump à Casa Branca como aquilo que é: o enterro do Direito Internacional e a consagração da lei do mais forte. Os anúncios de paz imediata com que Trump fez a sua campanha eleitoral traduziram-se num reforço de Putin e num recrudescimento da destruição na Ucrânia, bem como numa aceleração do genocídio na Palestina e no anúncio da sua colonização integral por Telavive. A agressão israelita ao Irão, acompanhada pelos Estados Unidos, arrastou a União Europeia que persistiu na recusa de sanções a Israel, antes agradecendo o "trabalho sujo" (Merz, sic).

A deriva militarista, ao sabor das pressões de Putin ou de Netanyahu, é a mais perigosa reação de Trump à exposição das suas próprias fragilidades. Trump falhou na promessa isolacionista de instalar a pax americana em Gaza e na Ucrânia, tal como fracassou na guerra tarifária que declarou ao mundo. Perante a resposta chinesa, recuou em toda a linha, mas os impactos reputacionais e económicos da ameaça não deixarão de concorrer para a crise de hegemonia estadunidense. De igual modo, a perseguição aos migrantes - que atingiu milhares de pessoas e evidenciou a arbitrariedade racista do novo poder - abriu caminho a enormes mobilizações de massas, com forte peso da esquerda e conteúdo político abrangente.

Esta coleção de fracassos gerou, em poucos meses, fissuras no bloco MAGA: a mais estrutural foi em torno da opção pelo ataque ao Irão; a mais estridente foi a rutura com Elon Musk. Mesmo que esta não altere a aliança do trumpismo com a oligarquia tecnológica, é mais um sinal da debilidade, vindo do vértice do poder imperial. Esta debilidade torna-o ainda mais perigoso: para reafirmar a sua força, que é a força do seu dólar - resta-lhe a brutalidade, a escalada do extermínio no Médio Oriente, a militarização da repressão interna, dos movimentos sociais e dos migrantes.

A democracia e os direitos humanos contra a disputa entre potências

O Bloco sublinha hoje, como ontem, a exigência da saída de Portugal da NATO, organização belicista de caráter ofensivo e instrumento do imperialismo norte-americano. Combatemos a escalada militarista porque a paz e a segurança dos povos depende da derrota da necropolítica.

Com a mesma clareza, denunciamos a invasão russa da Ucrânia, a fraude eleitoral na Venezuela, o historial de repressão e tortura na Síria ou no Irão. Avaliamos estes processos com os mesmos critérios que usamos perante as fraudes, abusos e intervenções militares patrocinadas pelos Estados Unidos da América e pela NATO. China e Rússia participam na disputa imperialista do mundo e não configuram qualquer alternativa a essa disputa, como fica demonstrado pela estabilidade das suas relações com Israel ou pelo seu alinhamento neoliberal em questões climáticas e outras.

Para dissociar a ideia socialista do totalitarismo do passado, é necessário recusar qualquer nostalgia dos blocos da guerra fria. Recusamos o relativismo geopolítico que define uma "frente anti-imperialista" onde se incluem Estados ditatoriais e autoritários que desprezam a vontade do povo. Esse relativismo conduz ao abandono de parte da herança que identifica a esquerda: o respeito pelo sufrágio universal, pelos direitos humanos e pelo direito dos povos à autodeterminação.

A esquerda anticapitalista recusa a direitização da Europa

A extrema-direita ambiciona a hegemonia na Europa e a eliminação da esquerda e dos movimentos populares. A governação social-liberal sofreu a derrota das urnas mas também a das ideias, pois veio acompanhada de graves cedências à retórica securitária e anti-imigração. Socialistas e verdes integraram-se na coligação da direita europeia, sob a presidência de Ursula Von der Leyen e com um neofascista numa vice-presidência. Na União Europeia, os socialistas são subscritores do Pacto das Migrações e os verdes, dirigidos pelo partido alemão, rendem-se ao armamentismo. Até à sua saída do governo alemão, os verdes abasteceram Israel de armas.

O Bloco de Esquerda tem-se empenhado no reforço da capacidade de atuação do grupo parlamentar europeu A Esquerda (The Left). Esse reforço foi possível com um novo compromisso político e de organização, impulsionado com a maior articulação da plataforma política "Agora, o Povo", que manteve o trabalho conjunto de diversos partidos, apesar da degradação das condições de cooperação e diálogo no Partido da Esquerda Europeia. As divergências que se arrastaram nos últimos dez anos no seio deste partido europeu culminaram numa crise que separou os partidos comunistas (PC francês, espanhol, italiano) dos partidos de esquerda mais representativos (France Insoumise, Aliança Vermelha Verde da Dinamarca, Aliança de Esquerda da Finlândia, Bloco). A atitude sectária perante novas forças de esquerda e os posicionamentos perante a invasão da Ucrânia tornaram a continuidade no mesmo partido europeu impossível para as forças que se opõem a todos os imperialismos e que têm agendas mobilizadoras nos seus respetivos países.

Graças à plataforma política "Agora o Povo", que juntou estes partidos de esquerda e também o Partido de Esquerda sueco e o Podemos (Estado espanhol), surgiram as condições para uma nova e reforçada articulação que se formalizaria num novo partido político europeu, mantendo a pertença ao grupo parlamentar The Left.

Neste quadro, o Bloco de Esquerda desvincula-se do Partido da Esquerda Europeia e integra-se como membro na Aliança da Esquerda Europeia - pelo Povo e pelo Planeta, organização que reúne partidos de esquerda, verde, feministas e anti-racistas e que expressa um socialismo de futuro e parte da luta dos povos para enfrentar as políticas liberais, o neofascismo e a disputa imperialista.

A economia da atenção e a tecnoligarquia no comando

Nos primeiros dias do mandato de Donald Trump, os monopólios globais da comunicação ajustaram posição e assumiram expressamente a sua aliança com a extrema-direita global e a estratégia empresarial de promoção da agenda misógina, islamofóbica e antisemita.

O processo de mercadorização da atenção, iniciado há dois séculos com a imprensa comercial, deu um salto qualitativo no século XXI. Com a generalização do acesso ao telefone com internet, a disputa capitalista pela atenção passou a abranger todas as geografias, toda a humanidade, desde a primeira infância, sob reduzida regulação e em rápida sofisticação técnica, mediando a realidade e ocupando os sentidos humanos, com grandes impactos no modo de vida e na existência individual.

A concentração dos fluxos de informação em monopólios globais, colossos financeiros assentes na receita publicitária e na mediação comercial, sufocou o potencial original da internet, descentralizador e democrático. Estas empresas monopolistas da atenção mercantilizada têm um poder político sem precedentes e sem escrutínio real. Os seus proprietários promovem e financiam projetos políticos regressivos nos cinco continentes, fornecendo os instrumentos de manipulação de massas e operando verdadeiros ataques à soberania popular.

Além da transição autoritária, o poder das tecnoligarquias é um fator de transformação da exploração do trabalho, que estrutura em plataformas algorítmicas as formas mais extremas de extração de valor e atomiza os indivíduos em modelos de subsistência à margem da proteção legal existente.

Noutro plano, o armazenamento dos dados digitais de que o novo capitalismo se alimenta obriga à construção de equipamentos gigantescos, superintensivos em eletricidade e geradores de um fardo energético em grande medida supérfluo (sistemas de validação de criptomoedas; inteligência artificial de uso lúdico, etc), incompatíveis com qualquer objetivo climático.

O curso da inovação tecnológica demonstra a urgência do plano ecossocialista para impor propriedade e regulação públicas, bem como de instituições de Direito Internacional que articulem objetivos de paz, segurança energética, saúde pública, justiça climática e proteção de bens comuns essenciais, entre estes a própria informação.

O poder dos tecnoligarcas é, em si mesmo, uma ameaça existencial à democracia, por reduzir o acesso à informação e reduzir o espaço público a zonas privatizadas que integram o projeto da direita autoritária. A informação fidedigna é condição da liberdade política. Este simples facto obriga à maior frente social para combater o poder dos tecnoligarcas e neutralizar as suas armas de manipulação massiva. De igual modo, lutamos pela imposição da lei laboral ao trabalho recrutado através de plataformas, visando a eliminação do comércio de mão-de-obra em zonas digitais de não direito.

Cooperação competitiva com riscos bélicos reais existenciais

A atual competição geoestratégica agressiva - termo de Von der Leyen - não trava a integração do capital e a interdependência económica, tecnológica e energética. China e EUA coexistem no G20 enquanto ensaiam uma guerra comercial e manobras militares. Uma das maiores fábricas de automóveis de Elon Musk situa-se em Shangai; é na China que se fabricam componentes

essenciais para a indústria de armamento norte-americana e israelita; a economia chinesa é um dos terrenos de atuação dos chamados "proprietários universais", os fundos de investimento com interesses em todas as geografias (BlackRock, Vanguard, Apolo, etc). A China detém a terceira maior quota no FMI.

Esta cooperação desenvolve-se em paralelo com uma dinâmica de conflito que se acentua. Interessadas no desgaste militar da Rússia, as potências ocidentais procuram escalar o conflito como uma guerra por procuração, instalando uma dinâmica de guerra fria e uma corrida aos armamentos. O mesmo tipo de dinâmica ocorre em torno de Taiwan, entre os EUA e a China.

A resistência ucraniana à invasão russa tem a legitimidade que assiste a qualquer país invadido e o mesmo direito a procurar apoio militar para defender o seu território e o seu povo. Essa legitimidade não justifica a orientação da NATO e das potências ocidentais contra soluções negociadas que garantam a neutralidade da Ucrânia e o fim da guerra.

A União Europeia contra o Direito Internacional e a ONU

O militarismo força o consenso para retrocessos sociais excepcionais. A passividade diplomática perante a escalada na Ucrânia condiz com o ativismo armamentista do plano de "Rearm" que a UE conduz sob tutela da NATO. A necropolítica europeia banaliza também a contribuição da UE para eliminar milhares de vidas humanas consideradas descartáveis - seja em Gaza, seja nas águas do Mediterrâneo.

O complexo pela culpa no holocausto junta-se aos velhos fantasmas colonialistas e islamofóbicos da Europa e colam-na ao projeto sionista. Sob os escombros de Gaza, jazem também as instituições de Direito Internacional, desautorizadas pelos próprios Estados que as subscrevem. Ao abastecer o genocídio com armas, dinheiro e propaganda, a União Europeia é cúmplice de um crime que está a ser testemunhado globalmente. O extermínio em direto mudou o mundo.

A marginalização das Nações Unidas é um retrocesso para a luta dos povos e para estratégias multilaterais de paz e desarmamento. A persistente mobilização da juventude prova que há uma geração que compreende o significado do genocídio na Palestina e que está disposta a tentar travar a barbárie global.

O alinhamento do governo português com esta política é completo, como se verifica na recusa de reconhecimento do Estado palestiniano; na cumplicidade com os acordos UE-Marrocos ou na co-organização com a ditadura marroquina de competições desportivas que implantarão infraestruturas em territórios saharauis ocupados ilegalmente.

A Europa assume o capitalismo de catástrofe

O pós-pandemia prometeu desglobalização e valorização do Estado prestador de cuidados e proteção. As regras da austeridade europeia chegaram mesmo a ser suspensas para estímulos de investimento às transições "verde" e "digital". O recuo da UE na política climática, preterida a favor do aumento da despesa em armamento, soma-se à tendência mundial registada nas COP, de recusa das potências em cumprir as metas de Paris e do assumido regresso dos conglomerados da energia a uma agenda de extração ilimitada de combustíveis fósseis. A melhor promessa dos Estados e das multinacionais é a adaptação dos mais fortes a um capitalismo de catástrofe.

A crise climática é, a par com a militarização do mundo, a expressão mais brutal da falência do modelo capitalista, que transforma o planeta num campo de extração ilimitada e os povos em vítimas descartáveis da sua lógica de acumulação. A promessa de transição verde foi capturada pelas mesmas empresas que lucram com a destruição ambiental, convertendo metas climáticas em slogans publicitários enquanto expandem a exploração de combustíveis fósseis.

O Bloco de Esquerda é a força de um programa ecossocialista como resposta aberta às crises cruzadas do nosso tempo. Esse programa é uma aliança internacional de resistência à guerra e ao novo fascismo, em nome do futuro comum da humanidade. O Bloco é esse compromisso com o povo e é essa vontade de lutar.

PROPONENTES

Mariana Mortágua

Adriano Campos

Aliyah Bhikha

Andreia Galvão

Catarina Martins

Isabel Pires

Joana Mortágua

João Curvêlo

Jorge Costa

José Gusmão

José Soeiro

Fabian Figueiredo

Leonor Rosas

Luís Fazenda

Mafalda Brilhante

Marco Mendonça

Marisa Matias

Miguel Cardina

Moisés Ferreira

Pedro Filipe Soares

SUBSCRITORES

Abel António Pereira Raposo	Setúbal	837
Abílio Cerqueira	Caminha	16457
Abilio de Jesus Urbano	Seixal	4932
Ada Pereira da Silva	Porto	9785
Adelaide Teixeira	Porto	15996
Adriana Lopera	Lisboa	2447
Adriana Temporão	Valença	15379
Afonso Moreira	Lisboa	10022
Afonso Sequeira	Lisboa	18094
Agata Marques Fino	Aveiro	11025
Agostinho Armando Rodrigues Pereira Pateca	Madeira	5150
Agostinho Gabriel Grulha Parrula	Moita	830
Alam Filipe Machado Sequeira	Caldas da Rainha	18077
Alberto Magno Pestana	Funchal	17234
Alberto Matos	Serpa	1542
Albino Rodrigues	Coimbra	9979
Alda Sousa	Gaia - Porto	654
Alexandre Abreu	Cascais	9505
Alexandre Coutinho	Odemira	13627
Alexandre de Sousa Carvalho	Coimbra	16382
Alexandre Locci Martins	Coimbra	17888
Alfredo Martinho	Lisboa	7892
Alice Pereira Tristany	Vila Real de Santo António	3911
Almerinda Bento	Seixal	529
Amândio Pateca	Funchal	12801
Amarilis Felizes	Matosinhos	9877
Ana Alice Severino	Leiria	18174
Ana Alves	Torres Novas	16374
Ana Campos	Lisboa	650
Ana Carolina Gomes	Coimbra	12011
Ana Catarina Castro	São João da Madeira	18042
Ana Catarina Ramos	Maia	18299
Ana Catarina Silva	Lisboa	15035
Ana Costa	Torres Novas	12176
Ana Durães	Oeiras	15525
Ana Eleutério	Santarém	13293
Ana Feijão	Lisboa	5271
Ana Gonçalves	Europa	5602
Ana Isabel Pinto	Madeira	16874
Ana Jorge Castro	Porto	12028
Ana Luzia Cruz	Mealhada	9084

Ana Maria Silva	Porto	5612
Ana Maria Sousa	Maia	16463
Ana Mestre	Palmela	15429
Ana Miranda Forte	Viana do Castelo	17632
Ana Paula Sela	Seixal	15727
Ana Priscila Santos	Palmela	12901
Ana Rita Filipe	Santarém	3700
Ana Rosa	Lisboa	13642
Ana Teresa Sebastião	Lisboa	15710
Ana Vasquez	Porto	16768
Anabela Mangas	Almada	4993
Anabela Rodrigues	Amadora	17441
André Azinheira	Sintra	17166
André Julião	Loures	10632
André Mota	Porto	12259
André Ramalhais	Pombal	17173
Andrea Peniche	Porto	193
Andreia Leite	São João da Madeira	12838
Andréia Quartau	Lisboa	11049
Ann-Sophie	Seixal	17199
Antero Horta Fraga	Ribeira Grande	16964
António Augusto Martins	Maia	2572
Antonio Emilio Costa	Viana do Castelo	17239
António Ferreira Marinho	Matosinhos	341
António Gomes	Torres Novas	1353
António Lima	Ponta Delgada	9362
António Magalhães Lima	Braga	1303
António Manuel Alves da Silva	Maia	13579
António Manuel Rodrigues	Coimbra	9427
António Porfírio Ferreira	Palmela	12351
António Ribeiro Teixeira	Penafiel	326
António Ricardo Rocha	Moita	1085
António Simões de Carvalho	Palmela	8517
António Soares	Santo Tirso	14931
António Teixeira	Seixal	1390
Arnaldo Mendes Sarroeira	Caldas da Rainha	269
Artur Jorge Duarte	Tavira	14114
Aurora Ribeiro	Horta	15403
Avelina Ferreira	Ponta Delgada	12308
Baltazar Taful de Oliveira	Torres Novas	8442
Barbara Bica	Almada	10722
Bárbara Góis	Lisboa	16864
Bárbara Ranito	Coimbra	17119

Bárbara Xavier	Guarda	14775
Beatriz de Almeida Araújo	Sintra	17629
Beatriz Jorge	Porto - Porto	17589
Beatriz Oliveira Pedroso	Amadora	14261
Beatriz Pinto	Seixal	17769
Beatriz Pontes	Gondomar	16192
Beatriz Realinho	Guarda	16344
Benjamim Vilela	Matosinhos	8259
Bernardino Guia	Albufeira	2383
Berta Alves	Cascais	666
Berta Soares	Santo Tirso	11759
Bruna Gaspar Gomes	Pombal	17749
Bruno Góis	Santarém	4521
Bruno Maia	Braga	2774
Bruno Martins	Évora	4645
Bruno Miguel Cruz	Porto	11067
Bruno Pereira	Palmela	2402
Carina Quintal	Madeira	14924
Carla Gonçalves	Oeiras	16748
Carla Quintas	Porto	14139
Carla Vilela	Porto	5692
Carlos Alberto da Silva Veiros	Ovar	698
Carlos Alberto de Faria	Funchal	3577
Carlos Alberto Matias do Couto	Viseu	3141
Carlos Borges Sousa	Lisboa	3943
Carlos Constantino Lázaro	Setubal	533
Carlos Fernando Ferreira Honório	Lousã	10430
Carlos Francisco Alves Durães	Viana do Castelo	18097
Carlos Freitas	Barcelos	13464
Carlos Gonçalves	Loures	9661
Carlos Guinote	Palmela	575
Carlos Liberal	Santa Maria da Feira	8699
Carlos Luís Ramalhão	Porto	17585
Carlos Manuel de Oliveira Centeio	Torres Novas	16895
Carlos Manuel Silva Oliveira	Palmela	9199
Carlos Motaco	Fundão	13729
Carlos Pereira	Fundão	16365
Carlos Santos	Lisboa	236
Carlos Ubaldo	Caldas da Rainha	16483

Carlos Vieira e Castro	Viseu	121
Carmen Mafra	Moita	7549
Carmen Trindade	Loures	11716
Carmo Marques	Porto	3655
Carmo Sales	Torres Novas	17470
Carolina Amaral	Oliveira de Azemeis	16761
Carolina Correia Ferreira	Seixal	18175
Carolina Monteiro	Lisboa	17921
Carolina Serrão	Lisboa	16100
Casimiro Alberto Oliveira	Porto	9999
Cássia Gouveia	Funchal	11375
Catarina Cabanelas Pereira	Lisboa	17811
Catarina Laranjo	Torres Vedras	17259
Catarina Oliveira	Lisboa	6764
Catarina Sofia Rodrigues	Lisboa	15409
Catarina Soraia da Silva Ferreira	Viana do Castelo	18050
Catarina Valente Ramalho	Lisboa	14218
Catarina Vieira	Viseu	306
Catarina Vitorino	Coimbra	17504
Catherine Boutaud	Lisboa	14203
Cátia Cristina Carvalho Domingues	Sintra	16084
Cátia Nóvoa	Porto	4862
Cecília Honório	Cascais	446
Cecília Macau	Palmela	10585
Célia Cavalheiro	Leiria	13394
Célia Cláudia Lourenço Rodrigues	Viseu	14317
Célia Marques	Moita	16848
Célia Riço	Lisboa	16639
Celina Marques dos Santos	Sintra	3285
Celme Tavares	Aveiro	6666
Celso Lima de Araujo	Lisboa	10113
Céu Fazenda	Lisboa	434
Chaima Badri	Braga	17350
Cipriano José dos Santos Pisco	Montijo	799
Clara Sandra Borges	Vila Franca de Xira	16858
Cláudia Barroca Silva	Amadora	17099
Cláudia Oliveira	Lisboa	304
Cláudio Guerreiro	Lisboa	15441
Cristina Borges Guedes	Fundão	7962
Cristina Teixeira	Viseu	16510

Crowley de Lima	Braga	17950
Custódio Manuel Oliveira Braga	Braga	927
Cyntia de Paula	Lisboa	14548
Daniel Bernardino	Barreiro	5151
Daniel Borges	Lisboa	16022
Daniel Calvário Passeiro	Almada	18226
Daniel Carapau	Lisboa	2311
Daniela Fernandes	Viseu	6770
Daniela Silveira	Lagoa	16011
Daniela Sousa	Coimbra	14437
Daniela Vespeira	Barreiro	14685
David Anthony Berrueco	Olhão	10617
David Argel	Beja	1424
David Santos	Mangualde	11750
Davide Rafael Santos	Amadora	16881
Delfina Fernanda Vieira	Gondomar	4864
Deonilde Silva	Palmela	1180
Diana Lourenço	Faro	17553
Diana Pereira	Lisboa	12573
Diana Santos	Lisboa	16850
Dina Letra	Funchal	3588
Dina Loureiro	Barreiro	14797
Dina Nunes	Lisboa	692
Dina Sá	Torres Novas	13790
Dinis Rodrigues Ramos	Lisboa	17391
Diogo Barbosa	Oliveira de Azeméis	5265
Diogo Barros	Vila Nova de Famalicão	15007
Diogo Duarte Silva	Figueira da Foz	17066
Diogo Gomes	Torres Novas	15917
Diogo Machado	Lisboa	17289
Diogo Mira	Almada	15586
Diogo Teixeira	Santa cruz	16839
Doris Rafael Peleira	Lagoa	12957
Duarte Cavalinhos	Seixal	821
Durval Guerreiro de Almeida Soares	Seixal	1384
Edite Alexandra Sousa Costa	Viana do Castelo	14438
Eduardo António da Silva Figueiredo	Coimbra	16679
Eduardo Couto	Santa Maria da Feira	13387
Eduardo Marques	Lamego	6446
Eduardo Rocha	Moita	227

Elisabete Carvalho	Porto	12396
Elisabete Frade	Viseu	11546
Elsa Gama Pereira	Palmela	15753
Emília Santos	Moita	17325
Ernesto Costa	Coimbra	2821
Ernesto Magalhães	Matosinhos	4060
Esmeralda Mateus	Porto	1252
Esmeralda Susana	Ovar	17510
Eva Braga	S.Joao da Madeira	105
Fátima Barata	Seixal	754
Fátima Cabeleira Teixeira	Odemira	13626
Fernando Barbosa	Valongo	7105
Fernando Figueira	Sintra	1106
Fernando João Neto de Faria	Lisboa	1448
Fernando Rosas	Setúbal	657
Fernando Sequeira	Moita	1077
Filipa Alexandre	Póvoa de Varzim	15170
Filipa Alves	Olhão	17619
Filipa Filipe	Santarém	6247
Filipa Gonçalves	Lisboa	3541
Filipe Mestre	Palmela	11811
Filipe Sambado	Lisboa	18289
Filipe Vaz Nicolau	Lisboa	17070
Filomena Graça Silveira	Terceira	14178
Filomena Silva	Amadora	16725
Florbela Jesus	Aveiro	16392
Florentino Silva	Valongo	14424
Francisca Sousa	Guimarães	17292
Francisco Alves	Barreiro	1107
Francisco Barradas Abreu Pinto	Santa Cruz	18014
Francisco Botelho Matos	Caldas da Rainha	10621
Francisco Caldeira	Cascais	15754
Francisco Cordeiro	Almada	7658
Francisco Faustino	Lisboa	17480
Francisco Louçã	Lisboa	1684
Francisco Morais	Seixal	9122
Francisco Soares de Oliveira	Coimbra	3987
Frederico Dinis	Barcelos	17123
Frederico Pereira	Leiria	15059
Gil Ribeiro	Vila do Conde	11908

Gina Alice Mateus	Beja	8781
Gina Sena	Palmela	15564
Gisela Martins	Condeixa	8593
Gonçalo Carrilho	Oeiras	12578
Gonçalo Fernandes Alves	Aveiro	17382
Gonçalo Ferreira	Matosinhos	8568
Gonçalo Filipe	Loures	15601
Gonçalo Martins	Santarém	16970
Gonçalo Pessa	Pombal	8545
Gonçalo Silva	Loures	10728
Graça Martins	Torres Novas	14735
Guilherme Araújo	Santo Tirso	17856
Guilherme Canelas	Seixal	13349
Guilherme Nogueira	Coimbra	17360
Gustavo Mourinho	Coimbra	16962
Gustavo Weigert Behr	Lisboa	4574
Heitor Nereu	Torres Novas	10540
Helena Oliveira	Oliveira de Azeméis	4557
Helena Pinto	Torres Novas	659
Helga Calçada	Porto - Porto	12776
Henrique Costa	Setúbal	18211
Henrique Lourenço	Almada	17671
Hernâni Carmo	Lisboa	12344
Horácio Gomes Lourenço	Matosinhos	2248
Hugo Evangelista	Lisboa	3424
Hugo Filipe Rodrigues de Meireles	São João da Madeira	2859
Hugo Monteiro	Porto	10717
Iara Lopes Rodrigues	Sintra	18137
Iara Sobral	Loures	15150
Ilda Barbosa Abreu	Porto	14330
Inês Amaro	Amadora	16784
Inês Antunes	Castelo Branco	16125
Inês Baldé	Lisboa	18134
Inês Carreira	Lisboa	15447
Inês Colaço	Europa	14219
Inês Galvão	Seixal	15544
Inês Henriques	Lisboa	18221
Inês Oliveira	Porto	6182
Inês Pintassilgo	Lisboa	11034
Inês Rasquinho	Lisboa	16400

Iracema Maia	Sintra	15522
Irene de Jesus Rodrigues	Leiria	14758
Irene Ramos	Maia	17961
Íris Sá	Santa Maria da Feira	17352
Isabel Cruz	Seixal	17670
Ivo Moreira	Oeiras	7189
Jaime Mestre	Palmela	831
Jaime Pinho	Setúbal	671
Janet da Silva Ferreira	Aveiro	14107
Jefferson Eduardo de Oliveira	Almada	10814
Jessica Pacheco	Ribeira Grande	16394
Jéssica Vassalo	Santarém	15053
Joana Ideias	Seixal	15508
Joana Louçã	Lisboa	1374
Joana Micaelo	Évora	16700
Joana Neiva	Barcelos	16734
Joana Pires Teixeira	Lisboa	14204
Joana Prenda Bettencourt	Ilha Terceira	15405
Joana Tavares	Vila Franca de Xira	15557
João Afonso	Santiago do Cacém	519
João Alves	Palmela	828
João António Canudo	Moita	15097
João António Ferro	Évora	1280
João Arnaldo Costeira	Faro	16814
João Bernardo Narciso	Porto	15089
João Carlos Rodrigues	Lisboa	13258
João Carvalho	Almada	15600
João Cercas	Moita	14903
João Chalas Carvão	Seixal	1385
João David Almeida	Lisboa	12534
João de Carvalho Jacinto	Santarém	6259
João Ferreira	Guimarães	919
João Gomes	Lisboa	17498
João Manuel Beles	Sesimbra	1592
João Mineiro	Lisboa	6566
João Nuno Cruz	Setúbal	18209
João Paulo Lopes	Amadora	13136
João Pedro Sebastião	Lisboa	15547
João Pinheiro	Évora	17554
João Santo	Lousã	1456
João Teixeira Lopes	Porto	2168
João Tomas Vilela Cabelo	Coimbra	17832
João Vasconcelos	Portimão	1508

Joaquim Balhé Silva	Palmela	839
Joaquim Espírito Santo	Gondomar	2627
Joaquim Machado	Seixal	1775
Joaquim Raminhos	Moita	559
Joel de Oliveira	Porto	1238
Jorge Magalhaes	Porto	4458
Jorge Manuel da Silva	Seixal	4147
Jorge Martins	Moita	2957
Jorge Paiva	Porto	7182
Jorge Pinto	Almada	11452
Jorge Ramos	Lagoa	8646
Jorge Santos José	Sintra	10374
Jorge Tabuada	Lisboa	16880
José Abrantes	Setúbal	16873
José Alberto Antunes	Torres Novas	13803
José António Arteiro	Braga	15352
José António Figueira	Funchal	13014
José António Rocha	Almada	4994
José Augusto Figueiredo	Barcelos	10823
José Augusto Raposo	Vila Franca Xira	16081
José Bento	Palmela	12076
José Carlos Cunha	Amarante	1469
José Carlos Silva	Vila Nova de Gaia	14327
José Carlos Vasconcelos	Viseu	3304
José Carreira	Santarem	2758
José Castro	Porto	333
José Eliseu Pinto	Évora	10813
José Falcão	Odivelas	653
José Ferreira dos Santos	Matosinhos	646
José Fonseca	Porto	2182
José Luís Cardeira	Leiria	413
José Luís Carvalhais	Porto	6293
José Manuel Pureza	Coimbra	406
Jose Manuel Silva Jesus	Santa Maria Feira	8112
José Maria Cardoso	Barcelos	1308
Jose Maria Moura	Nisa	1867
José Maria Rebelo	Odivelas	16174
José Miranda	Porto	5076
José Moreira	Faro	6643
José Panóias	Palmela	1188
José Pedro Campos	Fundão	17106
Jose Pedro Goncalves	Lisboa	17758
José Pedro Oliveira	Beja	8293

José Penalva	Setubal	11542
José Ricardo	Gondomar	15141
Josué da Silva Cavalheiro	Pombal	14624
Julia Carrapa da Cruz	Porto	5690
Júlia Correia	Miranda do Corvo	4770
Júlia Mendes Pereira	Entroncamento	8834
Julieta Rocha	Almada	1191
Karina Gonçalves	Palmela	17150
Lara Sá	Faro	18197
Laura Lopes	Lisboa	17761
Leonor Figueiredo	Porto	7573
Leonor Monteiro	Porto	16769
Lina Oliveira	Pombal	15860
Lou Loução	Odivelas	13974
Lourenço	Palmela	18278
Luana Azevedo	Fundão	18259
Lucas Barreiro Gonçalves	Leiria	17205
Lúcia Arruda	Ponta Delgada	3863
Lúcia Pereira da Cunha	Lisboa	13763
Luciana Loureiro	Póvoa de Varzim	17801
Luciano Santos	Lisboa	17191
Luís Branco	Lisboa	239
Luís Caroça	Amadora	15143
Luis Cortesão	Coimbra	2981
Luis Costa	Amadora	8295
Luís de Castro e Salgado	Cascais	9790
Luís Filipe Castro	Cascais	1713
Luís Filipe Cruz Pereira	Almada	543
Luís Grilo	Águeda	11860
Luís Henrique Santos	Vila Franca de Xira	14190
Luís Jorge Sampaio Fonseca	Castelo Branco	18227
Luis Leiria	Lisboa	993
Luis Lopes	Europa - UK	17026
Luís Miguel Sandão	Póvoa de Varzim	17877
Luís Monteiro	Vila Nova de Gaia	6793
Luís Santos	Torres Novas	15282
Luisa Teixeira	Seixal	750
Luiza Castro	Maia	16739
Mafalda Guimarães	Lisboa	17300
Mafalda Sofia Félix	Seixal	2863
Manuel António Arsénio	Évora	18013
Manuel Canudo	Évora	16931
Manuel Costa	Seixal	1381

Manuel João Sousa	Caldas da Rainha	13781
Manuel José Afonso	Lisboa	16856
Manuel Moreira da Silva	Gondomar	317
Manuel Pereira	Esposende	16543
Manuela Airosa	Braga	12215
Manuela Antunes	Viseu	1289
Manuela Pereira	Leiria	8203
Manuela Rodrigues	Coimbra	1155
Marco Andrade	Ribeira grande	6468
Marco Aurélio Floro	Lagoa	3444
Marco Marques	Lisboa	5160
Marcos Simões	Lisboa	17418
Margarida Costa de Melo	Viana do Castelo	16347
Margarida Ruas	Lisboa	3605
Margarida Silva Ferreira	Lisboa	8559
Margarida Vilela	Matosinhos	5691
Maria Adosinda Araújo Bogas	Palmela	1190
Maria Alexandra Rodrigues Fonseca	Caminha	16439
Maria Amélia Mateus Dias Antunes	Lisboa	16401
Maria Café	Alcanena	17508
Maria Celeste Rodrigues dos Santos	Vila Real de Santo António	10577
Maria Clara Costa	Lisboa	1801
Maria Clara Cruz	Porto	5689
Maria Cristina Pereira	Lisboa	17131
Maria da Conceição Lopes	Cascais	17763
Maria da Conceição Silva	Seixal	4776
Maria de Fátima Diegues	Torres Novas	14457
Maria Deolinda Martin	Amadora	3942
Maria do Céu Silva	Maia	5533
Maria Elisa Rafael	Lagoa Faro	12956
Maria Escaja	Lisboa	14637
Maria Filomena Galvão	Sintra	12659
Maria Gorete Bento	Madeira	9628
Maria Gorete Pestana	Funchal	17233
Maria Helena Dias Loureiro	Coimbra	9426
Maria Helena Figueiredo	Évora	10812
Maria Isabel Ventura	Lisboa	7705
Maria Isabel Vieira	Seixal	1391
Maria João Macedo	Vila Nova de Gaia	4265
Maria João Santos	Palmela	4986
Maria José Ganhão	Moita	2222
Maria Leonor Cabelo	Coimbra	17495
Maria Luísa Cabral	Lisboa	9516

Maria Madalena Rocha	Setúbal	17521
Maria Manuel Rola	Porto	9880
Maria Margarida Lourenço Monteiro	Madeira	14508
Maria Natércia Coimbra	Coimbra	644
Maria Serra Valente	Lisboa	16658
Maria Teresa Rodrigues	Cascais	2025
Maria Veríssimo	Oeiras	17967
Mariana Aiveca	Palmela	241
Mariana Antunes Garrido	Coimbra	12097
Mariana Curado Malta	Matosinhos	16751
Mariana Gaspar Rodrigues	Coimbra	10057
Mariana Guerreiro	Palmela	17812
Mariana Varela	Torres Novas	15036
Marilú Batists Santana	Portimão	12110
Mário André Macedo	Seixal	15111
Mário Manaia	Ovar	14882
Mário Moutinho	Porto	11159
Matilde Porto	Almada	15642
Maximiliano Pereira	Braga	16808
Micaela Gomes	Braga	15786
Miguel Almeida	Caldas da Rainha	17384
Miguel da Câmara e Almeida Pinto	Oeiras	448
Miguel Rodrigues Cardoso	Viseu	8662
Mónica Pestana	Funchal	17231
Nádia Leal	Matosinhos	15981
Nelson Amaral	Ribeira grande	14865
Nelson Peralta	Aveiro	1664
Nelson Ricardo Marques	Caldas da Rainha	12874
Noah Jesus	Moita	17393
Norberta Grilo	Braga	14911
Nuno Eduardo Calça	Évora	962
Nuno Freitas	Amarante	9091
Nuno Lourenço	Évora	17594
Nuno Pedrosa	Europa	10488
Nuno Vale	Braga	16648
Nuno Vaz Silva	Europa	10867
Olga Germano	Cascais	17875
Olinda Maria Carvalheiro Costa	Lisboa	17096
Patrícia Abrantes	Torres Novas	12927
Patricia Marques Coutinho	Viseu	3142
Paula Cristina Pinheiro	Amadora	16224
Paula Cristina Soares	Barreiro	12865
Paula Monteiro	Santarém	15591

Paula Mota	Loures	18293
Paula Sequeiros	Porto	194
Paula Serralha	Barreiro	13470
Paula Teixeira	Loures	12438
Paulo Aguiar	Amarante	17810
Paulo Antunes Ferreira	Lisboa	15660
Paulo Artur Mourão	Sintra	3807
Paulo Daniel Martins	Vila Nova de Famalicão	17386
Paulo Jorge Vieira	Lisboa	1163
Paulo Nogueira Ramos	Coimbra	16924
Paulo Pinto	Porto	14538
Paulo Sellmayer Campos	Leiria	17193
Paulo Sousa	Madeira	14523
Pedro Afonso António	Santarém	17058
Pedro Alves Pereira	Évora	11240
Pedro Faria	Porto	11624
Pedro Ferreira	Évora	17456
Pedro Filipe Mesquita	Fundão	13405
Pedro Gaspar Amaral	Ilha de Santa Maria	13254
Pedro Henrique Sousa	Lisboa	12731
Pedro Homem	Penela	17004
Pedro Jorge	Figueira da Foz	16482
Pedro Jorge Rodrigues	Coimbra	5396
Pedro Miguel Carreira	Porto	9837
Pedro Miguel Celestino	Almada	10738
Pedro Pais	Aveiro	14740
Pedro Pisco	Torres Vedras	7807
Pedro Ramos	Odivelas	3514
Pedro Varela	Lisboa	16852
Pedro Veiga	Castelo Branco	16260
Pyotr Koba	Alcochete	17222
Rafael Henriques	Leiria	16152
Rafael Medeiros	Lisboa	15709
Rafaela de Vasconcelos	Lisboa	18219
Raquel Bagulho	Lisboa	5059
Raquel Lindner Costa	Lisboa	15034
Raquel Pereira	Ponta Delgada	11101
Raquel Rico Patriarca	Leiria	17779
Raul Almeida	Beja	16420
Raul Noetzold	Olhão	17997
Raul Rasga	Évora	16955
Rebeca Moore	Almada	16884
Renata Oliveira Ramos	Porto	18234

Renato Filipe Santiago	Águeda	15537
Renato Soeiro	Vila Nova de Gaia	2620
Ricardo Duarte	Lisboa	2516
Ricardo Fulgêncio	Palmela	17756
Ricardo Gouveia	Lisboa	9357
Ricardo Isaías	Viseu	17944
Ricardo Jorge Cerqueira	Braga	9804
Ricardo Lafuente	Porto	2011
Ricardo Moreira	Lisboa	4622
Ricardo Paes	Lisboa	18235
Ricardo Pereira	Seixal	4322
Ricardo Robles	Lisboa	2005
Ricardo Soares	Faro	11591
Ricardo Vicente	Caldas da Rainha	6574
Rita Calvário	Lisboa	469
Rita Gorgulho	Lisboa	5361
Rita Nóbrega Gomes	Caldas da Rainha	15365
Rita Nova	Póvoa de Varzim	17353
Rita Sarrico	Loures	11369
Roberto Almada	Funchal	3579
Rodrigo Machado	Lisboa	14947
Rodrigo Manuel Teixeira	Torres Novas	5429
Rodrigo Silva	Bragança	15093
Rogério Paulo Neto	Olhão	9698
Romana Sousa	Lisboa	13846
Rosária Rego	Ribeira Grande	15300
Rui Borges	Lisboa	17042
Rui Monteiro Correia	Almada	13657
Rui Nóvoa	Porto	159
Rui Pedro Coelho de Sá	Coimbra	16381
Rui Pedro Moreira	Matosinhos	14414
Rute Marlene Barbosa	Braga	15252
Sadiq S. Habib	Lisboa	18301
Samara Azevedo	Lisboa	17071
Sandra Cunha	Almada	487
Sandra Dias	Évora	961
Sandra Maltez	Seixal	11288
Santiago Mbanda Lima	Entroncamento	17050
Sara Barbosa	Sintra	15899
Sara Ferreira	Cascais	18292
Sebastião Martins dos Santos	Montijo	560

Sedrick de Carvalho	Santarém	13465
Sergio Moreira da Silva	Seixal	4774
Sérgio Pestana	Funchal	17232
Silvana Paulino	Setúbal	8864
Silvia Guerreiro	Palmela	17813
Silvia Tibo	Lagoa	10703
Sofia Calado	Lisboa	17489
Sofia Estriga	Lisboa	16099
Sofia Figueiredo	Seixal	14861
Sofia Lopes	Setúbal	15457
Sofia Marques	Almada	4995
Sofia Rajado	Amadora	16854
Sofia Reino	Lisboa	18194
Sofia Roque	Lisboa	3595
Sónia	Vila Verde	18058
Sónia Alexandra Reis	Fundão	13716
Sonia Miceli	Lisboa	17603
Susana Constante Pereira	Porto	10590
Susana Patricia Barros	Sintra	17844
Tainah Monteiro	Almada	15774
Tainara Machado	Lisboa	16653
Tânia Russo	Sintra	13263
Tatiana Carriço	Leiria	17780
Tatiana Monteiro	Amarante	17562
Telma Ferreira	Nazaré	4506
Teresa Amorim	Braga	14320
Teresa Fernandes	Portimão	18016
Teresa Nascimento	Santarém	11824
Teresina Paz	Torres Novas	8532
Tiago Castelhano	Amadora	16853
Tiago Gillot	Lisboa	636
Tiago Ivo Cruz	Lisboa	5224
Tiago Marques	Viseu	14900
Tiago Resende	Viseu	14514
Tiago Rolino	Coimbra	15639
Tiago Sequeira	Loures	16328
Timóteo Rodrigues Macedo	Lisboa	1104
Tomás Cazaux	Lisboa	17302
Valdemar Reis	Setúbal	1102
Vasco Barata	Lisboa	10218
Vasco Ruela	Loures	15373
Vera Fazenda	Lisboa	480
Verónica Lopes	Ponta Delgada	10839

Vicente de Sá	Évora	11681
Vicente Ferreira	Lisboa	13219
Virginia Matos	Aveiro	6668
Vitor Brilhante	Amadora	1105
Vítor Edmundo Silva	Loures	1073
Vítor Franco	Santarém	1329
Vítor Lopes	Oeiras	16676
Vítor Manue Pinheiro	Oeiras	712
Vitor Manuel Cavalinhos	Seixal	526
Vítor Manuel Ferreira	Évora	18012
Vitor Manuel Rosa	Setúbal	10748
Vítor Pires	Porto	1263

Propostas de Alteração à Moção A

Apresentadas por:

Maria Veríssimo, Oeiras, 17967; Ricardo Paes, Lisboa, 18235; Rebeca Moore, Almada, 16884; Manel Dias Afonso, Faro, 8121

ALTERAÇÃO 1

1º parágrafo – acrescentar e reformular

(… partido de lutas e de) "resistência ~~à direitização~~, tendo havido saídas, muitas novas adesões, mas também regressos."

JUSTIFICAÇÃO: O caso das saídas também implica uma exigência da intensificação da participação, sendo a sua omissão um pontapé de saída que não engloba toda a verdade.

ACEITE

ALTERAÇÃO 2

1º parágrafo – acrescentar no fim

(…participação no Bloco) "e com a consciência de que se avizinham tempos difíceis, diferentes e incertos, que exigem muita preparação e mudança."

JUSTIFICAÇÃO: É preciso transmitir segurança e consciência plena da situação interna precária e da necessidade de mudança.

ACEITE

ALTERAÇÃO 3

3º parágrafo – reformular

(Para isso, devemos) "fortalecer a organização interna do Bloco em torno de três pilares – um que reflete as várias áreas da sociedade, um que segue a divisão administrativa do país, um que sustente toda a atividade partidária – ," (…)

JUSTIFICAÇÃO: desculpem… mas demasiado grande para explicar aqui.

REJEITADO. Não se enquadra no que está em questão neste parágrafo

ALTERAÇÃO 4

5º parágrafo (Formação) - reformular

(…tem como prioridade) "a circulação de informação e a promoção de uma cultura de estudo, acompanhado e autónomo, entre os militantes, sendo gerido em articulação com as comissões concelhias e distritais. Favorece, de igual forma, o acolhimento e a integração de novos aderentes."

JUSTIFICAÇÃO: clarificação das intenções com o plano de formação.

ACEITE

ALTERAÇÃO 5

7º parágrafo (Comunicação Interna) – reformular

(…a organização do Bloco deve) "reestruturar-se de forma a alicerçar-se na prática de reuniões regulares e na tomada de decisões descentralizadas e localizadas, bem como na criação de comissões e grupos de trabalho de forma flexível e diversificada. (Quem escolhe…temático.) É aqui que diferentes realidades territoriais poderão produzir

diferentes práticas de intervenção partidária e encontrar novas formas de fomentar a militância de base e a participação política, dois princípios que devem ser orientadores da ação do Movimento."

JUSTIFICAÇÃO: apontar caminhos mais concretos e alargar a procura de "novas formas de fomentar a militância" às bases (e não apenas à direção, como pode dar a entender a ambiguidade do texto como ele está – quem é a "organização do Bloco" que deve procurar encontrá-las?)

ACEITE PARCIALMENTE O texto original é alterado no mesmo sentido mas com a redação proposta por outro grupo de aderentes

ALTERAÇÃO 6

8º parágrafo (Grupos locais, temáticos e setoriais) – acrescentar

(… existências efémeras.) "É importante reativar esta prática, pois os grupos setoriais (…ou em diversas) outras estruturas da sociedade (…intervenção política) através e a partir do Bloco."

Justificação: essencialmente alterações gramaticais para dar mais coesão ao parágrafo

ACEITE PARCIALMENTE

ALTERAÇÃO 7

8º parágrafo (Grupos locais, temáticos e setoriais) – reformular e acrescentar

(… novos hábitos de militância e) novos rumos, de modo a promoverem-se organismos de base que reúnam regularmente, (…internacionais e) deliberem"

JUSTIFICAÇÃO: essencialmente alterações gramaticais, a primeira para desambiguar "direção" (direção como caminho a seguir ou direção como órgão coordenador do partido?); a segunda para reforço da necessidade de aumentar a prática militante para que seja regular; a última por erro na conjugação do verbo.

ACEITE

ALTERAÇÃO 8

9º parágrafo (Intervenção de Jovens) – reformular

"A implementação em escolas secundárias é prioritária, devendo ser fomentadas e apoiadas iniciativas de (grupos de) militantes professores que sejam pensadas para estes espaços, com o objetivo de se travar um fundamental combate aberto à desinformação através da promoção do debate organizado e estruturado. Também o ensino superior levanta os seus desafios; é imperativo criar e marcar a presença de coletivos do Bloco vastos e abertos à cooperação com movimentos amplamente (…)

JUSTIFICAÇÃO: dar uma direção concreta ao que se pretende, sendo extremamente importante tanto o papel dos professores na intervenção junto aos jovens como o aumento do ativismo estudantil.

ACEITE PARCIALMENTE. Este parágrafo foi alterado, no mesmo sentido, de acordo com a proposta entregue por outro conjunto de aderentes

ALTERAÇÃO 9

9º parágrafo (Intervenção de Jovens) – acrescentar no fim

"A Coordenadora Nacional de Jovens deverá orientar o seu plano de ação e a sua organização dentro e em torno das escolas e universidades que frequentam, criando iniciativas regulares que permitam o alargamento do reconhecimento do Bloco nestes meios e promovam o contacto entre militantes e outros jovens. Deve igualmente iniciar um debate, interno e, se assim acharem bem, com outros grupos dentro do Bloco, sobre como chegar aos jovens trabalhadores que não prosseguiram estudos superiores e/ou abandonaram a escola precocemente."

JUSTIFICAÇÃO: não só estipular um plano de ação para a CNJ, dado que não há qualquer documento pelo qual reja a sua atividade (pelo menos nenhum acessível aos militantes em geral, o que por si é também um problema), como também afirmar a importância da ação de jovens junto a outros jovens.

ACEITE PARCIALMENTE. Este parágrafo foi alterado, no mesmo sentido, de acordo com a proposta entregue por outro conjunto de aderentes

ALTERAÇÃO 10

10º parágrafo (Novos Aderentes) – acrescentar

"A integração de novos militantes deve ser acompanhada nas Comissões Concelhias, especialmente a sua participação nas primeiras reuniões, bem como nos vários outros grupos organizados dentro do Bloco, através da criação de iniciativas, tanto dos próprios grupos como pensadas para eles, e de incentivos à sua participação. Já (o apoio no acolhimento… uniformizado), sendo necessária uma ponderação aberta ao debate sobre como dinamizá-la e estruturá-la com o futuro em mente. De entre as muitas hipóteses que surgirão, uma das mais importantes nasce do direito à informação dos militantes, devendo ser-lhes fornecidas informações acerca do próprio partido, desde a sua organização interna e funcionamento à sua história, entre outras coisas."

JUSTIFICAÇÃO: dar indicações específicas para começar a pensar na melhoria do acolhimento

ACEITE PARCIALMENTE. Este parágrafo foi alterado, no mesmo sentido, de acordo com a proposta entregue por outro conjunto de aderentes

Apresentadas por:

André Azinheira, Sintra, 17166; Daniel Carapau, Lisboa, 2311; Diogo Machado, Lisboa, 17289; Luís Caroça, Amadora, 15143; Manuel Afonso, Lisboa, 16856; Rebeca Moore, Almada, 16884; Rui Borges, Lisboa, 17042; Sadiq Habib, Lisboa, 18301; Tiago Castelhano, Amadora, 16853

ALTERAÇÃO 1

(esta, ao contrário das restantes, destina-se apenas a corrigir um erro factual)

Secção 1, página 60

Onde se lê "Nos últimos três anos, o somatório eleitoral Bloco+PCP+Livre+PAN caiu para metade." deve passar a ler-se:

"De 2019 para 2022, o somatório eleitoral Bloco+PCP+Livre+PAN caiu 40% e, desde 2022, outros 20%. O Bloco é o partido com a maior queda eleitoral nos últimos 3 anos, perdendo metade dos votos que obteve em 2022."

ACEITE

ALTERAÇÃO 2

Secção 4, página 62

No final do parágrafo "A redução do horizonte das alternativas..." deve acrescentar-se:

"Adicionalmente, devemos inspirar-nos nos exemplos de campanhas e partidos de esquerda noutros países, que mostram que o avanço da extrema-direita não tem de significar o recuo da esquerda radical: desde França (LFI) à Alemanha (Die Linke), do Brasil (Boulos) aos EUA (Zohran Mamdani).

ACEITE

-

ALTERAÇÃO 3

Secção 4, página 63

No parágrafo que se inicia com "Em todas estas áreas,...," deve acrescentar-se: "Este processo tem de ser aberto à participação de todas e todos os aderentes, incluindo auscultações dos grupos temáticos em funcionamento, sejam de âmbito nacional ou distrital, e reuniões online para apresentação e discussão de cada capítulo do novo programa. Deve ser priorizado o debate e a elaboração de uma visão de sociedade e de transformação do país que definam ideologicamente o Bloco e permitam disputar o senso comum e fortalecer os militantes nessa disputa nas mais diversas áreas. "

ACEITE com simplificação da redação

ALTERAÇÃO 4

Secção 5, página 63

A seguir ao 2º parágrafo devem ser acrescentados dois novos parágrafos:

"Além da promoção da atividade militante, o funcionamento interno do Bloco deve promover mais debate e democracia, reuniões mais politizadas, mais delegação de funções e de responsabilidades de representação do partido nos diferentes níveis territoriais e setoriais, de modo a promover o surgimento de novos quadros, e a realização de plenários com novos formatos que promovam a participação efetiva do maior número de aderentes, desde logo os que entraram mais recentemente no partido.

Tendo sido diagnosticada a falta de implantação social como um dos problemas estruturais do partido, o momento atual exige um compromisso real com a tarefa do enraizamento local e social como estratégia de combate à marginalização da esquerda, assim como de incremento da sua influência social. Deve ser, assim, preparada uma estratégia nacional para o efeito, auscultando as estruturas locais e partindo do balanço de experiências como o porta-a-porta, a ser operacio-

nalizada de forma local pelos núcleos militantes em contacto com as comunidades e de acordo com as idiossincrasias dos territórios".

ACEITE

ALTERAÇÃO 5

Onde se lê "Para isso, devemos transformar três pilares", deve ler-se "Para isso, devemos transformar vários pilares"

REJEITADA O parágrafo que se pretendia alterar foi eliminado

ALTERAÇÃO 6

Secção 5, página 64

No parágrafo que se inicia com "Os canais internos de comunicação…" deve acrescentar-se:

"Todos os aderentes devem poder aceder facilmente a um inventário dos grupos temáticos existentes, sejam de nível nacional ou regional/distrital/concelhio, bem como dos núcleos locais, e saber qual a/o aderente que é o ponto de contacto desse grupo ou núcleo (que será responsável pela integração de novos aderentes).

ACEITE

ALTERAÇÃO 7

Onde se lê "Contudo, nenhuma forma de comunicação substitui a organização.", deve ler-se: "As novas formas de comunicação não se destinarão a substituir a necessidade de organização em conjunto, mas antes a promovê-la e complementá-la.

No mesmo parágrafo, a seguir a "...um outro grupo local ou temático." deve acrescentar-se "As coordenadoras distritais e concelhias devem estimular o funcionamento contínuo de núcleos, previstos nos Estatutos, tanto de base territorial e/ou sectorial, sempre que o número de aderentes (após a atualização das listas referida mais adiante) o justifique."

E no final do mesmo parágrafo deve acrescentar-se: "O inventário de grupos/núcleos existentes terá de ser atualizada com elevada frequência, de modo a evitar redundâncias."

ACEITE exceto o terceiro parágrafo

ALTERAÇÃO 8

No final do parágrafo que se inicia com "A experiência de grupos temáticos" deve acrescentar-se: "Essas deliberações deverão incluir propostas de atuação dirigidas aos níveis de direção estratégica do partido (CP, MN), no caso dos grupos temáticos/setoriais de âmbito nacional, ou às coordenadoras distritais e concelhias, no caso dos núcleos locais/territoriais/sectoriais, sempre que os membros desses grupos ou núcleos identifiquem insuficiências na atuação do partido, seja por ausência de tomadas de posição e/ou apresentação de proposta sobre determinados temas, ou por terem sido tomadas pelos órgãos do partido posições contrárias às que o grupo/núcleo entende ser as mais corretas, nomeadamente em virtude de auscultação das comunidades ou cidadãos afetados."

ACEITE numa forma mais sintética

ALTERAÇÃO 9

O parágrafo com o título "Novos aderentes" deve ser alterado para:

"O apoio no acolhimento de novos aderentes deve ser regular, com cada concelhia/distrital (consoante o nº de novas adesões justifique) a organizar reuniões de "boas-vindas", e uniformizado, com disponibilização de um conjunto de informações sobre a história do partido, funcionamento e eleição dos órgãos internos, onde aceder a informação sobre a atividade interna de âmbito territorial e nacional."

ACEITE

Apresentadas por:

Beatriz Realinho, 16344; Iara Sobral, 15150; João Carvalho, 15600; Matilde Porto, 15642; Paulo Aguiar, 17810; Rodrigo Machao, 14947; Vasco Ruela, 15373

UM PARTIDO MILITANTE EM RECONFIGURAÇÃO

[...]

Intervenção de jovens

Organização na base de estudantes do secundário e ensino superior, em coletivos do Bloco abertos nas escola**s** e universidade**s**, e em movimentos amplamente unitários, confrontando a extrema-direita e intervindo em espaços de representação estudantil.

....

A principal tarefa dos Jovens do Bloco é a organização de base. O objetivo, a nível estudantil, deve ser a criação de Núcleos de Jovens do Bloco abertos a não aderentes, nas Escolas Secundárias e nas Instituições de Ensino Superior. O estudantes organizados nestes coletivos deverão ser incentivados e apoiados na participação em movimentos amplamente unitários, **que confrontam os avanços da extrema-direita e da direita radicalizada**, intervindo em espaços de representação estudantil. **Os Jovens do Bloco devem ainda manter à escala concelhia/distrital um espaço de militância que reúna todos os jovens, estudantes trabalhadores-estudantes e trabalhadores, com o objetivo de aprofundar a intervenção jovem no partido . A Coordenadora Nacional de Jovens tem a tarefa de apoiar a militância jovem na construção destes espaços de base e promover em articulação com a organização de base momentos de formação e de ação política, bem como contactos com os demais grupos de trabalho setoriais. Urge a necessidade de uma definição estatutária do espaço de Jovens no Bloco**.

ACEITE exceto a última frase com sugestão de alteração estatutária, por ser própria do ponto específico da Convenção sobre os Estatutos

Moção

B

Reconstruir para um novo ciclo político

O Bloco vai querer mesmo mudar?

A XIV Convenção Nacional decorre após um recuo eleitoral da esquerda nas últimas eleições legislativas e o pior resultado de sempre do Bloco de Esquerda. Um ciclo negativo e de perda de influência nas ruas e no parlamento que se arrasta há vários anos. Quando nos encontrarmos em assembleia convencional já terão decorrido as eleições autárquicas e saberemos se o novo mapa do poder local, se corrobora ou contraria a atual conjuntura de "direitização", assim como poderemos avaliar o resultado do nosso esforço de intervenção nessa batalha política.

Voltamos a esta convenção, para contribuir para o debate, apresentar soluções para a afirmação do partido, melhorar a sua organização e valorizar a democracia interna, sabendo que não estamos num partido que se equivocou. Estamos num partido que quis ser assim.

Estamos conscientes do partido que temos, centralizado, que esmagou minorias e expulsou outras, que construiu uma organização blindada à democracia e participação interna, que foi montando estatutos e regulamentos que recusam o escrutínio e restringem a prestação de contas.

A direção do partido pede "um balanço que corrija os erros cometidos", "quer ouvir a militância e os independentes", quer "encontrar caminhos coletivamente, com tempo, humildade, abertura e disponibilidade". Mas não há lugar a regras diferentes, esta Convenção Nacional não tem qualquer novidade organizacional ou regulamentar, é mais do mesmo. Confrontada com os resultados eleitorais veio em menos de um mês explicar que será tudo diferente, incorporando ideias que sempre rejeitou quando antes as propusemos. Estamos perante uma vontade sincera de reinventar o Bloco de Esquerda ou perante uma manobra instrumental, um faz de conta passageiro, para tudo voltar ao que sempre foi e como quiseram que fosse?

O TEMPO GLOBAL DE TODOS OS PERIGOS

1. O atual quadro social e político global é preocupante. A hidra capitalista cresce e regenera-se entre múltiplas contradições, enquanto a crise social e ecológica se agrava e a exploração dos trabalhadores e da natureza são o alimento da sua insaciável voracidade pelo lucro. O colapso climático e o aumento das desigualdades, o autoritarismo e o conservadorismo, a desumanidade da guerra e as disputas imperialistas pela hegemonia global, são a via para o reforço do projeto do 1% dos mais ricos contra os 99% dos trabalhadores e do povo.

2. Nos últimos anos, o avanço de forças progressistas na América Latina, a derrota de Bolsonaro, a polarização à esquerda preconizada pela França Insubmissa ou a própria reeleição de Corbyn demonstram que a esquerda não está condenada. Assim como as amplas mobilizações internacionais por direitos laborais, justiça climática ou contra o genocídio em Gaza são força para vencer o desencanto e para resistir e avançar, contra a "direitização" em curso.

3. Na Alemanha o improvável ressurgimento do Die Linke, deve-nos fazer refletir e encorajar. O partido, depois de uma excessiva proximidade ao círculo do poder e ter pago com o afastamento do parlamento alemão, entrou numa fase de reconstrução interna. Conseguiu renovar lideranças,

quis fazer diferente e orientou-se para a base, contra a extrema-direita, o aumento do custo de vida e a crise da habitação. Inspirou uma vaga de fundo interna, mas sobretudo vinda da sociedade, com muitos jovens, que com um discurso simples e compreensível conseguiram inverter o ciclo de perda.

4. O avanço da direita populista como antecâmara de novos fascismos manifesta-se por todo o mundo. Esta nova configuração emerge da falência das políticas neoliberais protagonizadas pelo autodenominado "centrão" e pela imposição constante do medo (ou vários medos), veiculado a uma brutal propaganda mediática de normalização da extrema-direita, ao serviço do grande capital.

5. Um jogo em tabuleiro inclinado, na era da pós-verdade o algoritmo das redes sociais, repassa uma agenda de ódio direcionada às minorias, às mulheres e aos pobres, contra o wokismo, os imigrantes, até à classe política corrupta, enquanto os mais ricos e poderosos permanecem intocáveis. A sedução das classes populares e trabalhadoras é disputada incidindo na sua divisão, na sua intoxicação por atitudes e valores alienantes, alimentando o individualismo, fomentando a repulsa e o ódio contra os "abandonados" da globalização ou pela subalternização arrogante do rural face ao privilégio das elites urbanas. Trump e Putin aplaudem e financiam.

CAPITALISMO DE GUERRA

6. No velho continente, esta União Europeia está cada vez mais distante dos povos e da paz. Não nos enganamos quanto à sua natureza de classe, ao serviço dos poderes económicos transnacionais, apertando o garrote da dívida ou impondo a ditadura dos tratados como asfixia da autonomia dos Estados-nação. Contribui para a desconfiança e degradação nas democracias liberais, abrindo espaço à política autoritária e messiânica do "homem-forte", musculando o próprio sistema no aprofundamento da submissão à NATO e aos EUA, na privatização da esfera pública e coletiva, disputa colonial e extrativista do Sul Global e o avanço da Guerra permanente.

7. A invasão da Ucrânia pela Rússia, suscitou velhos e novos alinhamentos e disputas pela hegemonia internacional, tornou inquestionável o direito à autodefesa do povo ucraniano numa longa resistência popular. Denunciamos o cinismo ocidental ao querer promover a guerra eterna e legitimar uma corrida armamentista, aumentando os gastos em defesa em detrimento do estado social. É necessário um processo imediato de diálogo e de negociação para uma paz justa no interesse dos povos.

8. Lutamos pelo fim imediato do genocídio em Gaza e o reconhecimento do estado da Palestina. A barbárie e a violação do direito internacional estão a ser levadas a cabo pelo Governo de extrema-direita em Israel, aos olhos do mundo e de um ocidente imóvel e conivente. Aliás, toda a nova arquitetura que agora se desenha no Médio Oriente, não é mais que o projeto expansionista sionista, satisfazendo a hegemonia dos EUA na região, multiplicando as tensões e asfixiando a autodeterminação dos povos. O nosso compromisso é com o povo e a sua libertação, seja na Palestina, no Curdistão ou no Sahara Ocidental.

9. Neste conflito de superpotências, os EUA apoiando Israel avançam nas suas pretensões expansionistas perante o desinvestimento da Rússia e China no apoio ao esforço de guerra dos seus aliados, sobretudo o Irão e o Líbano (através do Hezbollah) e beneficiando da queda da ditadura sanguinária de Assad na Síria, preparada pela Turquia, membro da NATO. Vemos agora

a repetição dos argumentos para a invasão do Iraque, para legitimar ataques preventivos ao Irão sob pretexto de desmantelar o seu programa nuclear. O direito internacional continua uma miragem e o povo carne para canhão, estrangulado nas pretensões expansionistas e de controle político-económico do Médio Oriente.

10. Apesar do fim de um mundo bipolar, jogam-se novas geometrias com os mesmos atores. As novas necessidades do capitalismo, na transição digital, na IA e no esforço de guerra aceleram a corrida aos minerais e à disputa de recursos. É assim em África, onde toda a região do Sahel está em guerra civil, ocupada por forças militarizadas estrangeiras. São milhões de deslocados e refugiados a quem é recusada a entrada na Europa Fortaleza. Muitos morrem no Mediterrâneo ou são desviados para países pagos por governos europeus para os deter.

11. Não podemos ser cúmplices, lutamos pela paz e pelos direitos humanos. É necessária uma rotura com a lógica de vassalagem às superpotências mundiais, é fundamental o reforço e alargamento da rede de partidos da Aliança de Esquerda Europeia, juntar forças num projeto popular, internacionalista e anti-capitalista para desobedecer, ocupar as ruas e afirmar uma alternativa de transformação radical que devolva a esperança aos povos.

UM PAÍS EM EXTREMA-DIREITIZAÇÃO

12. Em Portugal o espectro político-institucional pós-geringonça e uma efémera maioria absoluta do Partido Socialista, virou à direita. A "direitização" ganha força, assumindo a liderança dos Governos Regionais da Madeira e Açores, a Presidência da República, o Governo e uma ampla maioria na Assembleia da República, prosseguindo um projeto reacionário e de ataque aos direitos sociais e aos valores democráticos.

13. Sintomática é a eleição de 60 deputados da direita-populista, em alinhamento com a tendência internacional que galopa o falhanço das políticas do Partido Socialista, alinhadas com Bruxelas na obsessão das contas certas, com o desmantelamento dos serviços públicos e o aprofundamento da desigualdade entre capital e trabalho e o compromisso com a negociata e a opacidade do capitalismo-"verde".

14. Vivemos tempos difíceis, de retrocesso dos direitos sociais e dos valores democráticos, os valores de Abril. A extrema direita corrói pilares democráticos, fomenta o revisionismo histórico e reescreve narrativas com base no medo e na desinformação, vomitada pelas novas formas de comunicação social. A geração que participou nas lutas antifascistas e na revolução de Abril assiste incrédula ao derrube de valores que julgava seguros, no caminho da construção de um país socialmente justo e fraterno, humano, inclusivo, socialista.

15. Nestes tempos de penumbra, a mentira corre desbragada, o debate público é envenenado por discursos de ódio travestidos de opinião, enquanto direitos arduamente conquistados são atacados e vilipendiados em nome de falsidades, divulgadas e manipuladas por algoritmos que privilegiam o envenenamento da opinião pública.

16. A ideologia neo-fascista ganha força e confiança para reaparecer acarinhada por um contexto político que lhe é favorável. Saem da toca forças de choque, objetiva e descaradamente protegidas pelos poderes vigentes. A educação, a cultura e a ciência, pilares fundamentais de uma sociedade livre e democrática, tornam-se alvos constantes, rotulados como ameaças por aqueles que lucram com a ignorância e o obscurantismo.

17. Neste cenário, os mais vulneráveis são os primeiros a sentir o peso da discriminação e agressão: imigrantes, pessoas racializadas, grupos étnicos, pessoas LGBTQIA+; a violência simbólica e real normaliza-se, a empatia é retratada como fraqueza, e a solidariedade, como ingenuidade.

18. A extrema-direita cresce, fundamentalmente, por entre um clima de descontentamento e de revolta vindo das classes mais atingidas pela precariedade e pelas crises da habitação, da saúde e da justiça, pela falta de perspetivas de futuro de quem se sente abandonado, em especial pelos jovens diante da falência de uma escola fundada em valores democráticos e progressistas.

O BALANÇO DO CAMINHO QUE NOS TROUXE ATÉ AQUI

19. Das eleições recentes resultaram governos de direita, a ascensão da direita-populista e uma queda acentuada do Partido Socialista, que à sua esquerda não houve capacidade de capitalizar. Abre-se um ciclo de instabilidade para o povo, os trabalhadores e a natureza.

20. O Bloco de Esquerda tem agora a sua menor representação parlamentar de sempre, aprofundando uma trajetória de perda de influência. Vai-se consolidando a tendência de esvaziamento da sua base eleitoral de apoio, perante ou em consequência de uma linha política, frequentemente ambígua, que seguiu uma trajetória alicerçada na disputa institucional, ao centro, numa rota de afastamento da matriz fundadora.

21. Uma excessiva proximidade ao Partido Socialista e acantonamento parlamento-eleitoral esvaziou o espaço de protesto à esquerda, tornou-nos incapazes de desafiar o Partido Socialista para um novo acordo em 2017, assumir o fim da "geringonça" em 2019 e abandonar esse imaginário que se continuou paulatinamente a trilhar.

22. As campanhas esvaziadas centradas na ilusão da governabilidade e em busca de acordos com o Partido Socialista, foram ao arrepio da construção de uma força mobilizadora para disputar a liderança à esquerda, com autonomia estratégica, polarização e demarcação do centro, capaz de alargar às bases trabalhadoras, populares e aos movimentos sociais.

23. Continuar a fazer o mesmo e esperar resultados diferentes, não passa de uma persistente e nociva ilusão. Para inverter o processo de esgotamento que o Bloco de Esquerda atravessa é indispensável um olhar crítico desde a "geringonça" e do caminho percorrido até aqui, aberto e democrático, capaz de tirar lições das derrotas e corrigir a linha política e os objetivos estratégicos que determinarão a tática em cada novo desafio.

O ECOSSOCIALISMO NO HORIZONTE

24. Precisamos de um partido que vá à raiz, com autonomia política, democracia de alta intensidade e com o Ecossocialismo no horizonte, força-motriz da luta pela sociedade que queremos construir. Resgatar a luta de classes em articulação com os novos contextos sociais num projeto global para derrubar a era do capitalismo-"verde" e ultrapassar o chamado "socialismo real".

25. A transformação radical da sociedade acontece, eliminando todas as formas de exploração do homem e da natureza, abandonando a ideologia do progresso baseada no crescimento infinito,

socializando os meios de produção nos sectores estratégicos ao serviço das reais necessidades da população, em bases populares e democráticas.

26. Superar o capitalismo, a sua crise social e ecológica e pensar um novo modelo societário pressupõe uma mudança de paradigma produtivo, uma nova organização económica e transformações profundas nas estruturas sociais e laborais, ampliar a função social do trabalho.

27. A crise climática exige um novo paradigma que corresponda a uma vaga de empregos para o clima garantindo justiça social. Empregos públicos como elemento chave para a descarbonização da economia e independência de combustíveis fósseis. Apostar nas energias renováveis, transportes públicos, reabilitação urbana, agricultura regenerativa, valorização de resíduos, proteção ambiental, cuidados e o conhecimento, é uma prioridade.

28. Acumular força, disputar a maioria social e resgatar a confiança popular, dependerá da nossa capacidade de enraizamento, com intervenção onde a vida real acontece, em todas as lutas, politizando e socializando o espaço público, do bairro ao local de trabalho, do sindicato à associação, na rua e também no parlamento.

PRIORIDADE NAS RESPOSTAS SOCIAIS, NO TRABALHO E ECOLOGIA

29. As políticas dos governos do PS e da AD a reboque da agenda do Chega, correspondem a um novo ciclo de empobrecimento e ampliação de desigualdades, à privatização de sectores essenciais e à delapidação dos serviços públicos. O combate ao aumento do custo de vida e o direito à habitação são prioridades de uma esquerda que não desiste da dignidade e dos de baixo.

30. O direito à habitação está por cumprir. Ter um espaço para habitar continua a representar um enorme esforço para as famílias e é o maior obstáculo à emancipação dos jovens, que vão adiando os seus projetos de vida. O governo do PS manteve intocável o negócio imobiliário e não resolveu a crise da habitação, o atual governo da AD enfatiza a financeirização da habitação e alimenta um mercado que deixa de fora grande parte da população, refém de um rendimento que a obriga a habitações sobrelotadas, informais, sem condições mínimas de habitabilidade. Durante anos a habitação foi um problema metropolitano que agora alastrou a grande parte do país. Falhar no direito à habitação tem sido terreno fértil ao descontentamento e ampliou tensões numa sociedade desigual.

31. O slogan "A Saúde Não é Um Negócio" precisa de ser acompanhado com propostas de medidas concretas que respondam à exiguidade dos recursos humanos, à chantagem da indústria farmacêutica e à procura generalizada do lucro. A banalização do acesso a estabelecimentos privados de saúde e o recurso aos seguros de saúde, promovidos com benefícios fiscais, continua a retirar a pressão pública sobre a reabilitação do Serviço Nacional de Saúde, enquanto a preponderância do setor privado drena os recursos públicos sem que os sucessivos governos tenham conseguido contrariar este processo. O acesso à saúde está ameaçado e é urgente encontrar respostas a começar pelos cuidados de saúde primários.

32. A justiça e o direito transformam-se de forma rápida em mecanismos de controlo e de agravamento de desigualdade. A justiça é lenta e desigual, trata de forma diferente ricos e pobres:

para os pobres a justiça é lenta nas garantias e célere na punição, para os ricos a justiça tende a ser proporcional aos recursos e habilidades legais que o dinheiro possa pagar. Enquanto se agrava a perspetiva securitária do estado e se amplia a perspetiva punitiva da justiça, trabalha-se na fragilização dos direitos e garantias individuais com impacto nas franjas mais marginalizadas da população, como a presunção de inocência, o direito à defesa e ao contraditório. À boleia do combate à corrupção e ao terrorismo, assiste-se a uma instrumentalização da justiça por uma direita com laivos de autoritarismo. Neste caminho a criminalização do movimento social comparando-o com terrorismo não é aceitável. A luta pelo direito à justiça é fundamental à liberdade.

33. O desenvolvimento tecnológico num mundo mais globalizado e conectado representa um desafio central para o nosso futuro coletivo. Se por um lado representa impactes ambientais negativos, por outro abre a oportunidade para transformações profundas da cadeia produtiva, no papel social do trabalho e na emancipação da humanidade.

34. No trabalho é essencial "destroikizar" o Código de Trabalho, reforçar os direitos e condições de quem trabalha, nomeadamente no salário, na compensação do trabalho suplementar, revogar a caducidade da contratação coletiva ou reforçar o direito à greve. Garantir dignidade a quem trabalha por turnos, reduzir horários de trabalho e a idade da reforma, garantindo mais tempo ao ócio, são bandeiras a erguer.

35. O Bloco tem que fazer das lutas sociais e ecológicas o chão da sua ação, criando estruturas de coordenação democráticas e operacionais para articular planos de ação no território, difundir informação e pensar coletivamente respostas ao ativismo conferindo autonomia e liberdade ao movimento em baixo. Incentivar a participação nos movimentos sociais e nos sindicatos é uma orientação estratégica para criar rede e pensamento crítico a partir de realidades concretas, sem sectarismos ou purismos no que respeita à morfologia do movimento ou do sindicato, privilegiando organizações de base e fora de estruturas velhas e incapazes de se regenerar.

COMBATER A DIREITA NA DISPUTA HEGEMÓNICA

36. O combate à direita exige intervenção na educação e cultura para disputar a hegemonia das ideias e do senso comum. É urgente democratizar a escola e a produção cultural e difundi-la por múltiplos canais físicos e digitais, promovendo a universalidade no acesso ao conhecimento e à memória coletiva como construção e resistência ativas da democracia.

37. A agressiva disputa pela hegemonia cultural justifica o reforço e a ampliação a novos sectores e personalidades, dos instrumentos de que o Bloco dispõe nesta área, podendo inclusivamente ponderar novas formas organizativas nesse sentido. Contrapor à crescente afirmação da direita tem que acompanhar o combate à iliteracia e o fomento do debate crítico. A formação, formal e informal, o apoio a movimentos e iniciativas de carácter progressista e emancipatório, a promoção e apoio de redes e iniciativas de pensamento crítico e alternativo são passos com o objetivo de combater as manifestações ideológicas da direita.

38. É também necessária e urgente a intervenção militante nos múltiplos espaços públicos, no bairro, no local de trabalho, na associação, no café; intervir onde seja possível com pedagogia, desmontando a mentira, contrariando a narrativa de direita e de extrema-direita exponenciadas pelas redes sociais. A comunicação e fluxo de informação interna é determinante na preparação desta presença popular.

PRESIDENCIAIS: UNIDADE ANTI-FASCISTA

39. As eleições presidenciais surgem num momento particularmente desfavorável à apresentação de candidatura própria, mas de modo algum devemos abdicar de intervir. Num quadro de recuo à esquerda, devemos empenhar-nos na construção de uma alternativa unitária, marcadamente progressista, democrática e antifascista, que se alicerce numa plataforma comum, entre partidos, movimentos e associações.

40. Uma candidatura que se apresente como freio à direitização parlamentar e seja um polo de esperança, acumulação de força e resistência. Este processo deve ser conduzido internamente com a maior transparência e participação dos aderentes, para reforçar a mobilização e a capacidade de alargamento, mas também para chegarmos a decisões amplamente consensuais e preparadas. A complexidade da conjuntura exige-o.

(RE)CONSTRUIR DE BAIXO PARA CIMA

41. O Bloco de Esquerda não pode ser um partido meramente institucional e parlamentar, tem de estar sobretudo ligado ao pulsar da vida e ao dinamismo do movimento social. Precisa de ser (re) construído de baixo para cima, dotado de uma visão horizontal de organização, permanentemente oxigenado, descentralizado, baseado na valorização do ativismo e da militância, superando uma lógica de acertos e equilíbrios formais entre tendências e grupos organizados.

42. É fundamental vivificar o partido, conhecer e responder aos problemas reais da população, incentivar a integração nas lutas e nos movimentos sem os capturar, trabalhando por um efetivo enraizamento político e social, única forma de melhor resistir e ultrapassar este prolongado ciclo de refluxo em que nos encontramos.

43. Queremos um Bloco de Esquerda maior, que enquadre aderentes e simpatizantes, atraia gente nova, forme quadros, renove lideranças e contrarie a perda de influência em todos os níveis e instâncias do espaço público. Queremos um Bloco que estimule o pensamento crítico, o trabalho em rede e fortaleça as estruturas de base.

TRABALHO LOCAL COMO UM NOVO IMPULSO

44. Durante a sua existência o Bloco demitiu-se de desenvolver trabalho local, não ganhou experiência. Esta debilidade deve ser ultrapassada numa perspetiva de construção coletiva do partido, com enfoque na conceção democrática das decisões tomadas de baixo para cima, numa democracia interna de alta intensidade.

45. A hegemonia proveniente do acerto entre tendências cristaliza a organização. Reativar a dinâmica interna depende do alargamento da base do partido. Este trabalho tem de ser feito com o contributo de todas as sensibilidades, de todos os aderentes. É na sua pluralidade que o partido estabelece a sua estratégia de trabalho local. É este trabalho que permite o enraizamento do partido, adquirindo uma profunda perceção e conhecimento da realidade para responder aos problemas reais das pessoas em cada local.

46. O trabalho local estimula a autonomia das estruturas de base. Estas estruturas do partido entendem-se como veículos de influência no espaço público, na associação, no sindicato ou nos movimentos sociais, agentes de movimento e de iniciativa política, fatores determinantes para acumular forças e trabalhar para ultrapassar períodos de refluxo. É também a este nível e no concreto que se deve incentivar o desafio permanente e a construção de alianças à esquerda.

47. Uma maior autonomia relativamente ao parlamento permite o desenvolvimento de uma agenda política autónoma, adaptada à escala de trabalho da estrutura partidária e ao território a que corresponde. Este reposicionamento e ligação à população e ao terreno, repercute-se no reforço do trabalho autárquico.

48. Confundir trabalho local com trabalho autárquico é encerrar o partido dentro das estruturas de poder do aparelho de estado. Só a capacidade de gerar movimento a partir da base do partido permitirá não só manter, mas também atrair gente nova, formar e enquadrar aderentes e dessa forma inverter a sucessiva perda de influência e protagonismo no debate político.

DEMOCRACIA REAL EM VEZ DE DEMOCRACIA FORMAL

49. A democracia interna não se esgota na consagração estatutária do direito de participação – exige práticas vivas, quotidianas e inclusivas. No Bloco de Esquerda, os mecanismos de eleição e representação existem, mas é necessário compreender se funcionam e são dinâmicos. Ou estamos todos envolvidos no debate, na construção política e na decisão, ou o coletivo e os militantes são uma mera entidade consultiva no partido.

50. Ao longo dos anos, temos assistido a uma crescente cristalização de práticas que favorecem a reprodução de lógicas de poder centralizadas e hierarquizadas, mesmo que revestidas de aparente abertura. A escuta torna-se seletiva, os fóruns de debate pouco participados e o espaço para a diferença política vai-se estreitando. Quando a diversidade interna é tolerada, mas não valorizada, quando a crítica é vista como ameaça e nunca como contributo, abre-se caminho à estagnação e à desmobilização, que se reflete negativamente na participação dos militantes nas estruturas locais e distritais.

51. É urgente libertar a criatividade política que existe nos territórios, nos coletivos de aderentes que esperam mais e querem dar mais do que acatar orientações. Precisamos de estruturas orgânicas que não transmitam apenas decisões, mas que sejam espaços vivos de formulação de política, de aprendizagem mútua e de solidariedade militante. O Bloco não pode transformar-se num espaço onde a militância se limita a executar tarefas decididas numa instância superior – tem de ser uma escola de autogoverno democrático.

52. Reforçar a democracia interna implica mais do que abrir espaços – exige descentralizar o poder real. A lógica vigente de transmissão de poder entre proximidade pessoal e fidelidades grupais não nos serve e deprecia a pluralidade do partido. O exercício da democracia formal centralizadora não estimula a emergência da democracia participativa que o Bloco defende na sociedade civil, mas que não incentiva no seu interior.

LIBERDADE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO INFORMADA

53. A XIII Convenção Nacional mobilizou 20% do partido, 15% escolheu a atual direção, uma esmagadora parte da militância desmobilizou-se com a prevalência de decisões internas de cima para baixo e sem impacto nas dinâmicas internas de trabalho e na rua.

54. É tempo de arriscar decisões em plenário. Eleger a direção do partido em sufrágio universal, sem delegados, sem círculos eleitorais martelados para reproduzir uma qualquer lógica de repartição de influências, sem multiplicação de patamares de representatividade, é um passo inicial básico de envolvimento coletivo na vida interna do partido.

55. Isto significa repensar a composição dos órgãos dirigentes, criando formas de representação rotativa, assegurando a presença sistemática de minorias, o envolvimento nas dinâmicas sociais locais em detrimento de fidelidades políticas estreitas. Significa também dotar as estruturas locais de meios logísticos, formativos e políticos, que permitam uma melhor intervenção autónoma, no quadro dos objetivos do partido.

56. Outra dimensão essencial é o acesso à informação e à formação política. Uma democracia interna robusta só é possível quando os aderentes estão bem informados, compreendem os processos em curso e têm os instrumentos para intervir com confiança e sentido crítico. A opacidade, mesmo que involuntária, favorece a desconfiança e resulta em passividade.

Somos e queremos continuar a ser aderentes do Bloco de Esquerda. Aqui estamos, alguns de nós desde a sua fundação. Movimentamo-nos nas margens de liberdade que o partido nos permite, nas suas estruturas, nas assembleias, onde entendemos que a nossa participação é politicamente útil, com reflexão crítica e proposta política, contribuindo para os desafios que temos pela frente. Um partido de liberdade reforça-se valorizando e respeitando a sua pluralidade e diferenças.

É verdade que a nossa insatisfação vem de longe. Participamos em várias Convenções contribuindo para o aprofundamento do debate interno, quisemos e queremos apresentar soluções para a afirmação do partido, para melhorar a sua organização e aprofundar a democracia interna.

Aprendemos e tirámos lições que não esquecemos. Apresentamos esta Moção à XIV Convenção do Bloco de Esquerda, atentos e críticos, por um Bloco plural, espaço de crescimento, espaço de todas as lutas, no caminho da emancipação social.

SUBSCRITORES

Alcindo Norte	Olhão - Faro	8378
Ana Penas	Alcácer do Sal - Setúbal	4482
Ana Sofia Ligeiro	Torres Novas - Santarém	13327
António Tavares	Almada - Setúbal	1169
Artur Sanina	Tavira - Faro	10653
Bruno Candeias	Santiago do Cacém – Setúbal	11738
Carla Escarduça	Lagos - Faro	7660
Carlos Cabrita	Albufeira - Faro	4418
Constantino Piçarra	Castro Verde - Beja	787
David Roque	Lagos - Faro	8209
Diogo Borges	Porto, Porto	12897
Francisco Pascoal	Rio Maior, Santarém	12538
Herlander Braz	Lx Bairros Históricos e Baixa - Lisboa	6765
Ivo Conceição	Olhão - Faro	13621
João Madeira	Santiago do Cacém - Setúbal	520
João Oliveira	Loulé - Faro	13340
Joaquim Sarmento	Loulé - Faro	2348
Jorge Santana	Santiago do Cacém – Setúbal	4900
José Domingos	Castro Marim - Faro	9554
José Estevens	Vila Real de Santo António - Faro	3637
José Filhó	Loulé - Faro	3491
José Manuel do Carmo	Tavira - Faro	1566
José Santos	Lagos - Faro	3400
Leonor Esteban	Tavira - Faro	12722
Luis Pessoa	Loulé - Faro	13361
Manuel Lopes	Torres Novas - Santarém	5464
Maria Jorgete Teixeira	Barreiro - Setúbal	584
Nádia Penas	Alcácer do Sal – Setúbal	7524
Ricardo Barata	Santiago do Cacém - Setúbal	2162
Rogério Ferreira	Loulé - Faro	10861
Rosário Vaz	Barreiro - Setúbal	5509
Teodósio Alcobia	Setúbal – Setúbal	2048
Tiago Carvalho	Rio Maior - Santarém	12585
Tiago Grosso	Loulé - Faro	8113
Victor Santos	Santiago do Cacém – Setúbal	12808

Moção

C

Mais Bloco, menos tendências

Desde 2014 temos vindo a apresentar moções ou plataformas, balizadas por três princípios fundamentais: Socialismo, Democracia e Liberdade.

Todos estes três princípios são imprescindíveis e se dispensarmos algum, somos levados para distopias distantes dos interesses populares.

Repudiamos o fascismo, porque despreza esses mesmos três princípios.

Também rejeitamos o estalinismo, porque espezinha dois desses dois princípios, a Liberdade e a Democracia e, por causa isso, impede a construção do Socialismo.

Por outro lado, consideramos que as tendências foram importantes, mas estão ultrapassadas e que o Bloco terá tudo a ganhar se as deixar para trás.

Precisamos também de reforçar a nossa democracia interna, para criar um ambiente fraternal e acolhedor para todos os novos aderentes, que nos privilegiam com a sua adesão.

Precisamos muito de reforçar a nossa organização, pois sem organização não há trabalho político profícuo e eficiente.

Nesta moção tentamos compreender a ascensão do fascismo e a descida eleitoral do Bloco e apontamos caminhos para superar essas dificuldades.

Temos noção da pequenez da nossa dimensão, que não nos permite a ambição de ser uma alternativa à direção do Bloco. Só pretendemos contribuir, com as nossas críticas e sugestões, para melhorar o funcionamento do nosso partido do coração, o Bloco de Esquerda.

Estamos disponíveis para dialogar com as moções H e S, tendo em vista a eventual fusão de moções, salvaguardando a identidade de cada uma delas.

BALANÇO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

O fascismo continua em ascenção

Nas últimas Eleições Legislativas, o lixo fascista transbordou, atingindo níveis inimagináveis. Portugal nivelou-se, por baixo, com outros países europeus, no que diz respeito à quantidade de lixo fascista.

A Direção do Bloco deveria criar um grupo de trabalho para analisar as causas da subida dos fascistas do Chega e propor medidas para sair deste lamaçal de vergonha e opróbrio.

Entretanto, fica aqui o nosso contributo sobre este tema.

Em primeiro lugar, analisemos as **causas** deste desastre:

1. Os fascistas do Chega aprenderam muito com os seus congéneres mundiais nas manobras que eles foram aperfeiçoando para subverter o estado democrático;
2. Montaram uma oficina de criação de notícias e publicações falsas, que consubstanciam as suas propostas racistas, xenófobas e fascistas;

3. Inundaram as redes sociais com perfis falsos, trolls e bots, que partilharam exponencialmente as suas notícias, vídeos e publicações falsas;

4. Criaram muitas páginas de conteúdos culturais e recreativos, que serviriam de engodo para a divulgação da sua propaganda ;

5. Infiltraram-se em páginas alheias, acabando por assumir a sua administração e mudança de conteúdos;

6. Invadiram as caixas de comentários dos diversos órgãos de comunicação social, insultando e criticando todas as propostas de esquerda e enaltecendo os valores fascistas, racistas e xenófobos;

7. Invadiram as caixas de comentários das páginas de esquerda, incluindo as nossas, vomitando lixo em cima de todas as nossas propostas;

8. Criaram uma narrativa condizente com a sua agenda, de forma a banalizar e normalizar a sua ideologia; a principal mentira dessa narrativa é que os imigrantes e ciganos recebem mais subsídios do Estado do que a generalidade dos portugueses e, com isso, mobilizam as camadas mais pobres para a sua agenda;

9. Conseguiram tirar do armário muitos racistas, xenófobos e fascistas, que já existiam, mas que agora passaram a sentir-se confortáveis em assumirem as suas posições miseráveis;

10. Conseguiram criar a ilusão que são um partido de protesto «contra o sistema político corrupto» e, com isso, alavancaram uma grande base de apoio entre a população menos informada;

11. Capturaram uma boa parte da juventude para a sua agenda; é sabido que muitos jovens, antes de saberem o que querem, sabem o que não querem; por isso, estão mais vocacionados para o protesto, para a insurgência, do que para a racionalidade da proposta política coerente; os fascistas cavalgaram essa inconsistência típica dos jovens e usaram-na a seu favor;

12. Os fascistas do Chega prometem tudo a todos, num populismo desbragado, que tem como tónica dar tudo aos pobres, sem tirar nada aos ricos; se chegassem ao poder rapidamente se esqueceriam da parte de dar tudo aos pobres;

13. Durante anos, demasiados anos, ignorámos os fascistas, porque, dizia-se, falar deles era dar-lhes importância; a realidade encarregou-se de provar que estávamos errados; não os podemos ignorar, temos de combatê-los, o que passa, necessariamente, por desmascarar tudo o que dizem e que fazem;

14. António Costa também teve um papel determinante na subida da Direita e da Extrema-direita; primeiro, pôs em prática uma política antipopular, que incrementou o crédito eleitoral dos fascistas e de outros reacionários, depois demitiu-se, quando não era obrigado a fazê-lo, porque colocou a sua ambição por um tacho europeu à frente dos interesses do país e do seu partido; a sua saída escancarou as portas a Luís Montenegro e André Ventura.

O que poderemos fazer, doravante, para contrariar esta onda fascista?

1. Reforçar a nossa presença nas redes sociais, de modo a inverter a hegemonia fascista nas mesmas;
2. Responder aos fascistas nas caixas de comentários dos órgãos de comunicação social, desmascarando as suas mentiras;
3 Eliminar os comentários dos fascistas nas nossas publicações e bani-los;
4. Desmontar a narrativa fascista, expondo a sua incongruência e falsidade;
5. Desmascarar e ridicularizar todos os fascistas e seus apoiantes;
6. Reconquistar o apoio dos jovens, mostrando-lhes caminhos de rebelião e de protesto contra a sociedade capitalista, plena de contradições desfavoráveis à juventude;
7. Para contrapor às promessas populistas dos fascistas, precisamos de fazer reivindicações favoráveis aos pobres, contrapostas com impostos acrescidos aos ricos;
8. Quando a bancada fascista apresenta propostas populistas na Assembleia da República, nós devemos votar sempre contra, para manter o indispensável cordão sanitário, apresentando propostas em alternativa;
9. Unir esforços com outros partidos antifascistas, para fazer frente à besta fascista;
10. O fascismo é como uma doença grave: quanto mais progredir, mais difícil é de controlar, mas isso não pode servir de desculpa para nós pararmos de combater a doença fascista.

CRISE ELEITORAL DO BLOCO

O Bloco teve o pior resultado da sua história. Esta hecatombe resulta de vários fatores, internos e externos. Alguns dos nossos erros são irreparáveis e só podemos esperar que o tempo ajude a atenuar os seus efeitos. Mas continua ao nosso alcance corrigir os erros que levaram ao afastamento de muitos.

1. Por exemplo, foi um erro infantil expurgar as moções pequenas, porque não trouxe qualquer benefício para ninguém e só trouxe prejuízos, entre os quais a diminuição da militância e a degradação da imagem pública do Bloco.
2. Parece que a direção está a corrigir agora esse erro, ao facilitar novamente o aparecimento de pequenas moções, como a nossa. É um passo certo na direção certa.
   Precisamos, como do pão para a boca, de reforçar a nossa democracia interna, pois só assim criaremos um ambiente acolhedor para a entrada de novos apoiantes do nosso projeto.
   Além disso, reforçaremos os organismos de base, condição indispensável para o nosso crescimento consolidado.
3. Temos de voltar a ser percecionados como um partido de protesto, em especial contra o poder corrupto. Enquanto o Bloco foi encarado como partido de protesto sempre cresceu e começou a baixar quando passou a ser visto como um partido do sistema.
4. Fomos impotentes para impedir que os fascistas se transformassem em campeões da luta

anticorrupção, que é, em si, uma causa justa, mas que eles subverteram e instrumentalizaram.

5. Não fomos capazes de reagir à campanha de ódio movida pelos fascistas do Chega, que nos consideraram o inimigo principal e não conseguimos, porque eles nos derrotaram nas redes sociais, por goleada.
   Por isso, teremos de ser muito mais ativos nas redes sociais, criando mais páginas, mais publicações que, todos nós, devemos comentar, pôr gostos e partilhar, para que as nossas propostas políticas possam chegar a mais pessoas.

6. Precisamos de voltar a ser apelativos para os jovens e, para isso, teremos de corporizar os seus anseios e reivindicações. Para tal ser possível e operacionalmente ativo, precisamos de uma juventude partidária devidamente estruturada, que organize campanhas de protesto apelativas para a juventude. Devemos incluir, no nosso programa, diversas medidas de apoio os jovens. Por incrível que pareça, o programa eleitoral do Bloco é extremamente omisso neste capítulo.

7 Em relação à invasão da Ucrânia, tema muito sensível, nem sempre tivemos uma posição clara. Muitas vezes, segundo a perceção pública, as nossas posições foram confundidas com as do PCP e, se este partido foi muito penalizado por conta da invasão da Ucrânia, nós também o fomos, por tabela, embora o Bloco tenha evoluído positivamente nesta questão.

8. O Bloco voltou a ser penalizado como partido com mais votos desperdiçados, ou seja, votos que não serviram para eleger ninguém. Face à oposição dos maiores partidos em instaurar um círculo nacional, que compensasse os votos desperdiçados, o Bloco poderia e deveria ter tentado outra via, fazer uma aliança pré-eleitoral com o Livre.
   Ambos os partidos seriam beneficiados e nenhum perderia a sua identidade, pois as coligações eleitorais terminam na tomada de posse dos deputados. Esperemos que isso seja possível numas próximas eleições.

9. O Bloco precisa de dar voz a todos grupos socioprofissionais, representativos da sociedade, para que estes se revejam no nosso partido.

10. Alguns camaradas propõem que a saída para esta crise do Bloco passa pela radicalização das nossas posições, que assumamos a nossa vocação socialista e revolucionária e deixemos de lado as táticas reformistas, ou seja, que voltemos às últimas décadas do século XX, durante as quais, recorde-se, ficámos completamente irrelevantes. Nos tempos que correm, fazer essas propostas só é possível para quem vive fora da realidade, é combater a tendência para a irrelevância com fatores que a irão agravar, é como dizer a um afogado que só se poderá salvar se amarrar um pedaço de chumbo nos pés.
. Pelo contrário, devemos graduar as nossas posições, sem, contudo, abandonar os nossos princípios socialistas, pois precisamos de recuperar o eleitorado flutuante do PS, que, nestas eleições, nos virou as costas, preferindo votar no Livre.

TENDÊNCIAS DOMINANTES

A existência de tendências faz parte da natureza do Bloco, pois, sem as suas tendências fundadoras, o Bloco nem sequer existiria. Além disso, é saudável que haja diferentes sensibilidades

ideológicas dentro do partido. Por isso, o facto de haver tendências no Bloco de Esquerda não é, em si, um problema.

O verdadeiro problema é que as duas principais tendências, que patrocinam a Moção A, não se preocupam com ideologia, focando a sua atenção e energia em aspetos que possam favorecer o seu grupo, em prejuízo do Bloco, através dos seguintes enviesamentos:

1. Fazem-nos perder democracia, porque as decisões políticas mais importantes são predefinidas pelas cúpulas das duas principais tendências e a as reuniões dos órgãos dirigentes servem apenas para sufragar as decisões antes «cozinhadas». As bases só servem para trabalhar para o partido, mas não são ouvidas nem achadas para escolher as/os candidatas/os nas principais eleições, nem para a tomada de decisões estratégicas como, por exemplo, a adesão a um novo partido de esquerda europeu.
   Em alternativa, as decisões do Bloco precisam de ser decisões coletivas, devem começar nas bases e aos órgãos dirigentes compete pôr em prática as escolhas da maioria dos aderentes.

2. A falta de democracia interna é o principal fator do declínio do Bloco.
   Os novos aderentes entram com entusiasmo, mas logo este é esfriado, por dois motivos: são imediatamente cacicados por uma tendência ou então desiludem-se com outros aspetos da falta de democracia interna. A maioria acaba por se afastar.
   Precisamos, como do pão para a boca, de reforçar a nossa democracia interna, pois só assim criaremos um ambiente acolhedor para a entrada de novos apoiantes do nosso projeto.
   Além disso, a falta de democracia interna impede o nosso crescimento orgânico, fator indispensável para revertermos o declínio.

3. Patrocinam a disputa por lugares e não por ideias, porque cada uma das tendências dominantes tem uma agenda própria: colocar os seus membros em todos os lugares de destaque, o que favorece o carreirismo e a ascensão de dirigentes sem qualidade política.
   Um carreirista só pensa na sua carreira e está pouco preocupado com o bem coletivo.

4. Trazem o sectarismo do século XX para o Bloco do século XXI. É compreensível que os militantes da «velha guarda», oriundos dos partidos fundadores do Bloco, sintam nostalgia do passado. O que não é normal é que queiram incutir esse saudosismo nos mais novos.
   Os jovens pertencem ao futuro. Que eles construam um Bloco novo, livre do sectarismo das tendências!

5. Estimulam o esvaziamento político do Bloco, pois, dadas as diferenças ideológicas entre as duas principais tendências, estas, ao invés de conviverem fraternalmente com essas diferenças, preferem reduzir a sua práxis apenas ao poucochinho em que estão de acordo. Ou seja, o Bloco renuncia voluntariamente a fazer política, em nome da coexistência pacífica e hipócrita entre as duas maiores tendências.
   As duas principais tendências não precisam de abafar as suas diferenças. Antes precisam de saber usá-las para construir um Bloco renovado, de que o país precisa e que está ao nosso alcance.

6. Fazem diminuir a autonomia de pensamento, pois a maioria dos seus membros «aluga» o

cérebro aos dirigentes das tendências dominantes e desiste do seu direito a ter uma opinião. Perde o aderente e perde o coletivo, quando cada um dos seus membros perde a capacidade de pensar.

7. Preocupam-se muito com o controle dos órgãos (50/50) e menos com os aderentes, mas sem estes não há partido para eles poderem controlar.

Só quando nos libertarmos destes enviesamentos poderemos aspirar a ser um Bloco pujante, plural, inclusivo, democrático e socialista.

Se teimarmos em prosseguir o rumo atual, estaremos condenados/as ao declínio e à irrelevância.

OUTRAS TENDÊNCIAS

CONVERGÊNCIA

O líder da Convergência afirmou, em fevereiro, que não tenciona abandonar o Bloco, porque não nos quer dar essa alegria. Hoje sabemos que estava a mentir, pois ele já tinha engendrado um plano de saída ordenada dos seus seguidores. A intenção era a de nos causar danos reputacionais, juntando-se à campanha para denegrir e destruir o Bloco de Esquerda.

Entretanto o «querido líder» ordenou aos seus congéneres de Portalegre e de Santarém, a maioria aderentes-fantasma, para saírem do Bloco e para o fazerem com o maior estrondo possível, tendo em vista o seu objetivo de tentar afundar o nosso partido.

Desde há muito tempo que eles estão a abandonar o partido, embora de uma forma sub-reptícia.

Sempre que eles desrespeitaram os valores de lealdade e de solidariedade, eles estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles foram para os jornais criticar o partido, em vez de o fazerem internamente, estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles organizaram iniciativas paralelas, estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles espezinhavam a democracia nos organismos que controlavam, eles estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles tiveram atitudes e comportamentos incompatíveis com a decência e integridade eles estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles organizaram campanhas para denegrir o nosso partido, eles estavam a abandonar o Bloco, pois ninguém minimamente inteligente organiza campanhas para prejudicar o partido, se não for para o abandonar de seguida.

Todos nós já percebemos que não podemos contar com eles para nada, a não ser para nos prejudicarem e eles também já perceberam que não vão a lado nenhum, porque cada vez fica mais evidente para a esmagadora maioria dos aderentes que seria impossível que pessoas, tão mal-intencionadas, nos pudessem levar a bom porto.

Com a saída de todos os estalinistas, pelo seu próprio pé, o Bloco ficará um espaço mais limpo e eles acabarão por encontrar o seu canto, o mais adequado à expressão da sua ideologia, ou seja, a sua saída será boa para todas as partes.

RADAR/MOÇÃO S

Tendência que, de repente, acordou para a falta de democracia no Bloco. Pena é que não tenham notado isso quando as pequenas moções foram expurgadas.

Foram contra o adiamento da Convenção por 4 semanas, porque queriam impedir que as moções pequenas se pudessem apresentar.

Subitamente, ficaram muitíssimo críticos em relação às tendências que dirigem o Bloco, mas não deixam de ser, eles mesmos, uma tendência, com as inevitáveis contradições, intrínsecas a todas tendências.

Apesar de ser constituída por camaradas bem-intencionados, não têm, contudo, nem virão a ter, uma dimensão suficiente para constituírem uma alternativa credível às tendências dominantes.

Por outro lado, não conseguem apresentar propostas construtivas para melhorar o programa e o funcionamento do Bloco.

Entre a incapacidade de serem uma alternativa e a negatividade da sua postura, sobressai a escassa utilidade do seu projeto político. Não obstante, constituem uma forma de acomodar os aderentes descontentes, ou seja, é preferível que estes apoiem esta tendência do que saiam do Bloco.

SUBVERSÃO/MOÇÃO H

Os camaradas desta tendência têm duas características com as quais nos identificamos: são antiestalinistas e não são carreiristas.

São muito voluntaristas, mas esquecem que fazer política sem levar em conta a realidade só nos ajuda a construir utopias.

Seja como for, é fácil gostar deles, pois sonham todos os sonhos impossíveis que nós nunca conseguimos concretizar.

ESTATUTOS E REGULAMENTOS

Os Estatutos do Bloco de Esquerda têm vindo a ser atualizados em todas as Convenções anteriores, mas, apesar disso, permanecem vagos e imprecisos.

Aparentemente, existe uma intenção deliberada de manter as regras bastante fluídas para, assim, aumentar a discricionariedade e poder da direção.

1. INTERCONCELHIAS

O Bloco tem estruturas organizadas em menos de metade dos concelhos do país, mas tem aderentes inscritos em quase todos os concelhos.

Estes aderentes, que residem em concelhos sem estruturas do Bloco, ficam abandonados à sua sorte e não participam no trabalho político do nosso partido.

Uma solução para este problema seria a instituição de Interconcelhias, englobando diversos concelhos, onde um deles tivesse uma Concelhia.

Esta solução seria transitória. Desde que passasse a haver massa crítica em cada um dos concelhos das Interconcelhias, esses concelhos deveriam autonomizar-se e constituírem a sua própria Concelhia.

2. UM PARADOXO CHAMADO NÚCLEO CONCELHIO

Os Núcleos são estruturas de base, que podem existir nas freguesias, nos locais de trabalho, nas escolas e em setores socioprofissionais.

As Concelhias são estruturas que agrupam e coordenam todos os Núcleos de um determinado concelho.

Não faz, pois, sentido a existência de Núcleos Concelhios. Estas aberrações existem, mas não constam dos Estatutos, nem fazem falta nenhuma.

O que nós precisamos, mesmo, é de criar mais Núcleos locais, de empresa e de setores de atividade. Precisamos, também de criar Concelhias, em especial no interior do país.

3. ORGANISMOS DE JUVENTUDE

O Bloco de Esquerda nunca teve uma política muito consistente em relação aos nossos aderentes jovens.

Durante muitos anos recusámo-nos a instituir uma juventude partidária.

Mais recentemente, temos os «Jovens do Bloco», que se parecem muito com uma juventude partidária, mas que, inexplicavelmente, não tem dimensão estatutária.

A única atividade conhecida dos Jovens do Bloco é a «cacicagem» que eles fazem, em especial, os de uma determinada tendência dominante, aos aderentes jovens recentes.

Porque será que os nossos Estatutos são completamente omissos em relação a organismos juvenis?

A explicação é simples: O Bloco nunca teve verdadeiramente uma política de juventude e, por isso, a direção nunca se preocupou em criar um organismo devidamente estruturado e atuante.

Em alternativa, propomos a criação de um organismo juvenil, com dimensão estatutária, eleito democraticamente e com objetivos políticos claramente definidos.

4. REGULAMENTO ELEITORAL

- → Há alguns anos o Regulamento Eleitoral foi alterado, para pior. Os cadernos eleitorais passaram a encerrar meio ano antes do dia da convocatória da Convenção. Na prática, significa que os novos aderentes têm de esperar cerca de um ano para poderem votar e serem eleitos. Esta medida arbitrária e antidemocrática, foi inventada para afastar novos aderentes do processo convencional, com o objetivo insensato de tentar prejudicar moções mais pequenas. Depois do desastre eleitoral de 18 de maio, entraram centenas de novos aderentes. Será muitíssimo injusto e ingrato que eles não possam participar no processo convencional, por causa desta medida absurda.
- → Durante as Convenções, as Plataformas Locais deveriam poder apresentar candidaturas à Mesa Nacional, em plano de igualdade com as moções, desde que conseguissem 15 delegados como subscritores. Assim como está, os subscritores das Plataformas podem eleger, mas não podem ser eleitos, contrariando uma regra básica da Democracia.

5. MOÇÕES SETORIAIS

Se queremos ser mesmo democráticos, devemos aceitar moções setoriais, que permitam que um pequeno grupo de aderentes possam fazer aprovar uma proposta temática, desde que ela seja aceite pela maioria dos delegados, que deixam, assim, de votar exclusivamente por atacado a moção maioritária.

As moções setoriais são uma marca identitária da democracia de base, pois permitem a todas os aderentes fazerem livremente as suas escolhas em temas importantes, sem estarem prisioneiros de vassalagens tendenciosas.

Neste capítulo, estamos apenas acompanhados pelo PCP na recusa de moções setoriais.

6. INERÊNCIAS

Deveriam ser estabelecidas inerências nos seguintes órgãos:

- → Comissões Coordenadoras Concelhias: deveria ter um representante eleito de cada um dos Núcleos dessas Concelhias;
- → Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais: deveria ter um representante eleito de cada uma das Concelhias dessas Distritais/Regionais;
- → Mesa Nacional: deveria ter um representante eleito de cada uma das Distritais e Regiões Autónomas.

Vantagens das inerências:

- → Garantem uma maior ligação aos organismos de base;
- → Estimulam a democracia;

→ Garantem mais participação das bases nas decisões do Bloco.

No entanto, as tendências dominantes são contra as inerências porque receiam a existência de dirigentes que possam escapar ao seu controle sectário.

7. CONFERÊNCIAS NACIONAIS

As Resoluções aprovadas nas Conferências Nacionais têm de submeter-se à ratificação da Mesa Nacional (MN). Nada nos Estatutos nos diz que as decisões das Conferências Nacionais devem ser submetidas ao controle da MN. Além disso, é absurdo e antidemocrático menorizar, desta forma, o papel das Conferências Nacionais.

8. CADERNOS ELEITORAIS

A Direção usa manobras dilatórias para não limpar os cadernos eleitorais, conforme está definido no artigo 3º, nº 7 dos Estatutos.

Essas manobras têm como objetivo aumentar artificialmente o número de aderentes, mascarando o falhanço notório em manter ativa a participação de milhares de aderentes que entraram para o Bloco, mas que nunca se entrosaram.

O QUE FAZ FALTA AO PAÍS

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

- → Fim das propinas nas universidades públicas;
- → Empréstimos, sem juros, para jovens que precisam de terminar os estudos;
- → Bolsas de estudo condignas para todos os estudantes universitários beneficiários do abono de família do 1ªescalão;
- → Programas de educação para a cidadania, direitos humanos, democracia participativa, igualdade de género e de orientação sexual, desde o ensino básico;
- → Subsídio de desemprego aos jovens em busca do 1º emprego;
- → Refeições gratuitas para todos os alunos do ensino básico e secundário, confecionadas nas próprias escolas;
- → Mais alojamento estudantil público;
- → Corrigir as discrepâncias exageradas dos vencimentos dos jovens em início de carreira em relação aos colegas mais velhos e que fazem o mesmo trabalho; essas diferenças são muito evidentes na carreira docente;
- → Subsidiar as empresas que contratem jovens, em busca do 1º emprego;
- → Subsídios de renda para os jovens;
- → Juros bonificados para os jovens que adquiram casas;
- → Transportes públicos grátis para jovens até aos 25 anos;
- → Apoio a iniciativas culturais, desportivas e associativas promovidas por jovens;

→ Todos os estágios devem ser remunerados.

HABITAÇÃO

→ Regulação do mercado de arrendamento, incluindo imposição de tetos nas rendas, de modo a proteger os inquilinos contra a especulação imobiliária;

→ Construção de casas a custos controlados;

→ Criação de um banco público de habitação para gestão centralizada de imóveis públicos e sociais;

→ Limites ao arrendamento local;

→ Penalização fiscal para imóveis devolutos e incentivos à sua reabilitação com fins habitacionais.

TRABALHO

→ Zelar pelos direitos sociais dos trabalhadores, tornando mais civilizada a legislação laboral;

→ Regular o trabalho por turnos;

→ Semana de 4 dias de trabalho;

→ Garantir a viabilidade financeira da Segurança Social, impedindo que as suas verbas sejam desviadas para seguros privados;

→ Pensões de reforma mínimas niveladas com o salário mínimo nacional.

SAÚDE

→ Combate eficaz às listas de espera no SNS;

→ Financiar adequadamente o SNS, garantindo a sua eficácia e diminuir drasticamente o desvio de verbas deste sector para empresas privadas;

→ Fim das parcerias público-privadas na Saúde;

→ Contratação de profissionais de saúde, com vencimentos adequados, de modo a suprir as necessidades do setor;

→ Expansão da Rede Nacional de Cuidados Continuados e Paliativos;

→ Médicos de família para todos os utentes do SNS;

→ Inclusão de consultas de odontologia e oftalmologia no SNS;

→ Criação de uma Rede Pública de Cuidados a Idosos, com apoio domiciliário gratuito;

→ Garantia de acesso gratuito a transporte público para pensionistas com baixos rendimentos.

ECONOMIA

- → Combater o favorecimento ilícito, o clientelismo, a corrupção e os crimes económicos;
- → Ampliar a rede ferroviária nacional;
- → Aumentar os salários e as pensões de reforma, em especial nos rendimentos mais baixos;
- → Fazer caminho para a nacionalização das empresas estratégicas, como a EDP, GALP, CTT, REN, ANA e manter aquelas que escaparam ao saque capitalista;
- → Fiscalizar com eficiência a fuga de capitais para paraísos fiscais e penalizar as empresas que a praticam;
- → Usar os bancos do Estado (CGD e Banco de Fomento) para financiar empresas produtivas que contribuam para o desenvolvimento económico, respeitem o clima e os direitos dos trabalhadores;
- → Diminuir o IVA da eletricidade;
- → Taxar os lucros excessivos dos super-ricos;
- → Apoiar o desenvolvimento de energias renováveis e diminuir drasticamente a dependência de combustíveis fósseis;
- → Acabar com os Vistos Gold, as PPP e as rendas excessivas;
- → Combater as alterações climáticas, causadas pela ganância capitalista, bem como proteger o meio ambiente;
- → Defender um ordenamento do território que previna os incêndios, impeça a especulação imobiliária e o caos urbanístico.

INTEGRAÇÃO

- → Combater todos os tipos de discriminação: racial, de género, de orientação sexual, de idade, sem esquecer a discriminação dos pobres;
- → Garantir uma política de acolhimento a todos os imigrantes, que ajudam a desenvolver o nosso país;
- → Criminalização dos discursos de ódio e perseguição com base na orientação sexual, identidade de género, raça, etnia, nacionalidade ou deficiência;
- → Medicamentos gratuitos para pessoas idosas com pensões de reforma inferiores ao salário mínimo nacional;
- → Transporte público gratuito para pessoas idosas com pensões abaixo do salário mínimo nacional.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1 O cenário internacional é dominado pela ameaça fascista. Depois da eleição de Trump, as três nações mais poderosas do mundo têm agora líderes avessos à Democracia. Teremos de estar preparados e vigilantes para enfrentarmos os duros tempos que se avizinham.

2 A Palestina é vítima da Extrema-direita israelita que, ajudada pelo imperialismo norte-americano, torna Israel militarmente imbatível.

Por outro lado, os fanáticos religiosos do Hamas, ao chacinarem e sequestrarem mais de mil civis, incluindo idosos, jovens e crianças, complicaram ainda mais a situação do povo palestiniano, que merece a Independência, mas em troca só obteve a fúria belicista de Israel.

A espiral de ódio gerou um círculo vicioso, em que as ações terroristas do Hamas atiçam os extremistas de Israel, enquanto os estes cometem ações genocidas de vingança que, por sua vez, estimulam o radicalismo islâmico. Ou seja, ambos os lados desejam o extermínio do outro, mas um dos lados é mais forte e abusa dessa força. Esperemos que partidos mais tolerantes e humanistas, de ambos os lados, assumam o poder e conduzam à paz, que passará obrigatoriamente pela Independência da Palestina.

3 É nosso dever apoiar sempre o povo da Ucrânia, vítima da agressão da Rússia. Se a Ucrânia for derrotada, o imperialismo russo não ficará saciado e outros povos serão vítimas do apetite voraz do fascista Putin.

4 Repudiamos as ditaduras neoestalinistas (Cuba, Nicarágua, Venezuela, China, Vietname, Laos, Coreia do Norte), que continuam a manchar o bom nome da Esquerda em todo o mundo e, claramente, não nos representam. mocaocbloco@gmail.com tel. 917 574 397

SUBSCRITORES

Albino Silva	Porto	15974
Américo Campos	Porto	9572
Andreia Rodrigues	Porto	14009
António Ferreira	Porto	11123
Armando Machado	Porto	11167
Beatriz Rodrigues	Porto	15973
Bruno Rocha	Porto	14236
Carlos Valada Manaia	Aveiro	17052
Cidália Rocha	Porto	10909
Cláudio Cardoso	Porto	14010
Daniel Codinha	Leiria	18280
Diogo Trindade	Amadora	16866
Fernanda Rocha	Porto	11104

Fernando Ferreira	Porto	17145
Fernando Monteiro	Porto	1489
Fernando Moreira	Porto	10146
Fernando Ribeiro	Porto	15174
Gabriel Campos	Porto	10159
Heitor Santos	Porto	14235
Inês Bessa	Porto	10155
Isabel Ferreira	Porto	10906
Joaquim Leal	Porto	10952
José Carita Monteiro	Portalegre	12856
Luísa Santos	Madeira	13537
Maria Fernandes	Porto	15462
Maria Silva	Porto	17251
Miguel Gaspar	Porto	15047
Mónica Ferreira	Porto	10384
Nuno Pacheco	Matosinhos	13393
Olívia Barros	Porto	11166
Patrícia Brito	Porto	16951
Paula Monteiro	Portalegre	12802
Paulo Almeida	Portalegre	14346
Paulo Rocha	Porto	10905
Paulo Santos	Porto	10901
Raquel Siva	Porto	13228
Rosa Ferreira	Porto	11165
Rosa Ribeiro	Porto	15184
Shaylla Carter	Lisboa	17163
Tiago Matos	Aveiro	16320

Moção

H

Hora de Recomeçar

Depois da sua maior derrota eleitoral de sempre, o Bloco de Esquerda vive a sua "Hora H". É tempo de começar de novo, de não ignorar os problemas estruturais internos e os desafios da situação política – nacional e internacional – mais perigosa que o partido já viveu.

Por isso, esta Convenção tem de ser um ponto de inflexão relativamente ao caminho que tem sido seguido até aqui. Mas este tem de ser efetivo e não apenas cosmético. O próximo ciclo deverá ser de mecanismos participativos internos, de diálogos alargados à esquerda e de resistência antifascista determinada.

1. O MUNDO EM QUE VIVEMOS

A continuidade das políticas de exploração e divisão da humanidade que atravessa o capitalismo é, nos nossos dias, intensificada por uma crescente dificuldade de o capitalismo assegurar o processo de acumulação de capital, acompanhada pela ascensão das forças fascistas e ultraconservadoras. A Europa e Portugal não são exceções a esta tendência global.

1.1. A intensificação da crise do capitalismo

O aumento das desigualdades num capitalismo dominado por novos oligarcas e velhos magnatas, o acentuar do crescimento da extrema-direita e do ultra-conservadorismo, o genocídio do povo palestiniano às mãos do colonialismo sionista, a continuação da invasão da Ucrânia pelo regime russo e da ocupação do Sahara Ocidental por Marrocos, os renovados choques entre imperialismos e o fortalecimento dos militarismos com a corrida aos armamentos, o agravamento da crise climática e a inação dos poderes instituídos, a continuação da política da Europa-fortaleza que empurra incessantemente migrantes para a morte, são claros sintomas do estado do mundo.

Vivemos um tempo de crise do processo de acumulação do capital em que este tem mais dificuldades em encontrar novas saídas. Para o capitalismo, o imperialismo, a guerra e o genocídio surgem como resposta. O armamentismo é, por isso, parte essencial desta equação.

1.2. A Europa não é o centro do mundo

A Europa enfrenta um processo de periferização. Se persiste a sua crise de projeto político e a ausência de uma soberania popular como base da União Europeia, há ainda assim mudanças: o pilar da livre circulação perde peso face a um retomar das fronteiras, mesmo no interior do espaço Schengen, à medida que a retórica anti-imigrantes (alicerçada pela indiferença à crescente violência neonazi) e o securitarismo avançam. Ganha força um novo militarismo europeísta.

A arquitetura das instituições europeias e da moeda única mantém-se ao serviço das classes dominantes dos países mais poderosos, o euro-liberalismo austeritário permanece lei no Tratado Orçamental e o Euro continua feito à medida dos interesses das potências do capitalismo centro-europeu, sendo um colete de forças para as classes trabalhadoras. Aos estados-membros, é imposta uma política económica única, de tal forma que a implementação de um programa mínimo de governo à esquerda – que incluísse, por exemplo, a nacionalização de setores essen-

ciais, as subidas de impostos sobre a riqueza, a reestruturação da dívida pública, ou a aplicação de políticas autónomas de investimento – implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes por detrás delas.

1.3. Portugal não é uma ilha

A recente vitória eleitoral da direita reforçou uma burguesia interessada em continuar um rentismo predatório do Estado, avançar com a privatização do Serviço Nacional de Saúde e de parte da Segurança Social, e em fazer pender a balança ainda mais em benefício do capital contra o trabalho. Nesse sentido, marca a manutenção de uma governação mais que confortável com a crise na habitação e apoiada nos interesses especulativos que a promovem, fomentadora do desinvestimento no Estado Social, ao mesmo tempo que assume roupagens de extrema-direita, nomeadamente nos temas migratórios.

Mas o quadro parlamentar resultante das legislativas de 18 de maio traz desafios inéditos. Em primeiro lugar, fica nas mãos do governo a ameaça permanente de uma alteração constitucional, podendo desta forma aprofundar todos estes processos regressivos.

Em segundo lugar, a extrema-direita como segunda força política ao nível nacional implica uma alteração importante no quadro desenhado pelo rotativismo do centrão em que o país tem vivido ao longo de décadas, e essa transformação não deve ser menosprezada.

Esta extrema-direita tinha vindo a ganhar espaço cavalgando a onda autoritária internacional, recolhendo apoio de vários setores do patronato e dos descontentamentos difusos por anos de erosão do Estado Social, capitalizada pela cobertura mediática de que é objeto, e a que os movimentos emancipatórios não souberam responder.

Neste contexto, a direita fascista ganha ainda mais força, ficando abertamente à espreita de um desaire para se posicionar como partido mais votado e alternativa de governo. Só que o seu crescimento é preocupante não só por esta perspetiva, mas também porque levanta questões prementes, baseadas num ultraconservadorismo, para as quais é preciso procurar, desde já, respostas unitárias.

Por sua vez, o Partido Socialista afundou-se numa crise que não é mascarada pela pseudo-unanimidade momentânea à volta de um novo secretário-geral de perfil mais à direita do que o anterior. Porém, é preciso não esquecer que já a sua anterior direção, que tinha escolhido fazer um ajuste de contas com o governo de maioria absoluta do seu partido não pela diferenciação à esquerda, mas precisamente sobre questões migratórias - assumindo a retórica da direita -, que se juntou a esta para voltar a escancarar as portas aos interesses da especulação imobiliária na lei dos solos e que se manteve agarrada ao social-liberalismo, não fez qualquer caminho de aproximação à esquerda, desmentindo quem sonhasse com convergências. A nova direção abre o caminho da colaboração com a direita mais facilmente do que a espaços de diálogo com a esquerda.

2. RESPOSTAS PARA SAIR DA SITUAÇÃO ATUAL: A ESPERANÇA DO ANTI-CAPITALISMO

Quando tanto falha na vida de quem trabalha, a esperança de um mundo diferente não pode ser adiada para dias de festa, ou tomada como um devaneio. Deve ser uma prioridade concreta da esquerda anticapitalista. Só com um projeto socialista de transformação de fundo do mundo poderemos vencer tanto a extrema-direita do ódio, como o centrão dos negócios.

2.1. Construir a contra-hegemonia

A batalha contra a hegemonia capitalista, nomeadamente nas suas facetas mais agressivas e conservadoras, não pode ser adiada. Discussão estratégica e formação política têm de ser prioridades, pois isso permite escolher a tática mais adequada a cada momento. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo na crítica radical do capitalismo.

Um dos domínios prioritários neste âmbito é o do desarmamento. A esquerda deve bater-se por uma política de desarmamento, nomeadamente o desmantelamento do arsenal nuclear a nível mundial, contrariando os interesses que alimentam a indústria bélica e nos querem fazer crer que a reindustrialização se fará pelo investimento na "defesa" necessária para a nossa "segurança".

Um outro campo de batalha política e ideológica é o da construção de uma narrativa de alinhamentos internacionais alternativa quer à globalização neoliberal, quer ao regresso reacionário do isolacionismo nacional. O internacionalismo não pode ser uma solidariedade vaga e distante, tem de ser uma tarefa quotidiana. O Bloco de Esquerda tem de ser o partido da solidariedade sem fronteiras. Cabe-nos fazer caminho no estabelecimento de alianças globais, entre movimentos, sindicatos e partidos emancipatórios, porque os combates que se perfilam no nosso horizonte dependem disso. A criação da Aliança da Esquerda Europeia pelo Povo e pelo Planeta, da qual o Bloco é um dos membros fundadores, deve ser encarada como um dos mecanismos privilegiados para fazer esta coordenação política. No entanto, não a deve esgotar: é preciso lutar para criar frentes anticapitalistas e antifascistas à escala global. Que consigam disputar ideias, organizar greves internacionais, impulsionar transformações de fundo em todo o mundo.

Neste âmbito, o Bloco deve dar centralidade à defesa da saída de Portugal da NATO, exigindo a saída imediata e total dos EUA da Base das Lajes, nos Açores. Esta conceção internacionalista deve olhar para a UE com a clareza de saber que será preciso desobedecer-lhe. E essa desobediência não pode ser um slogan vazio. O Bloco de Esquerda precisa de ser um motor de iniciativas de debate e mobilização ao nível continental e precisa de clareza: devemos reivindicar a alteração das regras do Euro e preparar política e tecnicamente uma saída eventualmente necessária da moeda única e da UE no quadro de um governo de esquerda que aposte na justiça social contra a euro-chantagem permanente.

2.2. O partido anti-sistema

Neste quadro político, o Bloco de Esquerda enfrenta o desafio simultâneo de juntar forças para resistir à ofensiva de direita, de combater determinadamente a extrema-direita e de construir uma alternativa anticapitalista ao presente estado do país e do mundo.

A necessidade de combater o fascismo implica que nos devemos esforçar por nos assumir como parte da alternativa transformadora de fundo e recuperar a prática anti-sistema, sem a qual há um espaço de descontentamento que vai tendencialmente ser ocupado pela demagogia da extrema-direita. Ou seja, em vez da esquerda se remeter ao papel da moderação permanente por medo da extrema-direita, o caminho é enfrentá-la.

Isto deve vir a par com a procura de novas formas de fazer política, de proximidade, de escuta ativa das populações, da capacidade de deixar o centralismo e falar as linguagens do interior do país, das geografias e pessoas esquecidas, de dialogar no sentido de estabelecer um horizonte que lhes permita acreditar que é possível transformar concretamente as suas vidas para além dos slogans políticos, para dar resposta à crise de esperança que marca o nosso tempo.

Precisamos de um partido que coloque no centro do debate a construção de uma sociedade mais justa. Precisamos de um partido que dê às pessoas uma mensagem de esperança perante a barbárie capitalista e armamentista. O Bloco precisa de se afirmar como um partido de alternativa à catástrofe contemporânea – isso somente será possível se, num contexto de diálogos alargados à esquerda, formos claros no nosso projeto de transformação social e se conseguirmos fazer renascer a esperança na política de esquerda. Um projeto político radical e alternativo apenas será bem-sucedido se oferecer a militantes e simpatizantes o vislumbre de uma mudança efetiva do estado atual e se conseguir mobilizar essa vontade de fazer diferente.

Tal como o país é marcado por profundas assimetrias territoriais — com o interior abandonado, subfinanciado e despovoado — também o Bloco tem falhado em garantir uma presença sólida e contínua nos distritos do interior. Apesar do esforço militante, o trabalho realizado no interior tem pouca expressão nas estruturas nacionais, como exemplificado pelo reduzido número de funcionários atribuídos às distritais, mesmo quando o Bloco dispunha de um quadro de funcionários significativo, dificultando o enraizamento em territórios onde a sua presença é essencial. Falta, em síntese, uma estratégia que valorize e articule o território com a direção política do Bloco. É necessário reativar o Grupo do Interior como espaço de articulação e debate político, promover conferências nas regiões do interior para discutir problemas concretos e construir soluções com quem lá vive, reforçar os canais de comunicação entre estruturas locais e nacionais, e garantir espaços de formação política para os militantes destas regiões. Combater as desigualdades internas é condição fundamental para que o Bloco seja coerente com os valores que defende: justiça social, coesão territorial e participação democrática.

O desafio do Bloco de Esquerda é abrir portas a novas formas de fazer política e de repensar o socialismo.

2.3. O Bloco das lutas

2.3.1. Um partido de solidariedades

O Bloco de Esquerda deve ser o partido das solidariedades antifascistas, identificando as pessoas mais vulneráveis aos ataques da ultra-direita machista, racista, capacitista, LGBTQI+fóbica e procurando formas de as defender, promovendo redes e estratégias de solidariedade.

Precisamos de um Bloco de Esquerda com mais dedicação ao apoio dos movimentos e que não ceda à tentação de os controlar, de atropelar as suas decisões, de impor a sua agenda ou à ânsia de fazer "porta-vozes" para falar por eles. Com um diálogo aberto, modesto e crítico das suas insuficiências e da insuficiente representatividade das franjas mais marginalizadas da sociedade.

Só o movimento das pessoas trabalhadoras, o antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTQI+, o movimento de defesa dos animais, o anticapacitismo e os movimentos de defesa das pessoas com diversidade funcional dão vida à diversidade que é a nossa matriz. Temos de ser a esquerda socialista que alia o reconhecimento da diferença com a abolição de todas as formas de submissão e exploração. Um Bloco de Esquerda que ajude os movimentos a crescer em vez de procurar crescer neles.

Precisamos de ousar afirmar-nos como o partido das solidariedades, apoiando experiências coletivas criadoras de comunidade: coletividades, cooperativismo, produção agrícola alternativa ao agro-negócio, mercados sem intermediários, coletivos culturais alternativos, grupos que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradores. Estar em todos os lugares de participação coletiva que combatem a atomização e o individualismo.

2.3.2. Desfazer os nós do trabalho, unir os pontos do sindicalismo

A esquerda precisa de quebrar o ciclo de impotência política, sujeita à defesa de mínimos, assumindo a iniciativa política em vez de se concentrar apenas em reagir às manobras do poder: trazer a jogo a redução do tempo de trabalho e o aumento do tempo de férias ou definir limites máximos e mínimos ao rendimento, por exemplo.

O sindicalismo continua a perder força e representatividade com muitas dificuldades de renovação ou de encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta.

Neste contexto, é imperativo pensar a organização sindical, resgatando-a das suas paralisias: democratizando-a com horizontalidade; ultrapassando as lógicas das burocracias sindicais tantas vezes afastadas do dia-a-dia de trabalho; abrindo-a a pessoas desempregadas e precárias, incentivando ação unitária entre diferentes setores e pensando à escala internacional.

Para o Bloco de Esquerda, o ativismo no mundo laboral é fundamental. Aí favorecerá a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada, a democracia de base e a articulação das lutas, a coordenação da intervenção sindical com as necessidades das comunidades e o trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessária uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas e políticas e possa construir uma frente anticapitalista e abertamente ecologista que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

2.3.3. Não deixar os trabalhadores migrantes para trás

A ofensiva contra os direitos dos imigrantes é um eixo central da política atual que não deve ficar sem resposta. Serve ao mesmo tempo para a extrema-direita criar bodes expiatórios, fortalecendo a sua política do ódio e para os deixar numa posição de fragilidade que beneficia os patrões que exploram a sua força de trabalho e os senhorios que encavalitam seres humanos em pequenos espaços sem condições mínimas de habitabilidade.

A esquerda não deixa os trabalhadores migrantes para trás. Em vez do discurso de que estes são necessários para garantir o lucro dos capitalistas, enfatiza a necessidade de uma contra-ofensiva no sentido de defender salários e direitos dos trabalhadores migrantes e de penalizar os patrões e senhorios que os desrespeitem.

Para além de direitos laborais iguais e da prevenção do trabalho em condições análogas à escravatura, um serviço de apoio simplificado ao cidadão estrangeiro e a garantia do direito de acesso a cursos públicos de língua portuguesa fazem parte do mínimo que é preciso garantir para uma política credível de integração, na qual a reunificação das famílias deverá ser um direito fundamental.

2.3.4. O Ecossocialismo não pode ser adiado

Todos os alarmes críticos já soaram sobre as alterações climáticas. As consequências do desastre ecológico fazem-se sentir dramaticamente. Esta bomba-relógio não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder, nem se desarma com meias-medidas ou promessas de capitalismo "verde". Não há tempo nem condições para continuar com a política do costume. Daí que seja necessário um Bloco de Esquerda em que o ecossocialismo não seja só um discurso bonito, mas tenha consequências a todos os níveis. Que faça da urgência climática a convocatória decisiva na luta para ultrapassar o capitalismo, um projeto de transformação radical do planeta que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. A demarcação clara das promessas e falsas soluções do "capitalismo verde" tem de ser acompanhada pela defesa das formas de autoprodução, além de soluções energéticas locais e sustentáveis. A esquerda não pode ter medo de dizer que a emancipação não é igual a crescimento.

2.4. O local como motor das transformações sociais

O trabalho local deve ser a cara de uma forma de fazer política que marque a diferença, pautada pela democracia participativa, pela procura de unidade das forças de esquerda para resolver problemas concretos e essenciais, pelo encontro com o país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições, pela criação de dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, locais de trabalho, escolas e universidades, em vários setores da sociedade.

O trabalho autárquico não serve só para agitar a bandeira do partido ou construir organização à escala municipal. Nos programas que fazemos e nos cargos que exercemos não nos propomos meramente ser bons gestores. Queremos mudar paradigmas. Não nos submetemos às lógicas da lei do valor, de gentrificação, de privatização de serviços públicos de proximidade, não ficamos inativos perante as alterações climáticas nem aceitamos a insensibilidade social. Procuramos responder às necessidades reais das populações, através de alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território e de construir comunidade.

É necessário um partido que saiba ouvir a população e apresentar soluções que se adequem aos problemas de cada local, e não meramente uma proposta centralizada, ao mesmo tempo que se empenha na construção das medidas sugeridas. Precisamos de ter um partido que esteja presente nos movimentos sociais e junto das associações, dos clubes e dos espaços de lazer, bem como junto daqueles que todos os dias contribuem para a vida social do seu bairro, da sua aldeia ou do seu quarteirão.

O futuro que queremos já está a ser construído. Localmente, dispersamente, mas está em movimento. É fundamental reconhecermos esses sinais e difundi-los, pois fazem parte de um património que fundamenta a esperança.

2.5. A afirmação da esquerda nas Presidenciais

Perante as eleições Presidenciais que terão lugar no início de 2026, o Bloco deve empenhar-se na construção de uma candidatura que mobilize a classe trabalhadora na conquista de direitos, contra as políticas reacionárias da direita clássica e fascista. Esta candidatura deverá alinhar-se com os princípios gerais que norteiam a política do Bloco.

3. A ORGANIZAÇÃO INTERNA DE QUE PRECISAMOS

O pior resultado de sempre do Bloco não poderá ser explicado de uma forma simplista. No entanto, para lá de elementos conjunturais, a derrota diz-nos que o Bloco tem um reduzido enraizamento social. Mesmo tendo tido, nos últimos 10 anos, vários momentos com resultados eleitorais significativos, não construímos uma base social persistente. É preciso criar uma política que crie um enraizamento social profundo.

3.1. A elaboração programática e as decisões de campanha como processos coletivos

Depois de várias derrotas eleitorais, o Bloco de Esquerda sabe que não poderá ficar fechado num pequeno grupo de dirigentes e nas rotinas habituais de funcionamento. É preciso abertura e radicalidade, coragem de inovar e começar de novo num partido-movimento para o qual o anticapitalismo não seja só uma palavra para dias de festa e se traduza permanentemente no concreto.

Precisamos de um partido menos perdido nos Passos Perdidos, mais achado nas lutas e menos centrado no mediatismo imediatista, nas "campanhas de slogans", no qual uma cúpula decide quase sozinha o programa que é levado a eleições, assim como a forma como este se apresenta e defende em campanha. Uma dinâmica de elaboração coletiva daqueles que são os pontos fundamentais de um programa político a levar a eleições pode assegurar um programa mais completo, robusto e ambicioso a apresentar àqueles com quem queremos fazer política e representar. E assegurará, certamente, um maior envolvimento nos momentos de campanha, cujos eixos chave devem igualmente ser definidos coletivamente, para se ajustarem de forma mais adequada à conjuntura e perceção social da população.

O Bloco deve, igualmente, procurar dialogar de forma intensa com outros diversos setores do movimento social, com independentes, com pessoas que se afastaram do Bloco. Não basta dizer que refletiremos sobre os erros passados: é mesmo preciso abertura, humildade e garantir que ninguém será excluído deste processo de reflexão e reconstrução política. Esses contributos serão fundamentais para percebermos como podemos criar um enraizamento social profundo nos bairros, junto das franjas mais pobres da classe trabalhadora, nos locais de trabalho, e para sermos mais vozes e mais mãos neste esforço de construção coletiva. Neste âmbito, devemos ter como prioridade a realização de iniciativas como conferências que congreguem uma grande amplitude de sensibilidades, onde se discutam temas como a estratégia da esquerda para a preservação e ampliação das liberdades existentes, o combate ao fascismo, a luta por direitos como a saúde e a educação públicas ou a apropriação coletiva da economia.

Um partido das solidariedades precisa de fazer mais e melhor. Ouvir as pessoas, estar ao seu lado, é esse o nosso foco. Nesse sentido, as campanhas do Bloco devem pautar-se cada vez mais por ações que rompam com o modo tradicional de fazer campanha. Devemos, por isso, reforçar a necessidade de debates abertos à população, de recolha de assinaturas para os vários projetos que surjam, de realização de inquéritos e de levar a cabo mais porta-a-porta.

3.2. Uma democracia de alta intensidade

Ao nível interno, o Bloco de Esquerda tem estado centrado num número reduzido de figuras que se perpetuam nos lugares e em dois grupos organizados que confluíram numa maioria, cujas cúpulas concentravam todas as decisões essenciais sobre a vida do partido que chegavam já fechadas à militância. Rotatividade nos órgãos, limitação de mandatos, reafirmação do primado do trabalho coletivo de direção, mais decisões a partir da base, criação de um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões, de um portal de transparência com informação atualizada sobre contas do Bloco de Esquerda, informação genérica sobre escalões salariais de funcionários e declarações de interesses, propriedades e rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes

bloquistas, são agora alguns dos passos necessários para mudar de rumo, reinventar a militância significativa e ser mais o partido-movimento que faz a diferença na forma de se organizar e não apenas reproduzir os modelos gastos dos partidos tradicionais. Uma militância que começa com integração da sua base, desde os mais veteranos aos mais novos, das militantes mais perto dos centros urbanos às regiões mais isoladas. Mas este debate, reiteramos, deve começar agora e deve continuar a ser feito ao longo dos próximos anos.

Num partido que muitas vezes estigmatizou a divergência, menorizando e ostracizando quem não aderisse ao seu "centrão", é preciso ainda que a diversidade interna deixe de ser apresentada como "divisão" e que quem pense diferente não seja caricaturado ou rotulado como "inimigo interno".

Novas práticas de debate não confrontacional e não discriminatório, de cuidado militante a todos os níveis, são determinantes para identificar problemas, construir camaradagem, reduzir conflitos e sobrecargas de trabalho, para que a militância não seja tornada um sacrifício e seja fonte de formação e aprendizagens. Um partido das solidariedades tem de começar na sua casa.

3.3. A importância das distritais e concelhias

Na organização interna local, o Bloco de Esquerda deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos e pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o tarefismo. Queremos reforçar o poder dos órgãos distritais e concelhios, para que possam deliberar autonomamente sobre assuntos específicos, salvaguardando o respeito pelos princípios gerais do Bloco. Queremos igualmente dar aos grupos de trabalho autonomia de decisão para que possam ajuizar de uma forma descentralizada. Estas medidas são necessárias para que possa haver espaço para as e os militantes verem as suas vozes reconhecidas, para dar lugar ao surgimento de novas formas de fazer política e para haver um enraizamento mais forte das bases. Para além das distritais e das concelhias, deve ser promovida a organização de núcleos locais de militantes, núcleos de militantes por setor laboral e núcleos de estudantes nas escolas secundárias e nas universidades.

Estas medidas contribuirão igualmente para a formação e consolidação de direções intermédias. Num partido tão centralizado como se tornou o Bloco, há uma necessidade crescente de formar quadros intermédios para não esvaziar a militância. Não podemos ter um partido em que se oscila entre o mero tarefismo e os corredores do parlamento. Precisamos de um partido com uma estrutura forte, construída a partir de baixo.

3.4. Aprender com os erros, funcionar melhor

Recebemos a herança da mitologia do revolucionário profissional que abdica de tudo na vida pela causa. Mas também a da crítica aos processos de burocratização no interior dos partidos e da defesa da democracia. A questão é o que fazer de tudo isto hoje nas condições atuais da sociedade e de um partido anticapitalista.

O caso dos despedimentos das funcionárias que estavam em período de amamentação abriu uma ferida por sarar e um divórcio com parte das pessoas que se identificavam com o Bloco.

No passado recente, o partido implementou um modelo de contratação por concurso para afastar o espectro das contratações por grupos de amigos ou fações no interior do partido. Contudo, isso reproduziu muitas das práticas anteriores e nenhuma ilação foi tirada.

E era preciso tirar ilações. Sobre isso e sobre muito mais. Sobre os privilégios que implica para quem a comanda haver uma estrutura profissional; sobre os perigos da profissionalização política prevalecer sobre espaços de militância; sobre a reprodução no interior do partido da divisão do trabalho, das desigualdades salariais e estruturas hierárquicas; sobre carreiras e como o trabalho político pode ser também um privilégio ao alcance de poucas pessoas e de certas camadas sociais, ou como se torna uma dependência com consequências políticas e pessoais, como condiciona todo um percurso de vida; sobre condições de trabalho e como certas formas trabalho e militância se podem misturar num cocktail explosivo ou numa realidade esgotante. Sobre tudo isto e muito mais.

O resultado das últimas eleições deixou ainda mais à vista a fragilidade imensa de um partido dependente de resultados eleitorais para o seu funcionamento quotidiano. Isto tem condicionado modos de funcionamento e até estratégias políticas. A dificuldade em construir e fazer crescer um partido suportado sobretudo pelo autofinanciamento militante é estrutural. A forma dominante de fazer política implica determinados gastos que este autofinanciamento nunca cobriu. Estas questões que sempre foram estruturantes num projeto político ficaram agora mais à vista. E as respostas não são dados adquiridos.

Para além de outras consequências e dos aspetos humanos da questão dos despedimentos que não são de somenos importância, tudo isto, somado com a nova situação política, implica que o partido se repense profundamente. Este amplo processo de debate deverá ser lançado desde já. E deve ter consequências de cima a baixo no partido.

É a ir à raiz dos problemas, na radicalidade das soluções socialistas e não na mera oposição a um mal maior, que podemos enraizar o Bloco socialmente e transformá-lo numa força determinante para a construção do socialismo. Por isso, lutamos por um Bloco socialista, irreverente, preparado para enfrentar os desafios dos nossos tempos e vencer a extrema-direita e o liberalismo. Une-nos a luta por um Bloco plenamente democrático, construído de baixo para cima, em que a divergência é encarada como a riqueza de um socialismo que se quer policromático. Une-nos a urgência da transformação social e a necessidade de repensar caminhos para o fazer. Aqui estamos para a luta quando ela é mais necessária do que nunca.

SUBSCRITORES

Aan Gomes Branco	Caldas da Rainha/Leiria	9901
Alda Grelo	Almada/Setúbal	752
Alexandre Café	Vila Franca de Xira/Lisboa	10070
Alexandre Cunha	Caldas da Rainha/Leiria	9201
Alice Nunes	Lisboa/Lisboa	17479
Amália Oliveira	Évora	956

Amaru Mestas	Coimbra	14532
André Marques	Lisboa/Lisboa	15285
Aníbal Rodrigues	Europa	4354
António Eduardo Pereira	Lisboa/Lisboa	287
António Santos	Amadora/Lisboa	1108
Artur Gouveia	Santa Comba Dão/Viseu	12061
Camila Geirinhas	Lisboa/Lisboa	16407
Carlos Carujo	Vila Franca de Xira/Lisboa	101
Carlos Cerqueira	Sintra/Lisboa	501
David Norte	Vila Franca de Xira/Lisboa	16518
Frederico Mira George	Amadora/Lisboa	652
Joana Santos	Amadora/Lisboa	3789
João Patrocínio	Vila Franca de Xira/Lisboa	13408
José António Guerra	Sesimbra/Setúbal	1032
José Dias	Évora	7667
José Luís Carvalho	Almada/Setúbal	10721
José Manuel Sousa Leite	Faro	18098
Luís Miguel Santos	Odivelas/Lisboa	8954
Maria Teresa Ribeiro	Amadora/Lisboa	1109
Miguel Barrantes	Lisboa/Lisboa	11466
Miguel Madeira	Portimão/Faro	3109
Nuno Miranda	Sintra/Lisboa	6547
Orlanda Silva	Lisboa/Lisboa	2891
Paulo Nascimento	Beja	7034
Paulo Pica	Oeiras/Lisboa	14854
Pedro Taveira	Seixal/Setúbal	11056
Ricardo Toste	Terceira/Açores	4120
Rita Ribeiro	Amadora/Lisboa	11318
Samuel Cardoso	Lisboa/Lisboa	9828
Sandra Rodrigues	Vila Nova de Gaia/Porto	16499
Sandrina Espiridião	Lisboa/Lisboa	774
Soraia Simões de Andrade	Lisboa/Lisboa	14724

Moção

S

Novo Rumo

Queremos um novo rumo. Estamos numa encruzilhada: reformar o capitalismo ou derrubá-lo, definhar ou mudar. No socialismo por que lutamos cabe toda a gente, com esperança e dignidade. Só assim fazem sentido ideias, propostas, políticas, palavras e ações. Lutar, falhar, errar, corrigir, porfiar. No Bloco de Esquerda, sempre.

1. ABRIR O DEBATE

O BE, que desde a sua fundação se afirmou como uma referência política na esquerda portuguesa, enfrenta o maior desafio da sua história.

Impulsionou leis como a que reprime a violência doméstica, a que permite a interrupção voluntária da gravidez, a que despenaliza o consumo de drogas, a da morte assistida, entre outras. Apoiou a promulgação de uma Lei Geral da Habitação. Em década e meia, alcançou cerca de 10% da votação nacional e a influência correspondente.

Em 2015, o BE foi determinante para retirar o país da austeridade, viabilizando a existência de um governo do PS que, por via da pressão que teve à esquerda, foi obrigado a devolver parte dos direitos e rendimentos retirados desde os últimos tempos dos governos de Sócrates. Se esses tempos de maior proximidade ao poder ampliaram a capacidade real de influenciar os acontecimentos, também acentuaram ilusões parlamentaristas.

Em 2019, a direção não entendeu os sinais, contraditórios, dos resultados eleitorais: estava iniciada uma espiral descendente. A orientação política principal continuou a apelar a uma "geringonça" que estava morta, o que contribuiu para libertar o PS para políticas de direita. Apesar de se opor a essas políticas, o Bloco acabou por ficar conotado com elas, face à opinião pública, e não recuperou a sua imagem de força à esquerda.

Após sucessivas derrotas eleitorais, reduziu a sua representação parlamentar de 19 para 1 deputada, perdendo cerca de 75% do seu eleitorado em 6 anos. Esta crise resulta quer do avanço da direita e da ineficácia de respostas de esquerda a diferentes níveis - do local ao global -, quer também de falhas internas. No caso do BE, destacamos: indefinição política, falta de estratégia coerente de intervenção, atomização em lutas setoriais sem nenhuma perspetiva socialista, insuficiências no envolvimento em movimentos laborais, estratégias de comunicação ineficazes. A atual direção evitou qualquer autocrítica, a democracia interna e o debate necessário. A confiança está abalada e requer atitudes diferentes.

Na sequência de propostas feitas na V Conferência Nacional (2024), apresentámos a Moção S à Convenção de 2025 que seria cancelada, anti estatutariamente, após as recentes eleições legislativas. Continuamos a entender que as mudanças e transformações que propomos são essenciais para o crescimento do partido. Persistimos, assim, sabendo que uma moção não é um programa, e defendendo que o Bloco deve iniciar um processo profundo e participado de revisão programática, na apresentação da moção S, atualizada.

Faz falta um BE mais combativo, mais ligado às lutas, nomeadamente as laborais, com mais inteligência e clareza nas políticas, mais participação e envolvimento militante, democracia interna verdadeira e aprofundada.

2. UM PARTIDO EM RISCO

Transformar o BE num "movimento de movimentos", com diluição ideológica, faz perder relevância como força crítica do sistema. A participação em movimentos não pode estar desligada de objetivos transformadores de toda a sociedade. Em vez de se afirmar como força crítica do sistema, socialista e transformadora, o Bloco vem assumindo um modelo de "movimento de movimentos" ou de "federação de ONG". A diluição ideológica arrisca fazer perder o capital de luta do BE associado à sua história e à das correntes que o fundaram, assim como a sua utilidade social, para além do património da luta mundial por uma sociedade nova.

Precisamos contrariar uma visão limitada e limitadora, reforçada por um funcionamento em bolha da atual direção política, ignorando as deficiências no trabalho de base. A partilha e discussão de propostas alternativas foi persistentemente dificultada, como forma de manter o domínio do partido por um grupo restrito da Direção. A resposta a mais uma derrota foi o cancelamento da Convenção e do processo já em curso, como meio de controlar a narrativa num momento em que se levantam muitas vozes discordantes. A marcação de uma nova Convenção, que se pretende mais aberta, vem dos mesmos que antes tentaram conter a emergência e o confronto de alternativas.

Qualquer funcionamento burocrático, centralizado em pequenos grupos, cada vez mais profissionalizados, afastados das bases, asfixia a democracia interna. Os e as militantes sentem-se reduzidos a mera força de trabalho, com decisões tomadas longe de si, entre cúpulas de duas fações dominantes, mesmo que tal não seja explícito ou politicamente claro. Sem mudanças profundas, que funcionem de baixo para cima, estão em causa a sobrevivência do partido e a sua capacidade de transformação e intervenção à esquerda.

3. REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA

A existência de tendências faz parte da natureza do BE. É saudável a manifestação de diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. O verdadeiro problema é quando duas principais tendências não atuam abertamente, não cuidam de ideologia, centrando-se na disputa e preservação de poderes ou lugares. Este comportamento é um obstáculo à vida democrática interna, servindo as reuniões dos órgãos do BE apenas para sufragar as decisões antes arquitetadas. Assim, inviabiliza-se qualquer participação das bases e esvaziam-se as concelhias e os núcleos, enfraquecendo os meios de enraizamento do partido e das suas políticas.

Estas práticas de "hegemonia partilhada" não respeitam a diversidade e uma cultura democrática, sendo disso sinal a forma como posições minoritárias foram sendo expurgadas da participação em Convenções, com o sucessivo aumento do número mínimo de subscrições requerido para apresentar moções, o que só seria revertido no regulamento da presente Convenção.

Em vez de convivermos fraternalmente com as nossas diferenças, e de as debatermos, tais comportamentos reduzem a sua práxis, impedindo na prática o debate político aberto no interior do Bloco e a construção de alternativas estratégicas em cada momento.

A gestão de recursos humanos apresenta também falhas, nomeadamente na opacidade nas decisões tomadas e nos procedimentos, desde a contratação à dispensa, como sucedeu recentemente no caso da cessação de funções de trabalhadoras. Acontece a mesma pessoa acumular mais do que um lugar de representação pública, inclusive em diferentes regiões, o que enfraquece a sua disponibilidade para ação eficaz e dedicada e prejudica a qualidade da preparação e da intervenção políticas, bem como a imagem pública do partido, favorecendo o carreirismo e inibindo a participação comprometida e renovadora de muitos e muitas aderentes.

A falta de democracia interna é o principal fator de fragilidade do BE. Temos de voltar a ser mais, e querer ser mais, que a soma de votos e vozes de grupos que estiveram na sua origem ou que em cada momento o compõem.

Neste sentido, a revisão estatutária deve sublinhar com toda clareza que, entre Convenções, o órgão máximo do partido é a Mesa Nacional, da qual deriva a Comissão Política, que, por sua vez, deve ser representativa e ter representantes de todas as moções que apresentaram lista, e reconhecer as diferentes propostas e alternativas, divulgando-as dentro da organização. Deve tratar da política quotidiana e da gestão do partido. O Secretariado deve derivar da Comissão Política, sendo limitado a meras funções executivas.

Existem ainda outros organismos que devem ser designados pela Mesa Nacional. Deste modo, terá de existir um organograma onde qualquer aderente possa saber quais são, quem os integra e qual o modo de acesso a estes órgãos.

Um partido é um dispositivo de gestão e atualização de conhecimento, por isso a formação permanente dos aderentes do BE tem de ser uma prioridade, pela necessidade de promover a cultura política, ampliar e aprofundar os debates entre diferentes visões de esquerda, e ainda pelo valor do acolhimento e integração, desde o momento inicial, de cada aderente em estruturas de base do BE.

Precisamos de uma comunicação abrangente, sabendo a quem se dirige e como se dirige; compreender a realidade de um país heterogéneo, sem ideias pré-concebidas, comunicar o que os cidadãos estão abertos a escutar sobre cada assunto e especialmente, atender ao que têm para dizer, esclarecendo o essencial de cada medida, procurando antecipar possíveis críticas e dúvidas em cada momento. Por outro lado, devemos cuidar para que a imagem do Bloco e dos seus representantes contemplem setores e quem melhor possa intervir nas políticas que defendemos.

Cabe ao Bloco ter programa político que conquiste a confiança e demonstre que é possível um futuro diferente. Não deixar cair os serviços públicos e o Estado Social, ter como base o trabalho e a qualidade de vida do povo, os valores humanistas de liberdade, democracia, inclusão, igualdade e direitos humanos, sem exceções e discriminações uma aposta estrutural no desenvolvimento dos cidadãos através da ciência, da educação e da cultura, sem deixar para outros propostas políticas de segurança, imigração, emigração, transparência, combate à corrupção, ou outras. O Socialismo integra a nossa linha ideológica central motriz, assumida, que pode e deve ser discutida e conhecida de todos os aderentes, de modo a cimentar uma identidade própria e uma coerência nos discursos, instrumento de todas as lutas em que nos empenhamos hoje e amanhã.

O Bloco tem de ser um partido com proposta e influência em todas as políticas de governação, fazendo alianças e procurando consensos sempre que adequado, afirmando-se como partido de massas, que transporta os problemas e anseios dos movimentos sociais e organizações de base para um patamar de transformação política.

O BE precisa de se refundar, valorizando sem medo o papel insubstituível de cada militante e das minorias, em vez de as asfixiar. Precisa de se democratizar de alto a baixo, começando pela libertação do Esquerda.net de um controle rígido da maioria conjuntural.

Falta melhorar as ferramentas de comunicação interna, de acesso exclusivo partidário, aberto a contributos de qualquer aderente que queira exprimir as suas opiniões. Da abertura de fóruns temáticos Esquerda.net, à criação de uma newsletter mensal, que divulgue as discussões e decisões, a atividade central e local do partido, motivando a participação ativa dos militantes, enquanto se promove o debate permanente, tão necessário à construção ideológica.

O Esquerda.net é um órgão de comunicação de qualidade, com uma audiência alargada, porém corre o risco de se reduzir a um órgão oficioso da direção. As minorias devem ter representação na direção do Esquerda.net, garantindo maior pluralidade, bem como o envolvimento direto dos e das aderentes. Diversificar modos de participação e tecnologias é um instrumento para construir uma cultura de comunicação em rede, para aprofundar e alargar o debate de ideias e valores, para estimular e organizar a partilha de práticas e de problemas.

No mesmo sentido, é preciso estarmos atentos a atos contrários a um funcionamento transparente e democrático. Por exemplo, no recente Congresso da Aliança de Esquerda Europeia pelo Povo e pelo Planeta (ELA - "European Left Alliance"), cujo programa não foi debatido entre nós, a adesão decorreu ao arrepio dos Estatutos do Bloco, que estabelecem como prerrogativa da Convenção a decisão de integração ou de retirada de estruturas internacionais.

Propomos:

- → Democratização radical: Reduzir o peso do Secretariado; a Comissão Política deve ser representativa de todas as moções que elegeram membros para a Mesa Nacional.
- → Transparência: Divulgar a composição de todos os órgãos; assegurar o acesso livre ao Esquerda.net para debate plural; melhorar os instrumentos de comunicação interna.
- → Rotatividade: Limitar mandatos e combater o carreirismo.
- → Autonomia financeira: Priorizar quotizações regulares de todos os militantes.
- → Formação permanente: Reforçar fundamentos ideológicos de base socialista; acolher e integrar novos membros.

4. LIGAÇÃO ÀS LUTAS

É essencial conquistar e merecer o apoio das massas e a influência junto dos trabalhadores e das trabalhadoras, o que passa pelo distanciamento crítico, pelo debate e pelo combate ideológico e político face às correntes que dirigem os partidos comunistas e social-democratas. Rejeitamos, em absoluto, regimes oligárquicos por vezes ditos de esquerda, de Maduro à Coreia do Norte e Rússia, do castrismo degenerado ao modelo chinês "comunista". Também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista pelos partidos social-democratas.

Queremos construir uma sociedade socialista, a associação livre e produtores, uma sociedade de igualdade, onde a democracia se aprofunde, pluripartidária, com direitos à greve, à liberdade de expressão e manifestação, de organização sindical e de associação, com mecanismos institu-

cionais que assegurem a separação de poderes. Uma sociedade que, ao contrário dos modelos ditos socialistas do passado, seja muito mais democrática que a atual, onde cada cidadão e cada cidadã multiplique os seus meios de participação e decisão. O peso determinante, mas não exclusivo, da propriedade pública dos meios de produção facilitará processos de planeamento coletivo e equilibrado dos recursos disponíveis. Só assim se garantem meios de subsistência a toda a Humanidade, sem esgotar os recursos do planeta.

Pequenas empresas ou familiares, trabalhadores liberais, plataformas, empreendedores e outras novas formas de trabalho precário (mascarado de "empreendedorismo"), são levados a acreditar na meritocracia, que não passa de uma ilusão porque nunca se cuida da equidade necessária para pontos de partida desiguais. O verdadeiro mérito só pode acontecer se houver equidade de direitos, de acesso e de oportunidades, defendidos numa sociedade socialista.

O BE não pode alhear-se dos movimentos dos trabalhadores. O que no 25 de Abril se conquistou, em matéria de liberdades e direitos sindicais, de contratação coletiva e de direitos laborais, está hoje em risco. Facilita-se o aparecimento de uma legislação laboral cada vez mais favorável ao patronato, com o recuo ou mesmo desaparecimento de muitos direitos. Por outro lado, a profusão de mecanismos de desigualdade sobre rendimentos e as condições do trabalho – salários, prémios, subsídios, isenções, contratos precários - põe em causa a contratação coletiva. A recente vitória da direita e da extrema-direita aumenta o nível de ameaça a esses direitos.

Sindicatos e centrais sindicais ocupam-se na conquista de migalhas junto do patrão ou do Estado em vez de dar prioridade à luta pela recuperação da contratação coletiva e por melhores condições laborais. Os sindicalistas e/ou ativistas do BE não devem continuar a pactuar com a divisão na classe trabalhadora, fruto da proliferação de contratos e negociações, sem conhecimento e participação dos trabalhadores.

Devemos optar pela (re)construção de formas de organização alternativas: comissões sindicais de base, comissões de trabalhadores, associações sindicais ou mesmo novos sindicatos independentes, onde a democracia seja real e se promova o alargamento da sindicalização, especialmente aos trabalhadores precários. Será preferível às burocracias instaladas da CGTP e da UGT.

Assim, a Coordenadora Nacional do Trabalho deve ser um coletivo de direção, com composição plural, sem sectarismos nem controleirismos, capaz de integrar quem se dispuser a agir pela construção de uma alternativa sindical.

A opção estratégica de futuro pode vir a ser a construção de alternativa sindical de classe através da promoção de um Fórum Sindical Alternativo, anual, capaz de reunir todos os sindicalistas e ativistas, filiados ou não nos sindicatos da CGTP/UGT, em sindicatos independentes ou mesmo sem filiação e que se disponham a discutir e aprovar uma Plataforma Sindical Alternativa orientada exclusivamente pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

São tarefas urgentes do Bloco

- → Erguer-se como partido de massas, vinculado aos sindicatos e combates laborais, promovendo comissões de base e um Fórum Sindical Alternativo.
- → Rejeitar o "parlamentarismo ilusório" que nos pode limitar na ação política.
- → Ter programas locais sólidos (habitação, transporte, juventude, ambiente, cultura e educação) para reconstruir enraizamento, sem se subordinar a coligações ou alianças que comprometam princípios, valorizando a intervenção autárquica.

5. ELEIÇÕES

Seja qual for o ato eleitoral, o BE deve nortear-se sempre pela relevância e coerência do seu programa ideológico, com visão de futuro, de cariz progressista, transformador e revolucionário, autonomizando-o tanto quanto possível dos ciclos eleitorais. Cada eleição e cada tempo de mandato são oportunidades para afirmar a nossa alternativa.

As eleições autárquicas, e o exercício dos mandatos delas resultantes, são ocasiões muito importantes para a construção e enraizamento de um partido já com 26 anos e para a afirmação de uma alternativa de esquerda no plano local. São um terreno privilegiado para trabalho entre aderentes, simpatizantes, e pessoas sem partido, referências locais, no programa e em listas, reunindo um conjunto de ativistas e de propostas capazes de transformar o quotidiano das pessoas. Uma política local séria e combativa pode ser o início da reconstrução do Bloco e da sua implantação.

A primeira orientação é assumir a defesa de um programa alternativo pelo direito à cidade e ao lugar, com propostas sobre cultura, ordenamento do território, urbanismo e qualidade de vida, direito à habitação, transportes e mobilidade, ambiente e recursos naturais, saúde e educação, cultura, coesão social e cuidados, transparência, cidadania e democracia local. São necessários projetos locais, apoiando a implantação das concelhias e das figuras locais do partido, lançando ações públicas periódicas diversas para consolidar o trabalho e a presença na comunidade.

A intenção de assegurar a manutenção de lugares conquistados em atos eleitorais anteriores: vereadores, membros de assembleias municipais ou de freguesia - não se deve sobrepor à lógica do nosso combate político mais geral, não só contra a direita, mas também contra políticas erradas do PS e do PCP nas autarquias que governam. Isto significa que o programa deverá ser o critério dominante na negociação de eventuais coligações ou entendimentos com outras forças políticas, antes ou depois do ato eleitoral.

No mesmo plano, a descentralização de competências, a regionalização e o combate à corrupção são exemplos concretos de questões nacionais com forte reflexo local.

Enfrentamos um contexto político e social bastante desfavorável para uma candidatura própria à Presidência da República. Vivem-se tempos de grande refluxo social e político, observa-se o reforço da extrema-direita e de grupos fascistas que dão eco ao discurso securitário e à restrição de direitos e liberdades democráticas. Corre-se o risco de uma candidatura própria ser tarefa muito desgastante e comprometer o objetivo de acumular forças para a mobilização pelas nossas principais causas.

6. O CAPITALISMO ATUAL

Nos últimos 150 anos, as classes sociais alteraram-se, fruto da evolução do capitalismo. Hoje, o proletariado abrange novas esferas da atividade produtiva. Atomizou-se em alguns dos seus segmentos, nomeadamente nas áreas da reprodução social e dos serviços, acentuou a precarização, é organizado por plataformas. Apesar desta fragmentação, a classe trabalhadora constitui a larga maioria da população mundial, o que coloca novas exigências à organização da luta pelo socialismo, sem alterar o seu papel dirigente na luta social e política, com vista a uma transformação radical da sociedade.

O processo de globalização capitalista ganhou novos contornos nas últimas décadas: a concorrência entre as principais potências económicas e militares escalou e a pandemia acelerou alterações na organização das cadeias de produção e distribuição de matérias-primas, energia e bens alimentares. A China saiu do seu modelo de grande fábrica de mãos-de-obra barata para se tornar na segunda maior potência económica mundial. O desafio colocado pela Federação Russa é, sobretudo, de natureza militar e territorial, como a invasão da Ucrânia. O protecionismo de Trump, mais que um desejo de liderança económica americana, revela o declínio da hegemonia dos EUA. A distribuição internacional de riqueza vai-se alterando, em favor de potências emergentes.

O mundo está organizado em função da acumulação rápida e ilimitada de capital. 1% da população detém cerca de 48% da riqueza mundial, enquanto que 40% da população mundial detém apenas 1% da riqueza. Este cenário tende a agravar-se velozmente.

Mais do que a inversão da lógica da globalização capitalista, está em marcha uma adaptação a novos contornos da rivalidade internacional, conforme a evolução do cenário político-militar. O capitalismo mundial, em particular a sua vertente financeira, procura desesperadamente o conjunto de circunstâncias que lhe permita relançar a taxa de lucro. Nas últimas décadas, o neoliberalismo promoveu condições para derrotar a classe trabalhadora e intensificar a sua exploração.

Configura-se um choque civilizacional entre o modelo de acumulação, assente na pilhagem de recursos naturais e na sobre-exploração dos trabalhadores, e o impacto incontestável das alterações climáticas a nível global. Todos os valores críticos da ultrapassagem de +1,5ºC na temperatura média do planeta já foram atingidos e inscrevem-se numa progressão contínua e imparável. Os recursos naturais do planeta colocam limites ao crescimento global e confirmam esta contradição fundamental do capitalismo.

7. UM NOVO CICLO DE GUERRAS E A URGÊNCIA DO INTERNACIONALISMO

O mundo bipolar da Guerra Fria desmoronou-se com o afundamento da União Soviética. Depois de algumas décadas de hegemonia incontestada dos EUA no plano económico e militar, novos arranjos estão em vias de se consolidar, com o aparecimento em força de China, Rússia, Índia, Brasil e outras potências regionais.

A hegemonia ocidental, como a temos conhecido, parece cada vez mais posta em causa pela afirmação de economias fortes e com grande potencial de crescimento, ainda que sob ameaças de enorme instabilidade e da guerra. O diferendo entre a Europa e os EUA criou novas pressões para a corrida ao armamento na Europa, com a exigência, subscrita por países europeus, de 5% do PIB em gastos militares no seio da NATO, provocando maior degradação das funções sociais do Estado e o retorno de lógicas de militarização da sociedade.

As guerras em curso são de conquista, tal como o foram as duas grandes guerras do século XX. A ameaça de guerra generalizada e as guerras já em curso promovem a corrida ao armamento. A destruição de forças produtivas é favorável ao relançamento capitalista, na sequência de três fatores a destacar: 1. a globalização, defendida por grandes grupos monopolistas para conquista de novos mercados, esbarrou na emergência de novas potências económicas com mais e maiores argumentos de penetração no mercado mundial (BRICS, Coreia do Sul, regimes árabes, etc.); 2. o papel secundário dos países europeus nessa disputa global face à sua crescente subordinação

à hegemonia norte-americana; 3. a corrida ao armamento e à "solução da guerra" como meio de recompor o domínio mundial dos EUA, sendo a NATO um seu instrumento crucial.

Neste âmbito, é incontornável denunciar a viragem da União Europeia na aprovação de um mega-investimento de 850.000 M€ para os próximos 5 anos nas indústrias da guerra em ordem a cumprir a exigência trumpista de destinar 5% do PIB (da União e de cada país) para gastos militares sob o argumento da "ameaça externa". Este valor compara com os 724.000 M€ do PRR Europeu (+17,5%), mas apenas servirá para alimentar a faturação do complexo militar-industrial ocidental, em especial do americano, e, de caminho, "justificará" a introdução do serviço militar obrigatório (SMO) para haver "carne para canhão". Também aqui se verá quais são os terrenos que as direitas e as esquerdas pisam face à conjunção do militarismo com a guerra. Nós não temos dúvidas: cada euro gasto na indústria da guerra é um euro a menos para corrigir as desigualdades e defender os direitos sociais de todos e de todas.

As guerras abertas, como na Ucrânia e no Médio Oriente (Palestina, Israel, Irão, entre outras), colocam às forças de esquerda o imperativo da solidariedade com os seus povos e da luta antimilitarista, em defesa da paz justa e duradoura, que só é possível sem cedências a invasores imperialistas ou a governos sionistas/protofascistas, que não respeitam direitos e liberdades democráticas, inviabilizam o desarmamento global e esmagam a autodeterminação dos povos, em nome de um suposto "direito de existência" com apenas um sentido: o das armas, das bombas.

Os conflitos proliferam um pouco por todo o mundo e são uma das grandes causas da saída em grande escala de pessoas desses países, nomeadamente de África - primeiro para países próximos, e muitos para a Europa. A União Europeia escolheu tornar-se uma fortaleza e recusar grande número de refugiados, chegando ao ponto de pagar a países vizinhos para os conter. A chegada de refugiados e migrantes alimenta um dos principais argumentos da extrema-direita, exigindo à esquerda argumentos eficazes no combate a visões e práticas de ódio, racistas, misóginas e xenófobas. Em contrapartida propomos o combate às redes de tráfico humano e à corrupção e conluio burocráticos.

É urgente aprofundar o internacionalismo de esquerda. Grande parte das questões nacionais são de âmbito transnacional. Queremos lutar por uma "governança global" que trabalhe em áreas essenciais: Direitos Humanos, alterações climáticas, conflitos e segurança, movimentos migratórios, redistribuição de riqueza, saúde, educação, cultura, reforço da liberdade, da democracia e da transparência, entre outras. Tal passará também pela reformulação de estruturas internacionais, como a ONU, fazendo cumprir o Direito Internacional.

8. HORIZONTE: SOCIALISMO, ECOLOGIA

Num capitalismo em crise, marcado por guerras interimperialistas, desigualdades brutais e colapso climático, defendemos um novo modo de produção cooperativo e associativo que suporte:

1. Ecossocialismo: Socialização de setores estratégicos (energia, água) e planeamento ecológico democrático.

2. Internacionalismo anticapitalista: Rejeição de alianças apressadas sem debate interno, como sucedeu com a ELA (European Left Alliance); reformulação da ONU para garantir igualdade entre nações; solidariedade ativa com povos sob agressão imperialista (Palestina, Ucrânia,

Sudão, entre outros); combate a convergências militaristas como a NATO, e outras.

3. Socialismo democrático: Sociedade pluripartidária, com liberdades sindicais e direitos humanos universais, opondo-se a modelos autoritários (China, Rússia) e aos modelos social-democratas e neoliberais.

Não basta desafiar manifestações do capitalismo – crise habitacional, crise climática, lutas identitárias, etc. – se não questionarmos o próprio Capital enquanto relação social determinante e determinada pela produção de mais-valia.

Ao combater neste terreno, mostramos que há alternativa e que é possível esboçar as características dessa nova sociedade. Criar um horizonte alternativo é projetar para o futuro o fim do capitalismo como causa última de catástrofes ecológicas e de guerras. Perdendo estas premissas, a esquerda falha.

Hoje, parar a catástrofe climática e o declínio da biodiversidade requer, sem dúvida, uma redução imediata e significativa do consumo final de energia à escala global. A denominada transição energética será um cavalo de Troia na recuperação capitalista da economia, se for entregue aos conglomerados privados. O chamado crescimento verde mais não é do que o capitalismo pintado de verde. A socialização dos principais meios de produção relativos à energia, incluindo a água, é indispensável ao combate das alterações climáticas. Ser ecologista é ser anticapitalista, defender valores incompatíveis com uma economia predadora, que se rege exclusivamente pela lei do valor e a busca insana do máximo crescimento do lucro.

A alternativa assenta num planeamento ecológico, democrático, capaz de decidir o que produzir e como produzir, em serviços públicos gratuitos de acesso universal com respeito dos limites da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e materiais, como a água, a floresta, a energia, os transportes e a terra.

A Moção S quer refundar o Bloco como força combativa, democrática e internacionalista e travar o seu processo de definhamento. Exige-se na esquerda um novo rumo: menos burocracia, mais base militante; menos fragmentação, mais programa claro; menos ilusões, mais internacionalismo revolucionário. Por uma sociedade socialista!

Lisboa, 29 de junho de 2025

SUBSCRITORES

Albano Augusto Cavaleiro Carvalho	Coimbra	3766
Adelino Fortunato	Setúbal	8790
Alexandra Vieira	Braga	12281
Alexandre Sérgio Mano	Braga	8111
Ana Isabel Costa Bernardes	Leiria	5056
Ana Margarida Roberto	Setúbal	17153

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes	Lisboa	9397
André Servo	Lisboa	18265
António Augusto Coelho Cerqueira	Porto	1475
António Brandão Moniz	Leiria	264
António Cruz Mendes	Braga	1301
António Gil Ferreira de Almeida Campos	Leiria	280
António Leonel Filipe	Leiria	11769
António Lopes Canhoto	Leiria	2894
António Manuel Louro Miguel	Porto	3614
António Manuel Maximiano Vicente	Leiria	2535
António Marinho da Silva	Coimbra	1660
António Ribeiro Pereira	Porto	16305
Armando Herculano L Ferreira	Porto	1750
Artur Miguel Antunes Dias	Coimbra	1159
Bernardino Aranda	Lisboa	4657
Carla Magalhães	Braga	15265
Carlos Alberto Guerreiro Costa	Faro	14187
Carlos Jorge Meneses Ferreira Machado	Porto	5187
Carlos Patrão	Lisboa	1052
César Gastão Cardoso Pinheiro Silva	Amarante	1473
Clara Dumont	Lisboa	4976
Cláudia Sofia Pereira Fernandes	Lisboa	17940
Cristina Barros Oliveira	Setúbal	17414
Cristina E. Biguetti	Braga / S. Paulo	15982
Denise Miranda		16156
Dirceu Graça	Porto	12272
Edson Vicente Carli Junior	Porto	17969
Elias Jorge Oliveira Navalho	Lisboa	7298
Elísio Carvalho	Braga, Recife	16148
Eloísa Helena Gonçalves Macedo		15110
Fábio André Mendes Capinha	Leiria	11675
Fernando Gandra da Silva	Setúbal	15119
Fernando José L. O. Queiroz	Porto	555
Fernando Lacerda	Porto	356
Filipe Manuel Mendes Rosas	Lisboa	661
Francisco Fernandes	Vila Franca de Xira	2499
Francisco Monteiro da Silva	Porto	1596
Gabriela Sampaio Teixeira Pereira da Costa	Coimbra	18071
Heitor Sousa	Leiria	664
Hélio Marques Infante Girão	Setúbal	14304
Humberto Agostinho Carreira	Leiria	10260
Igor Emanuel	Porto	16155
Jaime Santos	Sesimbra	4626
James Milner	Porto	14530

João Carlos Cid Novaes Pinto da Costa	Porto	11819
João Correia	Castelo Branco	18023
João Emanuel de Gouveia Martins	Porto	11495
João Graça	Porto	15099
João Lafuente	Porto	185
João Lima Gonçalves Baeta Neves	Lisboa	11405
Joao Manuel Malho De Nobrega	Setúbal	13330
João Manuel Pacheco Machado	Lisboa	3988
João Pires Fernandes	Lisboa	7782
Joaquim Calado	Lisboa	11035
Joaquim Mendes Teixeira	Braga	4252
Jorge Humberto Berardo Nogueira	Lisboa	14890
Jorge Manuel Carvalho Rato	Setúbal	758
Jorge Pereira	Porto	343
José António Almeida Dias Ferreira	Vila Franca de Xira	1675
José Estrela	Porto	9410
José Fernando Pinheiro da Cunha	Porto	15484
José Manuel Boavida	Lisboa	604
José Manuel Marques Chiôto	Lisboa	15444
José Manuel Peixoto Figueira Henriques	Leiria	414
Júlio Emanuel Pereira Coelho	Porto	17822
Laurinda Pinto	Porto	15393
Lisandra Simões Pires	Évora	18036
Luís Sottomaior Braga	Viana do Castelo	13653
Luísa Ramos	Setúbal	1181
Manuel António Azenha Santos Pereira	Leiria	7643
Manuel Fernandes da Cunha	Braga	16842
Manuel Luís Mateus de Figueiredo	Leiria	6609
Manuela Maria Ventura Carvalho	Coimbra	4810
Maria de Fátima Gonçalves Francisco	Torres Vedras	15374
Maria Helena de Sousa Figueiredo	Lisboa	3736
Maria José Samora	Sintra	502
Maria José Vitorino	Lisboa	606
Maria Leopoldina Manteigas	Leiria	7378
Maria Marreiros	Lisboa	15680
Maria Teresa Teixeira Mota Silva	Porto	1595
Maria Virgínia Lima Rebelo Cerqueira	Porto	1464
Mário Olivares	Lisboa	10942
Miguel Correia	Lisboa	15764
Mónica Daniela Teixeira da Rocha	Lisboa	15116
Nelson Calheiros	Cascais	12392
Nuno Pinheiro	Setúbal	14306
Nuno Sousa Oliveira	Lisboa	15250
Orlanda Manuela Carvalho Silva	Amarante	15489

Patrícia Barreira	Lisboa	9959
Patrícia Kok Marinho da Silva	Coimbra	1158
Paula Cristina Brum da Silveira	Setúbal	14279
Paulo Gonçalves	Lisboa	8135
Paulo Renato Soares Ferreira	Setubal	15387
Pedro Almeida	Coimbra	17781
Pedro Castaño	Oeiras	237
Rodrigo Hora Marques	Lisboa	17960
Rui Jorge Cruz Araújo	Braga	16316
Rui Manuel Vitor Cortes	Vila Real	251
Rui Morgado	Porto	6791
Sara Bôto		17547
Vítor Jorge Pereira TojeiraTojeira	Leiria	6908
Vítor Manuel Marinho da Silva	Amarante	1462
Vitor Metrogos Frango	Évora	11680
Vitorino Vieira Pereira	Leiria	477
Xavier Francisco Gaspar	Leiria	11051

Contributos das Moções de Orientação

Moção C

Melhorar o funcionamento do Bloco

1. MAIS DEMOCRACIA, MAIS ORGANIZAÇÃO, MAIS BLOCO

Findo o período da Convenção e feitas as escolhas democráticas, teremos de respeitar as decisões subsequentes e, todos juntos, irmanados no mesmo ideal, devemos lutar por uma sociedade melhor, sem nos perdermos nos atalhos do sectarismo.

A grande maioria dos aderentes do Bloco e dos seus apoiantes nada têm a ver com as correntes do século XX, querem um Bloco virado para o futuro, sem capelas internas, sem carreirismo, todos a remar na mesma direção, com naturais e saudáveis diferenças de opinião, mas todos de acordo com os nossos princípios e valores, a **Democracia, a Liberdade e o Socialismo**.

Há que limpar de vez a poeira da História, libertarmo-nos das tendências organizadas, melhorar a nossa democracia, auscultar as bases, reforçar a nossa organização, esquecer os dogmas do passado, aproximarmo-nos do povo e dos seus anseios, ser um espelho das suas necessidades e reivindicações. Enfim, ser um partido verdadeiramente socialista e democrático, ocupar o espaço que o PS há muito tempo abandonou.

Recordemos um excerto da Resolução da III Convenção, em 2002:

> *«Nos próximos dois anos precisamos de um Bloco de Esquerda muito maior. Muito mais descentralizado na sua atividade local, distrital e sectorial, mais articulado na criação de plataformas de intervenção para o desenvolvimento de movimentos sociais, mais aberto à participação direta dos aderentes fora dos períodos de Convenção e mais concentrado em grandes atividades políticas unificadoras».*

Passados 23 anos, não conseguimos cumprir o que foi prometido fazer em 2 anos.

Mais do que promessas ocas, que não são cumpridas, precisamos de uma práxis que nos encaminhe com passos firmes para um Bloco mais forte, onde a democracia interna seja uma realidade palpável no nosso funcionamento, precisamos de um Bloco que chegue às pessoas, onde elas se encontram, nas cidades, nas freguesias, nos bairros, nas escolas, nas empresas, na rua.

Precisamos de chegar ao povo que tanto dizemos defender, mas de quem estamos muito distantes.

As tendências, enredadas nas suas contradições, acabam por ser um problema para o bom funcionamento do Bloco, mas o problema das tendências não se resolve com medidas administrativas, resolve-se com medidas acertadas na definição do nosso rumo político: mais democracia, mais organização, mais enraizamento local, mais Bloco.

Todos os membros do Bloco deveriam ser iguais, nas diferentes tarefas necessárias para o nosso funcionamento. Um dirigente não é superior a um ativista que cola cartazes e distribui jornais. Todos os aderentes são necessários e ninguém é superior a ninguém. Mas no Bloco as pessoas que ocupam cargos de maior responsabilidade nem sempre são escolhidas em função dos seus méritos, mas antes em função do seu oportunismo de saberem abrigar-se nos elevadores sociais que estão ao seu dispor: as tendências.

As tendências estão muito bem organizadas, mas apenas focadas em hegemonizar as estruturas do Bloco. Ao invés deveriam estar concentradas na organização local. Somos fraquíssimos em termos organizativos e isso impede-nos de chegar às pessoas, que trabalham nas empresas e moram nos bairros, nas freguesias, nas cidades e que só conhecem o nosso partido através da televisão.

Por tudo isto, **o Bloco está hoje mais fraco do que estava há 10 anos**, tanto no plano eleitoral como no plano organizativo. Isto acontece porque os aderentes entram no partido, mas cedo percebem a dissonância entre os valores socialistas apregoados e a prática antidemocrática das tendências que controlam o Bloco. E, mais tarde ou mais cedo, afastam-se.

Sigamos em frente, cuidemos dos nossos problemas e olhemos para a realidade, com especial foco naquilo que podemos melhorar.

Em primeiro lugar, precisamos de **aperfeiçoar a democracia interna**. A democracia reforça o nosso sistema imunitário e irá tornar-nos cada vez mais fortes, prontos para os desafios que se avizinham, quer sejam as eleições autárquicas e presidenciais, quer seja a reconquista de todas aquelas e aqueles que já confiaram em nós, ao ponto de nos confiarem o seu voto, ao ponto de solicitarem o nosso apoio quando empreendem uma luta laboral ou social.

Contudo, para termos uma construção sólida, duradoura e acolhedora, **precisamos de nos organizarmos melhor**, para chegar a mais pessoas, de crescermos, de sermos mais apelativos para a juventude, que já esteve do nosso lado, mas agora não.

Precisamos de prestar mais atenção às redes sociais, subtraindo à Extrema-direita a hegemonia que eles conquistaram. É inadmissível que os fascistas consigam fazer bullying nas nossas próprias páginas, perante a nossa incapacidade de lhes dar uma resposta adequada.

Em suma, precisamos de mais democracia, melhor organização, de mais ligação à comunidade, em especial à juventude. Para isso, **precisamos de mais futuro, consubstanciado no Bloco, e de menos passado, corporizado pelas tendências**.

2. SECTARISMO, DOENÇA INFANTIL DA ESQUERDA

O espírito de seita é uma das principais doenças que nos afetam e perturbam o nosso funcionamento.

Desde logo, o sectarismo está presente no pensamento e na ação dos tendenciosos. O facto de estes precisarem de se abrigar numa tendência é revelador do seu espírito sectário, que não pode alimentar-se num grupo aberto como é o Bloco de Esquerda.

Esta abertura permitiu a entrada no Bloco de grupúsculos extremistas, que só nos trouxeram conotações indesejáveis. É certo que o Bloco não pode recusar a entrada de um aderente por

motivos de diferenças de opinião. No entanto poderia tê-los impedido de concorrerem a lugares de representação e nem sempre o quis fazer. É claro que isso acarretou enormes danos na nossa imagem pública.

O problema do sectarismo constitui um enorme obstáculo à unidade, imprescindível para os enormes desafios que enfrentamos. Não obstante, o Bloco não pode ser um albergue espanhol, onde cabem todas as seitas de esquerda.

Duas dessas seitas acabaram por revelar-se muito prejudiciais: os estalinistas da Convergência e os terroristas das FP-25. Os primeiros estão em processo de saída, pelo seu próprio pé: é uma relação terminada e ainda bem, para ambos os lados; quanto aos terroristas, a maioria já morreu, como as suas vítimas, mas ainda restam alguns, 3 ou 4, que estão caducos e encostados, mas, enquanto permanecerem, serão sempre um ativo tóxico, até porque nunca demonstraram qualquer remorso pelos gravíssimos crimes que cometeram.

Os membros das outras tendências são nossos camaradas e é com eles que queremos trabalhar para reerguer o Bloco de Esquerda.

Para isso, precisamos evitar atitudes sectárias, que nos têm dado imenso prejuízo. Impediu-nos, por exemplo, de fazer uma aliança pré-eleitoral com o Livre, o que causou danos irrefutáveis na representação parlamentar da Esquerda e, pior ainda, em claro benefício da Direita e da Extrema-direita.

Apraz-nos registar que a abertura demonstrada em algumas coligações autárquicas é um bom prenúncio para o futuro.

3. REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

No passado, todas as revoluções se fizeram para derrubar ditaduras.

No futuro, nunca haverá espaço político para convencer o povo a apoiar uma revolução que sirva para derrubar um governo democraticamente eleito. E, sem apoio popular, não há revolução.

Dado em Portugal não existir uma ditadura para derrubar, quem prega a revolução está completamente fora da realidade e talvez deseje que venha aí uma ditadura, para depois tentar a revolução, ou seja, a velha tática estalinista, do «quanto pior melhor».

Além disso, a realidade demonstrou que os partidos ditos revolucionários nunca conseguiram mobilizar os trabalhadores para derrubar regimes democráticos e construir o socialismo. Pelo contrário, os partidos e organizações que pugnavam por este objetivo, foram-se acantonando, ficando cada vez mais irrelevantes.

Por outro lado, as revoluções socialistas, que desistiram da democracia, falharam redondamente.

A partir destas lições da História, concluímos que **nunca devemos prescindir da democracia como modelo de organização da sociedade**.

4. POR UM BLOCO REPRESENTATIVO DA SOCIEDADE

O Bloco precisa de dar voz a todos grupos socioprofissionais representativos da sociedade, para que estes se revejam no nosso partido. Operários, trabalhadores de serviços, funcionários públicos, pequenos empresários, estudantes, professores, médicos, profissionais liberais, reformados, todos são nossos potenciais eleitores e todos devem integrar as nossas estruturas orgânicas e de representação.

Só assim evitaremos a propensão existente no nosso partido de ter pessoas, em diversos patamares, que estão desligadas da vida real.

5. TÁTICA E ESTRATÉGIA NOCOMBATE POLÍTICO

> *«Estratégia sem táticas é o caminho mais lento para a vitória. Táticas sem estratégia é como o ruído antes da derrota»*. Sun Tzu

Tática é o conjunto de ações necessárias para vencer uma batalha e, por analogia, a organização de meios de ação utilizados para atingir determinados fins políticos.

Estratégia é o conjunto de ações para vencer uma guerra e, aplicada à política, significa o conjunto de meios e planos para atingir um objetivo de longo alcance.

Podemos dizer que o nosso objetivo estratégico é a construção do verdadeiro socialismo democrático, mas para atingirmos esse fim, teremos de vencer muitas batalhas.

Mas não basta vencer batalhas, se não tivermos sempre presente que elas só são úteis se contribuírem para atingir o nosso objetivo estratégico.

Um exemplo disso, Napoleão, quando invadiu a Rússia, venceu todas as batalhas, mas perdeu a guerra, sem apelo nem agravo. Isto porque usou boas táticas para vencer as batalhas, mas falhou na estratégia, ou melhor não conseguiu derrotar a estratégia de Kutuzov, general russo, que, basicamente, consistia em recuar e esperar que o inverno russo fizesse o resto. Resultado: Napoleão invadiu a Rússia com 500 mil soldados e regressou, humilhado, a França com apenas 27 mil homens esgotados.

Na política, os reformistas costumam privilegiar a tática e o seu tacticismo exagerado, muitas vezes, afasta-os irremediavelmente da construção do socialismo, indo engrossar as fileiras sociais-democratas.

Os ultrarrevolucionários, ao invés, querem desesperadamente chegar ao objetivo estratégico, esquecendo-se que, para vencer uma guerra, é necessário travar muitas batalhas e vencê-las. E não é possível vencer qualquer batalha democrática sem o povo a apoiar.

A nossa ação política deve usar todas as táticas que forem necessárias para mobilizar um número crescente de trabalhadores para o combate socialista, mas nunca poderemos perder o nosso rumo estratégico, sob pena de nos enredarmos em tacticismos que nos afastam do socialismo. Também devemos resistir à tentação de queimar etapas, ir com demasiada sede ao pote e correr o risco de o quebrar, como fazem os ultrarrevolucionários.

6. MOVIMENTOS SOCIAIS E LABORAIS

- O Bloco deve manter com as forças laborais e movimentos sociais uma relação de cooperação, resistindo sempre à tentação de os controlar;
- Devemos ter a noção que a generalidade dos **sindicatos** está contaminada pelo «controleirismo» partidário do PCP, PS e PSD;
- A participação de trabalhadores bloquistas nos sindicatos é diminuta e irrelevante;
- Devemos antes privilegiar as **comissões de trabalhadores**, que poderão, no futuro, servir de embrião a um sindicalismo de classe, livre do controle partidário.

7. O TEMPO E O MODO

Em política não basta ter razão. É preciso que a razão esteja em consonância com o tempo e o modo.

O primeiro fator, o **tempo**, é muito importante. Não adianta o ativismo fora do tempo. Existe um tempo certo para apresentar moções à Convenção, existe um tempo para pôr em prática as decisões aprovadas, existe um tempo para nos unirmos e travarmos todos os combates que temos pela frente.

Em contrapartida, nunca é tempo para propagandear tendências e cacicar apoiantes fora do contexto das moções, fora do período de Convenção.

O segundo fator, o **modo**, também é muito importante e tem a ver com **regras de funcionamento**, que nunca podem ser esquecidas num partido democrático de esquerda:

- As críticas internas fazem-se internamente e nunca se fazem através da imprensa externa.

  Ao longo da existência do Bloco sobejam as figurinhas que nunca perderam uma oportunidade para exibirem a sua falta de noção e de sentido de oportunidade.

  Desde Gil Garcia até aos estalinistas da Convergência, muitos subverteram todos os princípios do bom-senso e da decência, ao virem para a praça pública acusar a maioria de não se submeter aos ditames da sua minoria «esclarecida»;

- As minorias, findo o processo de Convenção, devem aceitar que o Bloco seja dirigido com base no programa da moção vencedora e deverão estar vigilantes ao cumprimento do seu programa;

  Em contrapartida, se lermos o programa da maioria, vulgo moção A, verificamos que ele contém, sobretudo, generalidades, fáceis de cumprir, mas completamente inócuas e inconsequentes.

  Fica a dúvida: como podemos fiscalizar um programa que não existe?

  Não obstante, é salutar que a Moção A tenha reconhecido que cometeram erros que nos conduziram à situação atual. Só falta, mesmo, que proponham, de uma forma participada e conjunta, medidas claras e concretas para corrigir esses erros e nos retirarem da crise.

- A maioria, saída da Convenção, deve sempre respeitar os direitos das pequenas moções, pois **não há democracia sem respeito pelas minorias**.

8. ELEIÇÔES AUTÁRQUICAS E PRESIDENCIAIS

Eleições Autárquicas - Devemos aproveitar estas eleições para alargar a nossa base de apoio, convidando o máximo de candidatos independentes, para que eles possam caminhar connosco. Sempre que possível, devemos fazer coligações com o Livre e PAN e, em Lisboa, também com o PS.

Eleições Presidenciais – O Bloco não está em condições de gastar recursos financeiros exagerados numa candidatura autónoma. Ou apoiamos uma/um candidata/o com um mínimo de valores e princípios de esquerda ou, se isso não for possível, deveremos avançar com uma candidatura própria, com orçamento limitado, de preferência em coordenação com o Livre.

9. AUMENTO DAS QUOTAS

Quando se evidenciou a curva descendente no plano eleitoral, a Direção decidiu aumentar as quotas, de 15 para 25 euros.

Aumentar 66,66% para quem se queixa do aumento do custo de vida, é completamente **absurdo**.

Quanto a nós, e enquanto não for apresentada uma análise que o contrarie com números - serviço que já devia ter sido feito - esta decisão acabou por gerar o efeito contrário, porque levou muitos camaradas a deixarem de pagar as quotas, considerando que o valor do aumento foi excessivo, injusto e se tornou incomportável.

Além disso, precisamos muito de aumentar o número de aderentes e não é com quotas mais caras que o conseguiremos fazer.

Moção H

Como nos mudar enquanto partido

Na moção H, Hora de Recomeçar, partimos de uma reflexão sobre o mundo em que vivemos para identificar aquelas que consideramos serem as respostas fundamentais que a esquerda anticapitalista necessita de esboçar no momento presente. Questionando, de seguida, quais as formas de organização interna do Bloco necessárias para responder ao atual paradigma político. E é exatamente esse questionamento que desenvolvemos, ainda de que forma breve, neste texto, com o intuito de reafirmar que perceber o que deveria mudar não basta: é preciso compreender como fazer essa mudança.

O que trazemos não é uma proposta fechada e final, mas um início de esforço de compreensão coletiva que pretende abrir espaço à discussão e participação de toda a militância do Bloco. Com a consciência de que a Convenção que se aproxima não pode fechar essa transformação necessária, mas sim ser o pontapé de saída de um trabalho profundo de debate político alargado para mudar o partido significativamente.

Se a necessidade de um partido com caraterísticas fundamentalmente diferentes das existentes já se justificava anteriormente, as eleições legislativas de 2025 confirmaram o desmoronamento de uma conceção política do socialismo centrada na via mediática e institucional, decidida e visibilizada por poucas vozes, replicando os modelos dos partidos tradicionais. Um partido anticapitalista não deve abdicar de disputar o espaço mediático e institucional existente, mas também não deve alimentar ilusões sobre os enormes limites que o caraterizam: só pode estar socialmente enraizado, ter outros canais de influência e de agregação de forças.

ENTÃO, COMO O FAZER?

Primeiro, através da coletivização do processo de construção de partido. Ao invés de concentrar a decisão num número reduzido de figuras, o Bloco deve construir-se de baixo para cima. Nas estruturas concelhias e distritais, nos grupos de trabalho, os existentes e outros por criar, nos núcleos de militantes, e em todos os espaços que contribuam para o desenvolvimento, consolidação e crescimento do Partido, devem fervilhar ideias e propostas, devem ser preparadas ações e discutidos os seus sucessos e insucessos.

Evidentemente, isto não quer dizer que na reunião de uma determinada concelhia seja definido o rumo do Bloco para os meses seguintes, mas antes que os contributos discutidos nas várias concelhias, nos vários grupos de trabalho, recolhidos pelas diferentes direções locais, nacionais e temáticas, devem ser a base real para a decisão sobre a vida do Bloco e não esbarrarem necessariamente nas decisões já tomadas e que são apresentadas como inevitáveis. Campanhas de fundo, planos de formação política e de debates, projetos de lei, entre outros, podem e devem ser construídos de forma participativa, procurando-se sínteses imaginativas em vez de se aceitarem decisões pré-fabricadas.

Reconhecemos que este tipo de processo é mais trabalhoso e demorado do que uma forma menos participada de encarar a política e que nem todas as decisões podem ser tomadas fazendo este caminho mais longo. Contudo, esse trabalho acrescido é desejável, porque nos forma

enquanto militantes, reflete a democracia de alta intensidade que queremos construir dentro e fora do Bloco e trabalha a coesão de um partido que deve estar mais preparado para atender às diferentes sensibilidades internas e geográficas do Bloco, um partido em que os militantes não entrem e se afastem algum tempo depois por sentirem que não existe espaço para dialogar e ter voz com consequências efetivas.

Segundo, consideramos que, para além desta democratização e promoção do primado da construção coletiva do Bloco, é necessário fazer coisas qualitativamente diferentes. A todos os níveis, devemos continuar a procurar articular uma boa intervenção nos órgãos de representação em que somos eleitos. No entanto, reconhecemos que isso é demasiado curto para as tarefas que temos pela nossa frente – a quantas pessoas chegará a boa intervenção que tivermos no Parlamento? E a quantas destas chegará sem ser manipulada e ridicularizada? E quantas daquelas a que a mensagem chega sem manipulações a sentem como uma tentativa genuína, feita por iguais, de transformar o mundo num sentido emancipatório e desinteressado?

É, por isso, necessário um partido que construa raízes nos territórios e nas vidas das classes trabalhadoras. Um partido que não seja visto como alheio à comunidade, mas que se constitua antes como um espaço afetivo no qual as pessoas se revejam para lá da espuma dos dias. E, para o fazer, é preciso ter trabalho feito nas comunidades, na rua. Precisamos de nos colocar na linha da frente na participação em associações de moradores, em coletividades, em sindicatos, no apoio concreto a quem precisa. Devemos, enquanto partido, estar ao serviço as pessoas que vivem em barracas ou que se veem sob ameaça de despejo; devemos fazer porta-a-porta fora dos momentos eleitorais; devemos investir fortemente na construção de redes de solidariedade que perdurem no tempo.

Este trabalho já tem vindo a ser feito por muitos/as camaradas. O que é necessário é fazer dele um centro de gravidade e encará-lo como um esforço e uma necessidade coletivos, transversais a todo o Bloco. Isto permitir-nos-ia, não apenas reduzir fossos entre bases e topo, mas também cimentar-nos como um partido vivo, vivido e visto de forma diferente. E, assim, ser encarado popularmente como estruturalmente diferente dos outros partidos: não o partido dos profissionais que pretendem ser eleitos para manter ou reforçar o seu poder, mas das pessoas comuns que estão a construir comunidade connosco, ombro a ombro.

A este projeto, chamámos partido das solidariedades. E nestes tempos difíceis, a solidariedade tem de ser concreta, antifascista, no apoio às vítimas do ultra-conservadorismo social, diversa, na partilha com movimentos sociais de saberes e meios, próxima, na busca de uma militância que não deixa de ser fazer de disputa de projetos e de ideias mas também e sobretudo de empatia, de cuidado, de entreajuda.

Parte desta mudança seria mais fácil num contexto em que o partido tinha mais meios do que agora, onde lidamos com constrangimentos financeiros. Mas ainda assim, há muito que uma estrutura como um partido pode fazer e que outros não conseguem ou têm dificuldade em fazer ou conseguem fazer mas preferem fazer em conjunto com aliados como nós.

Sabemos que o que aqui propomos não é fácil nem se implementa em dois dias nem pela mera vontade. O que fazemos não é um apelo a que o voluntarismo substitua a hierarquização. Mas também sabemos que é possível – e que é a escolha necessária para que a esquerda socialista saia do seu estado de anemia e impotência política, reinvente um horizonte de esperança, de transformação social de fundo e se torne a força fundamental para superar o liberalismo e o fascismo.

Moção S

Bloco de Esquerda, um novo rumo é imperioso

O Bloco de Esquerda encontra-se hoje numa situação pior do que se encontrava na última convenção. Em 2024 a derrota eleitoral seguia-se à de 2021 e não abalava a estrutura do partido, porém a de 2025, num contexto de continuação de recuo geral da esquerda e de crescimento da extrema-direita relega o Bloco para o patamar dos pequenos partidos de esquerda que lhe deram origem. O não assumir das derrotas e das respetivas responsabilidades, fazendo as alterações políticas e organizativas necessárias, conduziu a novas derrotas, desmobilização interna e perda de influência social.

Este grupo de militantes, que na V Conferência do Bloco de Esquerda apresentou a sua alternativa ao curso existente, apresentou à XIV Conferência, anti-estatutariamente, desconvocada a **Moção S, Um Novo Rumo para o Bloco de Esquerda**, apresenta-se novamente a esta convenção com a certeza reforçada de que é necessário mudar o rumo do Bloco de Esquerda. Queremos Bloco que continue empenhado nos movimentos sociais, mas que aprofunde a sua participação no movimento laboral e sindical e expresse o socialismo como seu objetivo programático. Um socialismo em que caiba toda a gente, com esperança e dignidade. Só assim fazem sentido ideias, propostas, políticas, palavras e ações. Lutar, falhar, errar, corrigir, porfiar. No Bloco de Esquerda, sempre.

Na XIV convenção podemos escolher o caminho de construir um partido com prática democrática, viva e aberta, na construção do socialismo que queremos, que não pode ser confundido com sistemas burocráticos e ditatoriais que usaram esse nome. Apesar da falta de democracia interna não ser um problema novo no Bloco, nos últimos anos tem-se agravado com decisões cada vez mais centralizadas e afastadas das e dos militantes. A preocupação com a falta de democraticidade da vida interna do Bloco não nos é exclusiva, o que se pode constatar pelo aparecimento de outras moções e propostas de alteração aos estatutos.

O ESTADO A QUE CHEGÁMOS:

Formado em 1999 a partir de organizações revolucionárias, o BE era reconhecido como um dos principais partidos da esquerda portuguesa, aquele que não hesita em defender a luta sindical, enquanto combate pelo progresso social e pelos direitos humanos. Em década e meia, obteve cerca de 10% da votação nacional e a influência correspondente influência social.

Em 2015, o BE foi determinante para retirar o país da austeridade, possibilitando a existência de um governo do PS que, por via da pressão que teve à esquerda, foi obrigado a devolver parte dos direitos e rendimentos retirados. Os tempos de maior proximidade ao poder ampliaram a capacidade real de influenciar os acontecimentos, porém, acentuaram ilusões parlamentaristas que contribuíram para libertar p PS para políticas de direita. Desde então o BE sofreu derrotas em todas as eleições, caminhando para uma crescente irrelevância política. A arrogância da direção

do Bloco após as eleições contribuiu ainda mais para esse descrédito e irrelevância. O Bloco vive atualmente um momento crítico e o seu futuro depende das decisões a tomar nesta Convenção.

O CAPITALISMO ATUAL; UM NOVO CICLO DE GUERRAS:

Como resultado da evolução do capitalismo nos últimos 150 anos, as classes sociais sofreram mutações. O proletariado diferenciou-se, penetrou em novas esferas da atividade produtiva, nomeadamente na área da reprodução social e dos serviços, atomizou-se em alguns dos seus segmentos, precarizou-se e foi organizado em plataformas. Apesar desta fragmentação, a classe trabalhadora constitui a larga maioria da população mundial, o que, sem alterar o seu papel dirigente na luta social e política com vista a uma transformação radical da sociedade, coloca novas exigências ao processo de organização da luta pelo socialismo

Com a agudização da concorrência capitalista mundial, criou-se um confronto económico entre os EUA e a UE e as novas potências, como a China, a Rússia, a Índia entre outras. A China saiu do seu modelo de grande fábrica de mão-de-obra barata e de fornecedor de produtos de baixa qualidade, para se tornar num país de grande desenvolvimento tecnológico, com acumulação capitalista muito rápida, beneficiando a oligarquia dirigente do PC Chinês e conseguindo concorrer em sectores como o automóvel. O desafio colocado pela Rússia é, sobretudo, de natureza militar e territorial, somando confrontos, tais como a invasão da Ucrânia.

O capitalismo mundial, em particular a sua vertente financeira, busca o conjunto de circunstâncias que lhe permitam relançar a taxa de lucro. Nas últimas décadas, o neoliberalismo deu-lhe condições institucionais ideais para derrotar a classe trabalhadora e intensificar o grau de exploração. Atualmente a extrema-direita perfila-se para desempenhar esse papel.

No mesmo sentido se configura o choque entre o modelo de acumulação, assente na pilhagem de recursos naturais e na sobre-exploração dos trabalhadores, e o impacto brutal que as alterações climáticas impõem a nível global. Os recursos naturais da Terra colocam limites ao crescimento global.

As guerras em curso são de conquista, tal como o foram as duas grandes guerras do século XX. Seguem-se a uma globalização proclamada pelos grandes grupos monopolistas para conquista de novos mercados, que esbarrou na emergência de novas potências económicas com mais e maiores argumentos de penetração no mercado mundial (BRICS, Coreia do Sul, regimes árabes, etc.). Os países da Europa têm aqui um papel secundário, cada vez mais subordinados à hegemonia norte-americana. Por fim, a corrida aos armamentos e à solução da guerra como meio de recompor a hierarquia da dominação mundial, com os EUA à cabeça, sendo a NATO o seu principal instrumento, intensifica-se. As medidas anunciadas pela administração Trump são apenas uma forma mais brutal de impor essa hegemonia, mesmo correndo o risco de despoletar uma nova crise económica internacional.

As guerras abertas, como na Palestina e na Ucrânia, colocam às forças de esquerda o imperativo da solidariedade com os seus povos. A paz que defendemos não pode ser feita por via da cedência a invasores imperialistas.

DESAFIOS, RISCOS E OPORTUNIDADES DA LUTA CONTRA A CRISE E AS DESIGUALDADES:

O BE tem vindo a preencher o vazio criado pelo recuo das mobilizações dos trabalhadores por uma agenda exclusiva dos movimentos sociais, que se tornaram o centro da intervenção política. É uma linha política errada e empobrecedora, que torna o Bloco um partido de nicho, dificultando a sua projeção como partido de massas.

O BE não pode alhear-se dos movimentos dos trabalhadores. O que desde o 25 de Abril se conquistou, em matéria de liberdades e direitos sindicais, de contratação coletiva e de direitos laborais, está em risco. As centrais sindicais, fruto do divisionismo e da burocratização não se têm conseguido opor a isto. É preciso encontrar novas estratégias, combatendo o divisionismo e a burocracia. Pode ser preferível a demissão e a opção pela (re)construção de formas de organização alternativas democráticas que promovam o alargamento da sindicalização a novos sectores.

A opção estratégica de futuro pode vir a ser a construção de alternativa sindical de classe através da promoção de um Fórum Sindical Alternativo orientada exclusivamente pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O SOCIALISMO POR QUE LUTAMOS; UM PROGRAMA PARA HOJE E AMANHÃ:

As ameaças ambientais e bélicas colocam à Humanidade o desafio de sobrevivência enquanto espécie.

É necessário recriar uma Utopia mobilizadora da construção de uma nova sociedade, socialista, sendo indispensável reconhecer no estalinismo, e na social-democracia, os principais responsáveis pelo impasse histórico no progresso da Humanidade.

É necessário que mostrar há alternativa e que é possível esboçar as características dessa nova sociedade. Criar um horizonte alternativo é projetar para o futuro o fim do capitalismo como causa última de catástrofes ecológicas e de guerras. Perdendo estas premissas, a esquerda falha.

A "transição energética" e o "capitalismo verde", são formas de recuperação capitalista. Para parar a catástrofe climática a alternativa é o ecossocialismo, assente num planeamento ecológico, democrático, capaz de decidir o que produzir e como produzir, em serviços públicos gratuitos de acesso universal com respeito dos limites da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e materiais, como a água, a floresta, a energia, os transportes e a terra.

Os novos movimentos sociais revelam contradições criadas pela própria estrutura do capitalismo - racismo, questões de género, alterações climáticas, migrações, etc., que só a transformação socialista poderá ajudar a superar. O socialismo que queremos construir não dispensa a tomada do poder pelo proletariado, a socialização dos grandes meios de produção e a agenda socialista de novos movimentos. É essencial conquistar e merecer o apoio das massas e a influência junto dos trabalhadores, o que passa por distanciamento crítico e combate ideológico e político às correntes que dirigem os partidos comunistas e social-democratas. Rejeitamos, em absoluto, regimes oligárquicos por vezes ditos "de esquerda", desde Maduro à Coreia do Norte ou à Rússia, do castrismo degenerado ao modelo chinês "comunista". Também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista pelos partidos social-democratas.

Queremos construir uma sociedade socialista, a associação livre dos produtores, uma sociedade de igualdade, de direitos, onde a democracia se aprofunde, pluripartidária, com direito à greve, à liberdade de expressão e manifestação, de organização sindical e de associação, com mecanismos institucionais que assegurem a separação de poderes. Uma sociedade que, ao contrário dos modelos ditos socialistas do passado, seja muito mais democrática que a atual, onde cada cidadão e cidadã multiplique os seus meios de participação e decisão.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Defendemos que o posicionamento do BE sobre as Presidenciais deve ser discutido em Conferência Nacional, a realizar por deliberação da Mesa Nacional, reservando para esse momento decisões relativas a candidaturas e campanhas.

O BLOCO QUE QUEREMOS

Desde há muito que se assiste à tentativa de limitar e silenciar o debate interno, quer no que respeita à expressão de alternativas e minorias, quer no que respeita à generalidade dos militantes, cada vez mais afastados dos processos de decisão e de participação, sobrepondo-se a burocracia à democracia. O estatuto de plenos-poderes adquirido pelo secretariado da Comissão Política vai no mesmo sentido.

A existência de tendências faz parte da natureza do BE que, sem a sua aglutinação, nem sequer existiria. É saudável a manifestação de diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. No entanto, o comportamento das tendências maioritárias fragiliza a vida democrática interna porque as decisões políticas mais importantes são predefinidas pelas suas cúpulas, servindo as reuniões dos órgãos dirigentes do BE apenas para as sufragar. Quase sempre, esta "hegemonia partilhada" reduz-se ao mínimo denominador comum de acordo entre essas tendências, não respeitando aderentes e minorias internas, cada vez mais excluídas da participação na vida do partido. Existe uma concentração das tarefas ao mais alto nível e em mandatos sucessivos, por parte de um núcleo muito restrito de camaradas. Isso diminui a eficiência do desempenho, favorece o autoritarismo e a oligarquização. Defendemos a limitação de mandatos. Ao mesmo tempo o BE transformou-se num partido de funcionários que comandam a vida política quotidiana do partido, por intermédio da sua submissão ao secretariado da Comissão Política, esvaziando a autonomia política das suas estruturas. A recente ausência de recursos financeiros para assegurar este tipo de aparelho não tem contribuído para alterar a situação de domínio burocrático sobre o Bloco.

À medida que o Bloco foi perdendo relevância política, foi-se encostando a uma estratégia de articulação com todos os movimentos sociais, sobretudo com os que conferem mais visibilidade mediática. O resultado é uma espécie de amálgama sem identidade, que só serve para criar a sensação de "movimento". Este modelo de "movimento dos movimentos" opõe-se à ideia de partido de massas para uma profunda transformação social, uma revolução. "Atirar em todas as direções" sem definir critérios de importância e prioridade política acaba por não atingir nenhum objetivo significativo.

A falta de democracia interna é o principal factor de fragilidade do BE. O Bloco tem de voltar a ser mais, e querer ser mais, que a soma de votos e vozes de grupos que estiveram na sua origem.

O BE precisa de se refundar, valorizando sem medo o papel insubstituível das minorias, em vez de as asfixiar. A imprensa do Bloco deve ter e ser um espaço dedicado e totalmente aberto ao acesso e à contribuição de qualquer aderente que queira exprimir opiniões próprias. As minorias com acesso à Comissão Política devem ter representação na direção do Esquerda.net, garantindo maior pluralidade. Para estimular o debate interno, o Esquerda.net deve prever um espaço digital de acesso livre a qualquer aderente, onde se possam publicar artigos ou comentários que apreciem a orientação política do BE, permitindo e promovendo a crítica e o livre debate entre todos e todas. Esta e outras formas de participação e de envolvimento direto dos e das aderentes, diversificando tecnologias para cultura de comunicação em rede, contribuirão para um Bloco mais democrático, participativo, plural, vivo, dinâmico e, ao mesmo tempo, integrador e mobilizador.

Queremos ampliar a ligação do BE às pessoas, reforçar a inserção dos e das aderentes em núcleos e organizações de base, melhorar a prática democrática e o conteúdo político dos órgãos, estimular a sua autonomia, respeitar as suas funções estatutárias, refrescar os quadros em quantidade e qualidade.

Um partido revolucionário tem de ser intransigentemente democrático. Só o Bloco num novo rumo, um partido com prática democrática viva e aberta, terá meios para lutar pelo socialismo que queremos.

Pretendemos continuar a lutar dentro do Bloco para que este seja a necessária alternativa de esquerda à extrema-direita que coloniza cada vez mais o discurso da direita tradicional e de uma social-democracia disposta a seguir os cantos de sereia neoliberais. Queremos que o Bloco de Esquerda seja a alternativa socialista ao capitalismo e um instrumento fundamental de luta.

Apresentamo-nos a esta convenção com uma moção, uma lista para a mesa nacional e alterações aos estatutos. Queremos um Bloco mais participado e iremos participar nos debates entre moções, assim como iremos organizar sessões para dar a conhecer a nossa moção.

A Moção S é a mudança necessária para o Bloco de Esquerda. Um Novo Rumo.

radarrededeativistas@gmail.com

radar887.webnode.pt

facebook: @radarrededeativistas

Plataformas Políticas Locais

PLATAFORMA do ALTO ALENTEJO – Contributos para a Coesão

Proponentes:

Ana Margarida Jorge Martins Coelho, 14379 – Alter do Chão – Portalegre
António José da Piedade Rodrigues Prezado, 14347 – Alter do Chão – Portalegre
Fernando José Rodrigues Prezado, 13345 – Alter do Chão – Portalegre
Margarida Maria Deus Rosado, 13343 – Alter do Chão – Portalegre
José Carita Monteiro, 12856 – Alter do Chão – Portalegre
Maria de Jesus Louro Xavier, 14377 – Alter do Chão – Portalegre
Paulo Maria Castelinho Almeida, 14346 – Alter do Chão – Portalegre
Maria Paula Sobreiro N. Carita Monteiro, 12802 – Alter do Chão - Portalegre
Paulo José da Rosa Cardoso, 2598 – Portalegre – Portalegre
Rui Jesus Jacob Pernas, 3666 – Portalegre – Portalegre
Mandatário: José Carita Monteiro – jcarita2251@gmail.com

A nossa designada Sub-Região – Alto Alentejo - aceita a sua orfandade face ao Bloco de Esquerda, mas não pode deixar de reivindicar um esforço aglutinador desenvolvido de boa-fé, sempre que foi chamada a assumir-se, sem estarmos sujeitos aos ditames de nenhuma outra tendência ou expressão ideológica das muitas que estão normalmente aliadas à génese do Movimento e/ou à luta intestina pelo poder.

Há uma coisa, porém, com a qual não pactuámos até aqui, nem pactuaremos no futuro em nenhuma circunstância: a falta de escrúpulos.

O que nos move é aquilo que o Bloco de Esquerda ainda representa de esperança: os seus laços com os desfavorecidos, perseguidos e marginalizados; a atenção dedicada às questões de Igualdade de Género, exclusão social, direitos individuais, Ensino, Saúde, Cultura, Rendimentos, IRS e Ambiente;

Mantemos a convicção de que o Bloco continuará a intervir, como agora, com propostas de lei assertivas e justas em áreas como o Trabalho, a Violência Doméstica, a Habitação e o Ensino para além de lutar contra o poder dos conglomerados digitais e sua influência fascizante nos jovens, assim como contra o retrocesso no Pacto Ecológico Europeu, que compromete a busca global pelo equilíbrio ambiental, sob pressão da extrema-direita.

Temos um vasto património de propostas e lutas que atenderam às necessidades do Interior despovoado, de suas populações envelhecidas e isoladas e aos seus rendimentos. Durante o período da Geringonça, estabelecemos uma rara ligação de confiança e afecto entre as comunidades, o Governo e a maioria que o apoiava. No entanto, paradoxalmente, foi o próprio Bloco de Esquerda, em Outubro de 2021, ao assumir-se como um dos seus detonadores, que colocou essa relação em risco, caindo na armadilha do PS.

E foi aí que começou a queda: quando o Bloco ignorou o povo e provocou a crise de confiança a que se alude na Moção "A".

Embora de forma indirecta, só agora o assume internamente, na medida em que é a própria Moção "A" que não deixa de reconhecê-lo quando afirma:

"Em 2025, a derrota do Bloco foi a pior de entre os partidos à esquerda. O Bloco perdeu a confiança de parte da sua base eleitoral, o que deve ser explicado pelo efeito da viragem à direita mas ***também por erros próprios****. A resposta da direcção à ofensiva sistemática contra o Bloco,* ***limitada a respostas isoladas e sem uma resposta de conjunto****, alimentou uma comunicação equívoca que agravou o desgaste público do partido."*

Em aparente contradição com esta constatação demolidora, e em nome dos interesses do povo, que uma boa fatia deste parece desconhecer, entendemos que o Bloco deve aproveitar a humildade momentânea e transformá-la numa oportunidade.

Deve começar por pedir desculpas, de forma directa aos aderentes e simpatizantes, e de modo indirecto ao povo português, pela responsabilidade na queda do governo que poderia ter assegurado mais dois anos de estabilidade democrática e social e teria proporcionado ao partido uma maior segurança financeira, evitando casos como o das lactantes.

Nessa nova postura de humildade, é fundamental entregar à democracia interna a responsabilidade de definir novos rumos nacionais. Devemos elaborar projectos que promovam a consolidação do SNS, fortaleçam o ensino e os direitos dos jovens, protejam e ampliem os direitos ameaçados dos trabalhadores, reforcem o apoio social a crianças e idosos, e assumam a possibilidade de posse pública dos meios de produção de energia e alimentos. Além disso, é crucial garantir o controlo do consumo dos recursos disponíveis, incluindo água e terra arável, e acabar com os atentados ambientais permitidos pela indiferença ou forçados pela ávida pressão capitalista.

O PASSADO

No Alentejo, muita da revolta que concitou o desastre eleitoral de toda a esquerda, assenta em três evidências:

- Redução drástica e irreversível da população;
- Falta de oportunidades e açambarcamento das poucas que existem pelos que dão a cara pelo PS, pelo PSD e pela CDU, consoante as áreas, o poder e as zonas de influência de cada uma destas forças politica;
- A falta de alternativas, que não é senão a impossibilidade de escrutinar aqueles que governam devido ao facto de distribuírem os poderes quer pela CCDR quer pelas CIM(s), e delegarem noutros decisores públicos, semi-públicos ou privados, as distribuições e os preços da água em Alta e em Baixa, a recolha de resíduos sólidos, o tratamento das águas residuais e os transportes, legou às comunidades novos sentimentos de frustração que potenciaram os votos de revolta na direita populista, contra o status quo. Muitas das responsabilidades que antes cabiam a cada Autarquia e ao Estado, deixaram de ser sufragadas, com a agravante da perda de eficácia e um descarado nepotismo na distribuição dos diversos lugares criados,

sejam eles nas autarquias, em empresas públicas, Comunidades Intermunicipais ou Comissões de Coordenação.

Em resumo: descentralização falhada, desertificação, falta de investimento, corrupção.

O FUTURO DESTE INTERIOR

Ambiente:

Estamos perante o maior ataque às nossas águas – superficiais e subterrâneas - e ao nosso solo arável, agressões que certamente se agravarão com a consumação da chamada barragem do Pisão, que tanto contestámos na Campanha Eleitoral. As políticas de aproveitamento dos recursos são importantes e deve o Bloco assumir a proposta de um conjunto de normas que implique uma condicionante efectiva à propagação desmedida das monoculturas intensivas e super intensivas, mesmo que implique, em último recurso, a nacionalização. Certos sectores agrícolas do Distrito como o do pastoreio, da pastagem e da forragem, já se queixam da redução de solo adequado e de uma natural perda de biodiversidade.

As iniciativas da Comissão Europeia que visam aligeirar as regras de atribuição de financiamento ao sector agrícola e as que obrigam as empresas a tomar medidas para detectar e eliminar eventuais problemas ambientais e de direitos humanos nas suas cadeias de abastecimento, podem trazer elevados danos para a nossa sub-região. O BE deve declarar-se atento e manifestar o seu desacordo.

Acessibilidades:

O Alto Alentejo em particular é o mais atingido pela recusa centralista que durante décadas atrofiou a ferrovia e não modernizou a rodovia, limitando e condicionando a valia de qualquer investimento, mesmo o público. Há zonas industriais que significaram elevados custos para os orçamentos de alguns Concelhos, prejudicando outras áreas, que estão praticamente devolutas ou em ruínas por causa das acessibilidades desajustadas. Seria importante o Bloco levar para AR a urgência de completar o IC13 e o IC9, e resolver o constrangimento em Santa Eulália na EN246 entre Elvas e Portalegre, desimpedindo assim todas ligações entre as cidades da Sub-Região e destas com a Plataforma Logística de Badajoz, a Estremadura Espanhola e o Litoral. Mais ou tão importante seria a electrificação da Linha do Leste, a ligação ferroviária à zona Industrial de Portalegre e a reposição do Ramal de Cáceres, pelo impacto turístico que teria em todo o Parque Natural da Serra de S. Mamede. O Bloco devia propor, em paralelo, a retoma do projecto de TGV que liga Lisboa a Madrid por Elvas e Badajoz.

Saúde:

Os investimentos que estão a ser feitos - alguns deles apenas anunciados - no Hospital Distrital Dr. José Maria Grande, estão em contraciclo com a privação de médicos nas Unidades Locais e Centros de Saúde, mas pensamos que este é o "modus operandi" em todo o país tornando os

Hospitais Distritais mais apetecíveis para uma gestão privada. A defesa do SNS corresponde a uma das nossas mais atentas lutas, e o BE não pode nunca baixar a guarda seja no país, em Lisboa, ou em Portalegre, em nome da coesão e contra a privatização. É escusado esperar ou pedir a demissão da ministra da saúde porque ela está a fazer, tão-só, o que lhe foi pedido pelo PM.

A abolição ou o pagamento pela segurança social do valor de € 80,00 (?) referente ao retorno sempre que alguém é recebido nas urgências e devolvido à procedência, devia constar nas nossas reivindicações. O mesmo em relação às taxas moderadoras que ainda subsistem.

Assistência Sénior:

As IPSS(s) mais comuns de apoio à população sénior, lutam contra dois inimigos, a saber:

- a fraca dotação;
- a dificuldade de recrutamento de pessoas com conhecimentos e disponibilidade suficientes tendo em conta o desfasamento entre os ordenados praticados, incompatíveis com as exigências e as responsabilidades diárias, por um lado e, por outro lado, subsistir o facto de muitos dos utentes que exigem antes cuidados continuados e até paliativos lhes estarem afectos por falta de outros lugares onde colocá-los. Também neste importante sector da assistência sénior estão apregoados alguns investimentos para colmatar as falhas existentes, mas é óbvio que o Bloco tem de se manter atento e assimilar internamente uma cultura permanente de acompanhamento destas políticas na nossa e em outras sub-regiões tão ou mais envelhecidas do que Portalegre. As nossas propostas para o trabalho por turnos, são importantes neste sector.

Desertificação/despovoamento:

Para resolver o despovoamento existem soluções de médio e longo prazo e algumas terão de ser postas no terreno o quanto antes, sob pena de vermos reduzida ainda mais a população da sub-região do Alto Alentejo (e de todo o Interior) que perdeu 17% da mesma entre 2001 e 2019.

Não será uma sub-região que representa 0,8 do PIB nacional e é a segunda com menor densidade de empresas - 2,1 -, que conseguirá alavancar em tempo razoável uma inversão da quebra populacional.

Para além de boas acessibilidades e investimentos com emprego de qualidade, precisamos de habitantes e de casas para eles. O Bloco, através da criação de um grupo de trabalho, poderia congeminar e apresentar, depois, um plano nacional para a recuperação demográfica do Interior, conjugando benefícios fiscais a particulares e empresa com mais duas iniciativas:

- o regresso às origens daqueles que migraram, aproveitando uma esperança de vida cada vez maior (em média representará mais vinte anos depois da vida activa);
- e a garantia de disponibilizar casas para comprar ou arrendar a custos controlados, oriundas da nova construção e/ou da reabilitação urbana, podendo complementar esta oferta com espaços para hortas comunitárias.

A qualidade de vida encontrada seria por certo muito melhor do que a que hoje em dia se vive em todas as zonas suburbanas onde a maioria dos visados habita e em simultâneo libertaria alguns fogos habitacionais nessas urbes. Este movimento, aliás, já existe e evita que os números da desertificação sejam bem mais gravosos; todavia, não é ainda valorizado por quem devia estar mais atento, mas já é bastante notado pelos habitantes em muitas comunidades e poderia ser bastante mais acelerado com esses apoios e uma maior divulgação institucional por parte de cada uma das autarquias de forma isolada ou conjugadas nas CIM.

Diante do insucesso e do cambalacho da descentralização, verificamos que é importante reagendar a Regionalização, pois só em modo democrático se legitimará uma defesa mais eficaz dos anseios específicos de cada região.

O PRESENTE

No momento político actual tudo aponta para uma desestruturação consumada do quadro político liberal, mais ou menos estável, que se vivia desde a adesão de Portugal à CEE.

O governo da AD foi o pior governo da democracia portuguesa, porque estendeu a passadeira à extrema-direita. Desta feita acentua a tendência e continua a ceder a uma evidente pressão populista, ameaçando alterar a lei da greve e outras, que mais desregularão as leis do trabalho; apregoa a intenção de rever a lei da nacionalidade e, mesmo perante acções concretas da PJ que comprovam a ameaça organizada a meias entre milícias e partidos neofascistas, suprime o parágrafo que a ela se referia no relatório da RASI, branqueando, sabe-se lá por quê, uma latente e perigosa ameaça à liberdade e à democracia.

Esta nova maioria, ainda que relativa, da AD, revelou-se estupidamente eufórica por ver diminuído o espaço ocupado pela esquerda no Parlamento, malgrado isso significar um crescimento ameaçador da extrema-direita, mas desfez mais algumas dúvidas quanto às intenções encapotadas por uma retórica futebolística, fazendo aprovar um programa de governo que pretende ir muito para além do programa eleitoral que foi sufragado em 18/5.

Para continuar um combate tendo em vista a recuperação, e ainda que uma boa percentagem dos aderentes não o reclame declaradamente, ninguém duvida que é urgente mudar tudo ou quase tudo na organização do Partido.

Três perguntas se impõem:

- Terá o Bloco de Esquerda a resiliência e a capacidade de regeneração suficientes para se manter representado na Assembleia da República?
- Teremos no nosso seio, a inteligência e as doses certas de juventude e experiência, que nos permitam recuperar o eleitorado perdido?
- Manterá o nosso partido a capacidade de interpretar os maiores anseios do Povo Português e de lhe demonstrar uma superlativa dose de empatia através de novos rostos e uma abrangência superior de representatividade?

A todas estas perguntas respondemos: sim. E, ao fazê-lo, já estamos a configurar um levantamento (não exaustivo, claro) das características que devem conjugar-se na escolha daqueles que devem ser a imagem do Bloco.

A nossa plataforma navega no mesmo mar de frustração onde ancoraram duas evidências:

- Internamente: depois das derrotas eleitorais sucessivas já ninguém pode afirmar que não são precisas novas e mais consensuais orientações políticas, como há muito se reivindica internamente;
- Para o exterior: valha a verdade que fomos líderes e precursores, mas não se deve desconsiderar a urgência de renovar impulsos ideológicos na matriz BE, rejuvenescendo a nossa representação exterior e a coragem do nosso socialismo.

A oportunidade é agora.

Nós, Plataforma do Alto Alentejo, sabemos o que queremos e tudo faremos para apresentar soluções sem quebrar o nosso pacto com a democracia, o socialismo e a linearidade de processos que ambos exigem.

Viva a Plataforma do Alto Alentejo

Viva o Bloco de Esquerda.

Julho de 2025

Plataforma Mobilizar em Bloco

Assembleia Eleitoral Porto Interior

Proponentes:

Daniela Sousa | Penafiel
Duarte Carneiro | Paços de Ferreira
Duarte Graça | Penafiel
Eva Santos | Lousada
João Graça | Penafiel
Laurinda Pinto | Penafiel
Luís Alves | Valongo
Mário Trigo | Valongo
Matilde de Vilhena | Valongo

Esta plataforma constitui-se na Assembleia Eleitoral do Porto Interior: Amarante, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Valongo. Avançamos com reflexão, balanço e propostas, pelo enraizamento popular e afirmação das causas do Bloco.

CONTEXTO

Vivemos um momento muito difícil. Às fragilidades da organização local veio somar-se a grande derrota das últimas legislativas, pela perda de grupo parlamentar e o atingir de uma maioria de 2/3 pela Direita/extrema-direita, que agrava a dificuldade em conseguir uma exposição mediática e expressão nas redes sociais focadas no conteúdo da intervenção do partido. A tendência para o sensacionalismo limita o alcance de mensagem com substância e detalhe, das quais depende a afirmação do Bloco.

Neste panorama, as condições para a intervenção política dificultam-se - a organização torna-se um fator crítico.

MOTIVAÇÃO

Mesmo em contexto desfavorável, o Bloco conta com milhares de aderentes, muitas estruturas locais e grupos de trabalho, uma representante na assembleia da república que se quer muito ativa, e uma representação no Parlamento Europeu influente à Esquerda. Tudo isto vem dum histórico de lutas e conquistas que mostra ser possível avançar para o país que queremos construir.

Partindo das nossas experiências militantes no interior do distrito do Porto, queremos reforçar o Bloco por dentro e para fora:

- dinamizar mais debate interno sobre a organização e a atividade do partido;
- criar mais oportunidades para contacto e troca de ideias entre camaradas;

- integrar aderentes adequada e consistentemente;
- multiplicar iniciativas pelo território, sobretudo onde não temos presença;
- desenvolver e solidificar estruturas locais;
- lançar novos grupos de trabalho temáticos e operacionais;
- reforçar o papel do Bloco de pedagogia e apoio à organização social;
- construir um programa político renovado, com contributos de dentro e fora do Bloco.

Ao compromisso militante das bases deve corresponder a dedicação de quem coordena a intervenção do Bloco. Isto implica fazer mais esforços, sabendo que será difícil fazer tudo o que é necessário. Precisamos de fazer tudo para mobilizar a militância e garantir que qualquer aderente tem oportunidades para contribuir para o partido.

Urgente, também, é trabalharmos o nosso sentido de unidade interna - de moções, a plataformas, a sensibilidades - e de diálogo com movimentos sociais, organizações políticas e pessoas independentes com quem possamos travar lutas comuns.

BALANÇO

Nos últimos anos, da maioria absoluta PS à da Direita/extrema-direita, aprofundaram-se desigualdades e erodiram-se princípios básicos do Estado Social.

De 2015 a 2019, o Bloco protagonizou conquistas importantes: aumento do salário mínimo, Leis de Bases da Saúde e da Habitação, Estatuto do Cuidador Informal, reconhecimento do trabalho nas pedreiras como profissão desgastante, redução das propinas de licenciatura.

Foi importante o que se conquistou, mas as fragilidades na aplicação dessas conquistas ficaram bem visíveis, sujeitas às lógicas de poder que dominam o PS. Com os governos PSD/CDS (com ou sem PPM), têm-se acumulado retrocessos: privatização tácita do Estado Social; política anti-imigração demagoga; o contínuo aumento das rendas e preços das casas; ataques aos direitos das mulheres, falta de investimento no ensino público; delapidação do SNS; política externa vazia e inerte.

Após tantas e aceleradas mudanças no plano legislativo e governativo, precisamos de ultrapassar a excessiva timidez nas propostas, e algum recuo na afirmação destemida de valores fundamentais à sociedade livre, democrática, igualitária que a fundação do Bloco lançou como horizonte de luta. É tempo de uma reafirmação arrojada da nossa inconformação perante a violência das políticas de Direita e a negligência das políticas de "centro", por via de uma reformulação programática e uma campanha de formações internas.

A intervenção política exige de nós responsabilidade, reorganização e foco no combate ao capitalismo, e a todas as opressões que sustenta. Temos de perceber que ainda temos muito caminho a fazer, em Bloco. Por isso, desenhamos um plano de ação.

Por um plano de intervenção e um programa político reforçados

Do contexto à motivação e ao balanço, definimos linhas de ação política para um plano de intervenção e um programa reforçados, com duas grandes áreas:

- **Bloco cá dentro:** organização, participação e mobilização;
- **Bloco na sociedade**: afirmação, enraizamento e construção.

BLOCO CÁ DENTRO:

Organização, participação e mobilização

O Bloco é um partido plural, que abraça inúmeras lutas. Mas a sua estrutura e funcionamento reproduzem desigualdades que afetam a sociedade. Muitas estruturas locais têm dificuldade em estabelecer ou manter uma base militante ativa. Ultrapassar os obstáculos que isto representa implica um esforço a todos os níveis.

Na nossa perspetiva, a mobilização da militância, a concretização de iniciativas, o enraizamento local dependem duma estrutura bem definida, com responsabilidades distribuídas, e abertura para integrar sugestões da militância de base para a intervenção. Assim, apresentamos um conjunto de prioridades e propostas.

Dinamizar as estruturas locais, temáticas e operacionais

As estruturas concelhias e os grupos de trabalho (GTs) permitem discutir, imaginar e concretizar iniciativas sobre áreas de intervenção específicas. Ambas são instrumentos indispensáveis de integração, consolidação ideológica e ligação ao terreno. Devemos lançar um esforço mobilizador e estruturante, para solidificar e desenvolver estruturas locais, e dinamizar GTs que contribuam para a formação militante e dêem suporte à intervenção.

Propomos:

- garantir a organização de reuniões de aderentes em concelhos sem concelhia, dinamizando núcleos onde haja condições;
- dar maior apoio às concelhias/núcleos com fragilidades;
- redigir guias de apoio à intervenção local, para apoiar quem tem menos experiência enquanto ativista local;
- promover a articulação entre estruturas de concelhos de Comunidades Intermunicipais (CIMs) que atravessam vários distritos;
- estabelecer um sistema solidário de quotização para sedes locais a nível nacional;

- divulgar mais a existência e atividade dos GTs;
- criar um GT da habitação, promovendo movimento social e discutindo medidas para garantir o direito à habitação;
- averiguar, junto da militância, interesse em novos GTs temáticos ou operacionais.

Reforçar a integração de aderentes

A adequada integração de aderentes é um desafio permanente. Muitos dos 10 mil aderentes do Bloco não são ativos ou não têm ligação constante a uma estrutura, em parte por termos processos de integração débeis e a atividade do partido não ser acessível à diversidade de circunstâncias que os aderentes vivem. Ora, a força da intervenção do Bloco depende de haver capacidade de mobilização e de inspirar qualquer camarada à militância, na medida do que lhe é possível.

Propomos:

- promover a realização de plenários das Assembleias Distritais/Concelhias com maior frequência que o definido nos Estatutos;
- contactar, ciclicamente, o universo de aderentes do partido, sobretudo quem tem maior dificuldade em participar;
- desenvolver um processo bem definido de integração de aderentes, garantindo-a via estruturas locais, no mínimo através de um contacto inicial e envolvimento na estrutura local ou grupos de trabalho;
- criar mais canais de comunicação, a nível distrital e concelhio (onde a respetiva estrutura existir), onde aderentes possam partilhar informações.

Consolidar a formação política

O conhecimento e a experiência informam a ação política. Capacitar aderentes para as lutas que travam na militância do dia-a-dia é um ponto de partida para uma intervenção mais eficaz e convicta.

Propomos:

- avançar com formações teóricas e práticas regulares e diversas em temáticas, envolvendo os grupos de trabalho.
- redigir guias de organização coletiva, ferramentas para cada aderente promover a progressiva democratização da sociedade, nos domínios estudantil, da habitação, saúde, trabalho, ambiente, e tantos mais.

Garantir a ligação dos órgãos nacionais às bases

Um clima interno coeso depende da ligação de quem tem responsabilidades à militância de base e do reporte transparente do seu trabalho. Há espaço para melhorias na comunicação com a militância, partilha de informações sobre o que é feito, proximidade ao território. Há uma necessidade de se ouvir as bases internas, incluindo as críticas construtivas de tanta gente que quer contribuir para fortalecer o partido de dentro para fora.

Propomos:

- haver reuniões da Mesa Nacional (MN) em locais diferentes do país;
- haver reuniões dos órgãos nacionais com representantes das estruturas locais, a cada 6 meses;
- possibilitar que aderentes assistam às reuniões da MN;
- haver reporte à militância do trabalho desenvolvido, com resumos enviados via e-mail e maior detalhe das discussões nas minutas de reuniões;
- haver rotatividade nas funções e evitar excessiva concentração de tarefas;
- comunicar à militância a distribuição de tarefas nos órgãos e contactos para assuntos específicos.
- realizar referendos internos sobre filiações internacionais do partido, apoio a candidaturas presidenciais ou definição da política de alianças.

Democratizar o trabalho parlamentar

Numa altura de construção de um novo programa, deve-se reforçar a ligação do trabalho parlamentar à estrutura do Bloco, canalizando o conhecimento e experiência do universo militante do partido para a produção de iniciativas parlamentares mais informadas e representativas da realidade diversa no terreno.

Propomos:

- realizar reuniões entre o Grupo Parlamentar e a delegação no Parlamento Europeu e representantes das estruturas locais e grupos de trabalho;
- comunicar, regularmente, à militância sobre iniciativas parlamentares;
- recolher contributos de aderentes para iniciativas parlamentares, incluindo propostas de melhoria a iniciativas em desenvolvimento.

Lançar uma reformulação estatutária

A atual versão dos Estatutos padece de excessiva simplificação e indefinição. Podendo parecer uma boa forma de agilizar a organização, a experiência mostra-nos que tal leva a práticas muito distintas em matérias que merecem consistência e coerência.

A proposta da Mesa Nacional faz avanços, mas não aborda: a não-divisão em capítulos, a indefinição da natureza dos núcleos, a não-especificação da forma de eleição dos secretariados, a falta de limitações de mandatos ou impedimentos que garantam as melhores práticas no exercício de responsabilidades no partido.

Propomos a formação de um Grupo de Trabalho de Reformulação Estatutária, que procure redesenhar o documento, recolhendo sugestões das estruturas e da militância de base.

BLOCO NA SOCIEDADE:

Afirmação, enraizamento e construção

Em jeito de introdução histórica, importa referir que o 25 de Abril não se concretizou em pleno. Vemos isto na forma pouco democrática e participada com que a sociedade se organiza e funciona; no modelo económico da desigualdade; na cultura dominante que despreza quem mais sofre com as desigualdades; nas estruturas de poder, motores que perpetuam a pobreza, a injustiça, a exclusão.

No Bloco, sabemos que os fatores causadores da exclusão, pobreza, e tantas outras maleitas do capitalismo, têm em comum a ideologia da ganância, da posse pela posse, da acumulação de riqueza e poder sem limites. Não vivemos, assim, a total emancipação que prometia o projeto da Revolução de Abril.

Para melhor representarmos o que defendemos, não podemos permitir que a inércia, receios, hesitações e complacência tomem conta de nós. Resistir, persistir, insistir: é esta a fórmula para a luta por uma sociedade justa, igual, livre, fraterna e solidária, onde a propriedade dos meios de produção seja socializada e todo o poder democratizado.

Para nós, não há verdadeira liberdade sem socialismo, nem socialismo sem liberdade. Então, vamos afirmar a identidade do Bloco, aprofundar o enraizamento, construir um programa transformador.

Intervir com preparação

A concretização da atividade de uma organização depende da qualidade da preparação. Assim perspetivamos a definição, a cada ano, de eixos centrais de intervenção, à volta dos quais se articulem iniciativas locais, assegurando a presença e intervenção em todo o país, num conjunto alargado de temáticas.

Propomos:

- definir linhas gerais de intervenção numa base anual, diversas em temas, que proporcionem contacto com associações, coletivos, organizações;
- harmonizar as agendas nacional e locais, evitando sobreposições prejudiciais aos objetivos das iniciativas;
- promover um levantamento de organizações sociais e movimentos espalhados pelo território, em articulação com as estruturas locais, facilitando o contacto com e a ligação do Bloco a movimentos sociais e setoriais.

Aprofundar a renovação programática

Vivemos uma época de acelerado aprofundamento de desigualdades e crescente contraste de classe entre proprietários e pessoas trabalhadoras, cujo sofrimento se multiplica em função do género, orientação sexual, identificação etno-racial, crenças religiosas e diversidade funcional.

Quando os contrastes são pronunciados, mais devemos enfatizar a nossa vontade de pôr fim à exploração. Precisamos que o programa político do Bloco honre a nossa identidade coletiva. Apresentamos alguns aspetos onde falta arrojo, não sendo possível, por limitação de caracteres, desenvolver mais.

Propomos defender:

- a progressiva transferência da propriedade de empresas com, pelo menos, 100 pessoas trabalhadoras para propriedade coletiva, com gestão democrática;
- a gratuitidade dos transportes coletivos;,
- uma grande transformação do sistema fiscal que penalize rendimentos de capital e rendimentos passivos;
- a democratização da gestão no SNS e na Escola Pública;
- o fim imediato das propinas, taxas e emolumentos no Ensino Superior.

Desenvolver iniciativa em todo o lado

Um partido que combate a austeridade e o centralismo não pode cair no erro de concentrar excessivamente a intervenção em centros urbanos. Temos que estar e saber o que se passa em todo o lado - e só o conseguimos com uma boa dose de presença, incluindo com foco na intervenção local, que nos permite criar raízes em comunidades por todo o país.

Propomos:

- articular a Comissão Política e as CCDs para reunir com municípios em concelhos sem estrutura, e apoiar camaradas dos concelhos onde há estrutura, mas não representação autárquica;
- incentivar à organização de iniciativas distritais associadas a iniciativas temáticas nacionais;
- produzir panfletos e cartazes que reportem sobre a intervenção do Bloco a nível nacional, incluindo parlamentar, como forma de prestar contas e ligação às pessoas;
- organizar campanhas pedagógicas sobre direitos laborais, sociais e civis;
- organizar mobilização social contra borlas fiscais para grandes grupos económicos, injustiças fiscais que penalizam a classe trabalhadora;
- reforçar a organização de iniciativas regulares pelos grupos de trabalho;
- organizar, anualmente, um fórum autárquico nacional, para discutir temas de interesse transversal, com espaços de formação para a intervenção local.

Calendário XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

29 e 30 de novembro de 2025

MAIO

24.05 Reunião da Mesa Nacional convoca a XIV Convenção do Bloco de Esquerda e discute e vota

Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).

26.05 Publicação da convocatória e do regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico.

JUNHO

14.06 Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.

28.06 Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XIV Convenção.

30.06 Entrega à COC (coc.2025@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas.

30.06 COC reúne às 18h para validar Moções.

JULHO

04.07 Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos).

14.07 Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos.

17.07 Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2.

18.07 Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à Convenção.

21.07 Envio aos aderentes, por correio eletrónico, dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à XIV Convenção.

24.07 Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.

25.07 Envio à COC (coc.2025@bloco.org) de plataformas políticas locais subscritas por três ou mais aderentes da mesma Assembleia Eleitoral.

28.07 Sai deBatEs 2# - Propostas finais de Moções e textos de debate/contributos.

SETEMBRO

05.09 Início período de debate das Moções.

14.09 Final do período de debate das Moções.

16.09 Apresentação às Coordenadoras Distritais/Regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatas/os a delegadas/os.

17.09 Validação das listas pelas Coordenadoras Distritais/Regionais e pela COC.

23.09 Envio pela COC, por correio eletrónico, das listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais.

29.09 Envio das listas de candidatas/os a delegadas/os + kit voto para aderentes.

OUTUBRO

...

NOVEMBRO

14.11 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

15.11 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

16.11 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

26.11 Sai deBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações dos Estatutos, guião votações das Moções).

29.11 XIV Convenção.

30.11 XIV Convenção.

bloco.org
esquerda.net